VANESSA AGUIAR BORGES

As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela

Guararema
2021

VANESSA AGUIAR BORGES

As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento territorial", na linha de pesquisa "Território, educação e cultura".
Orientadora: Profª. Dra. Sílvia Beatriz Adoue
Coorientadora: Profª. Dra. Carla Cecília Campos Ferreira

Guararema
2021

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Borges, Vanessa Aguiar.
B732 As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela / Vanessa Aguiar Borges. – Guararema, 2021.
309 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Sílvia Beatriz Adoue.
Co-orientadora: Carla Cecília Campos Ferreira.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2021.

1. Socialismo – Venezuela – História. 2. Comunas – Venezuela. 3. Venezuela – Política e governo – História. I. Título.

CDD 320.5310987

VANESSA AGUIAR BORGES

As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento territorial", na linha de pesquisa "Território, educação e cultura".
Orientadora: Profª. Dra. Sílvia Beatriz Adoue
Coorientadora: Profª. Dra. Carla Cecília Campos Ferreira

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Silvia Beatriz Adoue (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. José Gilberto de Souza (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

Guararema, 5 de março de 2021

Dedico esta dissertação à minha irmã Ligia Maria Castro Borges, que me ensinou que é preciso lutar sempre, e deixa profundas saudades

AGRADECIMENTOS

A realização e finalização deste trabalho só pôde ser possível com o aporte de muitas pessoas, em diferentes níveis e intensidades. Apesar da solidão do processo de escrita, as reflexões contidas aqui são parte de uma construção coletiva e que não remonta do período do mestrado, mas de todo um trajeto militante que me levou, no final de 2013, a me integrar à Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho (BIAC) do MST na Venezuela.

Desta forma gostaria primeiro de agradecer à Adelar Pizzeta, que, sendo dirigente do Setor de Formação do MST naquele momento me indicou, em abril de 2013 para assumir uma desafiadora tarefa, de integrar a BIAC, brigada do MST na Venezuela, ha um mês da morte do presidente Chávez. Jamais esquecerei a confiança e oportunidade única que me proporcionou. Da mesma forma agradeço a Violeta Cavallero que se tornou uma grande amiga, e, em nome dela, agradeço a todos que comigo compartilharam aqueles anos na brigada.

Estes anos que passei na Venezuela integrando a BIAC me marcaram profundamente. E os aprendizados ali só foram possíveis pelo compartilhar de amigos e amigas venezuelanos que me possibilitaram viver parte de suas vidas e de sua luta. Assim, faço um agradecimento especial à Karen e a Ankiza, que nos acolheram em sua casa/paraíso nas montanhas meridenhas, compartilhando conosco sonhos, projetos, angustias e trabalho, e também noites inesquecíveis com boa música, profundas conversas, *ron*, *cocuy* e deliciosas comidas com os frutos de sua diversa horta. A essas duas mulheres, de quem sinto muitas saudades, um agradecimento caloroso e especial. Agradeço ainda à Luis Barbosa e a Francisco Navas pelos encontros e reencontros sempre regados a acalorados debates políticos e filosóficos de grande valor intelectual.

Mas ao retornar para o Brasil e 2 anos depois me desafiar a aprofundar as reflexões acerca da própria experiência vivida, encontrei diferentes apoios para esta jornada. O primeiro e mais essencial dele foi o do meu amado companheiro Carlos Pansera. Não cabem aqui palavras para descrever seu apoio. Parceiro e interlocutor de todas as minhas reflexões políticas, teóricas, filosóficas e existenciais, esteve ao meu lado em todos os momentos desta jornada, com seu aporte incondicional, que muitas vezes significou estarmos distantes, para que, durante a pandemia, nossa pequena Nadja pudesse estar em um lugar mais adequado para sua infância em isolamento e eu, ao mesmo tempo, pudesse concentrar minha completa atenção à pesquisa. Assim, agradeço as minhas duas filhas, Nadja e Jasmim, por entenderem, e aguentarem, a

distância que, por vezes, a dedicação a este trabalho nos impôs. A vocês, meus amores, meu mais profundo agradecimento.

Agradeço à minha orientadora Silvia Adoue, com quem aprendi muito durante este caminhar, e que foi extremamente presente, atenciosa e solícita em todo o processo. Agradeço pelas conversas, debates e reflexões que realizamos no decorrer de pesquisa e também pela grande confiança. Agradeço imensamente por ter tido a oportunidade de ser sua orientanda, pois compartilhamos os mesmos sonhos de uma sociedade humana emancipada, socialista e feminista! E sei que nos encontraremos nas trincheiras da luta!

Agradeço à Carla Ferreira, que a vida militante me proporcionou encontrar, pela amizade e carinho, e pelo seu importante aporte na construção do meu trabalho de campo. Sua tese de doutorado foi uma grande referência para minha pesquisa, tese esta que é um dos mais belos trabalhos que tive a oportunidade de ler.

Aos membros da minha banca de qualificação também rendo agradecimento. Ao professores Mathias Luce e Marcelo Gomes Justo que trouxeram importantes elementos para a concretização desta pesquisa.

Um agradecimento muito especial á minha turma do mestrado, a Aqualtune, pelos maravilhosos momentos de estudo e compartir que tivemos nas duas etapas na ENFF. Em nome de meu grande amigo Viete Passos, agradeço aos demais.

À minha grande amiga/irmã Jenifer Medeiros um agradecimento especial, por toda uma vida compartilhando da mais simples cotidianidade ao pensar o mundo no afã de transformá-lo. Agradeço por estar sempre disponível a me escutar em horas de angústias, mas também para comemorar as pequenas vitórias cotidianas. Agradeço por ser um apoio emocional, mas também intelectual e por ser uma das interlocutoras em meu processo de reflexão e formação permanente.

Agradeço a minha irmã Rayssa, grande educadora e intelectual que me inspira e de vez em quando me socorre em dúvidas do formalismo acadêmico. Às minhas irmãs Alda e Ana agradeço pela amizade e carinho. À minha irmã Lígia, a quem dedico esta dissertação, e que partiu depois de uma longa batalha contra o câncer, agradeço imensamente por ter feito parte da minha vida. Ao meu sobrinho Pedro, por ter de pronto atendido a meu pedido para traduzir o resumo para o inglês. E agradeço ainda aos meus pais, Doralice e Dalton, pelo exemplo de toda a vida. Não posso deixar de agradecer à minha prima Eliane, que com um amor ímpar de que poucos são capazes, dedica-se aos cuidados dos meus pais já idosos.

Durante a pesquisa de campo, algumas pessoas foram essenciais para que este trabalho acontecesse. Assim, rendo agradecimento ao Coletivo de Relações Internacionais do MST, na pessoa de Judite Santos e aos membros da BIAC, que me acolheram com atenção e carinho nos 20 dias que passei na Venezuela. Faço um agradecimento muito espacial à Célia, amiga, companheira de muitas horas, a quem admiro muito pela sua potente militância e por ter escolhido a Revolução Venezuelana como sua trincheira de luta neste mundo. Agradeço imensamente por estar presente em todos os momentos do meu trabalho de campo, pelo acolhimento em sua casa na Comuna El Maizal, e pelas muitas horas de conversas sobre a Venezuela, as comunas, a militância, os amores e a vida. Estendo esse agradecimento a Roger, seu companheiro, e a Emiliano, seu pequeno filho nascido em terras de Bolívar. Gostaria de agradecer também a Denir Sosa e Yolimar, por todo apoio estrutural que me deram no tempo de minha estadia na Venezuela. E também a Edson Bagnara, coordenador da brigada do MST, que me acolheu no apartamento da brigada em Caracas. Sem vocês, militantes internacionalistas do MST, essa pesquisa não seria possível.

Aqueles que empreenderem a leitura deste trabalho perceberão que algumas vozes foram muito importantes. Assim, agradeço especialmente à Angel Prado, militante incansável da luta comunera, e uma grande referência, a quem admiro muito e me sinto honrada pela confiança política demonstrada quando abriu todas as portas da Comuna El Mazal para que eu realizasse esta pesquisa. Esta confiança também foi demonstrada na entrevista que me concedeu. Por isso meu mais sincero agradecimento. Agradeço também à Messias Matos, Jenifer Prado, Ana Marín e Amilcar Figueroa, e em nome destes aos demais companheiros e companheiras que me cederam valiosas entrevistas. Agradeço à Rocío Prado, que nos brindou com *arepas* e *cachapas* maravilhoras nos dias em que estive na Comuna El Maizal. E agradeço com muito afeto à José Tato, que contribuiu de maneira muito importante na articulação das entrevistas, mas também com elementos para compreender melhor as contradições e os desafios da Revolução Bolivariana, e por, nesta jornada ter se tornado um novo amigo.

Agradeço ao programa de pós-graduação TerritoriAL, por unir forças com o movimento social popular na difícil tarefa abrir portas para que a classe trabalhadora ocupe a Universidade e faça dela uma ferramenta na compreensão da realidade social, e, consequentemente, da sua transformação.

E, por fim, agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que em sua imensa tarefa de mudar o mundo, nos ensina e nos possibilita viver o valor do Internacionalismo.

A Comuna é a forma “enfim encontrada” pela revolução proletária, sob a qual se efetuará a emancipação econômica do trabalho. (LENIN, 2010, p.76)

RESUMO

A Venezuela é um país de economia capitalista dependente, marcado pela dependência da renda petroleira. Desde 1998, com a eleição de Hugo Chávez para a presidência e depois, em 2013, de Nicolás Maduro, o país vive um processo que os chavistas chamam de Revolução Bolivariana. Tal revolução a partir de 2005 se alude de caráter socialista. Buscando estabelecer um processo de transição ao socialismo, criou-se, com mecanismos legais e de implementação direta, o que foi denominado de Nova Geometria do Poder, na qual as comunidades passam a ser organizadas em Conselhos Comunais e em Comunas. Atualmente existem 3254 Comunas registradas na Venezuela, com diferentes graus de organização e desenvolvimento. As Comunas estão organizadas tanto no espaço urbano quanto no rural. Com esta pesquisa, buscamos estudar o papel das Comunas na construção do socialismo, tanto do ponto de vista teórico, confrontando com as formulações existentes a partir das experiências socialistas e de transição ao socialismo do século XX, como na perspectiva prática. Para isso trabalharemos com o estudo de caso da *Comuna El Maizal* localizada no estado Lara e o da *Comuna El Panal 2021* em Caracas. A pesquisa tem por objetivo central compreender a estratégia de construção do socialismo na Venezuela por meio da territorialização das comunas e da comunalização dos territórios, buscando observar e avaliar o aporte organizativo e produtivo na luta pela conquista de poder empreendido por estas comunas, passando pela sua relação com o Estado e pelo processo de construção de um movimento *comunero* em nível nacional, a Unión Comunera.

Palavras Chaves: Revolução Bolivariana. Socialismo do Século XXI.. Dependência petroleira. Comunas venezuelanas. Estado Comunal.

ABSTRACT

Venezuela is a country with a dependent capitalist economy, marked by the dependence of the petroleum income. Since 1998, with Hugo Chaves's election, and then, at 2013, Nicolás Maduro's, the country lives what the chavists call the Bolivarian Revolution. This revolution from 2005 refers to itself as socialist. Legal and direct mechanisms were developed seeking to to establish a process of transition to socialism, and it was names as the New Geometry of Power in with the communities are organized in Communal Councils and Communes. Currently there are 3254 registered Communes at Venezuela, with different degrees of organization and development. The Communes are organized both at urban and rural regions. With this research, we seek to study the role of the Communes at the socialism's construction as well as the theoretical point of view, confronting with the current formulations from the socialists experiences and transitions of the 20th century as the practical one. To this goal, we will work with the case study at Commune El Maizal located at Lara state and at Commune El Panal 2021 at Caracas. The research has as a main goal to understand the implementation strategies at Venezuela by means of the communes system, seeking to observe and evaluate the production and organization assets in the struggle to the power made by those Communes, from their relationship with the State to the process of implementation of the commune movement in a national level, the Unión Comunera.

Keywords: Bolivarian Revolution. Socialism. 21st century. Dependence. Communes. Commune State.

RESUMEN

Venezuela es un país de economía capitalista dependiente, marcado por la dependencia de la renta petrolera. Desde 1998, con la elección de Hugo Chávez para la presidencia y después, en 2013, de Nicolás Maduro, el país vive un proceso que los chavistas llaman Revolución Bolivariana. Tal revolución, a partir de 2005, se atribuye un carácter socialista. Buscando establecer un proceso de transición al socialismo, se creó, con mecanismos legales y de implementación directa, lo que fue denominado Nueva Geometría del Poder, en la cual las comunidades pasan a ser organizadas en Consejos Comunales y en Comunas. Actualmente existen 3254 Comunas registradas en Venezuela, con diferentes grados de organización y desarrollo. Las Comunas están organizadas tanto en el espacio urbano como en el rural. Con esta investigación, buscamos estudiar el papel de las Comunas en la construcción del socialismo, tanto del punto de vista teórico, cotejando con las formulaciones existentes a partir de las experiencias socialistas y de transición al socialismo del siglo XX, como en la perspectiva práctica. Para esto, trabajaremos con el estudio de caso de la *Comuna El Maizal*, localizada en el estado de Lara, y el de la *Comuna El Panal 2021*, de Caracas. La investigación tiene por objetivo central comprender la estrategia de construcción del socialismo en Venezuela, por medio de la territorialización de las comunas y de la comunalización de los territorios, buscando observar y evaluar el aporte organizativo y productivo en la lucha por la conquista de poder emprendido por estas comunas, pasando por su relación con el Estado y por el proceso de construcción de un movimiento comunero en nivel nacional, la Unión Comunera.

Palabras llave: Revolución Bolivariana. Socialismo del Siglo XXI. Dependencia petrolera. Comunas venezolanas. Estado Comunal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Campo Residencial Terminal Maracaibo 1930.....	72
Figura 2 -	Vila Operária em campo de petróleo na Venezuela.....	73
Figura 3 -	Sistema de agregação comunal.....	164
Quadro 1 -	Conselhos Comunais da Comuna El Maizal.....	193
Figura 4 -	Estrutura da Comuna segundo a Ley Orgânica de las Comunas.....	201
Figura 5 -	Conselho Comunal La Padrera.....	203
Figura 6 -	Organicidade da Comuna El Maizal.....	204
Figura 7 -	Conformação do Grupo Político da Comuna El Maizal.....	207
Quadro 2 -	Unidade de Produção da Comuna El Maizal.....	214-215
Figura 8 -	Portão de entrada da UPC Porcinos del Maizal.....	233
Figura 9 -	Condições de abandono da estrutura produtiva, dos animais e das salas de aula da Estación Experimental quando da toma pela comuna.....	236
Quadro 3 -	Linha do tempo da Comuna El Maizal.....	244-245
Figura 10 -	Urbanización “2 de Diciembre” em 1957……	262
Figura 11 -	Foto da Parróquia 23 de Enero em 2018.....	263
Figura 12 -	Estrutura Organizativa da Comuna El Panal	266
Figura 13 -	Panalitos, Conselhos Comunais e Comitês.....	267
Figura 14 -	Processo de Tomada de Decisão na Comuna El Panal 2021.....	269
Figura 15 -	Nota de 10 panales.....	271
Quadro 4 -	Quantidade de pessoas e comunas nos encontros regionais da Unión Comunera.....	278-279

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Acción Democrática
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América
BIAC	Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho
BM	Banco Mundial
Causa R	Causa Radical
CELAC	Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNE	Consejo Nacional Electoral
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente
CRBV	Constitución de la República Bolivariana de Venezuela
CVAL	Corporación Venezolana de Alimentos
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA	Estados Unidos da América
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
FANB	Fueza Armada Nacional Bolivariana
FCI	Frente Cultural de Izquierda
FEI	Frente Electoral Independiente
FMI	Fundo Monetário Internacional
INTI	Instituto Nacional de Tierras
MAS	Movimiento al Socialismo
MBR 200	Movimiento Bolivariano Revolucionário 200
MEP	Movimiento Electoral del Pueblo
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionário
MPPCMS	Ministério del Poder Popular para las Comunas e os Movimientos Sociales

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORVE	Organización Venezolana
PCC	Partido Comunista Chinês
PCV	Partido Comunista de Venezuela
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
PETROVEN	Petróleos de Venezuela
PPT	Pátria Para Todos
PRV	Partido de la Revolución Venezuelana
PSUV	Partido Unido Socialista da Venezuela
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UCLA	Universidade Centroccidental “Lisandro Alvarado”
UCV	Universidad Central de Venezuela
UNE	Unión Nacional Estudantil
UPC	Unidades de Producción Comunal
UPDI	Unidad Popular de Defensa Integral
UPF	Unidades Productivas Familiares
URD	Unión Republicana Democrática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 17

2 A LUTA POPULAR E A CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA VENEZUELA..... 35

2.1 A Gênese das lutas populares na Venezuela – das Comunas de Mérida à Guerra Federal..... 39

2.1.1 Os Comuneros de Mérida..... 40

2.1.2 A luta dos afrodescendentes escravizados..... 42

2.1.3 A luta pela independência..... 44

2.1.4 A Guerra Federal..... 56

2.1.4.1 Antecedentes da Guerra Federal..... 57

2.1.4.2 A Revolução Federalista e Ezequiel Zamora..... 63

2.2 A Venezuela Petroleira, entre a dependência e as lutas populares..... 66

2.3 A ditadura de Pérez Giménez e el Sacudón..... 83

2.3.1 El Sacudón..... 97

2.4 Da rebelião popular de 1989 e militar de 1992 à Constituinte de 1999: a gesta da Revolução Bolivariana..... 100

3 COMUNA E ESTADO COMUNAL: A ESTRATÉGIA TERRITORIAL DE CHÁVEZ DE CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NA VENEZUELA..... 115

3.1 Comuna como estratégia territorial..... 120

3.2 As comunas e a transição ao socialismo..... 125

3.3 O Anteproyecto de la Reforma Constitucional e as Comunas..... 133

3.3.1 A Nova Geometria do Poder..... 134

3.3.2 A questão da propriedade..... 140

3.3.3 O Poder Popular..... 143

3.4 As Leyes del Poder Popular e o Estado Comunal..... 152

3.5 As referências históricas das Comunas..... 166

3.6 O Golpe de Timón e a luta contra o burocratismo do Estado..... 181

4 A COMUNA SOCIALISTA AGROECOLÓGICA EL MAIZAL: REFERÊNCIA E LIDERANÇA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO COMUNAL..... 192

4.1 Um pouco de história..... 195

4.2 A organização política do poder popular na Comuna El Maizal..... 200

4.3 O Sistema de Economia Comunal..... 210

4.3.1 O funcionamento do sistema econômico da comuna da Maizal..... 217

4.4 O plano é *Comunalizar el territorio*: A construção da Cidade Comunal e a dualidade de poder..... 226

4.4.1 As eleições municipais de 2017, uma disputa aberta pelo poder, e pela estratégia..... 227

4.4.2 Os meios de produção em mãos da comuna: A toma das unidades de produção para *comunalizar el território*..... 231

4.4.2.1 Toma da Estación Experimental Manuel Salvador Yépez da Universidad Centroccidental "Lisandro Alvarado" (UCLA)..... 234

4.4.3 A Cidade Comunal e a articulação em torno da Federação Comunal..... 239

5 UNIÓN COMUNERA: NASCE UM MOVIMENTO NACIONAL COMUNERO..... 246

5.1 Articulação do poder popular e o papel da Comuna El Maizal..... 247

5.2 Comuna El Panal 2021: A primeira comuna da Venezuela da era Chávez.... 258

5.2.1 Comuna El Panal 2021..... 261

5.3 Unión Comunera: uma organização nascente e em construção..... 277

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 287

REFERÊNCIAS..... 293

1 INTRODUÇÃO

O processo conhecido por Revolução Bolivariana, impulsionado a partir das lutas sociais que levaram à eleição de Hugo Rafael Chávez Frías em 1998, viveu, até o presente momento, no ano de 2021, certos níveis de transformação, tanto em sua estrutura política, quanto em seu aporte ideológico. Após o golpe sofrido por Hugo Chávez em 2002, e seu regresso através das forças populares, e do *Paro Petroleiro* neste mesmo ano, o processo se intensificou e ganhou um certo grau de radicalidade. As expressões "transformação social", "igualdade", "participação popular", se completam com a palavra "socialismo". O poder popular, enquanto ideal de organização, começa a ter conotações mais radicais, e nasce a proposta da organização territorial em conselhos comunais e comunas. O socialismo passa a ser a meta a ser construída pela Revolução Bolivariana. Nasce a proposta de se construir o *Socialismo do Século XXI.* Com a morte do presidente Hugo Chávez em 2013 e a eleição de Nicolás Maduro, o país passa a ser atacado de várias formas, interna e externamente, no intuito de derrocar aquele que talvez não tivesse tanta força de coesão como Hugo Chávez. No entanto, mesmo com todo ataque e muitas contradições internas, o processo permanece de pé.

A Revolução Bolivariana[1] na busca de construir o Socialismo do Século XXI nutre-se de variadas concepções teóricas e experiências concretas. No entanto, pretende-se original, tanto em forma quanto em conteúdo. Segundo a pesquisadora Grasiela Cristina da Cunha Baruto (2011),

> Os partidários do Socialismo do Século XXI sublinham acertadamente que a libertação latino-americana não será uma cópia de esquemas ensaiados noutras latitudes. Esses partidários afirmam ainda que "a batalha por uma sociedade de igualdade converge na região com tradições anti-imperialistas próprias (que se expressaram em Martí, Zapata ou Sandino)", sendo que o conjunto desse legado conforma um "corpo de tradições muito distante, no terreno patriótico, do nacionalismo conservador e muito afastado do livre-

1 Existe um importante debate sobre se o processo que ocorre na Venezuela pode ser chamado de Revolução. Embora concorde com os argumentos levantados por Carla Ferreira (2012) e por Amilcar Figueroa (2019) que corroboram a tese de que existe um intenso processo de transformações na Venezuela, de caráter popular e democrático, mas que não caracteriza uma revolução propriamente dita em termos marxistas, também entendo que, na atual fase do sistema capitalista configurado pelo imperialismo e pelo neoliberalismo, o processo em curso na Venezuela adquire caraterísticas radicais, que afrontam o sistema e, ao mesmo tempo, constrói possibilidades de transformações estruturais, e de fato revolucionárias, como e o caso da estratégia comunal. Mas, ao mesmo tempo, há um recuo em várias ações estatais que configuravam o processo venezuelano como anticapitalista em sua fase atual. Não pretendemos aqui caracterizar quando, como ou porque esse recuo vem acontecendo, e portando, se o socialismo deixou de ser a estratégia dos dirigentes da "revolução". Mas entendendo que o processo vem possibilitando a construção desta estratégia, inclusive com base institucional, vamos manter o termo Revolução Bolivariana ao tratar do processo.

> cambismo social-democrata". O projeto emancipatório latino-americano se conforma, assim, como uma síntese de diversas trajetórias regionais, sendo o Socialismo do Século XXI, portanto, uma "fórmula universal com fundamentos regionais", ou seja, uma mescla que "retoma o enriquecimento e a diversificação do programa comunista". Um ideal surgido em meados do século XIX na Europa Ocidental (e que) foi assumindo outros significados no decurso das tentativas de o materializar. (BARUTO, 2011, p. 252-253).

Neste sentido, a Revolução Bolivariana carrega em si elementos da história universal e da história local; das lutas por emancipação na América Latina e das construções históricas da luta comunista e socialista na Europa; de referenciais teóricos, políticos e ideológicos conformados na mesma América Latina e também na Europa dos séculos XIX e XX. E se pretende original, na medida em que olha sua trajetória a partir do processo histórico vivido pela América Latina, das lutas em torno do processo de independência política nos séculos XVIII e XIX, às lutas pela independência econômica dos séculos XX e XXI.

Segundo Hugo Chávez e seu último plano de governo, denominado *Plan de La Patria* 2013-2018, que permaneceu em vigor mesmo após sua morte no primeiro mandato do Presidente Nicolás Maduro, a Revolução Bolivariana vive um processo de transição ao Socialismo. Entende que a transição é um processo de transformações políticas e econômicas necessárias e essenciais para se alcançar a sociedade socialista. Neste sentido, afirma: *"*No nos llamemos a engano: la formación socioeconómica que todavía prevalece em Venezuela es de caráter capitalista y rentista. Ciertamente, el socialismo apenas ha comenzado a implantar su propio dinamismo interno entre nosotros." (CHÁVEZ, 2012, p.4).[2]

Tal processo de transição traz a organização territorial da população em comunas como um de seus elementos fundamentais na busca da construção do poder popular e da superação do Estado burguês. Desde o princípio de seu governo, Chávez buscou trabalhar em torno da ideia de que as transformações necessárias na Venezuela viriam por meio de uma radicalização democrática, por meio de mecanismos de participação. E, neste sentido, criou, ao longo de seu governo, diferentes instrumentos de participação popular. O primeiro se deu no marco do debate para elaboração e aprovação da nova constituição, em 1999 e o último, e o mais radical, foi a Comuna.

No ano de 2007, o então presidente Hugo Chávez planteia uma reforma na Constituição para inserir nela, dentre outros elementos, a organização territorial em comunas. Esta proposta

---

2 Propuesta de Candidato de La Patria Comandante Hugo Chávez – Para la Gestión Bolivariana Socialista 2013-2019. Essa proposta se tornou, após a eleição presidencial de Nicolás Maduro, o Plan de La Patria, e foi aprovado pela Assembleia Nacional em 3 de dezembro de 2013.

atua no marco de transformação do sentido próprio da revolução, quando entende que esta precisa assumir um programa claramente anti-capitalista. Aborda pela primeira vez esta mudança de rumo em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, assumindo o socialismo como horizonte estratégico, e, durante o processo eleitoral, explicita em seu plano de governo o socialismo como objetivo. Assim, o projeto de reforma constitucional, o qual buscava alterar elementos da constituição de 1999 no caminho da mudança no caráter da revolução, foi submetido a um plebiscito em 2 de dezembro de 2007, sendo derrotado. Esta derrota pôs um freio em algumas medidas, no entanto, em 2009 e 2010, foi elaborado e aprovado, por meio da Lei Habilitante[3], um conjunto de leis que regulamentam a proposta de poder popular. Entre elas está a Ley Orgánica de las Comunas que a define como

> un espacio socialista que, como entidad local, es definida por la integración de comunidades vecinas con una memoria histórica compartida, rasgos culturales, usos y costumbres, que se reconocen en el territorio que ocupan y en las actividades productivas que le sirven de sustento, y sobre el cual ejercen los principios de soberanía y participación protagónica como expresión del Poder Popular, en concordancia con un régimen de producción social y el modelo de desarrollo endógeno y sustentable, contemplando en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación. (VENEZUELA, 2010a, p.11).

A comuna, ao ser organizada num território específico, transforma sua cotidianidade e confere poder de participação e decisão aos sujeitos que ali vivem. Isso não sem contradições, sejam internas ou com o próprio ente que a criou, o Estado. Há uma construção ocorrendo na Venezuela em direção à transformação do Estado capitalista a partir da organização e territorialização das comunas (e da comunalização do território, como veremos ao longo deste trabalho) como expressão do poder popular. Este projeto, que no seu limite levaria ao que foi definido por Chávez como *Estado Comunal,* encontra construções coletivas, ativas e também resistência dentro do próprio processo.

Em 2021 há 3254 comunas registradas no Ministério del Poder Popular para las Comunas y los Movimientos Sociales e 48.532 conselhos comunais. (VENEZUELA, 2021). Mas é possível que este número seja impreciso, já que há casos de comunas registradas, mas que na prática não estão organizadas no território, ou o contrário, onde há comunas organizadas, mas que demoram a ter registro oficial.

---

3 A Lei Habilitante é uma ferramenta jurídica de caráter constitucional que autoriza o presidente da república a ditar decretos com força e valor de lei em matérias que apresentem pertinência de acordo com as necessidades ou urgências do país. A Assembleia Nacional habilita o presidente a utilizar desta prerrogativa durante um prazo determinado e em temas definidos. (SE HAN, 2013).

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a organização e atuação das comunas, seu processo organizativo, seus aportes e conflitos na transformação da natureza do Estado, seu potencial e suas dificuldades em cumprir sua função de produzir os bens necessários à vida na comunidade, bem como novas relações sociais. Buscaremos compreender a maneira ainda embrionária na qual buscam construir um instrumento político de articulação entre comunas, com incidência produtiva e organizativa, e com a tarefa de acumular forças para a construção do socialismo e do Estado Comunal, tal como foi proposto como objetivo de sua criação.

Refletindo criticamente sobre o que está sendo proposto e construído na Venezuela, outras questões nos parecem inevitáveis. Como um país, nessas condições de dependência petroleiro-rentista pode tentar construir uma alternativa ao capitalismo? Essa alternativa, chamada oficialmente de socialismo, carrega características que poderiam alocar esse processo neste novo modo de produção? Há de fato uma transição ao socialismo? Qual o papel das comunas nessa transição? Quais são as raízes históricas na conformação das comunas? São fruto apenas da Revolução Bolivariana ou carregam marcas de experiências anteriores? Qual a relação das comunas com o território? Como ela interfere na transformação desse território? Quais as principais transformações no território causadas pelas comunas? Como as comunas rurais estão interferindo na questão da produção e distribuição de alimentos na Venezuela? O Estado Comunal seria de fato uma alternativa ao Estado burguês na transição ao socialismo? Como se dá o conflito entre as instituições do Estado e as Comunas? O governo que assume a liderança do processo ainda tem como estratégia de superação do capitalismo a construção do Estado Comunal? Como incide sobre essa estratégia? Diante de todas essas questões, que não esgotaremos com o estudo em questão, nos propomos a focar atenção no tema das comunas e seu aporte na construção de um projeto de sociedade, pensando na transformação do território e sua ação concreta sobre os meios de produção da vida material e a reprodução da vida social.

Os trabalhadores, desde a ascensão do capitalismo na Europa, vêm empreendendo lutas contra a exploração a que são submetidos. Em algumas dessas lutas, os trabalhadores chegaram a alcançar, em alguma medida, o poder político. Da Comuna de Paris de 1871, passando pelas Revoluções Russa de 1917 e Cubana de 1959, dentre outras, até a Revolução Bolivariana na Venezuela, a questão de como se iria construir essa sociedade sem exploradores e explorados sempre foi uma questão crucial e sem respostas definitivas. As experiências reais levaram a importantes teorias acerca da transição do capitalismo ao socialismo, cada qual referente às suas próprias condições históricas, políticas, econômicas e sociais. Em seu texto *Crítica ao Programa de Gotha,* Marx coloca a questão:

> que transformação sofrerá a essência do Estado em uma sociedade comunista? Em outros termos: que funções sociais – análogas às funções atuais do Estado – nela subsistirão? Essa questão só pode ter uma resposta científica, e não se fará avançar um milímetro o programa, por mais que combinemos de milhares formas a palavra *Povo* com a palavra *Estado.* (MARX, 2001, p.122-123, grifos do autor).

Neste sentido, a consolidação de uma revolução que modifique por completo a estrutura de uma sociedade perpassa a análise crítica e científica dessa mesma estrutura em transformação. E a Venezuela, país de economia capitalista e dependente da América Latina, se propôs a transformar suas estruturas em nome e com a participação da classe explorada. Trouxe de volta as palavras "Revolução" e "Socialismo" para os debates políticos no continente. E nos trouxe novamente o questionamento acerca das formas de superar o capitalismo, seja na sua natureza econômica, social e em especial com relação à organização do Estado e do poder.

A pesquisadora Carla Ferreira (2010), estudando este processo na Venezuela destaca que

> O *Processo Bolivariano* recolocou na pauta latino-americana e mundial o tema da revolução. Inicialmente como revolução em geral e, em seguida, a partir de 2005, como revolução socialista do século XXI, rejeitando os desvios do socialismo real do século XX, e, muito provavelmente, sem conseguir fazer todos os balanços das lutas pelo poder dos trabalhadores ocorridos no mesmo período. Para isso, recorreu a expressões como "La Revolución Bonita" e "Revolución en la Revolución". Tal feito causou um impacto ideológico em nosso continente em um contexto em que despertavam aqui e ali movimentos sociais que opunham resistência crescente às políticas neoliberais, particularmente a partir da vinculação realizada entre o conjunto de movimentos articulados em torno do Fórum Social Mundial e o *Processo Bolivariano*, entre os anos 2003, 2004 e 2005. (FERREIRA, 2010, p.24, grifos da autora).

O tema da superação do capitalismo continua presente nas aspirações de diversas organizações populares da América Latina. Entender o que vem sendo construído na Venezuela, suas possibilidades e limitações se faz fundamental para avançar na discussão deste tema. Superar o modo de produção capitalista e construir um outro modo de produção da vida material no qual a centralidade esteja na satisfação das necessidades humanas e comunitárias e não do capital e seus representantes, é um desafio posto pela humanidade e para a humanidade há pelo menos 3 séculos. Mas nunca se fez tão urgente com o nível de desagregação social e de destruição dos meios naturais indispensáveis para a reprodução da vida humana. Pensar sobre este novo modo de produção da vida é fundamental, e exercitá-lo, criá-lo, é atribuição dos que têm coragem de inventar com os olhos mirando o passado, o presente e o futuro.

Este trabalho se justifica ainda por se propor a compreender um processo no qual as forças políticas da sociedade, em nível nacional e internacional, atuam no sentido de fortalecê-lo ou de destruí-lo. No dinamismo da luta política e da história em movimento, a luta de classes aparece aí imperiosa e impõe a necessidade de ações e reações constantes das forças em disputa pelo projeto a ser implementado no país.

Os últimos anos se caracterizaram como anos de lutas e resistência do povo venezuelano. Os ataques ao processo venezuelano atingem diretamente seu povo e sua autodeterminação. As ações no sentido da desestabilização econômica implementadas desde que Nicolás Maduro foi eleito a presidente da república em 2013, após a morte de Hugo Chávez, são combinadas com ações de violência organizada e controle midiático nacional e internacional.[4] A Venezuela tem sido alvo do que foi chamado por Andrew Karybko (2018) de "guerra híbrida". O autor constrói este conceito na análise dos conflitos que ocorreram na Ucrânia e na Síria nesta década. Segundo ele, estas guerras são parte de uma nova tática político-militar que busca destituir governos que não se alinham aos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados Unidos da América. Seu método passa pela combinação de uma "revolução colorida" com guerra não convencional. Por meio de um planejamento prolongado e articulado, e de estudos psicológicos que embasam ações nas redes sociais e na grande mídia, a população é instada a grandes mobilizações de massa, carregando bandeiras generalistas e abstratas como liberdade e democracia e exigindo a saída do governante. Se o golpe brando imposto pela "revolução colorida" não for suficiente, passa-se então para a guerra não convencional. Exércitos irregulares, financiados e treinados desde o exterior, chamados de "rebeldes" pela grande mídia aliada do golpe, são convocados a atuar para a derrubada do governo indesejado. E este é o projeto em implementação na Venezuela, motivado pelo desejo de controle de seus recursos naturais, em especial de suas reservas de petróleo.

As ações ocorrem desde 2013. Mas têm alguns marcos temporais que merecem ser mencionados, na medida em que a oposição se utiliza de protestos violentos como dispositivos políticos. No ano de 2014 aconteceram o que na Venezuela se chama de *guarimbas*, ações violentas de trancamento de vias públicas, onde sujeitos mascarados, armados com paus, pedras, estruturas urbanas retiradas e depredadas, e em alguns casos armas de fogo, atearam

[4] Uma breve análise sobre a atuação da oposição venezuelana até 2017 pode ser lida em FRÉITEZ, Lorena. Producir el Odio: la derecha venezolana del 2017. Celag. Org. Caracas, 27 mai. 2017. Disponível em: http://www.celag.org/producir-el-odio-la-derecha-venezolana-del-2017. Acesso em: 9 mar. 2018

fogo e depredaram instalações públicas: ônibus, distribuidoras de energia elétrica, estações do canal de televisão estatal, escolas, a sede do Ministério Público em Caracas; impediam a livre circulação de pessoas, veículos; disseminaram violência. Essas ações tiveram o intuito de criar um clima de caos e instabilidade, em especial esperando uma reação violenta dos agentes de segurança do Estado ou mesmo de parte da população chavista para justificar a criação deste exército irregular e até mesmo uma intervenção estrangeira. Esta tática se repetiu em 2017, com ainda mais violência. Nesta ocasião, vários tipos de artefatos incendiários, como os chamados *coquetel molotov*, foram lançados contra instituições e serviços públicos, bases militares, unidades de transporte públicos, estabelecimentos comerciais privados, instituições de ensino e, como nunca visto antes, sobre pessoas que parecessem chavistas. (BREA, 2019) Em ambos os momentos, o governo conseguiu frear os objetivos. A guerra econômica empreendida pelo setor empresarial venezuelano, somada ao bloqueio imposto pelos EUA, busca gerar e alimentar uma grave crise econômica já instalada na Venezuela. Em fevereiro de 2019 resolve-se, contra a constituição venezuelana, inventar um presidente interino, o então deputado da oposição Juan Guaidó, para assumir o papel de porta voz dos interesses dos Estados Unidos e de agente público da desestabilização política e econômica do país. Soma-se ainda à tentativa frustrada de intervenção com a desculpa de ajuda humanitária, boicotes e sabotagens no sistema de serviços públicos como o de distribuição de energia e o de transporte. A busca por um desfecho desta guerra híbrida, que não tem alcançado sucesso, levou a uma tentativa de golpe civil-militar no dia 31 de março de 2019, que não só fracassou, como mobilizou a população em defesa do processo. No entanto, o interesse dos EUA no petróleo venezuelano tem sido colocado acima de qualquer compromisso com a vida da população da Venezuela e com a estabilidade política e militar no continente. Uma intervenção militar com apoio de diversos países da América Latina organizados no Grupo de Lima, que inclui o Brasil, com exceção do México, chegou a ser cogitada pelo governo de Donald Trump. (ARKONADA, 2019)

Ainda houve um atentado contra o presidente da república, Nicolás Maduro, no dia 4 de agosto de 2018, quando dois *drones* explodiram numa tentativa de assassinar o presidente durante ato em comemoração aos 81 anos da Guarda Nacional Bolivariana. Este episódio ganhou repercussão em dois momentos, revelando como a mídia é utilizada na formação de opinião sobre os acontecimentos na Venezuela, compondo um importante instrumento nessa guerra. Primeiro, nos dias seguintes ao acontecimento em agosto, a mídia nacional e internacional noticiou o ocorrido colocando em dúvida a veracidade do atentado, repercutindo a voz da oposição de que seria um “auto-atentado” para justificar um aumento da repressão

contra a oposição.[5] O segundo momento ocorreu quando a CNN, empresa televisiva jornalística dos EUA, revela um vídeo que comprova a veracidade do ataque e sua autoria nas fileiras da oposição. (CNN REVELA, 2019).

A guerra não convencional atua em diferentes frentes. No dia 7 de março de 2019, a Venezuela sofre o mais grave, amplo e duradouro apagão de sua história: um ataque cibernético articulado com ataques eletromagnéticos e sabotagens em linhas de transmissão de energia ocorreram nos dias 7, 9 e 25 de março, deixando a maior parte do país sem energia elétrica por vários dias. (COMO HAN SIDO, 2019). A oposição e a mídia internacional atuam no sentido de desacreditar as informações oficiais do governo e atribuir os "apagões" à incompetência da empresa estatal Corpoelec.[6] Esperava-se uma ampla convulsão social proporcionada pelo caos estabelecido nas grandes cidades desabastecidas de energia, água, transporte metroviário, comunicação e serviços básicos durante vários dias. Mas não foi o que aconteceu. A normalidade foi retomada com o reestabelecimento paulatino da energia sem as esperadas notícias de sublevações sociais organizadas ou espontâneas. (FIM, 2019).

Em maio de 2020, a Fuerza Armada Nacional Venezuelana, as agências de inteligência a Milicia Bolivariana[7] neutralizaram uma tentativa de invasão do território venezuelano por parte de um grupo de mercenários comandados pela empresa de segurança privada estadunidense Silvercop USA. A Operação Gedeón, nome dado á ação paramilitar, contava com ex-militares venezuelanos, dois ex-militares integrantes das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e um agente da DEA. Foram detidos 50 mercenários, entre eles os três paramilitares norteamericanos ao tentarem invadir o território por via marítima. Segundo o dono da Silvercop, Jordan Goudreau, também ex- militar estadunidense, em entrevista à jornalista venezuelana Patricía Poleo, foi assinado um contrato no valor de 212 milhões de dólares entre ele, o "presidente interno" Juán Guaidó, o estrategista político de Guaidó, Juan

---

[5] "El atentado que el presidente de Venezuela, Nicolás Maduro, denunció en la tarde del sábado después de tener que abandonar un desfile militar en Caracas tras varias explosiones deja más preguntas que respuestas. La falta de información de fuentes independientes, la ausencia de imágenes de los artefactos utilizados y testimonios contradictorios de los testigos han llevado a cuestionar la veracidad del ataque, como ha hecho la oposición al régimen venezolano. La cautela en la condena de los hechos por parte de cancillerías como la española abundan en las dudas sobre la versión oficial de lo que ocurrió." (LO QUE SABEMOS, 2018)

[6] A imprensa brasileira comercial, por exemplo, trata o apagão como consequência da má gestão pública do governo venezuelano, como por exemplo nesta matéria: APAGÃO na Venezuela: veja perguntas e respostas sobre o corte de energia que afeta o país. G1, [s/l], 11 mar. 2019. Mundo. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/11/apagao-na-venezuela-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-corte-de-energia-que-afeta-o-pais.ghtml, Acesso em: 15 set. 2019.

[7] Frente armada formada por civis que atua em todo território nacional.

José Rendon, e o deputado venezuelano Sergio Vergara para realizarem operações daquela natureza com o intuito de derrubar Nicolás Maduro e "libertar a Venezuela". O contrato contava com a realização de treinamentos que ocorreram em solo colombiano.

> Desde o ano 2018, o governo venezuelano denuncia a existência de campos de treinamentos mercenários na Colômbia para invadir a Venezuela. As agências de inteligência da Venezuela apontaram que eram três acampamentos, compostos por ex-militares venezuelanos, paramilitares colombianos e mercenários contratados dos Estados Unidos. (RODRIGUES, 2020).

Com o fracasso de todas essas tentativas, coube ao governo dos EUA recrudescer ainda mais as sanções econômicas sobre a Venezuela. Assim, no dia 5 de agosto, o governo de Donald Trump publica um decreto presidencial que amplia as sanções contra a Venezuela, estabelecendo um Bloqueio Total sobre este país, aplicado somente, em outras ocasiões, à Coreia do Norte, Síria, Irã e Cuba.[8] O bloqueio imposto à Venezuela assume quatro modalidades, segundo Pedro Santander (2019) "1) bloqueo a través de decretos extraterritoriales, 2) bloqueo a través de intermediarios, 3) bloqueo mediante agencias de calificación de riesgo y, 4) bloqueo informativo impulsado por las corporaciones mediáticas" (SANTANDER, 2018). O então presidente dos EUA Barac Obama iniciou este bloqueio com o decreto que qualificava a Venezuela como uma "ameaça inusual e extraordinária" para os EUA em 2015. Mas foi Trump quem recrudesceu o bloquei por meio desses decretos. Em maio de 2018 Trump estabelece um decreto que atua diretamente nas relações financeiras internacionais do país que, como sabemos, tem sua economia dependente da exportação de petróleo, impedido de fazer qualquer transação em dólar. A segunda forma de bloqueio se dá pela sanção aos intermediários, ou seja, qualquer empresa o país que realize relações financeiras ou comerciais com a Venezuela está sujeito também às sanções dos EUA. Esta é uma ação que tem grande custos humanitários, na medida em que impede a compra de remédios, alimentos, material médico, vacinas, etc. atingindo até empresas aéreas. "Es cada vez más difícil llegar por aire a Venezuela", afirma o professor Santander. A terceira modalidade de bloqueio se dá pela

---

[8] Importante destacar que as agressões à Venezuela não são características da administração Trump. Barac Obama, mesmo tendo sinalizado uma aproximação com Cuba, nunca deixou de tratar a Venezuela como inimiga dos EUA, inclusive, institucionalizou este tratamento com o um decreto que qualificou a Venezuela como uma "Inusual y extraordinaria amenaza para la seguridad nacional y la política exterior de los EEUU". A matéria escrita por Ignacio Ramirez Romero em 2017 para o site Aporrea lista as diversas agressões produzidas pelos governos dos EUA em todos os anos da Revolução. Como veremos, essas agressões fazem parte de uma política de Estado os EUA para impor sua política de controle sobre o território venezuelano. (ROMERO, 2017).

arbitraria e injusta qualificação de risco que fazem as agencias, que ignoram a existência dos demais bloqueios e a tradição da Venezuela em honrar com os pagamentos da sua dívida externa. E por fim o bloqueio informativo, no qual as agencia internacionais de notícias, junto às diferentes corporações midiáticas dos países da América Latina, Europa e EUA, tratam de difundir a imagem de uma Venezuela assolada por uma sangrenta ditadura, que não cuida de seu povo, os deixa morrer de fome e lhes impõe a migração como o único caminho. Aliados a isso, nenhuma palavra sobre o bloqueio. E conclui seu artigo o professor Santander:

> Esa es la fórmula del bloqueo actual, impulsado a modo de política exterior por los Estados Unidos contra los países periféricos que, como Venezuela, buscan construir con soberanía sus propios caminos. Podemos ver una continuidad con los casos de Cuba y Chile durante el siglo 20, pero también vemos rasgos característicos del siglo 21 y de esta etapa del imperialismo. (SANTANDER, 2018).

A esfera da diplomacia e dos organismos internacionais também têm sido instrumentos de pressão e ataques à autodeterminação do povo Venezuelano. Em setembro de 2020, Juan Guaidó, gozando do título de "presidente interino" reconhecido pelos países alinhados e subservientes à política intervencionista dos EUA, votou como representante da Venezuela para a ativação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Tal tratado, oriundo dos tempos da Guerra Fria, foi criado na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro em 1947 como parte da política de proteção aos interesses dos EUA no pós-guerra, argumentando a proteção contra possíveis ações da URSS no continente, fazendo jus a Doutrina Monroe[9], mas, sobretudo, criando condições que aumentar seu poder de ataque contra países não alinhados. Como está em sua resolução, este tratado está "destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América". Desta forma, ele estabelece que "um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos" (TRATADO, 1947). O tratado foi acionado algumas vezes pelos EUA, mas jamais foi realmente utilizado, mesmo nos tempos mais tensos da Guerra Fria. Em 1982, durante a Guerra das Malvinas, foi acionado pela

[9] Em mensagem destinada ao Congresso dos EUA em 6 de dezembro em 1904, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) afirma: "Não é verdade que os Estados Unidos sentem qualquer fome de terra. [...] Tudo o que este país deseja é ver os países vizinhos estáveis, ordeiros e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduza bem pode contar com nossa amizade sincera. [...] [Mas] Irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, ao exercício de um poder de polícia internacional." (BONAFÉ, 2015).

Argentina, mas foi recusado pelos membros, pois o EUA se posicionou como aliado da Inglaterra neste conflito. Mas em setembro de 2019 o tratado é desenterrado pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por iniciativa da Colômbia, sob a alegação de que o governo Maduro mantém vínculos com organizações "narcoterroristas" e abriga remanescentes das FARC e do ELN, o que consistiria numa ameaça a seu país. Foi convocado então, no dia 23 de setembro de 2019, o Órgão de Consulta do TIAR que deliberou com sansões de caráter econômico, o que na prática os EUA já vinham implementando desde o recrudescimento do bloqueio no início do ano, e de caráter jurídico, na tentativa de investigar e processar pessoas, entidades e empresas ligadas ao governo. Na prática, a resolução não autoriza uma intervenção militar na Venezuela, como desejava os EUA, mas alimenta o bloqueio econômico e a narrativa de que existe uma ditadura a ser combatida mundialmente na Venezuela, o que agrava as tensões internas e intensifica a crise econômica.

Com toda essa interferência, no intuito de destituir não só um governo democraticamente eleito, mas um processo que busca transformar as bases sociais, políticas e econômicas do país, o poder popular organizado na Venezuela influencia e dá exemplo a todos aqueles que também buscam transformações profundas em favor de seus povos. Neste sentido, a crise econômica coloca o tema da soberania na ordem do dia. As comunas assumem importante papel na construção do poder popular e, na difícil tarefa de produzir alimentos e bens de primeira necessidade para buscar um mínimo de independência frente a um bloqueio aniquilador, e se transformar na ferramenta política, produtiva e organizativa no intuito de superar o quadro de dependência alimentar e alavancar o processo de construção do socialismo na Venezuela.

As fontes para a realização deste trabalho são variadas. Trabalharemos com documentos oficiais, com leis e projetos de leis, com artigos publicados na imprensa e com documentos disponibilizados pela própria comuna. Mas a fonte principal de nossa pesquisa é a voz própria dos sujeitos pesquisados. Para isso, esta pesquisadora construiu um trabalho de campo que durou, no território venezuelano, 20 dias, mas que contou com toda uma preparação anterior e estabelecimento de conexões permanentes posterior.

A princípio estabelecemos como objeto da pesquisa três comunas, todas rurais: a *Comuna El Maizal*, no estado Lara, a *Comuna José Leonardo Chirino*, no Estado Falcón e o *Corredor Comunal Charakot Apirá*, formado por 8 comunas, no estado Mérida. No entanto, o dinamismo e as mudanças conjunturais nos fizeram mudar os planos. Desde o momento em que elaboramos o projeto, em abril de 2018 e o da realização da pesquisa de campo, em agosto de

2019, transformações ocorreram tanto em relação às comunas e seu processo de articulação política e econômica frente à conjuntura da Venezuela, como com os contatos que tínhamos para chegar a elas. Desta forma, optamos por trabalhar com comunas rurais e também com comunas urbanas, e definimos um território possível para realizar a pesquisa. Três variáveis incidiram sobre esta definição, além da relevância da experiência em si: o momento do processo organizativo interno da comuna e sua articulação com outras comunas; a distância e a disponibilidade de transporte, visto que existe um problema estrutural no transporte público, privado e rodoviário na Venezuela devido ao bloqueio e à dificuldade, por conseguinte, de se ter acesso às peças de reparação automobilísticas; e, terceiro, o próprio contato com pessoas de confiança da comuna, pois, num momento em que o país está sob ataque permanente internacional e de forças políticas e econômicas internas, golpistas e violentas, as comunidades organizadas e os movimentos sociais, se mostram mais cautelosos em receber e se abrir para pessoas desconhecidas. Desta forma, a escolha das comunas, se condiciona também ao contato e as articulações que a Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho, do MST, tem construídas na Venezuela.

Assim, realizamos a pesquisa de campo em 4 comunas: A *Comuna El Maizal*, no estado Lara, a *Comuna El Panal 2021*, no bairro *23 de Enero*, em Caracas e as *Comunas 5 de Março, Comandante Eterno* e *Comuna Altos de Lídice*,[10] em zonas periféricas de Caracas. Mas com o desenvolver da pesquisa outras mudanças precisaram ser feitas. A única comuna que conseguimos fazer um trabalho de campo com uma certa imersão, participando de reuniões, convivendo no dia a dia com famílias *comuneras*, conhecendo o funcionamento das empresas de propriedade social, foi a Comuna El Maizal, onde permanecemos por 8 dias. Nas comunas de Caracas fizemos uma ou duas visitas guiadas por uma liderança local. O que nos limitou em termos de captação dos elementos daquela realidade. Um segundo aspecto que nos levou a tomar determinadas decisões que alteraram em parte a forma como pretendíamos expor a pesquisa, mas, acreditamos, não incidiu sobre seu objetivo, foi o nível de desenvolvimento

[10] As Comuna Altos de Lídice e 5 de Marzo Comandante Eterno, são comunas localizadas em bairros periféricos de Caracas, com alta vulnerabilidade social, e fortemente atingidas pela guerra econômica. São comunas jovens, que tem seus processos de formalização estabelecidos a pouco mais de um ano. Além de sua condição histórico-social, estas comunas carregam mais elementos em comum: estão sendo coordenadas e impulsionadas por jovens; em pouco tempo conseguiram envolver a comunidade num projeto coletivo que ataca de forma imediata diversos problemas enfrentados diariamente pelas pessoas; têm ganhado visibilidade nacional e internacional por seu processo vivo; e se articulam, junto às Comunas El Maizal, El Panal 2021 e outras comunas, no processo de construção da Unión Comunera.

econômico e organizativo das comunas. As Comunas El Maizal e El Panal 2021 são exemplos de comunas, a primeira no espaço rural, a segunda no espaço urbano, de implementação concreta do projeto comunal em construção. Elas não são as únicas a fazerem isso, outras tem uma trajetória neste sentido.[11] Pela articulação que fizemos para a pesquisa, as Comunas Altos de Lídice e 5 de Marzo seriam objetos também de nossa investigação, por estarem assumindo um importante protagonismo na articulação em torno do movimento *comunero* nacional. No entanto, por serem comunas muito jovens (tinham em torno de um ano de formalização quando de nossa visita), tinham poucos avanços em ternos produtivos e organizativos. Optamos por não trazê-las em nossa exposição na medida em que não aportariam, na compreensão da estratégia, com elementos novos, ou seja, com elementos a partir da experiência prática e concreta que contribuam na compreensão da estratégia que as Comunas El Maizal e El Panal já não haviam aportado. No entanto, conhecê-las e, principalmente, conversar com suas jovens lideranças, foi fundamental para entendermos o projeto em construção. Desta forma, mesmo as comunas não sendo objeto de nossa análise em si, as vozes de suas lideranças compõem as reflexões presentes nesta pesquisa. Tendo explicado estas mudanças, nossa pesquisa se concentrou na análise da experiência concreta das Comunas El Maizal e El Panal 2021.

Realizamos as entrevistas com base num questionário semi-estruturado elaborado após pesquisa bibliográfica e em material divulgado pela imprensa ou pelas mesmas comunas na *internet*. As entrevistas foram gravadas individualmente, com o consentimento do entrevistado. Elaboramos questionários diferentes para os diferentes sujeitos que entrevistamos, como lideranças da comuna, trabalhadores das Empresas de Propriedad Social Directas Comunales (EPSDC) e Unidades de Producción Comunal (UPC), moradores do território da comuna, mas sem envolvimento nas estruturas políticas ou econômicas, intelectuais, membros do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) e deputados constituintes.

Este trabalho está dividido em 4 capítulos. O primeiro, intitulado "A Luta Popular e a condição de dependência da Venezuela", trará uma abordagem histórica acerca das lutas populares na Venezuela, conformando sujeitos, organizações políticas e experiências de lutas no cenário político do país, até o processo que culminou com eleição de Hugo Rafael Chávez Frías como presidente da república, carregando, em certa medida, uma síntese história dos

[11] Por exemplo, a Comuna Che Guevara, em Mérida, com importante experiência de organização do seu sistema econômico comunal; Comuna Pio Tamayo com a experiência da toma e recuperação da fábrica da Brahma em Barquisimeto com a Empresa de Propiedad Social Directa Comunal Proletarios Unidos; a experiência da Ciudad Comunal Campesina Socialista Simón Bolívar, formada por 8 comunas rurais no estado Apure; dentre outras.

anseios coletivos destes diferentes processos. Este capítulo está divido em duas partes. A primeira trará as lutas populares pré e pós-independência que são lembradas na Venezuela como referências históricas para as lutas atuais. A segunda parte trará a formação econômico-social venezuelana a partir da descoberta do petróleo que a transforma e a condiciona, colocando em outro patamar sua condição de dependência. Assim, discutiremos elementos da história da Venezuela pós-independência à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD), para a qual a condição de dependência dos países da América Latina se estabelece quando estes deixam de ser colônias de países europeus e passam a se conformar como Estados-Nação com relativa independência política, mas com um papel determinado na divisão internacional do trabalho, como parte fundamental do desenvolvimento do capitalismo e da economia mundializada. A partir do referencial teórico da TMD, trataremos de analisar a condição desta Venezuela que se pretende revolucionária enquanto possui uma economia petroleira e dependente, subscrita no desenvolvimento do capitalismo e do mercado mundial e, em especial, da América Latina. O capitalismo dependente surge como uma consequência e uma forma particular do desenvolvimento do sistema capitalista na qual os países assumem seu papel na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, num processo de desenvolvimento considerado desigual e combinado. Teotônio dos Santos (2011) explica que o desenvolvimento é desigual pois

> el desarrollo de partes del sistema se hace a costa de otras partes. Las relaciones comerciales se basan en un control monopólico de mercado, que lleva a la transferencia de excedente generados en los países dependientes hacia los países dominantes. Las relaciones financieras son, por parte de las potencias dominantes, formas de préstamo y exportación de capital que permiten recibir intereses y ganancias aumentando su excedente interno y profundizando el control de las economías de estos países. En cambio, por parte de los países dependientes, estas relaciones se presentan como exportación de ganancias e intereses que llevan una porción del excedente generado y su interior y conducen a una pérdida de control de sus recursos productivos. (SANTOS, 2011, p.369).

Logo em seguida, o autor continua a explicação, na medida em que, além de desigual o desenvolvimento é combinado pois

> es la combinación de estas desigualdades y la transferencia de recursos de los sectores más atrasados y dependientes a los más adelantados y dominantes, la que explica esa desigualdad, la profundiza y la transforma en un elemento necesario y estructural de esta economía mundial. (Ibdem, p.369)

Neste sentido, a Venezuela, assim como os demais países da América Latina, esbarra nesta condição histórica e sistêmica de dependência, desde sua constituição enquanto economia

colonial, comercial-exportadora, passando pela dependência industrial-financeira e chegando aos dias de hoje também pela dependência tecnológico-industrial (SANTOS, 2011). Apesar dos diferentes processos de industrialização e dos diferentes níveis de subordinação, os países latino americanos permanecem nesta condição de economia dependente.

Desde o início da exploração petroleira, na década de 1920, a economia se submete à dinâmica imposta pela renda petroleira. O campo se esvaiu, de produção e população. Uma economia que depende, tanto da exportação de petróleo, quanto da compra de produtos industrializados, estabeleceu uma relação de dupla dependência dos Estados Unidos, que atuava no país segundo seus interesses (FERREIRA, 2010). Neste sentido, a indústria pouco se desenvolveu. A dependência sofreu algumas transformações ao longo de sua trajetória, mas a Venezuela continua a viver essa dependência, que se estende até mesmo na necessidade de importação de produtos mais elementares, principalmente de alimentos.

Encerramos o primeiro capítulo com as lutas sociais e políticas que geraram as condições para a eleição de Hugo Chávez em 1998 e a promulgação da Constitución Bolivariana de Venezuela em 1999.

O segundo capítulo, intitulado "Comuna e Estado Comunal: A estratégia territorial de Chávez de construção do socialismo na Venezuela", busca iniciar o debate acerca da construção do socialismo por meio da estratégia de construção das comunas e do Estado Comunal a partir de sua formulação pelo presidente Hugo Chávez. No sentido de radicalizar o processo democrático, a Venezuela iniciou a implementação do que chamou de uma Nova Geometria de Poder. No dia 2 de dezembro de 2007, a Assembleia Nacional colocou sob referendo a proposta de Reforma Constitucional apresentada por Chávez. Tal reforma estava dentro do plano de aprofundar as reformas da Revolução Bolivariana e constituir uma nova organização política e econômica da sociedade, para criar as bases da construção de um Estado que substituiria o Estado burguês, de caráter socialista e que, posteriormente, foi chamado de Estado Comunal. Tendo consciência de que esta construção seria um trabalho a largo prazo e com muitos caminhos a percorrer, o presidente Hugo Chávez tratou de garantir instrumentos legais[12] que possibilitariam ações contundentes e as resguardariam, pelo menos legalmente, de possíveis

[12] Ante projeto de Lei da Reforma Constitucional, não aprovada; Leis Orgânicas do Poder Comunal, das Comunas, dos Conselhos Comunais e da Economia Comunal, aprovados em 2010; Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte em 2017 que tem como um de seus projetos, inserir na Constituição as leis referentes à construção das Comunas e do Estado Comunal.

ações da contrarrevolução, ou de um desvio de rumo do próprio núcleo dirigente do processo encastelado no governo e nas instituições do Estado.

Para revelar a estratégia do Estado Comunal, trabalharemos com quatro documentos, sendo dois institucionais e duas transcrições de discursos de Hugo Chávez. Os documentos são: o Anteproyecto de la Reforma Constitucional submetido pelo presidente Hugo Chávez à Assembleia Nacional em 2007; e o conjunto de Leis aprovados em 2009 e 2010 conhecidas com Leyes del Poder Popular. Os dois discursos proferidos por Chávez são referência para o movimento popular na Venezuela na defesa que o presidente fazia da estratégia comunal como sendo a estratégia de transição ao socialismo. São eles: o discurso proferido em seu programa de televisão semanal, *Alô Presidente*, e que nesta ocasião inaugura um programa espacial chamado *Alô Presidente Teórico*, em junho de 2009, em que revela alguns elementos teóricos e históricos que o levaram a idealizar a proposta das Comunas; e o outro se trata de um dos últimos discursos de Chávez, realizado numa reunião ministerial onde reforça a estratégia perante seus ministros, proferido em 2012, intitulado *Golpe de Timón*. Estes documentos são chave fundamental para compreender a proposta de construção do socialismo através do território como célula da construção do Estado Comunal.

Faremos a análise destes documentos nos valendo de três níveis de abstração: territorial, da transição ao socialismo e da teoria marxista do Estado. Compreendemos que esta proposta parte do princípio de que o território está para além do substrato espacial material onde estão inseridas as populações e os recursos. Partiremos, desta forma, de uma abordagem territorial, na perspectiva sugerida pelo pesquisador Marcelo Lopes de Souza (2009), para quem o "o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (p.59), para quem o poder é uma relação social e o território é a expressão material dessa relação. Analisaremos a estratégia em diálogo com a teoria da transição ao socialismo e com a necessidade revolucionária de transformação do Estado, que, ao longo dos séculos XIX e XX, e agora no século XXI, se expressa por meio da luta da classe trabalhadora, produzindo elaborações teóricas que buscam responder a essa necessidade histórica, sua forma, método, sujeitos e processos. Dialogaremos, assim, com algumas referências históricas que são citadas tanto por Chávez em seus discursos, como pelos próprios sujeitos *comuneros*, como sendo parte significativa de seu aprendizado e de suas referências. Desta forma, buscaremos o diálogo entre estas concepções e referências e a proposta de construção do Estado Comunal.

No capítulo seguinte, "A Comuna Socialista Agroecológica El Maizal: Referência e liderança coletiva na construção do Estado Comunal", traremos a experiência da Comuna El

Maizal, como a referência concreta de organização comunal em torno da estratégia socialista. A *Comuna El Maizal* está localizada entre os estados Lara e Portuguesa, e se conformou como uma importante referência em organização para a produção de alimentos e na busca de soberania. Sua base organizativa está vinculada diretamente ao processo produtivo, abrindo possibilidade para o debate acerca do modo de produção da vida material desta sociedade de base comunal. É considerada uma das comunas mais organizadas da Venezuela, contando com deputado constituinte. Vem travando uma batalha política com instituições do Estado e segmentos do PSUV, partido majoritário no governo. Baseia seu desenvolvimento econômico, político e social na articulação entre a produção das Empresas de Propriedad Social Directa Comunal (EPSDC)[13] e Unidades de Producción Comunal (UPC) e as pequenas propriedades camponesas, com controle comunal, distribuição justa, investimentos produtivos e sociais, além de aporte significativo no tema da formação técnica e política. A *Comuna El Maizal* atua no fortalecimento e articulação com outras comunas do município, na estratégia de construir a cidade comunal, e com comunas de todo o país na construção do movimento *comunero* a nível nacional recentemente batizado de Unión Comunera.

Este capítulo pretende trazer à tona as experiências concretas de construção do poder popular e debater, a partir da realidade, o projeto do Estado Comunal. Buscaremos trazer, por meio de um diálogo com os sujeitos reais, suas lutas, sua organização social, econômica e produtiva, suas originalidades, avanços e contradições, a formulação de um processo de superação do sistema capitalista e de transição ao socialismo.

Por fim, o último capítulo, "Unión Comunera: nasce um movimento nacional *comunero*", que não se pretende conclusivo, pois a história está em pleno caminhar de seu curso, debaterá o papel que as comunas assumem na construção da estratégia socialista na Venezuela, por meio de uma articulação nacional de comunas, gestada como movimento a partir de suas próprias experiências, formando a Unión Comunera. A partir deste movimento em processo inicial de construção, as comunas buscam se articular para acumular força política, econômica e social para o projeto de substituir o Estado burguês por um Estado Comunal como parte do processo revolucionário em direção ao socialismo. Neste sentido, traremos, a partir de documentos produzidos pelos diversos encontros realizados ao longo dos anos de 2018, 2019 e 2020, o processo de formação deste movimento, e a consolidação da estratégia comunal como

[13] Para um melhor acompanhamento do leitor, a cada capítulo nos referiremos à abreviação ou à sigla com seu significado por extenso quando ela aparecer pela primeira vez. No restante do capítulo apontaremos somente a abreviação ou sigla.

a via de construção do socialismo na Venezuela, tendo como protagonista não mais o Estado, mas as próprias comunas.

Este capítulo traz ainda a experiência da *Comuna Socialista El Panal 2021*, localizada na emblemática *parróquia 23 de Enero*, que carrega em si a história da estratégia de construção do poder popular por meio da organização comunal. A partir desta experiência, trazemos o importante papel que cumprem as comunas urbanas na construção da estratégia comunal e do movimento *comunero* nascente. A Comuna El Panal 2021 constituiu formas de organização coletiva e comunitária antes mesmo da consolidação da proposta por Hugo Chávez. Por isso, tem uma experiência organizativa própria, sendo uma importante referência nacional. Tem expandido sua experiência por meio da *Fuerza Patriótica Alexis Vive*, construindo e fortalecendo comunas por outros estados do país. Atuando num meio urbano altamente populoso, tem caraterísticas produtivas e organizativas distintas da *Comuna El Maizal,* mas dialoga com ela na estratégia e em relações de troca.

2 A LUTA POPULAR E A CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA VENEZUELA

> As contradições refletem a forma e o grau de desenvolvimento do capitalismo, da relação recíproca de classes sociais antagônicas. Na tradição marxista o certo seria perguntar se as classes trabalhadoras possuem ou não condições objetivas e subjetivas para travar em nome próprio e em seu proveito a luta de classes. O que fazer para pôr termo às revoluções "interrompidas do passado remoto, do passado recente e do presente? (FERNANDES, 2015, p.98-99)

A formação econômico-social que caracteriza a Venezuela percorreu, até o século XIX, um caminho similar aos demais países da América Latina, sofrendo diferenciações na medida em que os países se inseriam na economia mundial. Essas economias transitaram da condição de colônias do processo de expansão marítima e comercial da Europa, para economias dependentes, estabelecendo-se a integração com as economias centrais com base numa heteronímia econômica e uma regulada autonomia política, onde a dominação colonial foi substituída por procedimentos mais sutis do moderno imperialismo econômico. (FERNANDES, 2006).

A categoria dependência que estamos utilizando aqui para caracterizar a Venezuela é parte de um arcabouço teórico de análise das formações econômico sociais da América Latina a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), que tem como seus fundadores os pensadores e militantes brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teothônio dos Santos, mas com importantes contribuições de Florestan Fernandes e de outros pensadores latino americanos que seguiram essa tradição teórica. Partindo da lei do valor e da lei geral da acumulação capitalista de Marx, estes e outros autores buscam compreender o desenvolvimento dos países da América Latina como parte do desenvolvimento do capitalismo e de sua etapa atual, o imperialismo[14]. Neste sentido, compreendem que o desenvolvimento capitalista na América Latina segue *leis tendenciais específicas* que lhe conferem o caráter de economia

[14] Lenin, em seu livro Imperialismo, estágio superior do capitalismo, escrito em 1916 e publicado em 1917, importante referência para os estudos do capitalismo contemporâneo, e em especial para a TMD, elenca cinco características fundamentais que definiria o imperialismo: "1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse 'capital financeiro', da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolista de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo dentre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2012, p.124).

capitalista dependente[15]. Estas leis expressam o caráter estrutural da dependência, e não apenas conjuntural, e nem mesmo fruto e resultado de políticas econômicas equivocadas. E ela não se expressa da mesma maneira em todos os países. Mathias Luce (2018), em seu estudo sobre a Teoria Marxista da Dependência afirma que

> O que se coloca, a partir da TMD, é que a acumulação de capital ocorre na economia dependente, mas sob determinadas condições, de tal maneira que, para mais desenvolvimento capitalista, mais dependência. Ou seja, a dependência pode mudar de forma e de grau – tema que merece a devida atenção - Porém se mantém como característica geral das formações econômico-sociais subordinadas ao imperialismo. (LUCE, 2018, p.199).

Na análise, os autores da TMD partem da formulação marxiana da formação econômico-social. Luce (2018) explica que o conceito de *formação econômico-social* cunhada por Marx atua como categoria explicativa e de mediação entre o modo de produção e suas diferentes determinações no que tange as relações entre as forças produtivas e as relações sociais de produção numa determinada formação histórica concreta. A partir da teoria do imperialismo de Lenin, soma-se um novo sentido, configurando também as relações de poder dos Estados, e entre eles, no papel que cumprem na economia mundial, na divisão internacional do trabalho. Assim

> a formação econômico-social, por conseguinte, passou a ser conhecida como a síntese de determinações que abarcam as forças produtivas, as relações de produção, as relações de classe resultantes e a configuração do poder estatal, como expressão histórico-concreta do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista enquanto economia mundial. (Ibdem, p.212).

Vânia Bambira (2011) identifica duas configurações históricas na formação econômico-social na América Latina. A primeira, como *formações dependentes-exportadoras* que marcam as economias Latino Americanas a partir de sua independência formal e sua inserção no mercado mundial como produtora de matérias-primas e alimentos. Algumas destas economias passaram por processos de industrialização, se conformando, mais tarde, como *formações dependentes-industriais*. (BAMBIRRA, 2019; LUCE, 2018).

A partir desta configuração, caracterizada por formações históricas concretas, Bambirra (2011) busca compreender a dependência a partir do processo de industrialização, e elabora a tipologia da industrialização dependente. Esta tipologia constitui-se num instrumento para

[15] As leis tendenciais específicas da economia dependente são: a superexploração da força de trabalho, as transferências de valor como intercâmbio desigual e a cisão do ciclo do capital.

explicar as diferenças entre o desenvolvimento dos países da América Latina, ou seja, os diferentes caminhos tomados em termos de desenvolvimento dependente pelos países, por Brasil e Venezuela, por exemplo. A autora estabelece três tipos de estruturas dependentes a partir do processo de industrialização. O de tipo A, são aqueles países que iniciaram seu processo de industrialização na última década do século XIX e no período entre guerras e, com a crise de 1929, puderam alavancar este processo, passando de *formações dependente-exportadoras* a *formações industriais-dependentes.* São exemplos de formações econômico-sociais de tipo A: Brasil, Argentina, México, Chile, Colômbia e Uruguai. As formações de tipo B viveram um processo de industrialização tardia em relação às de tipo A, a partir da Segunda Guerra Mundial, já sob controle monopolista do capital estrangeiro. Os países com formações de tipo B são: Venezuela, Peru, Bolívia, Equador, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana e Cuba. As formações econômico-sociais de tipo C não experimentaram processos de industrialização, apesar de conterem indústrias em seus territórios. São elas o Haiti, Paraguai e Panamá. (BAMBIRRA, 2019).

Em complementariedade à tipologia proposta por Bambirra, Marini (2018) e depois Jaime Osório (2012), propõem a abordagem do *padrão de reprodução do capital*, no sentido de "[...] fazer a apreensão dialética *valor de uso* e *valor* (processo de valorização) em conjunturas históricas específicas." (LUCE, 2018, p.218). Jaime Osório distingue os diferentes padrões de reprodução na América Latina: padrão agromineiro-exportador, padrão industrial internalizado, padrão industrial na fase de integração ao capital estrangeiro (integração dos sistemas de produção), novo padrão exportador de especialização produtiva. (LUCE, 2018). Cada um destes padrões faz parte de uma análise que leva em conta a historicidade de cada formação econômico-social. E todas as economias da América Latina se inseriram no mercado mundial como agromineiro-exportadores.

A Venezuela constitui-se, a partir desta categorização, como um país que passou por um processo de industrialização dependente tardia, subordinada ao capital monopolista estrangeiro e com uma particularidade em relação aos demais países: esta industrialização está subordinada à indústria petroleira, que lhe confere características próprias. Falaremos destas características e dessa condição ao longo do capítulo.

Neste primeiro capítulo trabalharemos o processo histórico que conformou a Venezuela enquanto uma economia dependente e petroleira, trazendo elementos de alguns processos políticos e de luta e resistência empreendida pelas classes, em especial pelas classes subalternas, exploradas e expropriadas ao longo dessa história, que, sofrendo a opressão do sistema, de

alguma forma lutaram contra seu desenrolar e, em muitos casos, construíram lutas que carregavam projetos de sociedade que buscavam romper com o ciclo de desenvolvimento imposto por forças externas e pelas elites locais subordinadas a elas.

O processo da formação econômico-social dos países da América Latina se apresenta, a traços grossos, de maneira semelhante, mas apresentando particularidades em cada país. O caso da Venezuela é emblemático por diferentes razões. Em primeiro lugar, por como se deu a luta pela independência, que carregava um projeto de nação, nos marcos de uma sonhada revolução burguesa conduzida por Simón Bolívar. Essa luta, marcada por períodos de continuidade e episódios de ruptura, nunca chegou a ser realizar como projeto. Florestan Fernandes aponta para o processo de "interrupção das revoluções" burguesas na América Latina como um fenômeno político repetitivo. Para o sociólogo, as burguesias locais se inserem na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo já subservientes aos interesses das economias centrais, promovendo o próprio "aborto da revolução burguesa" (FERNANDES, 2015).

O dinâmico período histórico de construção e aparente consolidação da independência venezuelana foi periodizado pelos historiadores nas "5 repúblicas". Sendo que a IV república abarca metade do século XIX e todo o século e XX. Não pretendemos utilizar essa periodização para explicar a formação venezuelana, mas ela revela, na luta política, o caráter inconcluso ou interrompido do processo de independência e, de certa maneira, uma busca em diferentes dimensões e lutas para alcançá-la. Fazer essa leitura histórica das lutas sociais em diálogo com as determinações da formação econômico-social trazidas pela TMD nos possibilita compreender a complexidade da formação desta nação, e o caráter "revolucionário" inconcluso dos muitos processos de luta que empreenderam as classes subalternas na Venezuela, interrompidos e abortados por aqueles que carregavam o conteúdo inicial destes processos, a burguesia local. Tais processos de luta se constituíram em herança viva e pulsante no processo atual conhecido como Revolução Bolivariana.[16]

[16] Florestan Fernandes (2015) nos explica que esse as "revoluções interrompidas" não são interrompidas para a nascente burguesia. Elas se reconfiguram para atender seus interesses, de seus parceiros externos e imperiais das economias centrais. Nos processos de independência, tais "revoluções" apresentam um caráter meramente político, mantendo as principais características econômicas da era colonial. Desta forma, segundo Fernandes (2015), há um processo de independência que não possibilita uma descolonização, pois não é de interesse das classes dominantes internas e externas que isso ocorra.

2.1 A Gênese das lutas populares na Venezuela – das Comunas de Mérida à Guerra Federal

Está fortemente presente na cultura venezuelana e ideia do povo rebelde. Essa ideia aparece representada nas canções, palavras de ordem, murais espalhados pela cidade de Caracas e outras capitais, e se consolida na análise historiográfica daqueles que buscam contar a história a partir da ótica dos oprimidos. Assim, o historiador venezuelano Roberto López Sánchez na introdução de seu livro intitulado "El protagonismo popular en la história de Venezuela: Raíces históricas del proceso de câmbios*"* coloca:

> Si algo ha destacado en Venezuela desde la época colonial es, precisamente, el espíritu de rebeldía de sus pobladores. La lucha de clases no la inventó Chávez, como tampoco la inventó los historiadores, marxistas o no marxistas, cuando realizaron sus estudios durante los siglos XIX y XX. (SÁNCHEZ, 2015, p.11).

Nesta obra, Sánchez busca trazer à luz a participação popular nos diferentes períodos históricos da Venezuela, elucidando que esta participação ora contribuiu para o desenrolar de processos dirigidos ou apropriados pelos setores da elite venezuelana, ora se voltam contra ela, gerando verdadeiras revoltas populares que, em muitos casos, ansiavam a tomada do poder político. No primeiro caso, muito há na própria História oficial. No entanto, no segundo, onde surge o protagonismo popular na disputa de projeto na sociedade, e a história oficial buscou esterilizar, encontrou-se eco em estudos impulsionados pela necessidade de trazer à tona as classes subalternas, não somente na História, mas na luta pelos espaços de poder.

> Nuestra historia está caracterizada por las continuas revoluciones políticas en las cuales un grupo insurgente, de raíces populares derroca al previamente existente. Así ocurrió en el proceso independentista y continuó con la Guerra Federal en 1859-1863, con la Revolución Restauradora de los andinos de 1899, con la Revolución democrática de 1945 y 1958 y, finalmente, con la llegada de Hugo Chávez a la presidencia en 1999 (…). (SÁNCHEZ, 2015, p12).
>
> (…) Lo que ha hecho el chavismo es retomar las ancestrales tradiciones de la lucha popular, apoyándose en el discurso crítico que el movimiento revolucionario elaboró durante la década de los ochenta, y en la propia protesta social de estos años. La lucha popular está, inseparablemente, ligada al nacimiento de Venezuela como república. (Ibdem,p12).

A revolução bolivariana liderada por Chávez carrega uma importante referência nestas lutas históricas e na valorização da participação e, em muitos casos, do protagonismo popular. Assim, palavras como Pátria e Independência aparecem como parte do discurso bolivariano, no

resgate de seu elemento simbólico, mas, sobretudo, na compreensão de que estes processos foram interrompidos para garantir os interesses das classes dominantes. A Pátria que está por se formar e a Independência que todavia está por se conquistar.

A história da Venezuela, ao ser analisada do ponto de vista das classes subalternas, nos revela a contradição permanente entre ruptura e continuidade. A formação econômica e social venezuelana é perpassada por diferentes momentos e processos onde esta contradição é latente, ou se expressa em conflitos declarados, em alianças entre as classes, triunfos, e traições, que revelam o caráter de classe destas rupturas.

Os períodos colonial e pós-colonial venezuelano são repletos de manifestações de resistência indígena e afroamericana. Mas alguns deles se tornaram pontos de inflexão ou porque caracterizaram momentos de ruptura ou porque revelaram o caráter de continuidade do poder das classes dominantes frente às alianças insurgentes.

2.1.1 Os Comuneros de Mérida

Em março de 1781, no território colonial espanhol Vice-reinado de Nova Granada, mais especificamente na região dos Andes Venezuelanos, iniciou-se uma rebelião de camponeses e pequenos produtores pobres, que durou um pouco mais de 6 meses. Esta rebelião ficou conhecida como a rebelião dos *Comuneros de Mérida*[17].

O movimento insurgente que envolveu milhares de pessoas, num território de baixa densidade populacional e de difícil deslocamento, teve como fator detonante o aumento dos impostos do tabaco e da aguardente, bem como restrições no comércio que, controlado pela elite metropolitana, comprava a baixos preços os produtos dos camponeses e produtores, e vendia-os a preços elevados, além de lhes impor altas taxas de impostos, numa espécie de organização comercial sob controle da coroa chamada de *estanco*. No entanto, esta revolta se ampliou, passando a tomar feições de uma rebelião contra o próprio poder colonial. Neste mesmo período, acontecia, no Vice-reinado do Perú, o levantamento indígena liderado por *Túpak Amaru*, que se rebelava em reação às mesmas medidas implementadas naquele território.

A região dos Andes era povoada por indígenas, mestiços e alguns fazendeiros, produtores de tabaco, que viviam com certa autonomia frente às políticas de exploração

[17] A história desta rebelião tem sido resgatada pelo atual movimento comunero, na busca de compreender suas raízes históricas.

colonial, na medida em que suas atividades econômicas não estavam na centralidade da acumulação de capital colonial. No entanto, no final do século XVIII, a Coroa espanhola determina uma reforma administrativa em seus vice-reinados, com o intuito de intensificar os seus benefícios extraídos do sistema colonial, aumentando o controle e a exploração sobre as mercadorias produzidas na colônia. Desta forma, constituíram-se mudanças substanciais na política fiscal, mas também na reordenação provincial, unificando territórios no intuito se estabelecer maior controle sobre eles. Nos Andes venezuelanos, os impostos sobre o tabaco e a constituição de políticas de maior controle territorial atacaram imediatamente a vida dos que ali viviam.

> Los descendientes de los indígenas que a lo largo del siglo XVI e XVII habían resistido a la inserción de la cultura eurocéntrica, ya habían formado sus subjetividades colectivas dentro de ese mismo orden, de una manera que les fue posible crear sus propios espacios de reproducción cultural y social, como esferas locales de autonomía política y de construcción de identidades. Con las nuevas medidas implantadas, la intención era allanar estos espacios, según el beneficio de los intereses de la Corona. (TIAPA, 2012, p.16).

O sistema colonial de exploração ampliou sua atuação neste território, intensificando a exploração sobre as comunidades indígenas, mas também sobre setores médios. Como relata Sánchez (2015)

> En el levantamiento comunero participaron, principalmente, los sectores ubicados en el estamento intermedio: los blancos de orilla, mestizos, mulatos, zambos y negros libres; una capa de pequeños labradores y productores urbanos (pequeños comerciantes, bodegueros, dependientes, poseedores de tierras de escasa extensión). Una categoría de trabajadores libres, pero sometidos a la explotación económica de los ricos propietarios (jornaleros, peones, artesanos, sirvientes); los colonos libres que trabajan las tierras de la oligarquía y pagan una renta en especie o en trabajo. (SÁNCHEZ, p.20-21).

Desta forma, o aumento dos impostos do tabaco foi somente um estopim que gerou uma rebelião que passa a atacar não somente seu problema imediato e a política que o gerou, mas o próprio domínio colonial. Com crescente descontentamento e ampliação da participação popular, a revolta assume para si objetivos ambiciosos, de estabelecer um governo autônomo no território da Capitania Geral de Venezuela[18].

Na medida em que os *comuneros* avançavam sobre o território, iam estabelecendo governos locais, comandados por habitantes que participavam da sublevação e que compunham o corpo de combatentes. No processo de reorganização do poder local, instituíram a propriedade comunal da terra para camponeses e indígenas. Os *comuneros* chegam a tomar o controle de

[18] A Capitania Geral da Venezuela fazia parte do Vice-reinado de Nova Granada.

importantes cidades, como Mérida, San Cristóbal y La Grita. Mas foram violentamente reprimidos pelo governo colonial, que enviou tropas de Caracas e Maracaibo, dispersando os *comuneros* e restabelecendo o controle colonial em setembro de 1781.

O termo *comunero* era a maneira como se autodenominavam os sujeitos e os protagonistas desta revolta, e vem da ideia de pertencer ao comum, que se materializava na terra como bem comum.

> En la revuelta comunera estaba presente la idea de autonomía frente al régimen colonial, y la conformación de un orden económico y político sobre la base de la propiedad colectiva. Este tipo de propiedad tuvo sus orígenes históricos a partir de la fusión entre las imposiciones del capitalismo agrario y las tradiciones culturales indígenas. (TIAPA, 2012, p.38).

Esta rebelião tem sido resgatada como referência histórica pelo atual movimento comunero venezuelano, não somente pelo nome, mas por seu exemplo histórico, ao reivindicar a propriedade coletiva da terra, ao levantar a bandeira da autodeterminação e da autogestão, organizando a luta com bases populares, camponesas e indígenas.

No entanto, a pesar da origem a da motivação popular da revolta, a bandeira da independência do controle espanhol foi levantada, a partir deste momento, por grandes proprietários de terra e mantuanos[19] caraquenhos, que começavam a debater e a ansiar romper com o sistema colonial, e buscar a consolidação de um poder político no qual eles fossem os protagonistas.

2.1.2 A luta dos afrodescendentes escravizados

Sánchez (2015) nos apresenta, a partir do ponto de vista de seus sujeitos, o caráter político, não somente social e reinvindicativo, da luta dos escravos negros pela sua libertação. A luta carrega em si um projeto de sociedade na qual essa libertação se faça concreta, e eles, afrodescendentes, sejam sujeitos ativos na construção dessa sociedade. Tal anseio permanece ativo, já que a república não foi capaz de inseri-los no projeto, mesmo após a abolição da escravidão, oficial e definitiva, em março de 1854[20].

---

[19] Nome atribuído aos brancos, descendentes de espanhóis nascidos na colônia.

[20] Mesmo com a abolição oficializada, os agora ex-escravos passaram a ser explorado num regime muito próximo da escravidão, que Brito Figueroa chamou de "peonaje en condiciones de servidumbre" (BRITO FIGUEROA, 1967, p.350), ou como arrendatários, pagando a renda da terra, com renda-trabalho ou renda-produto. (Idem, p. 352)

Muitas foram as rebeliões e revoltas protagonizadas pelos afrodescentes, escravizados ou libertos, indígenas e brancos pobres no processo que culminou com a independência da Venezuela. E estas rebeliões exigiram que se consolidasse uma aliança de classes no processo de independência. E Sánchez (2015) vai ainda mais longe, colocando essa aliança como primordial. *"*La feliz culminación del proceso independentista sólo pudo ser posible cuando los mantuanos incorporaron a su programa político las reivindicaciones fundamentales de los sectores sociales que hoy podemos llamar de 'populares'". (SÁNCHEZ, 2015, p.26) No entanto, mesmo com a expulsão dos espanhóis e a vitória da luta por independência, os interesses da classe dominante se colocam sobre os projetos dos dominados, a revolução é interrompida e as rupturas impõem suas continuidades. Em junho de 1816, Simón Bolívar decreta a libertação dos escravos que lutaram na guerra pela independência e, três anos depois, solicita ao congresso a libertação de todos os escravos. No entanto, como não era este o interesse do bloco vitorioso na guerra pela independência, os afrodescendentes permaneceram na condição legal de escravos por quase 40 anos, quando o então presidente, José Gregório Monagas aboliu, em 1854, oficialmente a escravidão, sem, contudo, proporcionar a real liberdade.

Em 1795 houve uma revolta conhecida como a *Insurreições dos Negros de Coro.* Antecedendo a luta pela independência e liderada pelo zambo[21] José Leonardo Chirino nas serras do estado Falcón, a insurreição tinha como projeto a abolição da escravidão, a eliminação de impostos e controle da comercialização[22] à que estavam submetidos os mestiços livres e a execução dos brancos ricos e proprietários.

> La insurrección fracasó por el rápido despliegue militar ejecutado por los mantuanos de Coro, los cuales desataron toda una brutal represión contra el movimiento subversivo y sus bases de apoyo en la Sierra. En un primer momento, más de 150 negros y pardos fueron pasados por las armas, y más de 50 condenados a presidio. José Leonardo Chirino fue capturado en la Sierra de Coro en agosto de 1795 y ejecutado en Caracas en diciembre de 1796. Su cabeza y sus manos fueron cortadas y colocadas en lugares públicos para que sirvieran de escarmiento al resto de la población esclava y mestiza. (SÁNCHEZ, 2015, p.28).

Estas e outras rebeliões pela libertação dos escravos carregavam um importante conteúdo político. Na medida em que reivindicavam a abolição da escravidão, se colocavam contra as políticas fiscais e econômicas da coroa e dos mantuanos sobre os mestiços livres e,

---

[21] Afro-indígena. Assim eram chamados aqueles mestiços dos dois povos.
[22] Este controle se chamava estanco, era similar ao que a coroa impunha sobre os camponeses dos Andes.

ademais, inscreviam em seu projeto a necessidade de executar os homens brancos e ricos, que identificavam como seus principais opressores, colocando claramente a impossibilidade de existir um sistema de sociedade no qual a igualdade, a exploração e a escravidão coexistam. Pretendiam um desenvolvimento político e econômico que, apesar de se inspirarem nos ideais da revolução francesa, bebia também de suas fontes originárias, na herança cultural africana e indígena.

Outra rebelião escrava carrega este conteúdo político de forma ainda mais clara. Em maio de 1799, uma sublevação era preparada em Maracaibo, mas foi delatada e seus líderes executados. No entanto, seu programa, inspirado nos jacobinos negros[23], tratava de implementar radicalmente os princípios da revolução francesa, que incluía a criação de uma República independente, na qual eles também seriam protagonistas. Para isso seus planos eram:

> 1- Ajusticiar al gobernador, altos empleados, nobles y blancos propietarios;
> 2- Ajusticiar a las autoridades eclesiásticas y curas, exceptuando a dos;
> 3- Ocupación militar de los castillos, artillería y almacenes de pólvora;
> 4- Enviar emisarios a Cartagena para solicitar ayuda de los conspiradores de abril de 1799[24];
> 5- Avisar a los indios "guajiros" para que invadieran la ciudad;
> 6- Lucha armada hasta implementar la República, la total igualdad y libertad, no descartando ningún medio violento. (FIGUEROA, 1985, p.235 apud SÁNCHEZ, 2015, p.31).

Apesar destas e outras rebeliões terem sido derrotadas, o tema da abolição da escravidão foi recorrente no processo de independência, e a participação dos escravos, afrodescendentes livres, mestiços e brancos pobres foi evidente, tanto no exército, quanto nas esferas do debate político. No entanto, a promessa da libertação dos escravos feita por Simón Bolívar não se concretizou quando as lutas pela independência foram vitoriosas.

2.1.3 A luta pela independência

---

[23] O exército negro que lutou e conquistou a independência e a emancipação dos escravos da colônia da França na Ilha de Santo Domingo, que após a vitória passa a se chamar Haiti, tinha como inspiração direta a Revolução Francesa e foi incitada pela Convenção de Paris, que após a vitória da Revolução em 1789, declarou a libertação dos escravos de todas as colônias francesas. Se intitulavam de Jacobinos Negros, em referência aos revolucionários franceses. (GORENDER, 2004)

[24] Essa conspiração de negros escravizados em Cartagena, na Colômbia, conhecidos por escravos franceses, pois foram comprados de colônias francesas, acontece no mesmo período que a conspiração de Maracaibo e traziam os mesmos ideais, inspirados na revolta haitiana. (MARTINEZ, 2011).

O processo de luta que culminou com a "Independência" da Venezuela é longo e repleto de momentos de ruptura e descontinuidades. Resulta de um processo histórico que traz determinações internas e externas. Enquanto a Espanha sofria a invasão napoleônica, suas colônias na América experimentaram rebeliões independentistas. Os acontecimentos decorrentes desta invasão são cruciais, mas não os únicos. A articulação em torno da construção de uma independência política da metrópole já era presente nos territórios coloniais, seja por parte dos mantuanos, classe dominante *criolla*[25], ou das classes subalternas, formada por pardos (mestiços), escravos e brancos de *orilla* (brancos pobres).[26] A invasão napoleônica na península ibérica abriu para que os anseios das elites *criollas*, de mais autonomia política e econômica frente à metrópole, se transformassem numa luta pela independência.

O processo inicial da independência tem alguns marcos significativos: a expulsão do governo espanhol e a formação da Junta Revolucionária de Caracas em 19 de abril de 1810; a formação do primeiro Congresso de Caracas em 3 de março de 1811 e, finalmente, em 5 de julho de 1811, a Declaração de Independência. No entanto, o processo foi mais complexo, e tal documento não garantiu de imediato a independência política de Venezuela e a conformação de uma república independente. No marco destas lutas, que resulta numa instabilidade política sobre a condição de independência ou controle espanhol, parte da historiografia venezuelana cunhou a periodização das 5 repúblicas, que está bem presente nas leituras populares da história da Venezuela primeira república de 1810 a 1812; segunda república de 1813 a 1814; terceira república de 1817 a 1819; período da Grande Colômbia de 1819 a 1830; e quarta república de

[25] Mantuanos ou criollos eram os brancos de origem espanhola mas nascidos na colônia.

[26] A estrutura de classes na Venezuela colonial é associada ao de sistema de castas. Além da determinação econômica, que separa aqueles que detêm ou controlam os meios de produção da vida material daquela sociedade, ou seja, os detentores de terras e de escravos e os representantes da coroa espanhola, dos que não controlam estes meios de produção, há o elemento racial, resultado da escravidão de negros e indígena e da miscigenação. A sociedade escravista passa a estabelecer o lugar social em que cada sujeito se encontra a partir do critério do "nível de miscigenação". Além dos negros, escravos em sua maioria, havia os chamados pardos, homens mestiços, que eram divididos segundo ofícios na sociedade, como artesãos, camponeses, trabalhadores assalariados e por gradação em suas características físicas entre branco e negro, ou "grau de miscigenação": "lo blanco representaba los valores de la clase dominante, lo negro, en cambio era identificado con el origen vil de la esclavitud". (CASTELLANOS, 2010, p.10). O processo de luta por independência desestrutura este regime de castas sem alterar a estrutura de classe. Havia também uma camada média da população branca, os chamados blancos de orilla, considerados um segundo escalão da estratificação social, e era formada por sujeitos não proprietários de terras, mas que atuavam no comércio, como artesãos, ou se constituíam como força de trabalho livre (MARÍN, 2010).

1830 até 1999[27](LAS 5, 1999). Assim, o primeiro período de luta pela independência dura até 1830, quando se experimenta não a estabilidade, mas a certeza da irreversibilidade do processo e a definição mais ou menos estável das fronteiras que conformarão os novos países.

Em parte da historiografia oficial e do imaginário político da Venezuela, a luta pela independência é caracterizada como uma luta feita por homens brancos, ricos e nobres, tendo a grande maioria da população[28] conformada por escravos, ex-escravos, mestiços livres (chamados no sistema de casta de pardos) e indígena, como testemunhas ou, no máximo, entusiastas do processo, quando não como contra-revolucionários sob comando do exército espanhol. E esta imagem foi construída desde o desenrolar dos sucessos, e cristalizada pela elite venezuelana ao longo de dois séculos.

O historiador venezuelano Federico Brito Figueroa (1984), contrapondo-se a esta visão cunhada por historiadores oficiais da classe dominante, chama a guerra decorrente do processo de independência de "guerra de classes e cores". Trazendo à tona a participação das classes subalternas na luta pela independência ele diz que nesta guerra

> (…) los esclavos representan la fuerza motriz y de liberación social, objetivamente revolucionaria y nunca contrarrevolucionaria o adversaria de la Patria, opinión ésta última que es la que difunden los textos ideologizados de

---

[27] Como já colocamos anteriormente, não trabalharemos com essa periodização, mas sim na reflexão que ela nos permite quando reflete o argumento que estamos construindo, do caráter interrompido e inconcluso da revolução. E neste sentido ela foi bastante enfatizada por Chávez e, portanto pelo chavismo. Se as primeira, segunda e terceira repúblicas se dão na luta pela independência do domínio espanhol, a quarta república se trata da constituição do país após a conquista definitiva da independência da Espanha. Na compreensão de que esta independência não constituiu uma nação independente, o que decorre do caráter dependente que caracteriza as economias latino-americanas após estes eventos, Chávez cunha a proposta de superar a quarta república e construir a quinta república, avançando no processo de independência, não concluído até o século XXI. Em discurso perante a Assembleia Nacional Constituinte, em sua primeira seção, no dia 5 de agosto de 1999, Chávez anuncia o intuito de alavancar esta nova república: "Instituciones sólidas deben conformar la República, lo he dicho y lo repito este día memorable, felizmente soy Presidente, el último de la Cuarta República y más felizmente, doblemente feliz porque también, gracias a Dios y a nuestro pueblo seré, espero que así sea, el primer presidente de la Quinta República, el primer presidente de la República bolivariana que vuelve, mayor dicha, humilde dicha no puede caber en el corazón de un hombre y eso no me pertenece por supuesto. Yo apenas soy como un transmisor, como un conductor de la dicha, la dicha la comparto con ustedes y especialmente con el pueblo heroico y noble de Venezuela." E continua trazendo seu conteúdo fundamental, as promessas de independência, liberdade e soberania: "La idea de una República institucionalizada, democrática y libre, soberana ante el mundo, que no acepta injerencia de ningún poder extranjero, económico o político porque somos libres y soberanos para decidir nuestro propio rumbo, nuestros propios modelos, respetando para siempre la autodeterminación de los pueblos del mundo." (CHÁVEZ, 1999, p.20)

[28] A população Venezuelana em 1810 era formada por 50% de pardos (mestiços entre brancos e negros ou brancos e índios), 15 % de escravos, 15 % de índios e 20% de brancos, podendo ser peninsulares (originários da península Ibérica e funcionários da Coroa), mantuanos ou de orilla (como eram chamados os brancos pobres). (MENDOZA, Diana Pérez, 2010).

> la historiografía dominante, escritos con espíritu de clase dominante, económica, política y culturalmente hablando. (FIGUEROA, 1984, p.49)

Não é objetivo desta pesquisa se adentrar na descrição ou nas análises deste longo e complexo processo que culminou com a independência da Venezuela frente ao poder colonial de Espanha. Trazemos estes acontecimentos para discutirmos dois elementos: a participação das forças populares não somente como expectadoras ou força militar secundária, mas como portadoras de projetos societários que, por isso, mobilizaram forças militares fundamentais na vitória do processo, ao mesmo tempo em que colocaram suas pautas nas diretrizes da nova república, mas que, na implementação do projeto, foram derrotadas pela classe dominante; a revolução pela independência como uma revolução interrompida ou abortada pela nascente burguesia no intuito de impor seu projeto de sociedade, eliminando os demais projetos que compuseram as forças em luta. Estes dois elementos fazem da memória da Independência uma força simbólica permanente nas lutas contemporâneas na Venezuela, inclusive, nas lutas pela construção das comunas e do Estado Comunal.

A independência foi produto de uma aliança de classes, mas que, na maior parte do tempo, esteve sob controle político e militar dos mantuanos, ou seja, da classe dominante venezuelana. No decorrer do processo, esta classe dominante foi obrigada a inserir diversas reinvindicações destes diferentes setores em sua proposta de independência. Como nos explica Sánchez (2015),

> En este proceso, cada grupo social luchó por llevar a cabo sus propios intereses, su propio proyecto de nación, estuviera o no pasmado en documentos escritos. No es un único proyecto nacional que comienza a perfilarse a partir de 1810-1811. Son diversas maneras de entender la sociedad, de concebir un nuevo orden social, de acuerdo a os intereses de cada grupo que estaba, irreconciliablemente, enfrentando a los otros (como el caso de la contradicción entre esclavistas y esclavos). (SÁNCHEZ, 2015, p.28).

Além das revoltas e rebeliões escravas que citamos acima, várias insurreições influenciaram o processo. Apenas 6 dias depois da declaração de independência, explode uma rebelião de pardos na cidade de Valência, se prolongando por mais de um mês e deixando um saldo de centenas de mortos. A repressão empreendida pelos mantuanos e seu novo governo, fez-se acender um sinal: de que a independência tal qual ela se configurava não constituía um projeto para a maioria da população. (SÁNCHEZ, 2015).

Em outubro deste mesmo ano, José Felix Ribas, um jacobino que representava o *Grêmio de los Pardos* na nova república, liderou uma tentativa de insurreição que carregava as bandeiras da liberdade para os escravos e da democracia com participação de todos. Foi, por

isso expulso do país, exilando-se em Curaçau, mas retorna com auxílio de Francisco de Miranda, chegando a compor o Exército republicano como Coronel, mas sem comando efetivo de tropas. Por iniciativa própria, se une ao Batalhão de Barlovento, conformado por negros livres e escravos, e mestiços.

> Hasta su prematura muerte ocurrida en 1815 (descuartizado por la mano del verdugo, su cabeza frita en aceite), José Félix Ribas conjuga en sus actuaciones revolucionarias la lucha por la emancipación nacional con la idea de la libertad de los esclavos. En esto se diferencia de la mayoría de los libertadores, incluyendo a Simón Bolívar, quien solamente en 1816 comprende la significación política del problema y aplica disposiciones tendientes a solucionarlo en favor de las armas republicanas. La actividad de José Félix Ribas es conveniente recordarla, pero lo que interesa en este caso concreto es la comprensión histórica de la guerra de los esclavos por su liberación. (BRITO FIGUEROA, 1984, p.50).

Nos primeiros meses de república, já se constitui a percepção de que a abolição da escravidão e mesmo a igualdade jurídica entre brancos e a maioria da população, formada por pardos e escravos, não fazia parte do projeto daqueles que dirigiam a nascente república. Como explica Brito Figueroa (1984),

> El Estado republicano si bien estaba inspirado en la ideología democrático-burguesa, no plantea, sin embargo, entre sus objetivos la libertad de los esclavos, porque la liberación de este tipo de mano de obra no constituía una necesidad histórica, de naturaleza económica para las clases dominantes. (BRITO FIGUEROA, 1984, p.51)

Ou seja, a república aparecia para uma significativa parcela da população, em especial para os escravos, não como estava presente nos discursos liberais, mas como a continuação de um sistema opressor e, agora, sob o comando daqueles que os oprimiam diretamente. E esta percepção tomou espaço em diferentes territórios venezuelanos, em especial naqueles onde mais estavam presentes as históricas rebeliões de escravos.

E a reação espanhola usou essa percepção a seu favor. Entre 1812 e 1814 houve uma rebelião de escravos e pardos de grandes proporções, que se transformou num divisor de águas no processo revolucionário. A rebelião, potencializada e armada pela reação espanhola, iniciou em Barlovento e nos Vales del Tuy, se estendeu à Arágua e ao Litoral Central pretendendo chegar a Caracas (SÁNCHEZ, 2015). Seus sujeitos carregavam em seus corpos, em suas memórias e em suas almas, 300 anos de violência e exploração realizadas por aqueles homens brancos que agora levantavam uma bandeira de liberdade que não os incluía e insistiam em lhes negar. Assim, juntar-se aos espanhóis para fazer desta luta sua vingança histórica não foi de grande dificuldade.

Esta rebelião, protagonizada pelos excluídos tanto da Venezuela colonial como da republicana, teve suma importância na definição dos rumos deste processo histórico. Segundo Sanchéz (2015)

> [...] la insurrección de los negros en Barlovento, que amenazaba seriamente a Caracas, llevó a los mantuanos, (…) a presionar a Miranda[29] para que firmara, inmediatamente, el armisticio con el General español Monteverde, única garantía de salvación que tenían los mantuanos para escapar de la furia de sus antiguos esclavos. (SÁNCHEZ, 2015, p.34)

E em 1812 há um retorno do domínio espanhol e o fim da chamada primeira república. Mas já em 1813 há uma reorganização das forças independentistas, tomando o território desde o ocidente e desde o oriente. Neste momento aparece a forte liderança de Simon Bolívar, que comanda as tropas vindas do ocidente. Além da natural e esperada reação espanhola, ressurge a rebelião escrava e mestiça, neste momento, comandada por José Tomás Boves (1782-1814) que, mesmo com apoio da coroa, agia de forma autônoma frente ao comando espanhol, saqueando fazendas e distribuindo as terras. Em cada povoado ou fazenda tomada, matavam a todos os brancos, incluindo mulheres e crianças. Devido à violência com que atuavam os revoltosos, a historiografia trata este episódio de diferentes maneiras. Na edição número 20 da coleção Memórias de Venezuela, publicada pelo Ministerio del Poder Popular para la Cultura e pelo Centro Nacional de História em 2011, os revoltosos são chamados de "legión infernal" e "horda de facinerosos" e suas ações qualificadas como de "terror infundado", que hostilizou e impediu o andamento do processo de independência conduzido pelos "héroes nacionales" (MEMÓRIAS DE VENEZUELA, 2011, p.39). Mas Sánchez (2015) nos faz refletir no sentido brutal da mesma luta de classes. Para ele

> esta conducta salvaje sólo puede explicarse si se considera el salvajismo que estaba implícito en el propio régimen esclavista colonial. La estrategia de aniquilación hacia la población blanca era una especia de venganza que implementaban los negros por los siglos de opresión que habían sufrido desde el mismo momento de su captura como esclavos en tierras africanas. (SÁNCHEZ, 2015, p.35).

Neste sentido, ali estava a classe mais explorada durante todo o período colonial, sem nenhum sinal de que o processo de transformação em curso iria mudar sua condição, lutando para a concretização de sua liberdade e de um projeto de nação que os incluísse, inspirados, inclusive, nas mesmas ideias que moviam os republicanos.

---

[29] Francisco de Miranda foi um dos precursores da luta pela independência. Foi General do Exército Revolucionário em 1810 e primeiro presidente da Venezuela após a independência em 1811.

Figueroa (1984) segue na mesma linha de Sánchez (2015) ao falar do líder dos escravos em rebelião:

> En este contexto es fácilmente comprensible e históricamente explicable el fenómeno individual José Tomás Boves. No se trata, en este caso, discutir, y mucho menos en abstracto, si se puede considerar al terrible asturiano como el *primer Jefe de la democracia venezolana*, según el conservador Juan Vicente González, o como un vulgar genocida, de acuerdo con la mayoría de los historiadores, venezolanos o extranjeros, que han escrito sobre nuestra guerra de independencia y sus consecuencias. (FIGUEROA, 1984, p.58).

Na medida em que tomavam as fazendas, os povoados e as cidades, Boves e sua "horda de facínoras" libertavam os escravos, distribuíam as terras e reorganizavam o poder local agora sob comando dos "zambos, negros y demás gentes de color" (SÁNCHEZ, 2015). E estas políticas em busca da igualdade social combinada com o extermínio da população branca, gerou terror não somente aos mantuanos, mas também ao exército espanhol, pois viam ali uma ameaça real de um possível governo de pardos e uma sublevação que poderia seguir os rumos do Haiti.

A revolução no Haiti, que resultou com sua independência em 1804, iniciou de uma forma muito parecida das demais colônias americanas: organizações locais, juntas governamentais ou, como no caso de Saint-Domingo, assembleias coloniais que buscavam uma maior autonomia frente à metrópole nos negócios empreendidos pela aristocracia branca de cada localidade. E, no decorrer do processo, por motivos já expostos, os interesses oligárquicos se ampliam na busca pela independência definitiva de suas metrópoles. O território de Saint-Domingo foi o primeiro em todo o continente, após a independência das Treze Colônias Britânicas[30], a conquistar sua independência. No entanto ela não se deu sob controle da aristocracia branca. Esta foi não somente despida do protagonismo, como foi alvo definitivo do processo independentista, sendo eliminada física e politicamente do território e do processo revolucionário. (VILABOY, 2003). O historiador cubano Sergio Guerra Vilaboy (2003) coloca de forma definitiva: "Solo en Haití el proceso independentista latinoamericano concluyó en una revolución social triunfante y donde la hegemonía la tuvieron los sectores y clases explotados hasta su culminación exitosa." (Idem, p.47) E este era o temor de mantuanos, realistas e até mesmo dos revolucionários mais progressistas, como Miranda[31] e Bolívar.

---

[30] A independência das Treze Colônias Britânicas foi declarada 1776, formando os Estados Unidos da América.

[31] Vilaboy (2003) coloca que Miranda, observando o que estava ocorrendo no Haiti, demonstra grande preocupação com os rumos dos processos revolucionários nas colônias americanas sob influência da revolução francesa. Em 1799, em carta para Manuel Gual confessa: "Amigo mío, la verdadera gloria de todos los americanos consiste en la consecución de la libertad [...] Dos grandes ejemplos tenemos delante dos ojos: la revolución americana y la francesa. Imitemos discretamente la primera: evitemos

Em Urica, Boves morre em batalha no dia 5 de dezembro de 1814, deixando seu exército sem uma liderança capaz de conduzi-lo militar e politicamente. O que salva os mantuanos de um colapso total. Não sem antes contribuir significativamente para o fim da segunda república e a derrota das ações independentistas pela segunda vez. Mas a principal consequência da insurreição escrava-mestiça liderada por Boves foi a compreensão, por parte das lideranças republicanas patrióticas, entre as quais estavam Bolívar e Félix Ribas, dentre outros, de que, partindo de suas ideias democrático-revolucionárias, a libertação dos escravos era uma premissa da emancipação nacional e, portanto, deveria ser parte fundamental do projeto independentista. (FIGUEROA 1984, SANCHEZ, 2015).

Figueroa (1984) diz ainda que

> las acciones políticas prácticas desarrolladas por José Tomás Boves, — deliberadamente o no, esto es secundario — contribuían a debilitar socialmente el orden colonial contra el cual luchaban los republicanos desde el punto de vista político y apoyados en las ideas de libertad, igualdad y fraternidad. Esas acciones reflejaban los sentimientos de las clases explotadas y oprimidas, que en la guerra se hacían justicia por sus propias manos, y José Tomás Boves, era, en cierto sentido, un accidente: lo fundamental de la "guerra de clases y colores", lo que permite considerarla como una guerra justa, fue su carácter antiesclavista. (FIGUEROA 1984, p.59).

Em dezembro de 1813 a Espanha assume o controle de seu território após retirada de boa parte das forças napoleônicas, derrotas em solo espanhol, e começa a atuar para retomar o controle de suas colônias e a eliminar os ideais republicanos de seu território, metropolitano e colonial. Se Boves era tolerado por um Estado espanhol sob controle de Napoleão, sem este, os integrantes do batalhão de escravos e pardos passam a ser perseguidos e executados. Os espanhóis retomam o controle sobre a colônia e os revolucionários são presos, ou exilados.

> Tras el fracaso de la Segunda República y la reconquista de Nueva Granada por las tropas españolas guiadas por el general pablo Morillo en 1816, muchos patriotas neogranadinos y venezolanos encontraran refugio en Haití. Fue la República negra que había abolido la esclavitud, presidida por Pétion, la que acogió a decenas de criollos perseguidos por los realistas, entre ellos el propio Bolívar. (VILABOY, 2003, p.50).

E este contato de Bolívar com a revolução vitoriosa no Haiti, com sua sociedade feita de homens livres, sua solidariedade, somada a todo processo vivido com a rebelião dos escravos na Venezuela, causou uma profunda transformação em Bolívar que, a partir deste momento, até o final de sua vida, passou a defender definitivamente a libertação dos escravos como parte da inspiração e do projeto de independência. Assim, ao retornar à Venezuela, inclusive graças a

---

con sumo cuidado la segunda." (p.49) E um dos elementos essenciais da revolução americana era a manutenção da escravidão.

recursos materiais oferecidos por Pétion, “lo primero que hizo El Libertador cuando pisó tierra venezolana en julio de 1816 fue dar a conocer un decreto abolicionista, editado en la pequeña imprenta que le regalara el general haitiano Marion.” (VILABOY, 2003, p.51).

Bolívar, na reconfiguração de seu exército, recruta aqueles homens que compuseram o batalhão de Boves e que escaparam das espadas espanholas. Promete então, aos homens que se somaram ao exército republicano, não só a liberdade, mas terras para que possam viver e trabalhar como proprietários, não mais como escravos ou explorados, e o faz se utilizando de um mecanismo que ele denomina de legislação revolucionária.

> El Libertador rectificó a fondo, porque para completar la proclamación de la libertad de los esclavos, de nuevo legisla revolucionariamente, desde septiembre de 1817 hasta enero de 1821, y promulga los Decretos sobre Secuestro y Confiscación de los Bienes de los realistas peninsulares o criollos, para ser entregados en las propiedades mismas a los oficiales, clases y soldados republicanos, es decir, al pueblo en armas, como constantemente lo pregonaba el mismo Libertador. (FIGUEROA, 1984, p.64).

No entanto, a abolição da escravidão se torna um dos elementos que, assim como a própria república, se submente a instabilidade do próprio processo e aos interesses das classes dominantes, de antes e de depois da independência. Neste sentido, Bolívar proclama a libertação dos escravos em duas ocasiões: em 1816 e em 1818. Em 1820 o Congresso de Angostura, que representava o Poder Legislativo na Venezuela emite um decreto reconhecendo o direito à liberdade de todos os homens. No entanto o faz levando em conta o direito dos proprietários de escravos, ou seja, criando um processo de transição lenta e gradual, com direitos indenizatórios para os senhores e punitivos para os escravos que não seguirem as determinações, mantendo, na prática, os escravos na mesma condição. Com a realização do Congresso Constituinte de Colômbia, que criava a Grande Colômbia, composta pelos territórios que hoje seriam Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá, prevalecem os debates em torno de não abolir a escravidão e, consequentemente, de não realizar distribuição de terras.

> Para los amos de la propiedad territorial y de la mano de obra esclava, para la burguesía mercantil-usuraria y para sus ideólogos, lo fundamental, de acuerdo con sus intereses, ya había sido consolidado en la batalla de Carabobo: la independencia nacional y el control de la República en términos oligárquicos. En consecuencia, el 19 de julio de 1821, el Congreso Constituyente de Colombia promulga la ley sobre libertad de pardos, manumisión y abolición del tráfico de esclavos, que disimulaba pero mantenía en pie el régimen de esclavitud. (FIGUEROA, 1984, p.67).

Em consequência, os motivos pelos quais as rebeliões se deflagraram continuam em aberto, mantendo acesa a luta de classes na busca pela realização das prometidas liberdade e igualdade. Assim,

> la no abolición de la esclavitud y la sustitución de la entrega de la tierra en las propiedades mismas por el sistema de vales o billetes (rápidamente adquiridos al 10% de su valor por la burguesía mercantil y por los propios terratenientes) fueron las causas de fondo, económicas y sociales, por las cuales la "guerra de clases y colores" o guerra de clases y castas, continuó con más violencia en las décadas siguientes a la independencia, hasta culminar, en el caso de Venezuela, en la insurrección antiesclavista y campesina 1846 y en la insurrección campesina de 1858—1863. (FIGUEROA, 1984, p. 67).

E este é uma referência fundamental na compreensão do processo interrompido da revolução pela independência. Interrompido não no antagonismo entre metrópole e colônia, pois este foi superado pela independência, mas justamente naquilo que não lhes é antagônico: a continuidade de um sistema econômico e social colonial, oligárquico, escravista e dependente. O que resulta da independência, a República da Venezuela, não incorpora os ideais políticos e filosóficos que a engendrou, de liberdade e igualdade, pois este não era de interesse da classe dominante, nem da nascente burguesia Venezuelana, nem das economias centrais, que viam nas independências dos países americanos uma oportunidade para seu próprio desenvolvimento econômico.

Após a independência, os países coloniais passam a construir uma trajetória própria no desenvolvimento do capitalismo, interligado ao desenvolvimento geral, mas na condição, primeiro de economias neocoloniais, como uma forma de transição e, posteriormente como economias dependentes (FERNANDES, 2015). Segundo Florestan Fernandes (2015)

> A busca das "vantagens do pequeno número" sofre uma erosão destrutiva, em termos da *mentalidade capitalista*, compelindo a burguesia, coletivamente, a privilegiar o mercado mundial, a favorecer unilateralmente sua *posição de poder* e a evitar os riscos que podem ser transferidos para os "parceiros externos" e para a coletividade, pela mediação do mercado externo, da dominação paternalista ou do Estado. (FERNANDES, 2015, p.94).

Ou seja, a posição da nova classe dominante interna era a inserção de suas economias no mercado mundial e, portanto, submetida a seus ditames, oriundos dos países que assumiam a dianteira no seu controle, sendo primeiro a Inglaterra e depois os EUA. Mas este submetimento não se dava levando em conta interesses nacionais, pelo contrário, se dava apesar deles, sendo que o que interessava de fato eram as vantagens que esta pequena parcela da

população poderia conseguir, utilizando-se, para isso dos poderes do Estado e de mecanismos paternalistas de dominação.

Assim, como consequência desta posição, Fernandes (2015) coloca que há um alongamento, em alguns países, do período em que as relações políticas e econômicas assumem características neocoloniais[32], pois "[...] o Estado capitalista constitui uma *feitoria ampliada,* pela qual verdadeiras burguesias compradoras utilizam o monopólio do poder político como elemento de barganha nas transações mercantis com o exterior." (p.94-95). Assim, se segrega o Estado da nação, ou seja, o primeiro atua para garantir os interesses de seu núcleo dirigente, formado exclusivamente pelas classes dominantes, em detrimento da maioria da população. Essa visão não está desconectada do pensamento marxiano do Estado, na sociedade capitalista, como o comitê gestor dos interesses da burguesia.

E justamente para garantir estes interesses, é que "a 'interrupção das revoluções' apresenta-se como um fenômeno político repetitivo. Com frequência, poder-se-ia dizer que, o que entra em jogo é o próprio aborto da revolução burguesa." (idem, p.94). Desta forma, o que se desenhou como projeto de nação a partir da conquista da independência por parte da sociedade em luta, em especial dos revolucionários que se inspiravam nas revoluções francesa, haitiana e norte americana, sofre uma interrupção proposital, que interrompe, ou como diz Florestan, aborta, a própria revolução burguesa.

Mas, Fernandes (2015), partindo da própria compreensão da dinâmica da luta de classes, diz que a revolução não aparece como interrompida para as camadas mais privilegiadas da classe dominante, nem tampouco para seus parceiros externos. A revolução independentista possibilita as transformações necessárias para a inserção dos novos países na dinâmica do capitalismo mundial. "O circuito da revolução é interrompido no patamar a partir do qual os seus dividendos seriam compartilhados seja com os 'menos iguais' das classes dominantes, seja com 'os de baixo'." (Ibdem, p.95).

Para o sociólogo, a questão central é: como poderia uma elite formada no seio da economia colonial ser portadora de um processo de transformação que resultasse numa descolonização não somente política, mas econômica e social? E esta questão dialoga com a

---

[32] Teotônio dos Santos denomina esta fase da dependência de dependência mercantil, ou dependência comercial-exportadora. (SANTOS, 2011). Vânia Bambirra denomina de formação dependente-exportadora (BAMBIRRA, 2011, apud LUCE, 2018). Mas ambos os autores, assim, como Florestan Fernandes, se referem ao momento quando os países da América Latina, após a independência, se inserem na economia mundial como produtores e exportadores de produtos primários, agrícolas e minerais.

visão de Figueroa (1985) e Sánchez (2015), de que os elementos realmente revolucionários do processo de independência estavam nos projetos e nas lutas que carregavam as forças populares, em especial os escravos e pardos, e não nos planos da oligarquia, que, ao fim e a cabo, é quem assume o poder. Como ressalta Figueroa (1985), se referindo à própria interrupção militar da luta na Venezuela:

> Para los amos de la propiedad territorial y de la mano de obra esclava, para la burguesía mercantil-usuraria y para sus ideólogos, lo fundamental, de acuerdo con sus intereses, ya había sido consolidado en la batalla de Carabobo: la independencia nacional y el control de la República en términos oligárquicos. (BRITO FIGUEROA, 1985, p.67).

Desta forma, a classe dominante, ou a nascente burguesia oligárquica, agrária e comercial, precisa controlar em seus termos as mudanças sociais e econômicas, sem arriscar seu monopólio sobre o poder político. Assim, a revolução acontece em termos meramente políticos. E as diferenças de posições dos diferentes estamentos da classe dominante, se resolvem pela força, numa aliança forjada entre "os mais iguais". Simón Bolívar é expulso e exilado do próprio país que ajudou a fundar, e a revolução burguesa de seus anseios é derrotada, ou abortada pela própria burguesia "revolucionária".

A independência precisava ocorrer de forma localizada: independência perante a metrópole e hegemonia política e social no plano interno, para inserir as economias latino-americanas no mercado mundial e na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo moderno. Esta inserção precisava ser controlada desde os interesses externos, em consonância com os interesses das classes dominantes nacionais. Interromper o processo de independência num determinado ponto em que as economias nacionais se inserissem de forma segura na economia mundial sob controle das burguesias dos países centrais era requisito fundamental[33]. Florestan Fernandes (2015) se utiliza da categoria histórico-social *descolonização* pra explicar esse movimento. Assim, não somente na Venezuela, mas nos demais países da América Latina, o que ocorre, na concepção de Florestan Fernandes (2015) é um *congelamento da descolonização.* Para o sociólogo,

> congelar a descolonização constituía um pré-requisito estrutural e dinâmico não só na "defesa da ordem", do "combate à anarquia", da "preservação da propriedade" etc.; esse era o requisito número um da nova articulação entre os estamentos senhoriais e os estamentos intermediários em ascensão potencial com os centros de dominação externa, ou seja, literalmente, do padrão neocolonial de crescimento do capitalismo. Por isso, a *gente válida* lançou-se

[33] Decorre desta inflexão a própria condição de dependência que marcará a inserção da América latina no mercado mundial e, consequentemente, no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

> contra as manifestações de inconformismo da plebe, quanto contra o idealismo nacional-libertador dos expoentes civis e militares das lutas pela independência. (FERNANDES, 2015, p. 104-105, grifos do autor).

Assim, a revolução independentista foi interrompida por um movimento contrarrevolucionário interno, numa disputa de projeto de sociedade que no seu limite negou tudo o que motivou a própria independência. As elites nacionais, em aliança com a burguesia internacional, tinham outros planos para a América Latina e para a Venezuela, que não eram, nem de perto, a constituição de uma nação independente nos moldes que a revolução burguesa conquistou nas economias centrais.

Talvez por isso a Revolução Bolivariana resgate de forma tão presente e significativa os *próceres* e as lutas pela independência, e sua tarefa de concluir aquilo que foi interrompido. E essa constatação até pode fazer sentido, se levarmos em conta o que nos diz Florestan Fernandes:

> Levar a descolonização às últimas consequências é uma bandeira de luta análoga à revolução nacional e à revolução democrática – e essa reinvindicação teria de ser feita em termos socialistas, ainda que com as vistas à "aceleração da revolução burguesa". Parece patente que a descolonização não pode ser contida nesses limites e que, na ação prática, em vez de acelerar a revolução burguesa ela fomenta a "desestabilização" e a evolução de situações revolucionárias até pontos críticos. (FERNANDES, 2015, p.102).

Os anseios presentes na revolução burguesa, mesmo nos países centrais, ao fim e a cabo se apresentaram como uma grande farsa impetrada pela burguesia como classe dominante, pois ela mesma abandona seus ideais e se contenta em portar ela própria as benesses de suas conquistas, não as estendendo para a maior parte da sociedade. E nas economias dependentes, na periferia do capitalismo, resgatar os anseios de independência, liberdade e igualdade carrega um conteúdo explosivo e revolucionário, em consonância com o projeto socialista. E é neste sentido, que o processo de independência da Venezuela se torna uma referência de luta para a Revolução Bolivariana, de tal magnitude que está em seu próprio nome.

2.1.4 A Guerra Federal

Após a guerra de independência, há uma significativa transformação na estrutura social venezuelana, que perde seu caráter de casta. A estratificação social se apresenta, assim, da seguinte forma:

> terratenientes esclavistas, burguesía comercial, capas medias urbanas (burocracia civil y militar, pequeño comercio, grupos intelectuales), población rural en condiciones de servidumbre y peonaje, esclavos en sentido absoluto

> y capas depauperadas y miserables de los centros urbanos. (BRITO FIGUEROA, 1994, p. 350).

Desta forma, se sobressaem dois setores fundamentais que conformam a classe dominante: os latifundiários escravistas e a burguesia comercial, que também atua como burguesia bancária. A camada média, de forma geral, está ligada social, política e economicamente aos primeiros, com raras exceções. E a massa da população, formada por trabalhadores livres ou escravizados, no campo ou no meio urbano, que estamos chamando de classes subalternas[34], permanecem submetidas a um brutal sistema de exploração. Com a independência e a falência do sistema de castas e, após 1854, com a definitiva abolição da escravidão,

> los esclavos liberados y los manumisos se transformaron en peones y en otras categorías sociales propias de una economía latifundista, caracterizadas por su dependencia de la tierra, y el pago de tributos a los terratenientes aumentó el número de colonos, medianeros y pisatarios, grupos que habían comenzado a formarse en los últimos años del período colonial hispánico. Los campesinos que formaban estos grupos estaban obligados a sostenerse ellos mismos, y trabajar la tierra arrendada con sus propios instrumentos de trabajo y pagar tributos en las formas de renta-trabajo, renta-especie y, ocasionalmente, renta-dinero. Otros se transformaron simplemente en peones de sus antiguos amos, nominalmente como trabajadores libres porque recibían un salario, no en metálico, sino en *fichasvales*, que únicamente tenían poder adquisitivo en las *tiendas de raya* de las plantaciones. (BRITO FIGUEROA, 1994, p.355-356).

E este mecanismo de assalariamento via *fichasvales* resultou na permanência de um sistema de exploração e domínio similar à escravidão, pois, na medida em que estas eram insuficientes para garantir o mínimo de condições de vida e trabalho, acabavam gerando dívidas que atrelavam os camponeses àquele fazendeiro e seu mando. É a este processo que Federico Brito Figueroa atribui a formação da *peonaje en condiciones de servidumbre.*

1.1.4.1- Antecedentes da Guerra Federal

Com esta conformação social, que reproduz a mesma estrutura herdada do sistema colonial, a Venezuela passa por longo período de convulsões sociais, sejam elas em decorrência da reação dos explorados, seja na disputa pelo poder entre os setores da classe dominante.

---

[34] O conceito de classes subalternas é utilizado aqui a partir da concepção de Antônio Gramsci. Explicaremos esta opção com mais atenção no próximo tópico.

A disputa pelo controle do Estado e, portanto, dos rumos da nova república entre os segmentos da classe dominante envolverá toda a sociedade e desembocará numa guerra total, conhecida como Guerra Federal.

Assim, a Guerra Federal, que tem seu início em 1859, é produto do próprio desenvolvimento da república após a independência, que, por um lado, é explicada pela cisão entre a burguesia comercial e financeira e a burguesia agrária e, por outro, pela promessa de parte desta classe dominante em cumprir as promessas não realizadas para os setores populares. Ela coloca de forma ainda mais clara os dois elementos que trazemos para nossa reflexão: um projeto popular de nação colocado em disputa com o projeto hegemônico das classes dominantes e o caráter interrompido da revolução, abortada pela burguesia aliada às classes subalternas na luta por transformação.

Após a guerra de independência, a república passa a ser comandada pela oligarquia nacional, dividida em dois grupos: conservadores e liberais. Para garantir que somente a classe dominante fizesse parte desta disputa, os direitos políticos estavam reservados aos cidadãos que possuíam bens e receitas superior ao um certo valor monetário mínimo estabelecido. Federico Brito Figueroa (1994) descreve a classe dominante venezuelana no pós-independência:

> Los amos de la propiedad territorial (generalmente denominados hacendados o cosecheros) (…) forman la clase latifundista o terrateniente. Los comerciantes prestamistas, llamados despectivamente canastilleros, integran la burguesía comercial importadora y exportadora. Estas dos clases constituyen la base social del bloque dominante que controla el Estado venezolano, de modo incipiente desde 1821, pero, sobre todo, a partir de 1830. Este es el resultado de la guerra nacional de independencia, desde el punto de vista de los intereses de las clases dominantes nativas: los terratenientes incrementan sus latifundios y la explotación latifundista de la tierra y la burguesía comercial controla definitivamente las relaciones con el mercado exterior capitalista. (BRITO FIGUEROA, 1994, p.14).

Estas duas frações da classe dominante[35] entram numa forte e violenta disputa pelo poder político a partir de uma cisão que ocorre devido à diferenciação entre os interesses dos latifundiários e dos comerciantes que atuavam também como agiotas. Em abril de 1834 é promulgada uma lei que legaliza a usura e a regulamenta de tal forma que causa enormes endividamentos dos produtores. E esta lei passa a compor o processo de diferenciação e de cisão do bloco de poder oligárquico.

[35] Importante ressaltar que a grande maioria dos comerciantes também eram proprietários de terras.

Mas é preciso reforçar que nenhum destes grupos oligárquicos que disputavam o poder, tinha interesse em transformar a estrutura econômica do país em relação a como se dava no período colonial. Como explica Maza Zavala (1988),

> A forte concentração da propriedade territorial agrária, com as características essenciais do latifúndio colonial, permaneceu depois da guerra de independência, embora a propriedade tenha parcialmente mudado de donos; o próprio general Páes, herói da gesta emancipadora que em suas mocidades tinha sido peão da planície e chegou a ser o primeiro presidente da Venezuela, apoderou-se de muitas e largas terras, assim como fizeram outros caudilhos da independência, como os Monagas. A escravidão continuou juridicamente vigente até 1854, quando foi decretada sua abolição e o governo pagou indenização aos donos de escravos. Um regime parecido com a servidão prevaleceu no campo para boa parte da força de trabalho juridicamente livre, mas na realidade atada à fazenda ou à plantação mediante vínculos econômicos. (p.235).

A disputa no interior das classes dominantes é resultado da legalização deste mercado de dinheiro a juros altos e sob controle dos comerciantes:

> Los altos comerciantes caraqueños, vulgos canastilleros, comprando, revendiendo y después de la independencia especialmente exportando e importando, y suministrando medios de consumo y préstamos a crédito a los terratenientes, medianos y pequeños propietarios, se apropiaban de una importante parte del plusproducto creado por el trabajo de los esclavos, peones, campesinos enfeudados [36]y artesanos. (p.10)

E a consequência direta deste processo é a disputa não somente pelo poder político, mas pela riqueza produzida pelo trabalho explorado. Assim, nesta diferenciação, se organizam os dois partidos das classes dominantes. O partido Liberal, formado por "los terratenientes arruinados, en proceso de ruina o endeudados con la burguesía comercial, los caudillos militares extrañados de las funciones públicas" (BRITO FIGUEROA, 1994, p.15) e seus "intelectuais orgânicos", que passam a publicar um jornal com suas ideias e seus discursos demagógicos, chamado *El Venezolano.* E o Partido Conservador, formado pelos comerciantes importadores e exportadores, que atuam também como agiotas além da burocracia civil e militar que já controlava as instituições da república.

---

[36] O termo pode nos remeter ao debate da historiografia marxista das décadas de 1959-60 na América Latina se o modo de produção existente na América Latina carregava traços e relações sociais do sistema feudal ou se eram característica próprias. Não iremos entrar neste debate, já superado. Apesar de Figueroa utilizar o termo campesinato enfeudado neste trecho, em outras obras ele utiliza o termo "peonaje em condición de servindumbre", inclusive já citado no texto, que acreditamos mais apropriado.

Tal diferenciação parece uma inversão dos elementos fundantes da revolução burguesa nas economias centrais e mesmo da organização política das classes dominantes no restante do continente americano: como os latifundiários são o partido liberal e a burguesia comercial o partido conservador?[37] Talvez justamente essa aparente inversão nos revele os traços fundamentais dessa fissura: não é uma disputa entres projetos antagônicos, mas de poder, ou seja, de quem maneja o Estado para garantir que seus interesses econômicos prevaleçam; e o mais fundamental: o projeto que se desenha não está sob controle de nenhum dos segmentos da classe dominante interna, colocando-os assim, como meros repartidores dos logros ocasionados pela inserção dependente no mercado mundial. O que ambos desejam em suma é se apropriarem da mais valia gerada no processo de exploração do trabalho, que se dá na produção primária no campo, destinada ao mercado internacional. E esta disputa, carrega lugares distintos, na medida em que os comerciantes são os que mantêm uma relação direta com o mercado internacional, seja na negociação dos produtos agrícolas, seja na compra das manufaturas de consumo da elite e na negociação de capitais para investimento. Neste sentido, tornava-se crucial para a burguesia agrária o controle do Estado para que pudesse, a partir do poder político, abocanhar uma parte maior do lucro das exportações.

Outro elemento que desvela esta falsa contradição é justamente o papel que cumpre o periódico *El Venezuelano.* O jornal passa a ser uma ferramenta do Partido Liberal para colocar a população trabalhadora, principalmente a rural, a seu favor. Para isso se utiliza dos elementos que compõem tradicionalmente o discurso liberal: liberdade, alternância de poder, igualdade, reformas políticas. No entanto, o faz utilizando-se de forma demagógica e simplista, não aprofundando em seu conteúdo e nem nas ampliações democráticas. Pelo contrário, acusa os conservadores de não seguirem a Constituição[38], que era, em sua essência, escravista, elitista e antidemocrática. (BRITO FIGUEROA, 1994).

E, neste processo, as massas rurais, compostas pelas classes exploradas[39], incitada pela demagogia social vociferada no *El venezuelano,* se incorporam nas fileiras liberais, passando a

---

[37] Na maioria dos países da América Latina, neste momento pós independência, os Partidos Liberais eram normalmente formados pela burguesia comercial portuária, exportadora e importadora, enquanto o Partido Conservador era formado pela oligarquia agrária.

[38] A Constituição vigente quando da rebelião camponesa havia sido promulgada em setembro 1830, quando do fim da Grande Colômbia, e era a quarta constituição que regia o Estado Venezuelano deste iniciado processo de independência: a primeira de 1811, a segunda de 1819 e a terceira de 1821.

[39] Segundo Brito Figueroa (1996) “Las clases sociales explotadas, en este período, están representadas por el campesino, los esclavos, los peones rurales y urbanos y categorías artesanales formadas por manumisos y esclavos emancipados.” (p.19).

resignificar seu discurso e suas pautas em torno de seus interesses próprios, como a ampliação da participação política, a libertação dos escravos e a repartição das terras, que Federico Brito Figueroa (1994) classifica como petições de caráter democrático-revolucionárias.

E esta incorporação das massas populares do campo na disputa entre as duas classes dominantes, transforma o caráter da luta dos liberais pelo poder, escancarando a contradição fundamental que não é entre estas duas classes, mas entre elas e as classes exploradas. Assim, a disputa política assume o caráter de luta de classes.

Desta forma, as lutas populares, somando suas pautas próprias às pautas dos liberais burgueses, levantaram as bandeiras do Partido Liberal, não sem contradições, e ajudaram a compor seu conteúdo político e suas ações na disputa inter-oligárquica pelo poder. Neste processo surge Ezequiel Zamora, como a personagem que talvez expresse de maneira mais clara esta interrelação antagônica e contraditória entre oligarcas liberais e as classes subalternas, mas que se torna propulsora de um forte processo revolucionário na Venezuela.

A primeira rebelião camponesa de envergadura que traz Ezequiel Zamora para o cenário político e militar ocorre em 1846. Ela inicia em 1º de setembro com um levante espontâneo liderado por Francisco José Rangel e é resultado da insatisfação com as fraudes nas eleições daquele ano contra o Partido Liberal, que, inclusive, impediram Ezequiel Zamora de assumir como representante eleito na Assembleia de Cura, cidade onde vivia. Esta rebelião localizada assume grandes proporções, se transformando numa grande revolta camponesa, que atinge metade do território venezuelano, atuando de forma unificada e com direção de Ezequiel Zamora, que batizou seus combatentes como o *Ejército del Pueblo Soberano.* Zamora se transforma num líder com características de um revolucionário: constrói a cultura do "povo em armas", incluindo processos de alfabetização dos camponeses e combatentes, bem como ações de limpeza e reconstrução das cidades. Zamora trabalhava para formar um exército revolucionário dentro do exército liberal e uma associação de revolucionários no seio do Partido Liberal. (FERREIRA, 2006). E, neste processo, foi tendo acesso a uma literatura revolucionária vinda da França, a mesma que serviu de referência ideológica neste país para a revolução de 1848.

Como esclarece Carla Ferreira (2006),

> a chamada Revolução Camponesa de 1846, iniciada no dia 1° de setembro, era, a um só tempo, radicalmente antiescravista, antioligárquica e igualitária. Os camponeses, ao contrário de alguns de seus líderes, certamente desconheciam os ideais do socialismo utópico, mas suas atitudes evidenciavam uma profunda motivação igualitária. [...]"seguir adelante como una imperiosa necesidad, para quitarnos el yugo de la oprobiosa oligarquía y para que, opóngase quien se opusiere y cueste lo que costare, lleguemos por

> fin a conseguir las grandes conquistas que fueron el lema de la independencia" (ZAMORA, Ezequiel, Pao de Zárate, 8 de setembro de 1846, carta a Abelardo Rodríguez, apud BRITO FIGUEROA, 1997, apud, FERREIRA, 2006, p. 79).

Assim, para aqueles camponeses, homens escravizados ou libertos, assim como para seus líderes, aquela revolta era a continuidade da Guerra da Independência, que buscava fazer cumprir seus princípios, que, aparentemente, também mobilizava o Partido Liberal.

A revolta é derrotada em 24 de março de 1847, Zamora é preso, junto aos que sobreviveram, e condenado a morte. Mas, com a ascensão do liberal José Tadeu Monagas ao governo, depois de um golpe, é indultado, junto com outros companheiros liberais, tendo de cumprir apenas pena de prisão. Logo foge, passando cerca de um ano com nome falso, vivendo entre os camponeses, estudando e trabalhando no campo.

Neste ínterim, a oligarquia liberal assume o poder entre 1848 e 1858, com um governo personalista e nepótico dos irmãos Monagas. Algumas reformas se deram, como a libertação formal dos escravos e a moderação dos contratos para proteger os devedores. No entanto, além de uma administração ineficiente e claramente corrupta,

> as condições de vida da grande massa popular, especialmente o campesinato, não melhoraram, salvo a libertação da força de trabalho escrava que se converteu em força de trabalho sob situação de servidão na prática, embora juridicamente livre. A estrutura econômica com base na grande propriedade territorial agrária não sofreu mudanças na etapa liberal; o capital comercial e usurário continuou a exercer influência na vida econômica, social e política, embora com menos força que durante a etapa conservadora. (MAZA ZAVALA, 1988, p.240).

Contraditoriamente, como forma de tentar controlar a insatisfação popular e também a revolta "goda"[40], Monagas incorpora Zamora nas forças militares venezuelanas, primeiro como comandante de um batalhão de civis em Villa de Cura, e, mais tarde, em 1854, como General da Brigada do Exército da República. Neste período, estuda na Academia Militar e acaba tendo contato com as ideias do socialismo utópico, por meio de homens que participaram da Guerra Civil na França, de 1848, e que haviam se exilado na Venezuela. Em 1857 se afasta do exército, por diferenças políticas com o governo. (BRITO FIGUEROA, 1994).

Em 1858, um golpe militar proferido pela oligarquia paezista, com apoio da embaixada dos Estados Unidos, derruba Monagas, que é forçado a renunciar dia 15 de março, e a instabilidade política, o acirramento e o esfacelamento da aliança oligárquica pós-independência toma lugar. Assim, em fevereiro de 1859 estoura o movimento federalista.

---

[40] "Goda" era uma referência pejorativa aos oligarcas conservadores.

2.1.4.2 A Revolução Federalista e Ezequiel Zamora

A Guerra Federal, ou Revolução Federalista, talvez seja o momento mais explícito e violento da disputa entre liberais e conservadores e, talvez por isso, também o momento em que a luta de classes aparece novamente carregada de um conteúdo revolucionário.

Na dissertação de mestrado de Carla Ferreira (2006), que pesquisa a influência da ideologia bolivariana na Guerra Federal a autora coloca:

> A Guerra Federal esteve concentrada em cinco anos de guerra total pela conquista do poder político. Segundo Federico Brito Figueroa, tratou-se de uma "guerra estratégica e de posições e não uma simples guerra de guerrilhas, uma guerra de ataque e ofensiva e não somente defensiva". Sob a consigna "Tierra y hombres libres, horror a oligarquia", a chamada Federación chegou a controlar 75% do território nacional segundo o mapa político do país à época. Nesta área, viviam acima de um milhão de habitantes, em 1860, cifra muito próxima ao dobro da população que vivia na área controlada pelo governo no mesmo período. Entre 20 de fevereiro de 1859 e 20 de novembro de 1863, houve apenas 118 dias de paz. Foram 327 batalhas e 2.467 ações guerrilheiras, somando um número de vítimas que chegou a ser estimado em 200 mil. (FERREIRA, 2006, p.86).

A Guerra Federal foi conduzida por uma aliança liberal, entre os setores tradicionais da oligarquia liberal e os setores populares que, sob comando de Ezequiel Zamora, alçaram-se às armas na busca das promessas da Independência de liberdade e igualdade, que se resumiram no lema “Tierra y hombres libres, horror a la oligarquía”. O exército popular se constituiu como a principal força de combate federalista e, ao longo da jornada, ia alcançando êxitos militares e apoio das massas camponesas, o que lhe deu a segurança de que a revolução democrática em que lutavam sairia vitoriosa. E, neste sentimento, muitas canções e hinos revolucionários eram produzidos coletivamente pelo povo. Figueroa nos lembra um hino em especial que revela o caráter desta revolução e do sentimento que a carregava, conhecido como *Oligarcas Temblad*:

> *El cielo encapotado*
> *anuncia libertad,*
> ¡Oligarcas Temblad
> Viva la libertad!
>
> *Marchemos federales*
> *en recia multitud*
> *a romper las cadenas*
> *de vil esclavitud.*
>
> ¡Oligarcas Temblad
> Viva la libertad!

La espada redentora
del General Zamora
confunde al enemigo
de la revolución.

¡Oligarcas Temblad
Viva la libertad!

Las tropas de Zamora
al toque de clarín
derrotan las brigadas
del godo malandrín.

¡Oligarcas Temblad!
Viva la libertad

Aviva las candelas
del viento barinés
y el sol de la victoria
alumbra en Santa Inés[41].

¡Oligarcas Temblad
Viva la libertad!
(BRITO FIGUEROA, 2004, p.190-191, grifos do autor).

O hino passa a ser aquele tipo de canção na qual as estrofes são adicionadas por cantores populares de acordo com os ventos revolucionários, inspirados sempre na luta contra a oligarquia. Figueroa nos brinda em seu texto com mais esta estrofe:

Yo quiero ver un godo
colgado de un farol
y miles de oligarcas
con las tripas al sol. (ídem, p.191)

Mas, no dia 10 de janeiro de 1860, na cidade de San Carlos, praticamente já cercada pelos federalistas, Ezequiel Zamora é misteriosamente assassinado.

> Con el asesinato de Ezequiel Zamora finaliza la primera etapa de la insurrección campesina de 1859-1863, caracterizada, hasta ese momento, por la ofensiva militar revolucionaria: la hegemonía corresponde a las masas campesinas y Zamora es el intérprete, el conductor político y militar. Esta es su más grande significación histórica, en sentido individual. Hay una identificación absoluta entre el Jefe del Pueblo Soberano, el General en Jefe de los Ejércitos Federales de la República y las masas campesinas. Pero esto también ocurre con respecto a los pobres y peones de los Cantones urbanos, que se asocian de modo beligerante al Programa "gobierno de la democracia

[41] Santa Inês foi o local da batalha decisiva da guerra federal que ocorreu em dezembro de 1859. Santa Inês é uma zona rural da cidade de Barinas.

> y la federación, tierras y hombres libres". Esta conjugación de fuerzas sociales es lo que hace a Zamora invencible, tanto que sus adversarios lo consideran una especie de Anteo y a sus parciales una hidra de mil cabezas. El símil es inobjetable, tienen razón los ideólogos de la oligarquía venezolana. El asesinato de Ezequiel Zamora, ocurrido el 10 de enero de 1860, constituye el comienzo de la traición a la revolución: son acertadas las consideraciones de Emilio Navarro y Francisco J. Iriarte. (BRITO FIGUEROA, 2004, p.201)

A morte de Zamora representou um grande alívio para conservadores e liberais. Ali se encerrava a possibilidade deste exército popular, que tinha em seu líder não apenas um comandante militar, mas uma referência ideológica e política, reivindicar para si o poder após a vitória da revolução federalista. E somente com sua ausência foi possível a assinatura do Tratado de Coche em 24 de abril de 1863, um acordo de conciliação entre a oligarquia, que novamente, trouxe para a classe dominante os logros de tal revolução, deixando de fora as classes subalternas. Para o povo, não se tratava de uma luta federalista, mas por liberdade, justiça econômica e social, participação política e distribuição da riqueza, principalmente da terra. Mas o resultado foi a constituição de uma Federação. Maza Zavala (1998) explica:

> A Federação, que segundo o princípio constitucional significava um pacto entre Estados autônomos para sustentar a República como unidade de fato e de direito, consistiu na realidade no domínio regional e local de caudilhos, êmulos dos senhores feudais da Idade Média, proprietários de extensas terras nas quais exploravam a força de trabalho de camponeses vinculados pela lealdade pessoal ou por condições similares à da servidão e amos da política em sua província ou cantão, enquanto o poder central era exercido pelo caudilho principal diretamente, ou através de um testa de ferro investido da presidência da República. Este pacto efetivo entre caudilhos permitia assegurar a paz durante determinados lapsos e operava como um mecanismo militar quando outros interesses ameaçavam o equilíbrio de poder sustentado pela coincidência dos caudilhos. (MAZA ZAVALA, p.242-243).

Desta forma, aquilo que foi prometido pelo movimento federalista, que foi o fator de mobilização de milhares de camponeses em armas para lutar ao lado dos liberais, foi novamente deixado de lado quando da realização do objetivo burguês, com a conquista do poder político. Novamente a revolução foi interrompida, abortada, não pela derrota, pois ela não aconteceu, mas pela própria burguesia que, retomando a aliança intra-oligárquica, derrotara os anseios populares ao mesmo tempo em que declarou vitoriosa a revolução federalista.

E aqui retomamos novamente a reflexão de Florestan Fernandes (2015), pois a revolução não foi interrompida para a burguesia oligárquica, mas somente para as classes subalternas, da mesma forma em que se deu no processo de luta pela independência. O sociólogo nos diz que este mecanismo constante de "conciliação" e "reforma" traduz o impasse pelo qual passam os países dependentes. Para impedir que o processo de transformação

necessária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista dependente sob controle da burguesia interna se radicalize, e possa vir a alçar ao poder as classes subalternas em luta, é preciso interromper o processo. E a conciliação, assim como a reforma, são os padrões usuais para abortar a revolução burguesa. No caso da Venezuela, antes foi imperativo um outro acontecimento: a morte da principal liderança popular e a perseguição, subsequente, de seus mais próximos assessores.

2.2 A Venezuela Petroleira, entre a dependência e as lutas populares

O triunfo federalista e o pacto intra-oligárquico possibilitaram uma certa "calmaria" nos anos que se seguiram. O pacto da governabilidade controlou o furacão social do período anterior por um tempo considerável. No entanto, estes ressurgem na década de 1920 numa Venezuela já bem diferente, transformada pela descoberta do petróleo.

No século XIX, a Venezuela, entre as lutas por sua independência formal e sua consolidação como país de economia dependente, se inseria de forma quase insignificante no cenário econômico mundial e na divisão internacional do trabalho. E, desta forma, chega à década de 1920, como uma economia agrícola produtora de cacau, café e gado voltada para o mercado internacional, caracterizada por uma realidade social de extrema pobreza, na qual o analfabetismo atingia 70% da população, e três quartos viviam no campo. O capital comercial voltado ao mercado agrícola internacional era controlado, em sua maioria, por empresas estrangeiras, ficando a cargo de empresários venezuelanos o comércio interno, pouco dinâmico e lucrativo (FERREIRA, 2013; CICERO, 2015). A Venezuela que nascia aos olhos do século XX não representava em nada o ideal das lutas pela independência, na medida em que sua elite econômica e política, ao mesmo tempo promotora e filha do aborto das revoluções do século XIX, não carregava nem sinais da proposição de um projeto de desenvolvimento nacional.

A descoberta do petróleo em águas venezuelanas ocorre ainda no século XIX, no ano de 1878. No entanto, somente com o crescimento da importância do petróleo no mercado mundial, no início do século XX, a produção petroleira passa a cumprir papel significativo na formação econômico-social da Venezuela. Mas é ainda no século XIX, mais precisamente em 1893, que o capital internacional passa a atuar de forma sistemática na exploração do petróleo na Venezuela. O governo do presidente Cipriano Castro (1899 - 1908) promulga medidas que estabelecem a relação do Estado venezuelano com estas empresas, no tocante à exportação do petróleo e sua taxação tributária (10% do total levado ao porto), e a importação dos bens de

produção necessários à atividade, estas livres de impostos (CÍCERO, 2015). E tal política que abre a exploração de petróleo por empresas estrangeiras, permanece praticamente sem alterações durante o governo seguinte, de caráter ditatorial, do general Juan Vicente Gomez (1908-1935), "de tal maneira que nas três primeiras décadas do século XX foram outorgadas em concessão, para fins de extração de petróleo, aproximadamente trinta milhões de hectares do território venezuelano, espaço este equivalente a quase um terço de sua extensão total". (CÍCERO, 2015, p. 25).

Em outubro de 1918, a ditadura *gomezista* promulgou o primeiro marco regulatório da exploração petroleira e de recursos minerais do país, o *Decreto Reglamentario de carbón, petróleo y sustancias similares*, que fixou taxas de *royalties* de 8% a 15% a serem pagas pelas empresas ao Estado. E em julho de 1920, foi aprovada a *Ley sobre los Hidrocarburos y demás Minerales Combustible,* que além de fixar taxa de 15% dos lucros aferidos pelas empresas no formato de *royalties*, restringiu as áreas de concessão à iniciativa privada, aumentando as áreas de exploração reservada ao Estado venezuelano. A lei de 1920 passa a considerar que todo o petróleo disponível no território é de propriedade do Estado, tendo as empresas direito à concessão e sujeitas à tarifação sobre a produção (CÍCERO, 2015).

Como é de se imaginar, o novo texto não teve uma boa repercussão entre as empresas estrangeiras que atuavam na extração petroleira na Venezuela. Para resolver essa questão, o Congresso Nacional regulamenta a lei em junho de 1922, sancionando um novo ordenamento, mais permissivo e favorável às companhias estrangeiras (CÍCERO, 2015).

Nos anos que se seguiram, a produção petroleira venezuelana teve aumento substancial, alcançando, no final da década, a marca de segundo produtor mundial, atrás somente dos Estados Unidos da América.

> Não havia volta: aquela riqueza negra transformou a pátria de Bolívar numa economia extrativista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriadas com o dinheiro fácil. A duríssima repressão da ditadura gomecista, por sua vez, era tudo que as empresas estrangeiras queriam. (MARINGONI, 2008, p. 45).

Assim, enquanto as companhias se estabelecem na extração do petróleo, o Estado, atuando como proprietário, expande seu aparato burocrático, constituindo novas instituições e legislações conformadoras de uma nova relação com a sociedade, na medida em que passa a administrar a renda proveniente do petróleo. Se antes a renda do Estado era advinda dos direitos de importação ou pela tributação das exportações agrícolas, agora passa a ser resultado direto da renda oriunda da venda dos recursos naturais pertencentes à nação. Essa transformação

exercerá um poder determinante na conformação da sociedade Venezuela, e no seu destino enquanto *economia capitalista dependente petroleira* (FERREIRA, 2013).

As classes dominantes venezuelanas passam, a partir deste momento, a serem conformadas pela burguesia comercial importadora, pela burguesia bancária, pela burocracia estatal e por uma burguesia industrial vinculada às empresas exportadoras de petróleo, além da tradicional oligarquia latifundiária que não se enfraqueceu, pelo contrário, conviveu e complementou a nova forma de acumulação de capital inaugurada com a nascente indústria do petróleo. E claro, com essa indústria surge também uma jovem e reduzida classe operária (MARINGONI, 2008).

Mario Sanoja Obediente (2011) classifica da seguinte maneira as classes sociais que se conformam nessa Venezuela petroleira:

> a) El proletariado petrolero organizado, particularmente el vinculado con la industria petrolera;
> b) La burguesía comercial importadora-latifundista;
> c) La pequeña burguesía urbana conformada por profesionales, burócratas, dependientes de comercio, artesanos diversos;
> d) La población urbana marginada y la rural enfeudada que estaba todavía vinculada con los latifundios agrícolas y los hatos ganaderos;
> e) La población indígena que vivía en la periferia de la sociedad criolla, cuyo modo de vivir era comunal. (SANOJA OBEDIENTE, p.367-368)

Carla Ferreira (2013) explica como a conformação das classes em decorrência da reconfiguração na formação econômico social com base na exploração petroleira, que permanece dependente e exportadora, se relaciona como a reorganização do poder.

> De uma oligarquia rural agrária tradicional associada a uma burguesia comercial que juntos controlavam de forma restringida as estruturas de poder do Estado, houve uma transferência sem rupturas para novos atores. Os setores do comércio de importação e exportação associados às transnacionais petroleiras, secundados por um não pouco expressivo setor imobiliário que crescia acompanhando a vertiginosa urbanização do país e por camadas médias não proprietárias vinculadas aos serviços estatais convertiam-se paulatinamente em candidatos a controlar as estruturas de poder do país. (FERREIRA, 2013, p.66)

Essa transferência sem rupturas expressa justamente a não substituição de uma classe social por outra, mas a reconfiguração dos mesmos sujeitos, dos mesmos grupos sociais dominantes às novas formas de acumulação de capital engendradas pela economia petroleira.

E estas novas classes se conformam e se desenvolvem sob comando de um governo autoritário, que altera o caráter do Estado, na medida em que atende aos interesses das empresas petroleiras ao mesmo tempo em que constitui, pela primeira vez, depois de todo um século de

instabilidades políticas em disputa pelo poder, um governo de unidade nacional (das elites), como explica Cícero (2015):

> Como consequência desse exponencial aumento das atividades petrolíferas no país, uma crescente quantidade de recursos passou a ser repassada ao Estado venezuelano. Tais recursos foram utilizados, neste primeiro momento, para assegurar a continuidade da ditadura de Gómez através da criação de um exército permanente central, eliminando, assim, o regionalismo e a luta dos caudilhos pelo poder. Foi exatamente a partir deste aporte financeiro gerado pelo comércio do petróleo que se ergueu a chamada "Venezuela *gomezista*", sendo este o primeiro governo a estabelecer, efetivamente, a unidade nacional venezuelana, após um século de conflitos e guerras civis pós-independência. (CÍCERO, p.30).

Assim, a chamada Venezuela *gomecista*, sob um regime ditatorial, será um ponto de inflexão na história da Venezuela, pois além de transitar de uma economia eminentemente agroexportadora à uma economia rentista-petroleira, ela exige e conforma um Estado garantidor deste processo. Maza Mazala (1990) alude à conformação de um petro-Estado, de uma petro-nação. Que, para se estabelecer, precisa de um ambiente político estável e de uma máquina estatal cada vez mais complexa que atue no sentido de garantir o modelo de acumulação. Desta forma, Gomez atua para estruturar esta máquina.

> Se enfoca en modernizar el ejército, que sería el eje central del dominio, equipándolo y especializándolo técnicamente, y llevándolo a ser la institución más sólida de Venezuela; establecer la vialización del país que le permitirá tener acceso a cada rincón de la nación y de esa manera mayor control de los mismos; impulsar un sistema fiscal y administrativo racionalizado y eficiente, que le garantizará los recursos necesarios para el logro de sus objetivos políticos; y abrirse al capital extranjero con la política petrolera más liberal de toda América Latina; y la llamada "danza de las concesiones", otorgadas a gente cercana, amigos y familiares del dictador (…) (MANTOVANI, 2014, p.102-103).

Para abrir caminhos à acumulação de capital por meio da exploração do petróleo venezuelano, era preciso um ambiente de "paz" social. E garantir esta paz era uma das missões de Gomez. Esta "pacificação" representava, em verdade, a imposição de um controle territorial e o exercício da violência monopolizada pelo Estado no sentido de eliminar toda e qualquer barreira à apropriação dos recursos naturais minerais e ao submetimento da força de trabalho às normas estabelecidas pelas empresas. E assim, comunidades camponesas e indígenas foram expropriadas de suas terras para dar lugar aos empreendimentos extrativistas.

Camponeses que viviam em terras de latifundiários, estabelecendo diferentes maneiras de relações de trabalho e produção, foram também desterritoralizados[42], na medida em que estas terras eram destinadas não mais à produção agrícola, mas à extração de petróleo. Estes latifundiários conformaram o que Mantovani (2014) caracterizou como *terratenientes "petroleros"*, pois recebiam vultuosos valores pela exploração do petróleo em suas terras e investiam esta renda no comércio urbano de produtos importados. Assim a renda petroleira[43], na mesma medida em que enriquecia e aumentava o poder econômico e, consequentemente o político, destes grupos já dominantes, acentuava o caráter dependente da economia nacional. A renda petroleira produzida na Venezuela era transferida para o próprio mercado internacional por meio das importações de bens, serviços e capitais. Assim, "el latifundismo gomero sería uno de los factores de la debacle económica de toda la agricultura venezolana." (MANTOVANI, 2014, p.106).

A condição de dependência profunda engendrada pela acumulação capitalista da renda petroleira aparece desde seu princípio. Nas palavras de Mantovani (2014)

> La "magia" del petróleo materializaba y masificaba el ideal del "progreso" principalmente en estos núcleos espaciales, sin la necesidad de un proceso previo de desarrollo interno de las fuerzas productivas, sino que súbitamente lo lograba

---

[42] Variadas são as concepções desta categoria geográfica, que está intimamente relacionada à categoria território. Assim, coerente com concepção de território que trabalhamos nesta pesquisa, entendemos que a desterritorialização está relacionada com apropriação e o domínio, principalmente quando ligada a processos de exclusão sócio-espacial. Assim, comungamos com o entendimento de Rogério Haesbaert (2003), de que, "mais do que um fenômeno genérico, de destruição e remodelação dos territórios, promove-se, hoje, um intenso movimento de exclusão territorial, de impossibilidade concreta de inserção nas formas mais elementares de territorialização. Aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência (os "aglomerados humanos de exclusão"), a estes, sim, é que efetivamente devem-se dirigir o termo desterritorializados. É ali que, sem nenhuma dúvida, a desterritorialização se realiza em toda a sua perversidade." (p.22) Assim, neste sentido, há a desterritorialização dos camponeses venezuelanos, reterritorializados forçosamente pela ação do capital na periferia de Caracas.

[43] A teoria da renda da terra é um importante instrumento para entender os mecanismos de acumulação e transferência de capital oriundos a indústria petroleira. Mas, como nos alerta Reinaldo Carcanholo (2013), quando se trata do petróleo, "a existência de grandes empresas oligopólicas e sua relação com os Estados nacionais e com o mercado internacional introduzem dificuldades teóricas que necessitam ser superadas com criatividade." (p. 159). Seguindo seu conselho, não iremos nos debruçar em explicar a renda petroleira a partir da teoria da renda da terra. Mas se faz importante salientar, à luz desta teoria, que a inserção da Venezuela no mercado mundial como produtora de petróleo se dá pela capacidade de gerar uma renda diferencial, na medida há o produto natural em abundância, investimento para extração e transporte e uma curta distância do principal mercado consumidor, que é os EUA, em relação aos outros países produtores. E esta renda diferencial, transformada em lucro extraordinário, é apropriada pelo capital estrangeiro que controla a produção, e, em menor medida, mas em volume considerável, pelo Estado venezuelano, o que confere características determinantes na formação da Venezuela como uma economia capitalista dependente rentista.

> mediante la filtración de la renta por los poros de la poco diversificada actividad económica nacional. El petróleo pasa a ser la sangre del cuerpo de la nación. (MANTOVANI, 2014, p.107).

E este processo engendra dois discursos significativos: o de "progresso" e o de "soberania nacional". Ambos aparecem na construção do "Estado-nação" venezuelano e na constituição de um projeto político capaz de inserir a Venezuela de forma efetiva na divisão internacional do trabalho como economia petroleira, e dependente.

O "progresso" aparecia na conformação das cidades, que se transformavam nos novos centros das atividades econômicas com a substituição da acumulação de capital por meio da agricultura de exportação pela acumulação proveniente da renda petroleira, que originou a crescente demanda de um mercado interno e num novo estilo de vida representado pelos estrangeiros presentes no país. Mas este falso progresso expressava, em realidade, seu oposto: a ampliação da dependência e do divórcio entre a produção e as necessidades de consumo das amplas massas (MARINI, 2005). Tal divórcio ficou evidente na conformação das cidades e na ampliação daquele que seria o grande problema das formações econômico-sociais da América Latina até os dias de hoje: a superexploração do trabalho e, como consequência direta, a expressiva desigualdade social.

Na economia exportadora latino americana

> como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhado não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 2005, p.164).

O "progresso" inseria a Venezuela na economia mundial com um grau de relevância antes não experimentada por suas elites, mas mantendo características sociais do modelo agroexportador colonial. As cidades formadas em torno às empresas de extração de petróleo reproduziam uma estrutura colonialista que estabeleceram relações que Mantovani (2014) comparou às *plantations agrícolas* e as chamou de *plantations industriais*. Nelas a segregação espacial reproduziu as lógicas da casa grande & senzala e também da metrópole e da colônia, onde

> los extranjeros vivían en las zonas residenciales con óptimos servicios. afirmando sus estilos de vida occidentales - al tiempo que se generaba una estructura de clases en detrimento de los campesinos pobres, peones y indígenas que componían la fuerza de trabajo de los mismo. (MANTOVANI, p.106).

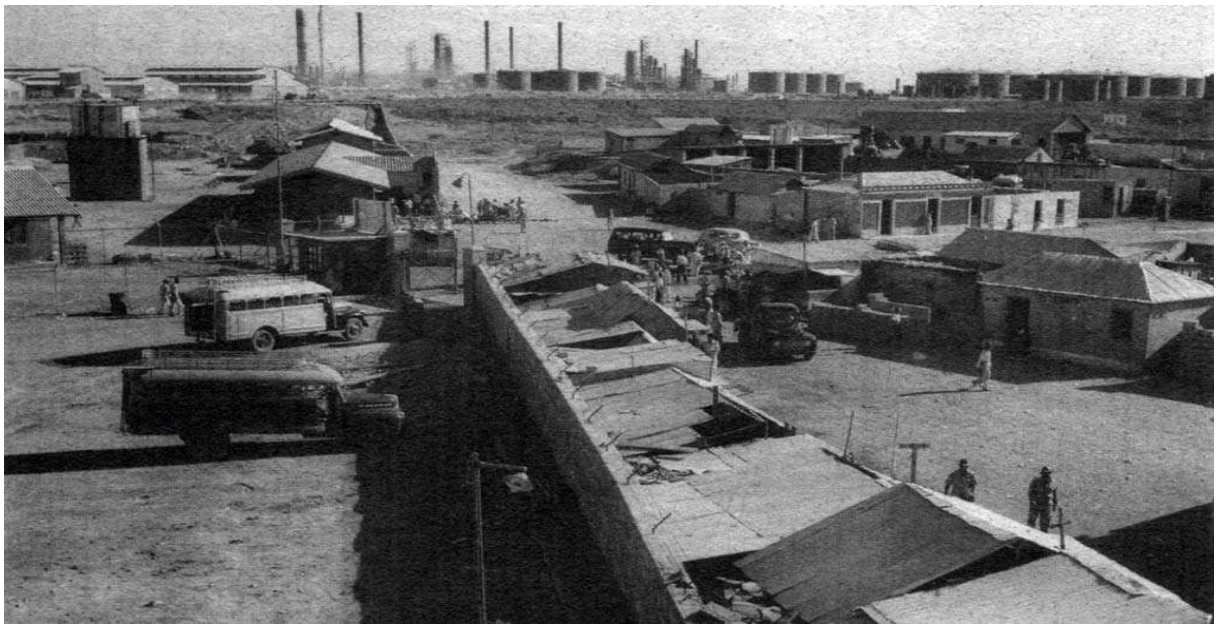
Estes trabalhadores construíram vilas em cima das antigas aldeias como complementos necessários dos empreendimentos, formando o novo e miserável "urbanismo petroleiro", submetido à "casa grande" e à "metrópole". Assim, o "progresso" trazido pela indústria petroleira conformava dois espaços urbanos segregados, ao mesmo tempo em que produzia uma parca produção de subsistência agrícola e manufatureira para atender à necessidade dos trabalhadores, e uma rica e promissora burguesia comercial que garantia o abastecimento para o mercado interno de produtos industrializados importados, tanto de consumo, quanto de bens de capital. A Venezuela agroexportadora se transformava na Venezuela mineiro-exportadora, mantendo o mesmo padrão de reprodução do capital[44].

Figura 1 - Campo residencial Terminal Maracaibo 1930

Fonte: Sociedad Venezolana de Ingenieros De Petróleo (1930)

[44] Jaime Osório (2012) explica que a noção padrão de reprodução do capital "surge para dar conta das formas de como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles". (p.40, grifos do autor). Assim, analisando América Latina, seus processos históricos de reprodução do capital e sua relação com o sistema mundial, é possível compreender sua inserção no sistema como um todo, como é influenciado pelas economias centrais ao mesmo tempo em que incide sobre ela. Nesta linha, a Venezuela se insere no mercado mundial pelo padrão de reprodução do capital agromineiro exportador, permanecendo neste caráter até o período pós Segunda Guerra Mundial, quando inicia seu padrão industrial, de forma tardia e integrada ao sistema capitalista monopolista mundial.

Figura 2 – Vila Operária em campo de petróleo na Venezuela



Fonte: PDVSA (s/d)

A produção petroleira reproduzia em escala super ampliada o modelo de acumulação agroexportador, conformando-se como uma economia minero-exportadora na qual o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas impôs um ciclo vicioso, onde "o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis da demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção". (MARINI, 2005, p. 164-165) A Venezuela passa então pelo que foi denominado pela TMD de cisão no ciclo do capital. Mathias Luce (2018) explica que a consolidação do capitalismo nos países centrais se deu pelo desenvolvimento de seu mercado interno, que absorvia a produção industrial interna. A partir da Revolução Industrial, as demandas por matéria prima e alimentos baratos teve um crescimento vertiginoso, o que exigiu a expansão de controle de territórios que pudessem garantir esta demanda. (MARINI, 2005)

A América Latina surge no mercado internacional com um papel claro a cumprir: garantir, com o fornecimento de alimentos baratos e matéria prima, o desenvolvimento da produção industrial dos países europeus e, mais tarde, dos EUA. Assim, ela assume um papel claro na divisão internacional do trabalho, o que determinará o sentido do seu desenvolvimento ou, parafraseando André Gunder Franck, o "desenvolvimento do seu subdesenvolvimento". Nas colocações de Marini

> É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2005, p.141).

Desta forma, o capitalismo nas economias dependentes nasce subordinado às necessidades de desenvolvimento do capitalismo nas economias centrais que, orientando a expansão do capitalismo mundial. São condicionantes externas que engendram um caráter específico de "desenvolvimento do subdesenvolvimento" nos países da América Latina, condicionando, desta forma, seus limites e possibilidades. E, neste sentido, o ciclo do capital nestes países sofre uma cisão, na medida em que sua dinâmica produtiva não está voltada para seu próprio desenvolvimento e para o consumo e necessidades internas, mas subordinado a necessidades externas à sua própria dinâmica. Ou seja, "os valores de uso produzidos pela economia dependente e suas relações específicas com o processo de valorização do valor na economia mundial encetam fenômenos novos, um dos quais é a cisão no ciclo do capital – também chamada de cisão nas fases do ciclo do capital." (LUCE, p.89).

Esta cisão ocorre em dois momentos históricos. O primeiro: antes do processo de industrialização, ou seja, no momento em que as economias dependentes assumem o que a TMD chamou de *padrão histórico de reprodução do capital agromineiro-exportador* (LUCE, 2018); e uma segunda cisão, quando estas economias constituem um processo de industrialização dependente. Desta forma, na Venezuela, a primeira cisão do ciclo do capital se dá de maneira substancial quando de sua inserção no mercado mundial como produtora de petróleo.

O que marca a cisão do ciclo do capital neste período é justamente a cisão entre o mercado externo e o mercado interno. Luce (2018) e Ferreira (2013) explicam, a partir da TMD e do ciclo de reprodução do capital de Marx, alguns traços fundamentais desta cisão. Sendo o ciclo: D - M (Mp + FT) – produção – M' – D', e D-M a primeira fase da circulação, (Mp + FT) a produção e M' e D' a segunda fase da circulação[45]. Na primeira fase da circulação, há o

[45] Marx entende que todo e qualquer forma de produção ocorre na forma de processo contínuo, ou seja, há uma continuidade constante entre produzir e consumir, produzindo meios para produzir, que se

momento do investimento do capital para estabelecer o processo produtivo sendo que, nas economias dependentes em geral, e na Venezuela em particular, sua origem remonta a capitais estrangeiros[46]; os meios de produção (Mp), desde maquinaria aos sistemas de transporte eram importados, transferindo valor produzido nacionalmente para as economias do capitalismo central detentoras dessas tecnologias por meio da compra destes equipamentos e pagamentos de royalties; as forças de trabalho especializadas eram também estrangeiras, e as demais, além de não significar o emprego de uma quantidade significativa em relação à força de trabalho disponível no país, estava submetida a um regime de superexploração. A segunda fase da circulação (M' – D') se dá, sobretudo, no mercado externo, ou seja, a realização da mercadoria petróleo, não se dá internamente, e os trabalhadores não têm qualquer interferência em sua realização, produzindo dois efeitos fundamentais: 1) uma expressiva alienação do trabalhador com relação ao produto de seu trabalho; 2) a possibilidade da superexploração do trabalho, na medida em que o trabalhador não faz parte da realização do valor da mercadoria principal produzida no país, portanto, não é um elemento necessário para a acumulação de capital por parte da burguesia local e internacional envolvida no processo produtivo do petróleo.

Desta forma, esta cisão traz duas consequências imediatas na economia venezuelana: "De um lado, as transferências de valor para os países produtores de bens de capital. De outro, o crescente incremento de um exército industrial de reserva advindo da característica capital-intensiva da indústria petroleira". (FERREIRA, 2013, p.71). Mas outras advém do desenvolvimento desta economia: a já mencionada expressiva desigualdade social; a intensa acumulação de capital e divisas por parte do Estado; a descapitalização de outros setores da economia, que fez, já num primeiro momento, a quebra do setor agrícola; e o impedimento do

---

consomem no processo de produção para gerar novos produtos, novas mercadorias. Assim, "todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução." (MARX, 1984, I, 2: 153 apud NETTO, BRAZ, 2007, p.124). E o modo de produção capitalista, também tem uma forma capitalista de reprodução. Esta forma está esquematizada na fórmula: D-M (Mp + FT) - P – M'-D'. D é o dinheiro investido para iniciar o processo de produção, M as mercadorias empregadas, sendo Mp os meios de produção, que são desde a maquinaria e instalações às matérias primas e, FT a força de trabalho contratada. Esta corresponde a primeira fase do ciclo de reprodução do capital. Ao realizar o processo produtivo, dá-se a segunda fase, na qual a mercadoria se transforma, adquire mais valor a partir do trabalho empregado pela FT nos meios de produção. M' precisa ser colocada no mercado, para se realizar como mercadoria e o valor adquirido possa retornar ao capitalista como mais-valia. Na fórmula ela representa o D', que é formado pelo valor transferido dos Mp e da FT acrescida pelo valor criado pelo trabalho.

[46] Em alguns momentos, a maior parte do investimento foi estatal, no entanto, os meios de produção, as tecnologias, inclusive a assistência técnica, eram estrangeiros, obrigando o estado a pagar royalties pela utilização destas tecnologias.

desenvolvimento de uma indústria nacional voltada para o mercado interno. Desta forma, o "progresso" prometido no nascimento da era petroleira voltou-se somente para as classes dominantes, ampliando em escala o modelo exportador, dependente e gerador de profundas desigualdades sociais.

A noção de "soberania nacional" aparece no momento em que o Estado se coloca como o gestor do crescimento e do desenvolvimento a partir da acumulação da renda petroleira. No entanto, tal "soberania" esbarra na articulação do Estado venezuelano junto aos interesses das empresas estrangeiras e dos países de sua origem, principalmente dos EUA. O discurso soberano também se configurava como estratégia de imposição do controle territorial por parte do governo *gomezista* para a implementação dos poços de petróleo. Assim como a noção de "progresso", a "soberania nacional" vinha como discurso que ocultava a cisão no ciclo do capital como condição fundante da inserção no mercado mundial, mas que em sua dinâmica interna, aprofundava a desigualdade e a superexploração do trabalho, na mesma medida em que beneficiava as elites locais e estrangeiras.

No entanto estas noções e estes novos setores acabaram por desenvolver a ideia de um nacionalismo petroleiro em determinados setores da sociedade, com perspectivas mais liberais e que, de alguma forma, carregavam a herança idealista das lutas do século XIX. Estas ideias tiveram implicações concretas na condução de uma determinada política, que viria a buscar um novo sentido para a renda petroleira.

> El mito nacionalista del Estado-patria bolivariano, en correlación con el mito del "progreso" se hacen materia y potencia con la renta petrolera. El extractivismo se torna misión emancipatoria. Todo un imaginario social se construirá en torno al petróleo, el cual será poderosamente determinante para la funcionalidad del discurso del desarrollo en Venezuela. (MANTOVANI, 2014, p.108).

Em 1936 surge a expressão que sintetizará esta "missão emancipatória" e de desenvolvimento nacional a partir da renda petroleira. No dia 1 de julho, Arturo Úslar Pietri, publica no diário *Ahora* um editorial intitulado *"Sembrar el petróleo"*. Nele, Úslar Pietri critica a política econômica da época que desenvolve a indústria petroleira em detrimento da agricultura e da indústria de bens de consumo.

> La lección de este cuadro amenazador es simple: urge crear sólidamente en Venezuela una economía reproductiva y progresiva. Urge aprovechar la riqueza transitoria de la actual economía destructiva para crear las bases sanas y amplias y coordinadas de esa futura economía progresiva que será nuestra verdadera acta de independencia. Es menester sacar la mayor renta de las minas para invertirla totalmente en ayudas, facilidades y estímulos la agricultura, la cría y las industrias nacionales. Que en lugar de ser el petróleo una maldición que haya de

> convertirnos en un pueblo parásito e inútil, sea la afortunada coyuntura que permita con su súbita riqueza acelerar y fortificar la evolución productora del pueblo venezolano en condiciones excepcionales. (ÚSLAR PIETRI, 1936).

E no final do artigo sentencia:

> Si hubiéramos de proponer una divisa para nuestra política económica lanzaríamos la siguiente, que nos parece resumir dramáticamente esa necesidad de invertir la riqueza producida por el sistema destructivo de la mina, en crear riqueza agrícola, reproductiva y progresiva: sembrar el petróleo. (ÚSLAR PIETRI, 1936).

Faz-se importante sublinhar que, neste momento histórico, algumas nações latino-americanas estão construindo um importante processo de industrialização, possibilitando uma diminuição do grau de dependência, em decorrência de movimentos externos, como a crise de 1929, somados a movimentos internos de reprodução do capital, formação de um mercado interno e condução de políticas nacionalistas. Vânia Bambirra (2019) classificou as economias que iniciaram seu processo de industrialização dependente neste período de Tipo A, já que passava de um padrão de reprodução do capital de agro-mineiro-exportador para um padrão de acumulação industrial, com um relativo afrouxamento da dependência.[47]

Neste momento, na Venezuela, surge a proposta e o pensamento que vai nortear parte importante dos diferentes períodos históricos do desenvolvimento na Venezuela: a ideia de que a renda petroleira seria o motor do projeto de desenvolvimento nacional produtivo do país. Esta consigna faz parte dos projetos de todos os governantes que tentaram, ao longo do século XX e no início do XXI, implementar um modelo de desenvolvimento nacional, inclusive Hugo Chávez, ignorando que o padrão de desenvolvimento mineiro-exportador dependente é uma condição muito mais estrutural que conjuntural ou de vontades políticas. E esta mudança de paradigma só foi possível após a morte de Juan Vicente Gomez em 1935, visto que, nas palavras de González (2003):

> Gómez nunca opuso resistencia alguna a la penetración de las grandes corporaciones estadunidenses y europeas en la explotación petrolera del país. Permitir el desarrollo del negocio nacional de los hidrocarburos a estas empresas haciéndolas objeto de muy pocas regulaciones, era una manera de mantener a los gobiernos de sus países de origen como aliados y deliberadamente distantes de cualquier cuestionamiento o injerencia en los asuntos domésticos del régimen. (GONZÁLEZ, 2003, p.83).

---

[47] Este padrão industrial não encerra a dependência, pois se dá de maneira subordinada e integrada tecnológica e financeiramente ao capital internacional, além de conjuntural.

Em 1936 foi eleito para presidente Eleazar López Contreras, permanecendo no cargo até 1941. Contreras foi então quem, pela primeira vez, buscou uma política econômica no sentido de ativar a economia de forma geral e a indústria não petroleira em particular.

> Para isso, constituiu instituições como o Banco Industrial de Venezuela, em 1937, com 60% do capital total oriundo do governo e criou leis sobre aduanas (1936), o Banco Central (1939) com uma lei para regular o sistema bancário, além de uma lei trabalhista (1936), enfim, criou as bases de um Estado nacional para uma política de *siembra del petróleo*. (FERREIRA, 2013, p.67).

No entanto, apesar dos esforços e das políticas criadas no sentido de avançar no processo de industrialização, encontrou-se dificuldades expressivas. Talvez a principal delas seja o acordo de reciprocidade comercial, firmado com os EUA em 1939. Neste acordo, o EUA recebeu vantagens aduaneiras para seus produtos industriais em 88 ramos, enquanto 90% das importações venezuelanas também se integravam ao tratado, numa "igual" relação de vantagem. No entanto, esta exportação era predominantemente de petróleo, o que revela "claramente a prioridade do petróleo como produto demandado pelo mercado e a subordinação da diversificação industrial nacional a este determinante". (FERREIRA, 2013, p.67).

Mas, apesar do acordo, em detrimento da II Guerra Mundial, a Venezuela conseguiu desenvolver uma breve política de "substituição das importações", abastecendo-se de produtos industriais produzidos nacionalmente, na medida em que o EUA não pode suprir tal necessidade. E esta condição externa (Segunda Guerra) e as condições internas (renda petroleira sob controle estatal e um mercado interno em crescimento), possibilitaram que a Venezuela alavancasse seu processo de industrialização, dependente e tardia, diretamente integrado ao capital estrangeiro monopolizado e ao o mercado internacional do petróleo e, portanto, submetido a eles e aos seus interesses.

O sucessor de Contreras, Isaías Medina Angarita (1941-1945) manteve a mesma política. Assim, a administração destes dois presidentes ficou marcada pela construção de políticas que serviriam a um impulso produtivo industrial e agrícola, ainda que tímido e conjuntural, mas que mobilizou instituições técnicas e políticas no fomento de uma diversificação da economia venezuelana (CÍCERO, 2014).

E neste processo de transformação do padrão de reprodução do capital na Venezuela, as classes populares permanecem excluídas do desenvolvimento. À primeira cisão no ciclo do capital soma-se a segunda. Ou seja, à cisão entre mercado interno e mercado externo, na qual a produção de sua principal mercadoria não era realizada internamente no país, causando um

profundo divórcio entre estrutura produtiva e as necessidade de consumo das massas, somava-se um processo de industrialização dependente que privilegiava a implementação de indústrias de produção de bens suntuários, ou seja, para consumo das elites nacionais e, apenas em alguma medida, para bens de consumo necessário para a classe trabalhadora.

> A nova cisão em questão é resultado da internalização da produção da esfera do alto consumo que, sob a condição de economia dependente, objetiva-se em um novo fenômeno: o impulso à produção industrial interna de bens de consumo suntuário sem que o Setor I[48] tivesse se complexificado, sob bases próprias, na produção de máquinas para fazer máquinas. A dependência se repõe, reproduzindo-se ampliadamente sob determinantes adicionais. (LUCE, 2019, p.115).

A cisão amplia-se e as classes subalternas, sejam trabalhadores da cadeia produtiva do petróleo, sejam do comercio, camponeses, indígenas e excluídos de toda forma, permanecem apartadas das políticas de desenvolvimento. Mas não completamente apáticas e sem reação. Em 1928 um grupo de estudantes da Universidade Central de Venezuela iniciou um movimento político e cultural reivindicando uma abertura democrática. Estes jovens, que ficaram conhecidos como a *Generación de 28* desafiaram o poder de Juan Vicente Gomez num evento festivo-literário no Teatro Municipal de Caracas organizado para arrecadar fundos para a fundação da Casa do Estudante. No teatro, o estudante e poeta Pío Tamayo recitou poesias que exaltavam a liberdade e denunciavam a opressão. Durante a semana, as atividades se transformaram em protestos contra o regime gomezista. (MAZA ZAVALA, 1988).

> Las fuerzas militares del momento los enfrentan apresándolos y se encuentran con la sorpresa de que el pueblo de Caracas responde con una huelga general espontánea. A partir de aquí se inauguró una era de movimientos urbanos muy característicos de la Venezuela de la segunda mitad del siglo XX y que eran totalmente desconocidos en la Venezuela del XIX. (FERNÁNDEZ, p.399).

Os jovens foram presos. Com as mobilizações populares, num terreno completamente novo para a luta política venezuelana, a cidade e suas ruas, o governo foi obrigado a libertá-los depois de 12 dias. Estes e outros jovens oficiais participaram, poucos dias depois, de uma conspiração que se iniciou nos quartéis e pretendia dar um golpe de Estado contra Juan Vicente Gomez, mas que foi descoberto e esmagado antes de acontecer. Os jovens estudantes e oficiais foram capturados e presos por mais de 9 meses, depois liberados e expulsos do país. O exílio levou muitos destes jovens a terem contato com ideias e organizações políticas libertárias, socialistas, republicanas e marxistas, em especial aqueles que cumpriram parte de seu exílio na

[48] O de produção de bens de capital, ou seja, de máquinas e meios de produção para a indústria.

Espanha, que naqueles anos vivia uma grande efervescência política e revolucionária que levou ao fim da monarquia e a proclamação da Segunda República em 14 de abril de 1931 (RAMOS, 2012).

No dia 30 de dezembro de 1930, em ocasião das comemorações do centenário da morte de Simón Bolívar, uma manifestação popular tomou as ruas de Caracas pedindo a libertação dos presos políticos. Mas o governo gomezista agiu novamente com violência dispersando a manifestação à tiros, com saldo de mortos e feridos. (MAZA ZAVALA, 1988).

E, neste contexto, em 1º de maio de 1931, ainda de forma clandestina, é fundado o Partido Comunista da Venezuela (PCV).

Com a morte de Gomez em 1935, muitos destes jovens retornaram à Venezuela. No entanto, o novo governo se inicia com um decreto suspendendo as garantias constitucionais, atendendo à intenção de parte da classe dominante de manter a ordem ditatorial para garantir a continuidade de seus negócios. Houve uma forte reação popular, não somente ao decreto, mas a todo o conjunto de políticas governamentais que os mantinham à margem do projeto de desenvolvimento, o que levou às ruas de Caracas, no dia 14 de fevereiro de 1936, mais de 50 mil pessoas, numa movimentação de massas até este momento inédita no país (MANTOVANI, 2014). Alguns daqueles jovens da geração de 1928 se transformaram em referências políticas dessa massa em movimento. Surgem organizações políticas como a *Unión Nacional Estudantil* (UNE), que seria o embrião do partido social-cristão Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), fundado em 1947; a *Organización Venezolana* (Orve), que era liderada por um jovem que anos mais tarde se tornaria Presidente da República pelo partido que fundará 6 anos depois, Acción Democrática (AD), Rômulo Betancourt; e a Juventud de Acción Católica liderada por Rafael Caldera, que também seria futuramente presidente do país.[49]

O ano de 1936, que iniciou com grandes mobilizações de massas, termina com uma grande greve dos trabalhadores da indústria petroleira. Assim, aparece no cenário político venezuelano uma jovem e pequena classe operária e suas representações políticas. Inicia-se uma grande onda repressiva por parte do governo. As organizações acima relacionadas são postas na ilegalidade, da qual o PCV nunca havia saído. As lideranças foram novamente

[49] Estes partidos passaram por um processo de endireitamento ao longo de sua história. Quando alçaram ao poder, mantiveram a Venezuela no papel designado a ela pela divisão internacional do trabalho, garantindo os interesses do capital internacional e das elites internas. Após a eleição de Chávez e depois de Nicolás Maduro, em diversos momentos, somaram-se à direita violenta e golpista que não reconhece as eleições e, sem base social, buscam assumir, junto a partidos mais novos, o controle do país por meio de ações golpistas.

expulsas do país. O ano seguinte foi de forte confronto entre o empresariado e a classe trabalhadora. (MARINGONI, 2009).

No entanto, o governo fez algumas concessões aos trabalhadores e conquistas significativas aconteceram, como direito de greve, jornada de trabalho de 8 horas, férias remuneradas, descanso semanal, direito à organização sindical, dentre outras. Com elas veio também a diferenciação entre os atores progressistas no cenário político da luta de classes: os reformistas e os revolucionários.

O sucessor de Contreras, Medina Angarita, que foi escolhido por meio de uma eleição indireta, ampliou a política inspirada em *sembrar el petróleo* de seu antecessor. Promulgou uma nova *Lei de Hidrocarbonetos* de 1943, obtendo novos contratos de concessão com maiores imposições do Estado frente a companhias, aumentou os *royalties* de 15% para 16,6%, ao mesmo tempo conseguiu que uma quantidade maior de petróleo fosse refinada em território venezuelano (MARINGONI, 2009). Neste momento, a Venezuela assume um papel fundamental no fornecimento mundial de petróleo: "mais de 60% do abastecimento abundante e ininterrupto de petróleo destinado às forças aliadas em combate na Segunda Guerra Mundial era proveniente dos campos da região do Lago Maracaibo." (Ibdem, p.51).

A política de diversificação da economia venezuelana gerou um acelerado processo de urbanização. Isso significa que em pouco mais de 40 anos da instalação da indústria petroleira, o país sofre um intenso processo migratório interno que infla as cidades e esvazia o espaço rural. Assim, na década de 1950, mais da metade da população vivia nas cidades. A política de desenvolvimento que se buscava implementar era o das elites e da classe dominante, sendo a maior parte da população excluída do projeto. A cisão no ciclo do capital, que causa o divórcio entre a estrutura produtiva majoritariamente petroleira e as necessidades de consumo das massas, permanece e se intensifica, na medida em que a parca diversificação industrial não leva em conta estas necessidades; a superexploração do trabalho ganha contornos estruturais e a enorme massa de trabalhadores que conforma o exército industrial de reserva se amontoa em situações precárias nos aglomerados urbanos.

Ainda em 1936, como parte da intensa ação popular, Rômulo Betancourt clama pela construção da democracia liberal representativa, com implementação do sufrágio universal, para se consolidar o Estado *"de la voluntad única"*. Assume neste momento a máxima da democracia burguesa, a de que o Estado representa o interesse comum da nação e de que, no caso venezuelano, a renda petroleira seria o motor de um desenvolvimento econômico que traria benefícios à totalidade do povo venezuelano. (MANTOVANI, 2014). Rômulo Betancourt

funda então, em 1941, o partido Acción Democrática (AD). E o amadurecimento deste discurso fez com que, no dia 17 de outubro de 1945, a AD realizasse um comício em Caracas com 20 mil pessoas rechaçando o processo de eleição indireta proposto por Medina para a sucessão presidencial. No dia seguinte, um levante militar acontece em Caracas e em Maracay, e, em três dias, se consuma um golpe de Estado que destitui Medina e todo seu gabinete.

Constitui-se uma autodenominada "junta revolucionária", compostas por cinco civis, sendo quatro membros da AD, e dois militares, além do presidente, Rômulo Betancourt. Apesar das mudanças no plano político que buscavam eliminar os resquícios do *gomezismo*, as bases econômicas permaneceram inalteradas. Em dezembro de 1947 realizam-se eleições diretas, quando se elege com 74% dos votos válidos o escritor Rômulo Gallegos, pela AD, que assume a presidência em 15 de fevereiro de 1948.

Como bem escreve Maringoni (2009), "as companhias estrangeiras e o governo norte-americano, num contexto de Guerra Fria, não tinham do que reclamar" (MARINGONI, 2009, p.53). A situação socioeconômica dos trabalhadores tem uma relativa melhora. O governo *adeco*, aproveitando o forte avanço da indústria petroleira e os ingressos que ela gera para o Estado, implementa políticas de transferência de renda como a redução dos preços dos alugueis, o controle da oferta de alimentos por parte do governo e um programa de construção de moradia populares. As camadas médias também se beneficiam, com o incremento das importações e o aumento dos investimentos, e tinham a sensação de que "acompanhavam mais de perto os hábitos de consumo dos EUA." (MARINGONI, 2009, p.53).

Apesar de se espelhar na socialdemocracia europeia do pós-guerra, e de sua origem na *Generación de 28,* a AD foi trilhando um caminho lento e seguro rumo à direita. Manteve relações próximas com sindicatos e movimentos sociais, mas sobretudo, buscando neutralizar a ação do PCV e isolá-lo de sua base social. Construiu políticas que aprofundavam o *sembrar el petróleo*, associando o investimento com políticas de distribuição de renda. Mas se furtou a qualquer reforma que pudesse transformar as estruturas econômicas que reforçavam a condição de dependência.

No entanto, as elites venezuelanas e os monopólios do petróleo não ficavam confortáveis com o leque de alianças costurado pelos *adecos*. Como escreve Maringoni (2009), "a imprevisibilidade não dos dirigentes, mas da base social da AD - que incluía parcelas importantes dos movimentos sindicais de trabalhadores urbanos e rurais e do movimento estudantil – deixou as elites assustadas." (MARINGONI, 2009, p.55).

Assim, no dia 24 de novembro de 1948, nove meses após tomar posse na presidência da república, Gallegos é deposto por um golpe de Estado encabeçado por três dos militares que compuseram a "junta revolucionária" junto à AD em outubro de 1945. "Acabava assim o curto período conhecido como *triênio adeco*, para dar lugar a uma das mais repressivas ditaduras da história da Venezuela" (MARINGONI, 2009, p.55). E aqui também se suspende a *siembra del petróleo* por cerca de 10 anos.

2.3 A ditadura de Pérez Giménez e *el Sacudón*

O período da ditadura militar é composto por duas fases distintas. A primeira vai do golpe de 1948 até as eleições de 1952. A segunda fase, conhecida como a mais repressiva e violenta, se estende de 1952 até a derrubada da ditadura em 1958. Estas duas fases são resultado da disputa que havia no próprio seio militar, na qual uma ala pretendia restaurar "a normalidade" com um mínimo de abertura no jogo político, com partidos e sindicatos legalizados, enquanto a outra buscava o controle total das instituições e da sociedade civil. A primeira fase se deu sobre a perspectiva da ala mais "moderada". Neste período, os partidos Unión Republicana Democrática (URD), criado durante o *triênio adeco* para lhe fazer oposição, e COPEI, permaneceram liberados para a atuação política, mas AD e PCV foram postos na ilegalidade, o primeiro, assim que deflagrado o golpe e, o segundo, meses depois. A repressão também existiu nesta fase, em menor proporção e intensidade que na fase seguinte, mas sem deixar de demonstrar que consistia em parte fundamental da forma de governo da recém criada junta militar. (MAZA ZAVALA, 1988)

Em 1952, foram realizadas eleições abertas para uma Assembleia Constituinte com a participação da URD, COPEI e do FEI (Frente Electoral Independiente), sigla criada pelos militares para concorrer nestas eleições. A URD elegeu a esmagadora maioria dos deputados. Obviamente os militares não aceitaram o resultado e Marcos Pérez Jiménez foi designado presidente da República, manipulando os resultados para a elaboração da nova Constituição. Neste momento, inicia-se a segunda fase do regime militar que, segundo Maza Zavala (1988) foi caracterizada

> pela supressão total de todos os direitos políticos, das garantias civis e das liberdades democráticas, pela repressão brutal de toda oposição, pela tortura em todas as suas formas contra prisioneiros, pela negação de todos os direitos humanos, pelo enriquecimento descarado dos governantes, funcionários e validos do regime, pela exploração sem freios da classe operária e pela marginalização das aspirações populares. (MAZA ZAVALA, 1988, p.304)

A ditadura, além de brutal, carregava a já usual manipulação do imaginário popular, de um lado, com o discurso do desenvolvimento nacional, do "progresso" e da "soberania" e, de outro, com a subserviência ao capital estrangeiro. O governo militar empreendeu um modelo de desenvolvimento econômico com base na execução de grandes obras públicas, seja na área de construção civil e infraestrutura, seja na execução de projetos em indústria básica, com significativo aporte de capitais estrangeiros. O Estado executava as obras e mantinha as indústrias de base sob seu controle, insuflando um discurso nacionalista, ao mesmo tempo em que deixava o capital estrangeiro com o controle da indústria do petróleo.

Durante o governo militar, houve uma expansão na produção de petróleo, o que possibilitou o investimento estatal com parte da renda garantida pelos impostos e pelos *royalties*. O discurso nacionalista se combinava com o controle que o capital estrangeiro exercia sobre a principal fonte de divisas para o país, o que lhe outorgava, consequentemente, influência política e cultural.

Esse foi o período que a Venezuela se consolidou como uma formação dependente-industrial, de forma tardia, em relação a outros países da América Latina, como Brasil, México e Argentina, como atenta Vânia Bambirra (2019). Na tipologia definida pela autora, como "um instrumento para explicar as diferenças substantivas no desenvolvimento dos países latino-americanos" (LUCE, p.213), a Venezuela se encontra no conjunto de "países de tipo B", que iniciaram seu processo de industrialização somente após a Segunda Guerra, já sob controle monopolista do capital estrangeiro e subordinado ao modelo exportador de bens primários como centro do processo de acumulação.

Os capitalistas venezuelanos, incentivados pelo governo, passam a investir na indústria manufatureira. A burguesia, impulsionadora deste desenvolvimento industrial, é a mesma que controla o comercio de importações e o capital financeiro, e que mantém relações com os fornecedores e financiadores estrangeiros. O desenvolvimento industrial tardio se dá em consonância com interesses externos[50], nos quais, os principais elementos, segunda Maza Zavala (1988), revelam esta relação:

---

[50] O pós-Segunda Guerra foi caracterizado por uma elevada concentração de capitais nas economias centrais, em especial os capitais fixos, relacionados ao progresso técnico, amplamente desenvolvido durante a guerra e que encontrava entraves nos prazos de reposição da indústria nacional. Tais entraves foram sanados pela exportação destes capitais para os países periféricos. E assim, a América Latina surge como um interessante mercado, que além de adquirir os bens de capitais obsoletos nas economias centrais, oferecia uma atrativa possibilidade de lucro na medida em que recorria a superexploração do trabalho como mecanismo de acumulação. (MARINI, 2011).

> associação com o capital estrangeiro, uso de patentes, marcas e denominações comerciais ou industriais, com participação nos lucros e no controle da gerência técnica por parte do cedente estrangeiro; fornecimento de equipamentos, maquinarias e outros meios de produção, assim como bens intermediários para processar finalmente no país, e outras modalidades desta índole. Em outros casos, o capital estrangeiro estabeleceu diretamente filiais ou subsidiárias no país, sob seu exclusivo controle. (MAZA ZAVALA, p.306).

Além disso, o governo adotava diversas medidas que facilitavam a importação dos meios de produção necessários para o funcionamento da indústria, bem como políticas de incentivos fiscais e de crédito aos empresários. Houve uma modesta modernização do campo, com a incorporação de assistência técnica e administrativa, financiamento e garantia de compra da produção por parte do governo, mas sem alterar a estrutura agrária, prevalecendo o modelo da grande propriedade latifundiária. A modernização também alterou a forma das relações de trabalho.

> Desapareceram – com raras exceções – as modalidades semifeudais nas relações de trabalho entre fazendeiros e camponeses, e a figura do diarista assalariado substituiu a do camponês que pagava renda em trabalho e permanecia vinculado por toda a vida à fazenda; mas numerosas massas camponesas continuaram sujeitas à maior pobreza, sem terras de cultivo, dispondo só de instrumentos primitivos de trabalho e obtendo uma produção precária, apenas suficiente para a subsistência familiar. (Ibdem, p.307).

Assim, a modernização do campo exclui os camponeses, que continuam desta forma, com suas necessidades ignoradas na construção do projeto de país das classes dominantes. E, parte desta massa de camponeses empobrecida, ao emigrar para os centros urbanos, passa a compor o novo proletariado urbano, que atua na construção civil, nas indústrias de base e nas indústrias manufatureiras privadas nacionais e estrangeiras, nos setores de transporte e serviços. Soma-se, assim, a um proletariado petroleiro e mineiro. Aqueles que permanecem no campo formam, em parte, um proletariado rural. E esta classe trabalhadora, mesmo com a forte repressão, começa a dar vida a um movimento operário que paulatinamente vai adquirindo força e consistência, em manifestações contra os patrões e ações políticas contra a ditadura. (MAZA ZAVALA, 1988).

No campo, os camponeses pobres, sem-terra, proletarizados, mesmo com uma diminuição numérica devido ao êxodo para as cidades, continuam a ser uma classe com uma atitude social crítica e potencialmente explosiva.

> Nas zonas urbanas e suburbanas crescia a franja marginal da sociedade – o subproletariado - originada em boa parte do êxodo rural, não incorporada em sua qualidade de força de trabalho à produção material nem em serviços

> organizados, e sujeita a condições de vida muito precárias, inteiramente insuficientes. (Ibdem, p.309-310).

A luta clandestina se deu durante todo este período, sustentada principalmente por militantes do AD e PCV. A repressão sobre eles foi intensa e brutal, atingindo também os movimentos sindical, estudantil, cultural e os camponeses, além da imprensa, permanentemente sob censura. Na segunda metade da década de 1950, começa a se manifestar o crescente descontentamento popular com esta política de desenvolvimento que impõe a desigualdade, a pobreza e a miséria, que já apareciam a olhos vistos, em contraste com a "modernidade" e riqueza de pequena parte da sociedade. Neste contexto, PCV e URD criaram a Junta Patriótica, que atuou em 1956 e 1957, e logo teve a incorporação de AD e COPEI, num crescente movimento antiditatorial. A situação econômica começa a apresentar sinais de desgaste, principalmente devido ao endividamento do Estado com a adoção da uma política econômica patrocinada pelo capital estrangeiro. E com isso, parte da burguesia também se coloca contra o governo. (MARINGONI, 2009).

Não cabe dúvida de que o capital estrangeiro e a burguesia constituíam o suporte do poder econômico do regime ditatorial e que as classes operária e camponesa foram as que mais sofreram com a situação socioeconômica e com a repressão. A pequena burguesia se dividia entre o apoio, a resistência e a indiferença. Mas a crise econômica, sofrida desde sempre pelas classes subalternas, e que atinge a burguesia e pequena burguesia a partir de 1957, foi, segundo Maza Zavala, um dos motivos concretos da deposição de Pérez Giménez. Assim, a ditadura foi derrubada por uma junção de fatores, em parte, pela conjunção de uma ampla aliança, que contou com todos os partidos de oposição, setores importantes das forças armadas, da burguesia e da Igreja, e, por outra, por um movimento popular de caráter insurrecional e espontâneo que tomou as ruas de Caracas no dia 23 de janeiro de 1958.

> El llamado a huelga, realizado por la Junta Patriótica, termina convirtiéndose en una insurrección espontánea, donde sectores mal organizados de los barrios populares comenzaron a combatir, militarmente, con las fuerzas policiales del régimen dictatorial. Ante la posibilidad de una confrontación militar, cuyo resultado no estaba claro (fuerzas de la armada y algunas guarniciones habían entrado en rebelión), el dictador huye y su régimen se derrumba en cuestión de horas. (SÁNCHEZ, 2015, p.71).

Talvez esta poderia ser outra insurreição popular que daria início a um processo revolucionário na Venezuela. Mas não foi o que aconteceu. Apesar do nível de radicalidade das massas, as lideranças políticas e seus partidos, seja os de caráter democrático burguês como a AD e COPEI, seja os mais à esquerda, como PCV, de inclinação teórica marxista, e URD, de

centro-esquerda, optaram pelo reestabelecimento da "paz social" e da construção de uma transição segura de retorno à democracia. Neste momento, não houve uma interrupção da revolução pela burguesia, como nos ensinou Florestan Fernandes e ocorreu nos processos de luta do século XIX. Mas uma opção por não realizá-la por parte das lideranças e dos partidos que organizavam as classes subalternas e que poderiam liderar a insurreição.

Esta opção é resultado de uma leitura de mundo e da construção da estratégia socialista difundida nas formulações da Terceira Internacional a partir do final da década de 1920, influenciando os Partidos Comunistas de toda a América Latina, além de Ásia e Europa. Estas formulações foram decorrentes do que Leandro Konder (2009) qualificou como a *derrota da dialética*, na qual se deu, de maneira sistemática e oficial, a instrumentalização da teoria marxista para ações pragmáticas e de necessidades imediatas do processo revolucionário na URSS, sob comando de Stálin. Dentre muitas destas formulações, aqui nos cabe falar de uma em específico, a que estabelece a "cristalização do processo histórico em etapas." (KONDER, 2009, p.67). Etapas estas que sofrem determinações similares nos diferentes países, não cabendo aos indivíduos reinterpretá-las de maneira diferente. Na "teoria do socialismo" stalinista, o "etapismo" estabeleceu que nos países "atrasados" era preciso primeiro estabelecer uma etapa nacional-democrática, anti-imperialista e antifeudal, pois ali não se encontravam suficientemente "amadurecidas" as condições para uma revolução socialista. (LÖWY, 2012).[51] Associando esta percepção com a de que a América Latina vivia um sistema pré-capitalista, semifeudal, a necessidade de uma revolução burguesa era etapa fundamental na luta pelo socialismo. (KONDER, 2009). No período pós Segunda Guerra, com a Guerra Fria, mesmo após a morte de Stálin em 1953, a orientação etapista permanece, e adquire um novo elemento: a coexistência pacífica institucionalizada, na qual a aliança entre burguesia e proletariado seria essencial para alcançar um desenvolvimento independente do imperialismo norte-americano. (LÖWY 2012) No entanto, a democracia representativa construída na Venezuela pós-ditadura estava longe de trazer, na prática, os ideais desta independência democrática propalados por

[51] Michael LÖWY, na introdução de seu livro O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais, que traz uma compilação de textos históricos de diferentes tendências e vertentes do marxismo latino-americano, faz uma importante ressalva sobre a assimilação desta teoria stalinista pelos revolucionários latino-americanos, para que não caiamos em simplificações: "Para evitar qualquer incompreensão, ressaltemos que do ponto de vista subjetivo, para a maioria dos militantes e líderes comunistas, esses dois fenômenos são acompanhados de uma sincera convicção de que, primeiro, a URSS era a pátria do socialismo, cuja defesa era um imperativo primordial e, segundo, que a revolução nacional-democrática abriria caminho para o objetivo final do movimento dos trabalhadores – o socialismo." (LÖWI, 2012, p.27).

seus interlocutores, inspirados na revolução burguesa do século XIX. Aqui, o caráter dependente da economia e sua inserção como tal no desenvolvimento global do capitalismo já estava consolidado, assim como o papel da burguesia local em sua manutenção, retirando, assim, qualquer possibilidade de uma democracia independente e soberana impulsionada pela burguesia "progressista". A insuficiência na análise do PCV a respeito da condição concreta de inserção da Venezuela na economia mundial como parte constitutiva desta, alimentou esta ilusão, o que logo cobraria seu preço.

A consequência direta desta linha "teórica" foi a desmobilização popular para a edificação da "paz social" e a implementação de um regime democrático-burguês. Segundo Sánchez (2015),

> El "Pacto Obrero-Patronal" firmado en abril de 1958, por los representantes empresariales y los líderes sindicales de todos los partidos (principalmente de AD y el PCV), el desarme de las milicias populares que, espontáneamente, se habían constituido en los barrios caraqueños durante las jornadas insurreccionales del 23 de enero, y la desestimulación de la movilizaciones y protestas de calle cercenaran el impulso revolucionario generado en el transcurso de la lucha por derrocar al dictador (…). (SÁNCHEZ, 2015, p. 72).

Mas os representantes das classes dominantes não confiavam tanto assim nesta aliança com os partidos de esquerda, principalmente com o PCV e resolveram garantir que não teriam nenhuma surpresa no transcurso da consolidação do novo regime. Para isso, realizaram duas importantes reuniões. A primeira aconteceu ainda em dezembro de 1957, quando foi firmado o chamado Pacto de Nova Iorque. Na cidade dos EUA, que deu nome ao pacto, se reuniram Rômulo Betancourt pela AD, Rafael Caldeira pelo COPEI, Jóvito Villalba pelo URD e o empresário Eugênio Mendoza, representando a burguesia produtiva. (MAZA ZAVALA, 1988). Ali já começavam a traçar os planos para a transição democrática, que necessitava do PCV naquele momento, mas que deveria ser excluído no período seguinte. E foi o que se deu, quando da segunda reunião, no dia 31 de outubro de 1958, na chácara de Rafael Caldera, em Caracas com o nome de *Punto Fijo*, que acabou dando nome ao pacto ali firmado. Assim, o Pacto de *Punto Fijo*, realizado com a presença das principais lideranças da AD, COPEI e URD, acertaram a aliança que estabeleceu as bases do novo regime sob controle exclusivo da burguesia venezuelana, neste momento consolidada enquanto classe dominante. Logo a URD rompe a aliança e se estabelece uma política claramente "bipartidista". O Pacto, segundo Maringoni (2009)

> representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso,

> esforça-se por definir uma democracia liberal simpática aos EUA. (MARINGONI, 2009, p.62).

Em dezembro de 1958 é eleito Rômulo Betancourt, da AD, para presidente, realizando um mandato completamente voltado para os interesses da burguesia, na concretização do pacto firmado em Nova Iorque e ratificado em *Punto Fijo*. Quando a recessão econômica assolou o país a partir de 1960, as medidas tomadas foram voltadas para fortalecer a indústria nacional, com uma política de substituição das importações aliada a "medidas alfandegária protetoras, exonerações fiscais, créditos de entidades oficiais, subsídios e compras maciças de bens pelo setor público, além de contenção dos salários reais" (MAZA ZAVALA, 1988, 317). Por outro lado, colocou a conta da crise a ser paga pela classe trabalhadora, reduzindo salários, restringindo os serviços públicos, fazendo pouco caso do desemprego e da alta dos preços dos produtos da cesta de consumo da classe trabalhadora.

E neste processo, os partidos de esquerda, já excluídos pelo pacto burguês, não conseguiram assumir a liderança das lutas, que quando ocorriam, eram duramente reprimidas pelo governo.

Um acontecimento em especial incide sobre uma mudança de atuação tanto das organizações de esquerda quanto do governo. Em janeiro de 1959, os revolucionários cubanos liderados por Fidel Castro derrubam a ditadura de Fulgencio Batista e assumem o controle dos destinos do país. Vitoriosa, a Revolução Cubana passa a ser a nova referência dos processos revolucionários da América Latina e, somada à desilusão na busca equivocada da revolução burguesa em aliança com uma também ilusória burguesia nacional, surge a opção da luta armada como uma esperança concreta para as organizações revolucionárias. Assim, os revolucionários e marxistas venezuelanos, organizados no PCV e no Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR), formado em 1960 por integrantes mais radicais expulsos da AD, buscam uma nova frente de ação: a luta armada e a guerra de guerrilhas. Em março de 1961, no Terceiro Congresso do Partido Comunista, define-se a luta armada como o caminho a seguir. Assim

> O PCV, por intermédio de seu braço militar, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), fundado logo após o congresso, desloca parte de sua militância para as montanhas, enquanto continuava o trabalho de massas nas cidades. Um caminho semelhante aconteceria na vizinha Colômbia, onde o Partido Comunista criaria, em 1964, seu destacamento armado, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). (MARINGONI, 2009, p.80).

Os grupos guerrilheiros se formaram nas décadas de 1960, atuando nesta década e nas seguintes, 1970 e 1980, concentrando-se, fundamentalmente, no meio rural. Apesar de incorporarem alguns camponeses em suas fileiras, não surgem como resultado da radicalização

do movimento camponês. O grande êxodo rural e a concentração da produção de riquezas do país no meio urbano, não proporcionou que o campesinato atuasse como uma base social revolucionária. (SÁCHEZ, 2015). No entanto, a presença destes grupos deixou marcas profundas no meio rural, na medida em que se fizeram presentes na vida e na organização comunitária dos camponeses, atuando como um elemento na formação cultural daqueles que permaneceram no campo[52]. A guerrilha e suas organizações atuaram a margem da luta política institucional, e foram os alvos preferenciais da repressão do Estado, ao mesmo tempo em que eram usadas como justificativa para a repressão às demais organizações políticas dos trabalhadores, às lutas organizadas e aos movimentos espontâneos que faziam oposição ao regime.

O período conhecido como *puntofijista,* que se encerra com a posse do presidente Hugo Chávez em 1999*,* foi marcado pelo desenvolvimento de uma democracia bipartidista, que se utilizava de meios não democráticos para sua preservação, como a determinação de quais partidos estariam livres para participarem da disputa institucional, excluindo aqueles que pudessem ameaçar o projeto em curso, e a repressão sistemática de toda e qualquer manifestação contra o governo. A coerção, a violência física e judicial, associadas com políticas assistencialistas que respondiam, em parte, a algumas demandas das classes subalternas, foram elementos cruciais na consolidação da burguesia no controle do Estado pelas próximas décadas. Assim, "a nova democracia instaurada em 1958, [...] revela a dificuldade de se construir o consenso, cuja solução 'dos de cima' foi simplesmente desatar a repressão, quando o movimento popular saía de dentro dos moldes da 'democracia modelo'." (SEABRA, 2014, p.57)

Os governos *puntofijistas* mantiveram o modelo de desenvolvimento econômico que iniciara o ditador Juan Vicente Gomez, na qual o Estado desempenha o papel de fomentador do

---

[52] Nos relatos dos comuneros camponeses que entrevistamos aparece de forma significativa a influência da guerrilha no processo de formação de sua cultura política. Por exemplo, Angel Pardo, liderança da Comuna el Maizal falou sobre isso em entrevista concedida à essa pesquisa: "Y tengo familia que, en un momento histórico político, participó abiertamente dos procesos subversivos, apoyando la guerrilla que n en todo o país, en contra el sistema puntofijisa adeco copeiano que fue mui implacable en exterminio de todo que pudiera pensar diferente, actuar diferente o apoyar al comunismo. [...] Mi familia participó abiertamente de este proceso como colaboradores. Y digamos que, de alguna otra manera, uno tiene como sus raíces en esas luchas." (PRADO, A. 2019). A comunera Rocío Prado (2019) também relata na entrevista as relações de sua família com a guerrilha e as violências sofridas pelo Estado: "Pero por parte de mi abuela Luiza hubo mucha gente revolucionaria, comunista, dentro de guerrilla. Mi abuelo murió en consecuencia de eso. Lo agarraron, y se murió de la paliza que le echaron, lo encerraron, lo dejaron sin comer. Tengo primas que tuvieron hijos y sus muchachos nunca conocieron su papá, que fueron de ellos."

desenvolvimento econômico nacional a partir da distribuição da renda petroleira para o setor privado e para o capital estrangeiro. Retoma-se as iniciativas inspiradas no *Sembrar el petróleo*, mas acrescida dos preceitos desenhados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e os resultados não são muitos diferentes do período anterior: a reprodução da dependência por meio de uma industrialização tardia, subordinada à renda petroleira e aos interesses da burguesia importadora e financeira, que eram absolutamente "anti-industrializantes". (SEABRA, 2014). A reprodução ampliada da dependência, em sua fase industrial não elimina a primeira cisão do ciclo do capital, na medida em que a maior parte da riqueza produzida continua interligada à cadeia do petróleo. Mesmo a indústria de base, implementada desde a década de 1950, submetida à uma economia rentista, não encontra na débil indústria nacional, um mercado dinâmico para sua reprodução, refletindo a cisão entre mercado externo e mercado interno. Assim, a indústria de base passa a ser mais uma fonte de divisas no mercado internacional por meio da exportação da matéria-prima manufaturada de baixa complexidade para as economias centrais.

Outro elemento que remete à reprodução ampliada da dependência no processo de industrialização na Venezuela se encontra nas próprias políticas estatais de substituição das importações, na medida em que

> ao impor a proteção tarifária à entrada de determinados bens de consumo importados, o Estado obrigou o capital estrangeiro a instalar-se no país para realizar as fases finais da produção manufatureira, principalmente de empresas montadoras de automóveis e de eletrodomésticos. Instalada a indústria no país em determinado setor, ela era protegida de toda concorrência externa, portanto, o Estado garantiu a centralização e concentração irrestrita de capital estrangeiro no país. As facilidades propiciadas à formação de monopólios estrangeiros no país vêm acompanhadas da remessa de divisas para as matrizes, pela abertura de créditos fáceis por bancos estatais, isenções de impostos, construção de infraestrutura de escoamento, controle estatal de preços etc. (SEABRA, 2014, p.60-61).

Assim, a fase industrial das economias dependentes ainda provoca a segunda cisão no ciclo do capital, estabelecendo a produção interna de bens suntuários, com base no capital estrangeiro e no consumo exclusivo da burguesia interna. A indústria de bens de consumo suntuários colabora com a reprodução ampliada da dependência, na medida em que "se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial" (MARINI, 2012, p.27), ao mesmo tempo em que não cria demanda, mas ocupa parte do espaço de uma demanda antes satisfeita pelas importações. E, no momento histórico seguinte, quando parte destes bens passará a cesta de consumo da classe trabalhadora, os mecanismos de reprodução da dependência atuarão no sentido de sua ampliação.

A Venezuela ainda carrega outro elemento que amplia a dependência e que difere de outros países da América Latina. Como o setor agrário foi significativamente desestruturado em detrimento dos capitais terem migrado deste para a indústria petroleira ou para o comércio de importações, a oferta de insumos agrícolas em quantidade ou em qualidade, para a indústria nacional, não acompanhou a demanda de consumo básico, principalmente para a indústria de alimentos, mas também para as indústrias têxteis, de móveis, de cigarros, calçados, etc. Estas indústrias, já estabelecidas no país com capital estrangeiro, tem que recorrer à importação de seus insumos, além, é claro, de sua maquinaria, encarecendo o preço e restringindo o acesso da classe subalterna ao consumo destes bens. O que amplia a segunda cisão do ciclo do capital, que impede a classe trabalhadora do acesso aos produtos da indústria instalada em seu país, reforçando a superexploração do trabalho. Assim, a parca indústria que se estabelece no país, pouco tem de fato de indústria transformadora de alta complexidade, com boa parte de seus elementos, inclusive insumos e tecnologia, vindas do exterior.

Desta forma, a tímida indústria se desenvolve com pouca autonomia, dependendo amplamente das importações, do capital à matéria-prima, sem gerar empregos em quantidade significativa e, portanto, sem contribuir para a expansão da demanda interna. O resultado direto é a superexploração do trabalho, a desigualdade e a miséria, e claro, tudo que delas decorrem na vida social. Seabra (2014) sintetiza o caráter da indústria de bens de consumo venezuelana: uma indústria unicamente "montadora e empacotadora".

Este modelo de desenvolvimento industrial, associado com a renda petroleira, possibilitou o crescimento da burguesia financeira e comercial. E estes setores, somado ao setor industrial e burocrático, conformam o bloco de poder da era *puntofijista*, que, apesar das divergências, mantiveram intacto o pacto firmado. E tudo numa relação direta com as políticas voltadas para a produção e o mercado do petróleo.

A década de 1970 é a década do "ouro negro", o que possibilita a Venezuela assumir um papel importante no cenário internacional, ao mesmo tempo em que fortalece sua estrutura de poder interna. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada com participação protagônica da Venezuela em 1960, atua de forma deliberada e organizada, no sentido de elevar o preço do petróleo no mercado internacional. A Venezuela viveu, neste período, o primeiro governo de Carlos Andrés Perez[53], que se baseia numa política de elevados gastos públicos, investindo em obras de infraestrutura e na indústria de base. Esta política,

[53] O *adeco* Carlos André Pérez governa a Venezuela em dois períodos distintos. O primeiro foi entre 1974 e 1979 e o segundo de 1989 a 1994.

concretizada no projeto denominado de *Gran Venezuela*, pretendia converter o país numa potência mundial no setor das indústrias de base, financiado e dirigido pelo Estado, mas em consonância com a divisão internacional do trabalho imposta desde as economias centrais.

> E el discurso político venezolano exaltaba optimistamente la posibilidad de, ahora sí, conquistar el sueño del "progreso", superar el "subdesarrollo" y conquistar la "segunda independencia", la tarea pendiente del padre libertador Simón Bolívar, llevando a cabo la "siembra petrolera". (MANTOVANI, 2014, p.137).

E no afã de cumprir este plano, Andrés Pérez nacionalizou indústrias estratégicas do setor, inclusive a indústria petroleira. (SEABRA, 2015).

A nacionalização do petróleo pelo governo Andrés Pérez se deu de forma combinada com as empresas petroleiras estrangeiras, mas sugeria uma política voltada para o "progresso" e para a "soberania", reproduzindo repetidamente a manipulação política por meio destas consignas liberais, ao mesmo tempo em que reproduzia os mecanismos de ampliação da dependência, submetendo o país aos interesses das classes dominantes internas e das economias centrais.

Em janeiro de 1976 cria-se a Petróleos de Venezuela (PETROVEN), que logo se passaria a se chamar Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). A centralização da produção e beneficiamento do petróleo pela recém-criada empresa estatal se deu com o pagamento de vultuosos valores em indenizações às empresas estrangeiras. Estes elevados valores ignoravam, além do pagamento, centena de vezes, de todo o investimento inicial em sua implantação, que estas mesmas empresas eram as maiores devedoras do Estado, dívidas estas contraídas pelo não cumprimento de contratos e acordos referentes aos limites territoriais de concessões e de volume estabelecido nos convênios. O modelo de pagamento definido, uma parte em dólares e a outra em títulos da dívida pública, com 6% de juros ao ano, garantiu a transferência de valor para as empresas por muitos anos (SEABRA, 2015). Além dessa transferência de valor por meio das indenizações, outro mecanismo é criado para que o "ouro negro" que jorra do solo venezuelano continue a beneficiar o capital estrangeiro. A PDVSA adota o modelo corporativo de empresa mista, em associação com as mesmas empresas estrangeiras que antes controlavam a produção e a comercialização do petróleo, e também com parte do capital privado nacional. Seabra explica como se dá este processo:

> Através dos contratos de comercialização na figura de empresas mistas [as multinacionais] mantêm o controle da comercialização que é a parte mais rentável do negócio petroleiro, pois requer menor investimento, cabe a nova estatal garantir o funcionamento da infraestrutura física dos poços, portos, equipamentos e maquinaria. Portanto, a presença das companhias estrangeiras

> na comercialização da produção reduz o poder de participação da companhia estatal no negócio de fixar os preços de exportação conforme os interesses nacionais. Igualmente, os contratos de assistência técnica, preservam às companhias estrangeiras o monopólio tecnológico na extração e refino de hidrocarbonetos [...]. A contratação de serviços tecnológicos entre a estatal e as companhias estrangeiras não garantiam a transferência da tecnologia ao fim do contrato. Cada concessionária privada foi convertida numa filial da estatal PDVSA, com seus respectivos contratos de assistência técnica e comercialização [...]. De tal maneira, a Creole Petroleum Company passou a ser chamada de Lagoven, a Companhia Shell de Venezuela, Maraven e a Mobil Oil of Venezuela, Llanoven. Modificaram-se os nomes das filiais, porém, manteve-se a direção executiva que trabalha para as companhias estrangeiras. (Ibdem, p.64,65)

Uma vez consolidado este modelo de gestão no interior da empresa e de suas filiais, o passo seguinte foi retirar do Ministério de Minas y Energia a competência de estabelecer políticas para a empresa. Assim, esta passa a atuar com tal autonomia que foi considerada por pesquisadores como a formação de um "Estado dentro do Estado". (SEABRA, 2015)

A partir de 1973, com o *boom* petroleiro, um aumento gigantesco nos excedentes financeiros combinado à baixa capacidade de absorção produtiva da economia venezuelana, possibilita o fortalecimento da burguesia financeira, que prefere investir na indústria básica de exportação em detrimento da indústria de bens de consumo, ao mesmo tempo em que investe nas empresas importadoras e em sua própria poupança pessoal.

Ao mesmo tempo, os investimentos estatais em grandes obras de infraestrutura no projeto *Gran Venezuela* de Andrés Pérez, consumiam mais que os recursos fiscais da atividade petroleira, exigindo a busca de financiamento estrangeiro em bancos dos EUA, Alemanha Ocidental e Japão, usando como garantia a própria renda petroleira, presente e futura. (SEABRA, 2015) Faz-se importante aqui um parêntese: uma grande parte do capital oriundo do comércio mundial de petróleo, não só da Venezuela, mas também dos outros países da OPEP, foi transferido pelas empresas transnacionais que ali operavam para seus países sede, aumentando de forma significativa a liquidez dos seus bancos, que adotaram políticas de financiamento para os países dependentes. Assim, o que financiava a capacidade de empréstimo dos bancos dos países centrais para os países periféricos, era a renda gerada, em parte, pela exploração do petróleo nestes mesmos países, transferida pelas empresas estrangeiras para seus países sede. [54]

[54] "As remessas de lucro, royalties e dividendos constituem aquela forma de transferência de valor mais diretamente vinculada ao investimento externo. É de conhecimento que o advento da fase imperialista

Assim, ao mesmo tempo em que o programa *Gran Venezuela* enaltecia o "progresso nacional" e a "segunda independência", se transformava numa política clara de acumulação de capital por bancos e empresas estrangeiras e de transferência de valor[55] para as economias centrais. Tal política mostrou-se limitada nos objetivos que alardeava, na medida em que dependia da flutuação do mercado de petróleo, que quando entrou em crise, no final da década de 1970, revelou a enorme dívida externa contraída pelo governo, que caindo na ilusão de um crescimento infinito da renda petroleira, contraiu empréstimos de agências e bancos dos países capitalistas centrais e hipotecou a renda petroleira futura. Assim, como conclui Mantovani (2014), tal modelo político e econômico implementado pela burguesia venezuelana *puntofijista*

> Entrará en una dinámica de desgaste y posterior crisis, la cual se hará más notoria en los índices de desigualdad, pobreza y exclusión social; en los altos niveles de corrupción y enriquecimiento de grupos políticos y poco interés en estabelecimiento de un proyecto nacional; y en la aparición de cuellos de botella en la economía nacional a partir de 1977, que iban haciendo cada vez más disfuncional el esquema de poder puntofijista. Comenzarían a quebrarse las ilusiones del desarrollismo petrolero, lo que pondrá en crisis al proprio discurso idílico del desarrollo. (MANTOVANI, 2014, p.141).

A chegada de Luis Herrera Campíns à presidência da república (1979-1984) coincide com este momento de baixa nos preços de petróleo e a desaceleração da economia Venezuelana. Ao mesmo tempo, a nível internacional, há o avanço global de um novo modelo de reprodução capitalista, o neoliberalismo, que avança sobre o continente na década de 1980 e se consolida a partir de 1989, a partir do *Consenso de Washington*[56]. A Venezuela adentra neste modelo a partir da crise gerada por sua enorme dívida externa, que levou o país a decretar moratória em

---

do capitalismo marcou a passagem da época da exportação de mercadorias para a exportação de capitais como um dos traços distintivos do capitalismo." (LUCE 2018, p.63)

[55] Os fundadores da TMD destacam em seus estudos duas formas de transferência de valor: a deterioração dos termos de intercâmbio e as remessas de lucros, royaties e dividendos. As duas formas se estabeleceram na própria condição das formações econômico-sociais dependentes exportadoras e se caracterizaram como as formas predominantes até fins da década de 1970. Mathias Luce (2018) elenca mais duas formas de transferência de valor que atuam nas economias dependentes: os serviços da dívida externa e interna e a apropriação da renda da terra.

[56] "Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatara experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". (BATISTA, 1994, p.5).

1983 e 1988 e, em 1989, a viver uma grande rebelião popular, conhecida como *El Sacudón*, ou *El Caracazo*.

Um acontecimento em especial no início dos anos 1980 marca o avanço da crise da dívida na Venezuela. No dia 18 de fevereiro de 1983, o presidente Herrera Campíns, sob pressão do capital financeiro internacional, faz um movimento de desvalorização do bolívar frente ao dólar, criando dois câmbios, um controlado e outro preferencial[57]. (SEABRA, 2014) As consequências diretas foram a duplicação e até triplicação das dívidas exteriores, públicas e privadas, e uma expressiva fuga de capitais. Com isso, "o desemprego avançou aos saltos, dando início a uma crise material e de valores que acabou se mostrando irreversível" (MARINGONI, 2008, p.68). Este dia ficou conhecido pelo nome, politicamente incorretíssimo, de *sexta-feira negra.*

Como era de se esperar, as ações do governo atuaram no sentido de salvar da bancarrota as empresas e os investimentos privados, mas em consonância com o compromisso firmado com o capital financeiro. Assim, em setembro de 1983, o governo outorga divisas com valor preferencial para o pagamento da dívida externa privada, enquanto a pública deveria ser paga com o dólar controlado, de maior valor. No entanto, o acesso ao dólar preferencial estava destinado àquelas empresas que contraíram dívidas financeiras no exterior, não valendo para dívidas de aquisição de maquinarias e matérias primas, por exemplo, ou de produtos importados para a comercialização interna. Esta decisão gera divergências entre as frações da burguesia, na medida em que privilegia àquelas ligadas ao capital financeiro. (SEABRA, 2014)

O presidente eleito em 1984, Jaime Lusinchi, mantém a política do câmbio a faz movimentos para amenizar a crise que, no entanto, se aprofunda. Criou duas propostas, uma que chamou de "Pacto Social", para o refinanciamento da dívida, e outra para a realização de uma reforma do Estado. Ambas falharam, pois não pretendiam atuar no cerne da crise, mas apenas minimizar os impactos dela sobre a burguesia ao mesmo tempo em que firmava seu compromisso com o capital financeiro internacional. O "Pacto Social", na verdade, se tratava da implementação de políticas de austeridade, na época, chamadas de ajuste estrutural, como o corte de gastos públicos que atingiu ainda mais a massa dos trabalhadores. O pacote de ajustes era pré-requisito para a assinatura do acordo de refinanciamento da dívida externa total do país

[57] A política dos dois câmbios proposto naquele momento e, que se tornou uma prática econômica comum em períodos posteriores, estabelece que alguns setores podem adquirir os dólares por um câmbio mais favorável. Em 1983 o câmbio controlado estava a Bs. 7,50 por 1 dólar, enquanto o dólar preferencial estava a Bs.4,30. (SEABRA, 2014)

com organismos financeiros internacionais, especialmente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial (BM). Este tipo de acordo de refinanciamento ocorreu em vários países da América Latina, e foi o prelúdio da implementação do neoliberalismo e de sua consolidação como novo padrão de acumulação. (SEABRA, 2014)

A queda do preço do barril do petróleo fez ruir a capacidade do governo de cumprir com o acordo e continuar pagando o serviço da dívida. Frente a isso, o governo tenta recorrer a novos empréstimos, negados pelos organismos internacionais. “Esses eventos forçam Lusinchi a declarar moratória do pagamento da dívida externa a apenas um mês do fim de seu mandato e quando já haviam realizado as eleições que levaram novamente Carlos Andrés Pérez (1989-1993) à presidência da República.” (SEABRA, 2014, p.73).

2.3.1 El Sacudón

Carlos Andrés Pérez é eleito com uma votação expressiva e empossado dia 2 de fevereiro de 1989, com o peso da lembrança ainda viva de seu primeiro mandato, que representou a década da “prosperidade petroleira”. Assumiu a presidência com o país sob uma intensa crise econômica e, ao invés de caminhar em direção às políticas que aplicou em seu mandato anterior, matéria de sua propaganda eleitoral, deu seguimento aos ajustes estruturais iniciados por seu antecessor. Assim, logo no início de seu mandato, firma uma “Carta de Intenções com o FMI e BM”, em que garante seu compromisso com estes organismos e com os “parâmetros” e “condições objetivas” por estes estabelecidos. (SEABRA, 2014, p. 73). E a partir deste momento, Andrés Pérez assume a implantação do neoliberalismo como sua estratégia de governo até o final de seu mandato, mesmo após a rebelião popular que estourou logo após a implementação das primeiras medidas.

O neoliberalismo, que surge nos Estados Unidos na década de 1970, e tem no Chile de Pinochet seu primeiro laboratório, não deve ser entendido apenas como um conjunto de políticas econômicas ortodoxas, como é comum se dizer, mas como uma estratégia específica de desenvolvimento da etapa atual do capitalismo, imperialista, sob comando do capital financeiro internacional. A partir da década de 1980, a América Latina passa a ser palco de uma reconversão econômica com base no modelo neoliberal, com o intuito de superar a crise de superprodução e alavancar um novo ciclo de acumulação capitalista. (MARINI, 1990). Por meio dos organismos financeiros internacionais, como FMI e BM, como condição para o socorro financeiro às economias dependentes em crise, as reformas estruturais neoliberais

foram impostas e implementadas, o que levou a um aprofundamento das condições de dependência na medida em que

> Todas las reformas estructurales del neoliberalismo, de su corazón, de su núcleo, las privatizaciones, los procesos de apertura comercial y financiera, los procesos de desregulación de los mercados principales, de trabajo, financiero, todo el paquete de reformas estructurales neoliberales, profundiza, aumenta los mecanismos estructurales de transferencia del valor producido en el capitalismo dependiente hacia las economías del centro capitalista mundial. (CARCANHOLO, 2015, p.266).

Ou seja, a integração das economias dependentes na economia mundial adquire um novo patamar, na qual as reformas estruturais de caráter econômico devem possibilitar que uma maior parte do valor produzido internamente se realize e acumule nas economias centrais. E, para que a burguesia interna não veja sua margem de lucro diminuída, lança mão da intensificação da superexploração do trabalho, seja baixando salários, seja intensificando ou mesmo aumentando a jornada de trabalho.

E seguindo esta reconversão econômica, o presidente lança seu programa de governo, denominado *Gran Viraje*, com seu anúncio em 16 de fevereiro, clamando ao sacrifício de "todos" pela recuperação do país. (SEABRA, 2014)

> O objetivo de tudo era a liberação de um empréstimo de US$ 4,5 bilhões. A contrapartida, concretizada no dia 25, um sábado, era salgada: o pacote incluía desvalorização da moeda nacional, o bolívar, redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gênero de primeiras necessidades. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. (MARINGONI, 2009, p.70).

Os primeiros protestos aconteceram no dia 27 de fevereiro, às seis horas da manhã, nos terminais de transporte das cidades de La Guaira, Catia La Mar e Guarenas, que funcionam como cidades dormitórios ao redor de Caracas. Se estenderam durante o dia para diversos pontos da cidade de Caracas e de seu entorno, e também por outras grandes cidades do país. Tal rebelião ficou popularmente conhecida como *Caracazo*, mas referida por vários estudiosos[58] por *Sacudón*, pois o levante alcançou outras cidades além de Caracas.

Neste dia, a população trabalhadora e estudantes universitários e secundários, como resposta ao aumento abusivo do preço do transporte, depois do aumento do preço da gasolina pelo governo, como anunciado, iniciaram uma série de ações radicais, que incluíam "barricadas,

[58] Carla Ferreira (2012) e Rafael Seabra (2015), autores referências neste trabalho, atentam para esta denominação mais abrangente.

trancamento das principais rotas e vias, saques a lojas comerciais, queima de ônibus, em Caracas e em todas as principais cidades do país." (FERREIRA, 2012 p.102).

A deteriora na capacidade de consumo de grande parte da população, principalmente de bens de necessidades básica, em detrimento da suspensão dos subsídios que o Estado fornecia a estes produtos, gerou esta reação social de grandes proporções. Somado a isso, há ainda uma crise de legitimidade política e institucional que foi sendo amadurecida por toda a década de 1980, que se encontrava com a crise do modelo rentista-petroleiro. Carla Ferreira (2012) considera o *Sacudón* como uma crise pré-revolucionária[59], que marcará o processo histórico venezuelano, na conformação de um movimento radical de massas que ela denomina de Processo Bolivariano[60].

A pesquisadora afirma também, que há uma unanimidade entre os pesquisadores e atores políticos e sociais do caráter espontâneo do *Sacudón* que aconteceu sem uma direção política centralizada. O que inicia como

> uma rebelião violenta e desordenada na manhã do dia 27 de fevereiro, evolui para um movimento radical e político, com saques generalizados – não somente de alimentos, mas de toda a natureza de produtos que o povo era privado de consumir -, junto com o comparecimento significativo de bandeiras e consignas de luta, na tarde do dia 28. (FERREIRA, 2012, p.105).

No entanto, este caráter espontâneo não exclui a participação, de forma ativa, de diversos grupos organizados dos setores populares, como elucida Carla Ferreira em sua pesquisa. Nas comunidades periféricas das grandes cidades, conhecidas na Venezuela como *barrios*[61], atuavam grupos de orientação marxista, que trabalhavam na esfera político-cultural, na organização do movimento estudantil e popular, conformando, ao longo de toda a década de 1980, uma importante experiência político-organizativa. Estes grupos atuavam naquela conjuntura insurrecional com agitação política e "criação de espaços de consciência no seio da insatisfação social" (Idem, p.110).

---

[59] Carla Ferreira afirma que o Sacudón se configurou como uma crise pré-revolucionária, entendo esta como uma "crise de dominação e irrupção de todos os setores da classe trabalhadora na cena política". (FERREIRA, p.23).

[60] A pesquisadora Carla Ferreira (2012) compreende que o processo em curso na Venezuela não se trata de uma Revolução, como sugere o movimento político no poder na Venezuela desde a eleição de Chávez. Para a pesquisadora, a Venezuela vive um processo intenso de transformações, que ela denomina de Processo Bolivariano, que tem como gênese, este episódio de crise pré-revolucionária, o Sacudón. O movimento popular e a tradição histórica da revolução Bolivariana também colocam o Sacudón como o marco histórico na virada da luta de classes, que desembocará na eleição de Hugo Chávez em 1999 e na instauração da Revolução Bolivariana.

[61] Os barrios venezuelano são correspondentes às favelas brasileiras.

No dia 27, o presidente Carlos Andrés Pérez encontrava-se em Barquisimeto, capital do estado Lara. Forças policiais tentaram controlar, de forma isolada, os focos da rebelião em Caracas, e nas demais cidades, com pequenos enfrentamentos, mas sem sucesso. No dia 28, Andrés Pérez, já de volta a Caracas, recebe no palácio presidencial de Miraflores vários empresários e lideranças políticas antes de fazer um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão. Ao vivo, o presidente anunciou toque de recolher e suspensão das garantias constitucionais. "Foi a senha para que a repressão fosse desatada sem freios, especialmente sobre os habitantes das regiões populares." (MARINGONI, 2009, p.72).

A ação das forças de repressão, tanto da polícia como do exército, usou dois critérios, segundo Carla Ferreira (2012). O primeiro era a dispersão de rua, com a utilização de tanques de guerra, bombas e disparos de armas de fogo. O outro foi o posicionamento de franco-atiradores no alto dos edifícios das zonas periféricas, atirando na cabeça dos que passavam na rua. No bairro 23 de Enero[62], militares armados de fuzil chegaram a disparar contra os edifícios, atingindo e matando várias pessoas dentro de suas próprias casas. (MARINGONI, 2009). O número de mortos nos cinco dias que duraram a rebelião e o massacre ainda são alvo de investigação. Segundo Maringoni, os centros médicos identificaram entre 1 mil e 1,5 mil mortos, enquanto as estimativas oficiais remontam a cerca de 300 mortos.

Este evento, de proporção gigantesca, tanto pela sua generalidade, quanto pela forte ação repressora do Estado, enfraqueceu sobremaneira o presidente e seu governo. Mas não o destituiu. Andrés Pérez conduz um governo marcado pela instabilidade, a insatisfação social e pela violência institucional, ao mesmo tempo em que cumpria com "êxito" o acordo firmado com o FMI, até ser destituído em 21 de maio de 1993 e condenado a dois anos de prisão, acusado de corrupção.

2.4 Da rebelião popular de 1989 e militar de 1992 à Constituinte de 1999: a gesta da Revolução Bolivariana

A rebelião popular de fevereiro de 1989 não se constituiu como um evento isolado e, apesar do refluxo inicial devido à forte repressão, reorganizou as forças populares nos mais diferentes setores, especialmente a massa de trabalhadores informais empobrecida dos *barrios*.

---

[62] O nome do bairro faz referência a data da insurreição que derrubou o ditador Pérez Jiménez em 1958. A paróquia 23 de Enero é um barrio, onde se concentram uma gama de organizações populares, referências na resistência ao puntofijismo.

Ela não representou somente uma rebelião contra as políticas adotadas pelo governo, mas sim, o estalido fundante da derrocada de um regime político que se estabeleceu desde 1958. Nos meses e anos que se seguiram, as manifestações de insatisfação social com os rumos do país e sua condução política emergiram em lutas de caráter econômico e social. E estes processos de luta, que se intensificou ao longo da década de 1990, gestou um movimento político radical, imbricado no seio das massas populares e periféricas. Segundo Carla Ferreira (2012)

> Este movimento político radical combinava diferentes formas de luta: convencional, confrontativa e violenta. A insatisfação social expressava-se mediante protestos de duas naturezas que separavam lutas de caráter socioeconômico que reivindicavam salários e serviços públicos e aquelas de matiz claramente política que expressavam demandas por eleições, democracia e contra a corrupção ou por direitos humanos. (FERREIRA, 2012, p.115).

Desta forma, aquele movimento de massas, radical e espontâneo, adquire claramente uma face política, de luta pelo poder. Carla Ferreira (2012) entende que o movimento que se segue ao *Sacudón* incorpora essa dimensão política. O movimento que se radicalizou na década de 1980 não é somente o resultado das contradições postas pela adoção da política neoliberal a partir do governo de Herrera Campín, e aprofundado como consequência do acordo com o FMI firmado por Andrés Pérez. Ele expressa o descontentamento dos setores populares e das classes subalternas durante todo o período puntofijista, desde 1958, permeado por crises permanentes e violência institucional. Segundo a pesquisadora

> A prolongada dificuldade em estabelecer um regime de reprodução social que fosse capaz de criar simultaneamente um excedente econômico reinvestível com o constante desenvolvimento das forças produtivas representa a condição de fundo sobre a qual se desenrolaram as crises social e política que de alguma forma contribuíram para o *Sacudón*. (FERREIRA, 2012, p.116).

O desenvolvimento industrial tardio da Venezuela, que associado ao mecanismo de acumulação por meio da renda petroleira, como debatido anteriormente, impossibilita a expansão do setor industrial de bens de consumo, tanto pela transferência de valor para a indústria petroleira e para o exterior[63], quanto pela condição parasitária da burguesia ligada

[63] Segundo Marcelo Carcanholo (2015), sobre a transferencia de valor das economías dependentes para as economías centrais: "En términos de Marx, cuando salimos del plano de la competencia dentro de un mismo sector, y consideramos la competencia entre distintas esferas de producción, en aquellos que este autor ha trabajado como la formación de los precios de producción y de la tasa media de ganancia, tenemos el surgimiento de una ganancia extraordinaria para aquellos sectores que producen con mayor productividad en relación a la media de la economía. Allí está demostrado que, sectores que producen sus mercancías específicas con composición orgánica del capital (productividad) por encima de la media, van a presentar un precio de producción de mercado por encima de los valores de mercado y,

também ao capital comercial e financeiro[64]. Neste sentido, a população economicamente ativa vive em condições prolongadas ou permanentes de desemprego ou subemprego. (FERREIRA, 2012).

Neste contexto, pós *Sacudón*, em 1991, nasce, na cidade de Caracas a *Asamblea de Barrios*. Nela, se reúnem, pela primeira vez, os dirigentes e lideranças comunitárias e políticas de toda a cidade. A assembleia atua até 1993, reunindo mais de duzentas lideranças, atuando como uma força popular na luta contra o regime de Andrés Pérez, e exercendo um importante papel na defesa das ações insurrecionais dos militares de fevereiro e novembro de 1992. (FERREIRA, 2012). Denis Roland (2001), em um livro publicado com suas reflexões acerca destes eventos e a constituição do chavismo como movimento político, como participante direto destas lutas e organizações populares, incluindo o *Sacudón*, relata que neste contexto das assembleias, se ouve, pela primeira vez, nos bairros populares, os gritos de "Chávez, Chávez", como reconhecimento do surgimento dessa nova liderança.

Além do movimento popular, organizado, sobretudo, nas assembleias, havia dois setores que emergiram como força política nas décadas de 1990. O primeiro se trata das organizações oriundas do PCB e de suas divisões. O segundo advém do seio das forças armadas. Estes setores têm vários elos de ligação histórica, se relacionando em diferentes momentos. As rebeliões militares de 1992 refletem a ampliação deste elo, que se consolida e resultam na eleição de Chávez em 1999.

O Partido Comunista, no período da luta armada, estabelece articulação em vários quartéis, gestando, inclusive, rebeliões militares, como as que aconteceram em Barcelona em 1961, em Carúpano e Puerto Cabello em 1962. A resposta do governo *puntofijista* é a repressão, que num primeiro momento, lotou as prisões de militares revoltosos e militantes. A partir de 1964 passa a adotar o critério de que "guerrilheiro preso é morto ou delator", desencadeando

---

por tanto, van a vender sus mercancías por un precio que les permitirá apropiarse de más valor de lo que producen. Lo contrario ocurre para aquellos sectores que producen sus mercancías – distintas de las producidas en los primeros sectores– con productividades por debajo de la media de la economía como un todo. Aquí tenemos el segundo mecanismo de transferencia de valor. Como los capitales en las economías dependientes tienden en promedio a tener productividades por debajo de la media de todos los sectores de la economía mundial, ocurre la transferencia de una parte del plusvalor producido en las economías dependientes, que será apropiado, bajo la forma de una ganancia media superior al plusvalor producido, por los capitales operantes en las economías centrales" (p.268)

[64] Opera na Venezuela neste período, assim como em outros países de economia dependente, mecanismos de transferência de valor por meio do serviço da dívida pública, ou seja, pelo pagamento de juros da dívida pública, que impede o investimento estatal. Vale ressaltar que parte desta dívida provém das dívidas privadas assumidas pelos governos anteriores.

uma onda de violência que resulta em assassinatos, tortura e "desaparecimentos." Devido à repressão, o PCV decide abandonar a luta armada e os guerrilheiros que nela insistirem, desligando-os do partido. Assim, forma-se o Partido de la Revolución Venezuelana (PRV), de caráter guerrilheiro, liderado por Douglas Bravo, que permanece ainda por muitos anos nas serras da Venezuela, emergindo da clandestinidade para a atividade política legal somente em 1979. Em 1971, outros dissidentes do PCV fundam o Movimiento al Socialismo (MAS), abandonando o marxismo como base teórica fundamental, integrando-o "com outras correntes progressivas de pensamento". (MARINGONI, 2009, p.82). Outra dissidência do PCV, fundada pelo ex-guerrilheiro Alfredo Maneiro na década de 1970, foi a Causa Radical, que ficou conhecida como Causa R. A Causa R, diferente dos outros partidos, busca desenvolver um trabalho no seio das massas populares. (MARINGONI, 2009).

O segundo setor que se mobilizou durante este período, foi o setor militar. Este, em sua formação, teve uma forte influência do exemplo e do pensamento de Simón Bolívar, principalmente de suas ideias sobre a integração latino-americana e sobre a papel dos militares na defesa de seu povo. (BUZETTO, 2011). Desde a relação com o PCV e as guerrilhas nos anos 1960, as ideias revolucionárias sempre encontraram adeptos no interior das Forças Armadas venezuelanas. A formação militar na Venezuela, talvez devido a pseudo estabilidade política venezuelana, que não exigiu um governo militar nos anos 1960 e 1970, como em muitos países da América Latina, teve pouca influência da Escola das Américas[65]. Por exemplo, em 1971 foi criado um programa de formação para jovens oficiais, chamado Plano Andrés Bello, batizado com o nome do educador, poeta e filósofo (1781-1865), contemporâneo de Bolívar. O programa consistia em enviar para as Universidades os jovens aspirantes a oficiais, com o objetivo de qualificar sua formação e aprimorar sua carreira militar. Após se tornarem oficiais das Forças Armadas, poderiam continuar seus estudos em pós-graduações oferecidas pelas mesmas Universidades. Esta relação com a Universidade, também os pôs em contato com as ideias revolucionárias que ali circulavam. (MARINGONI, 2009). Hugo Chávez pertenceu a primeira geração que teve acesso a esta formação Universitária. Na década de 1970 teve contato com Douglas Bravo, por intermédio de seu irmão mais velho Adán Chávez, professor universitário

[65] A Escola das Américas foi um centro de formação militar do Exército dos EUA, localizada na cidade de Columbus, no estado da Geórgia. Foi fundada em 1946, nos primórdios da guerra fria, e fechada em 2001. Neste período, treinou mais de 60 mil agentes militares e policiais em técnicas de contra-insurgência, combate e repressão a movimentos políticos de esquerda e/ou populares, a maioria proveniente dos países da América Latina. (GILL, 2005).

e então militante do PRV. No início dos anos 1980, funda, com outros jovens oficiais, o Movimiento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR 200), em referência ao bicentenário de Simon Bolívar.

A rebelião militar comandada pelo então tenente-coronel Hugo Chávez Frias foi gestada nos quartéis, alimentada pela ideologia bolivariana presente nas Forças Armadas e qualificada com a influência que as organizações de esquerda exerciam sobre alguns oficiais. O *Sacudón* também exerce uma influência fundamental. Muitos oficiais reagiram contra o papel desempenhado pelas Forças Armadas para conter a rebelião, o que causou uma forte fissura na instituição, que se viu manchada com o sangue de seu próprio povo, a quem jurou proteger. Essa fissura fortalece ainda mais o MBR 200.

Somado a todos estes fatores, de movimentações das forças contra-hegemônicas, de caráter popular ou de esquerda, o governo de Andrés Pérez foi perdendo legitimidade também entre a burguesia, que tinha como representação a Fedecámaras, principal entidade empresarial, e o setor trabalhista da AD, que dirigia a Central de Trabalhadores da Venezuela. E neste contexto de instabilidade política, econômica e social generalizada, o MBR 200, que discutia internamente, desde 1986, um plano para a realização de um levante militar contra o regime, decide por executá-lo, em fevereiro de 1992. O plano se chamava Ezequiel Zamora, em homenagem ao general da Guerra Federal e teria início na tarde do dia 3 de fevereiro com a captura do presidente Andrés Pérez no aeroporto de Maiquetía, quando chegaria de uma viagem internacional. No entanto, esta ação foi delatada, o que a inviabilizou, na medida em que ao pousar o avião presidencial, com algumas horas de atraso, um forte aparato militar e policial o aguardava, para garantir sua segurança. (MARINGONI, 2009).

Mesmo assim, deu-se continuidade às outras fases do plano na madrugada do dia 4. Os vários grupos militares tomaram posições estratégicas importantes, como quartéis, bases militares e aeroportos, nas cidades de Caracas, Maracaibo, Valência e Maracay, com diferentes graus de resistência. Até mesmo a residência oficial do presidente foi cenário de combates entres os rebeldes e um batalhão de defesa da polícia do município Sucre, da Grande Caracas.

Os rebeldes tentaram tomar o palácio de Miraflores, mas foram reprimidos, ainda na madrugada, pela guarda palaciana. O presidente, tentando tomar a ofensiva da situação, faz um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, às 1h20 da madrugada. Segundo Maringoni (2009), o presidente

> Denuncia os golpistas e os acusa de quererem perpetrar um genocídio e a volta da ditadura. Chama-os de ambiciosos, delinquentes, fascistas, totalitários, aventureiros, traidores, ineptos etc. Tenta isolar e estigmatizar qualquer foco

> de descontentamento, por saber das reais dimensões que a tragédia venezuelana seguia assumindo. (MARINGONI, 2009, p.94).

O ministro da defesa, e general de divisão do exército, Fenando Ochoa, tenta negociar com os rebeldes, mas recebe uma ordem fulminante de Pérez: *"Encha-os de chumbo!"* (Ibdem, p.94)

Esta foi a senha para o desencadeamento de uma forte repressão aos sublevados, principalmente em Caracas, que não conseguiram manter as posições conquistadas e foram derrotados na tentativa avançar para outras. Sem meios de se comunicar com a sociedade, não conseguiram apoio da população que, apesar do pronunciamento de Pérez, também não demonstrou rechaço com a ação ou solidariedade com o regime. Avistando o massacre que se avizinhava, Chávez, que estava entrincheirado no Museu Histórico Militar, decide se render. Doze horas após o início do levante, chamado pelos meios de comunicação e por diversos analistas e estudiosos de tentativa de golpe de Estado, o governo controla a situação e exige rendição imediata, sob ameaça de bombardear o local. Chávez exige duas coisas simples, e que terão grande força na conformação de sua liderança popular: que seja tratado com dignidade e que possa fazer um pequeno pronunciamento à nação. Após duras negociações, Chávez faz este pronunciamento de improviso, de apenas um minuto e 12 segundos, que ficou marcado na história da Revolução Bolivariana. Maringoni (2009) transcreve a integra deste pronunciamento em seu livro:

> Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de paraquedistas de Arágua e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, *por enquanto,* os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém, já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Assim que ouçam minha palavra, ouçam o comandante Chávez, que lhes lança essa oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam essa mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, *assumo a responsabilidade* deste movimento militar e bolivariano. Muito obrigado. (MARINGONI, 2009, p.95-96, grifo nosso).

Os efeitos destas palavras sobre as massas populares foram significativos. Soaram como palavras de esperança numa situação social, política e econômica de desespero, para a maioria da população, e sinalizava uma possível liderança para os processos de lutas fragmentados que as massas populares empreendiam. A expressão *por enquanto (por ahora)* ficaria famosa e se

tornaria, nos anos seguintes, símbolo da incansável luta da Venezuela por sua autodeterminação e independência. O anúncio de que assumiria a responsabilidade pela derrota apareceu como algo extraordinário, num país atolado em corrupção, oportunismo e falta de responsabilidade do Estado e dos sucessivos governos frente à precária situação do povo.

Mesmo sem se prenunciar durante meses após a frustrada sublevação militar, uma pesquisa de opinião, feita em junho daquele ano revela uma impressionante popularidade do misterioso tenente-coronel preso, nas quais 64,7% da população os consideravam uma pessoa confiável para dirigir os destinos país, a frente de muitas lideranças políticas tradicionais e conhecidas. (MARINGONI, 2010).

No dia 27 de novembro, se deflagra outra rebelião militar, desta vez articulada a partir da aviação, e com envolvimento de organizações políticas da esquerda tradicional, como *Badera Roja*[66] e *Tercero Camino* de Douglas Bravo[67]. Nesta rebelião houve uma visível participação popular. Segundo Roland Denis (2001), o fracasso militar por pouco não resultou numa iniciativa armada da população civil, em especial da periférica. Isso porque a periferia vivia uma efervescência política mobilizadora das forças populares de grandes proporções desde o *Sacudón.*

> La Asamblea de Barrios en Caracas, los movimientos pedagógicos, las redes culturales de base y de investigación-acción, el cooperativismo alternativo, la violencia liceísta y universitaria, los intentos comunicacionales alternativos, las ofensivas pro derechos humanos, el movimiento indígena y minero, la protesta de los jubilados, la misma interacción de agrupaciones y individuos que supuso la constante actividad conspirativa, son tan sólo algunos de los picos más simbólicos de una movilización que al menos hasta el año 94 no en pocas oportunidades se tornó incontrolable. (DENIS, 2001, p.10).

Denis (2001) relata em seu libro, diversas ações e modalidades de protestos e organizações autogestionadas neste período. A insurgência parecia estar em eminência. Avalia que o que impediu o levante civil pós o a rebelião militar de 27 de novembro talvez fosse a falta de experiência, de coordenação, e mesmo de apoio militar.

---

[66] Bandera Roja tem origem nos grupos radicais, dissidentes da AD, que se juntaram à outras organizações na luta armada nos anos 1970. Transformou-se em partido legal em 1992. (BANDERA ROJA, [2020]).

[67] Douglas Bravo foi dirigente do PCV, deixando-o em 1965, quando este começa a se afastar da luta armada. Funda sua própria organização guerrilheira, o Partido da Revolução Venezuelana (PRV) e permanece nas serras venezuelanas até 1979. Na década de 1990, dirige a organização política denominada Tercero Camino. (LÖWY, 2012)

Neste sentido, Seabra (2014), analisando estes processos na conformação da revolução Bolivariana afirma que o *Sacudón* e os levantes militares de 1992 conformam dois momentos fundamentais, nos quais as classes subalternas abandonam uma relativa passividade política e assumem uma postura ativa, com atividades reivindicativas e políticas próprias. Essa mudança de postura definirá os rumos do país neste final de século, derrubando o regime *puntofijista* e inaugurando um intenso processo de transformação conhecido como Revolução Bolivariana. Estes elementos são fundamentais, para que compreendamos o quão profundo é este envolvimento popular, de caráter radical e por vezes insurrecional, na luta política na Venezuela e que levaria Hugo Chávez à presidência da república nas eleições de 1998.

Podemos afirmar, sem chance de erro, que o sujeito revolucionário da revolução Bolivariana é este trabalhador precarizado e periférico[68], que não tem a fábrica como espaço de socialização, mas o *barrio*, e as relações sociais, de convivência, solidariedade e conflitos ali presentes. Ele foi gestado pelo próprio desenvolvimento capitalista dependente venezuelano, marcado pelo rentismo petroleiro, pela irrisória industrialização, ainda mais desestruturada pelo neoliberalismo e pela negação, à imensa população urbana venezuelana, o acesso ao emprego e à riqueza petroleira, seja por meio de políticas públicas, como educação, saúde, moradia, seja pelo próprio direito à cidade, geográfica e socialmente segregadora. Este trabalhador não se organiza na pauta das lutas laborais, mas transforma em luta, a defesa de suas condições de reprodução social, a defesa do direito de viver, de existir. (SEABRA, 2014). E este sujeito encontrou em Chávez a liderança que faltava na amplificação de sua luta política.

Para Carla Ferreira (2012), esta relação entre o movimento bolivariano militar, representado na figura do tenente-coronel preso, e as massas populares que passam a se movimentar durante a após o *Sacudón*, "colocam em evidência um traço bastante peculiar do processo bolivariano: sua característica como um processo que utiliza **métodos radicalizados de luta**." (p.125, grifos da autora)

Nesta união, o movimento bolivariano vai ganhando organicidade ao mesmo tempo em que vai se confirmando a liderança de Chávez. O tenente-coronel passou dois anos na prisão. Transformou o cárcere num local de estudos e reflexão, mas também num escritório político.

---

[68] Em sua tese de doutorado, Carla Ferreira (2012) discute o papel que dois sujeitos fundamentais exercem no processo bolivariano. O primeiro são os trabalhadores precarizado dos barrios, que atuam de forma decisiva na eleição de Chávez e na Constituinte de 1999. O segundo sujeito é o proletariado urbano-industrial, que ela passa a analisar já no período do governo Chávez, a partir de 2002.

Recebia visitas e por vezes realizava entrevistas, tornando público comunicados do MBR 200. Tornou-se um homem público, conhecido e reconhecido pela classe subalterna.

Andrés Perez foi destituído do cargo em maio de 1993 e condenado a dois anos e quatro meses de prisão domiciliar. Nas eleições presidenciais de 5 de dezembro daquele ano, Rafael Caldeira, que havia se desligado do COPEI, partido que ajudou a fundar a meio século, sai vitorioso, com uma votação irrisória, menor que o número de abstenções, inclusive com suspeitas de fraude. Em março de 1994, já empossado, concede anistia política aos líderes da rebelião militar. Assim, Hugo Chávez é libertado com todos os seus direitos políticos[69], convencido de que era preciso tomar o poder. A princípio, acreditava que somente um levante armado seria capaz de transformar este anseio em realidade.

Ao sair da prisão, Chávez e diversos militantes do MBR 200 decidem percorrer o país, forjando estruturas organizativas e nelas inserindo o que havia de organicidade nos territórios e setores populares. Nascem, neste momento, os *Círculos Bolivarianos,* como uma estrutura organizativa de base e uma organicidade estabelecida, com coordenações a níveis municipal, estadual, regional e nacional. Os Círculos Bolivarianos realizavam assembleias populares em todos estes níveis, como também nas comunidades, como intuito de colher opiniões e debater as propostas que deveriam conformar o Projeto Nacional Simón Bolívar[70]. A partir desta organização de base, foi-se forjando uma militância de origem civil e popular, no seio de uma estrutura que nasceu nos quartéis. A formação política, o estudo e o debate político se tornaram uma realidade. "Na contracorrente da formação militar de seus dirigentes mais antigos, e reconhecendo a dificuldade que isso encerrava para eles, a organização buscava ser horizontal em tudo e fazer desvanecer em seu seio as hierarquias militares." (LÓPEZ MAYA, 2005, p.150). E não sem conflitos e contradições, cria-se uma organização com relações horizontais e procedimentos democráticos.

E este processo, permitiu a Chávez estabelecer uma particular conexão com o povo. Nesta viagem pelo país que durou dois anos (1994 e 1995), assumia um contato direto com as pessoas em cada cidade, povoado ou *barrio* que visitava. Como descreve Carla Ferreira (2012):

> [...] as mulheres o beijavam, as crianças vestiam-se de uniformes de pára-quedistas e boinas vermelhas, os homens formavam pequenos destacamentos

---

[69] Chávez, assim como outras lideranças do movimento insurrecional de 1992, tiveram de pedir baixa do exército, como parte das negociações, mas outros puderam permanecer, continuando o trabalho do MBR 200 na base militar. (HARNECKER, 2004)

[70] O Projeto Nacional Simón Bolívar foi o documento que antecedeu o programa do MBR 200, Agenda Alternativa Bolivariana.

> de segurança para protegê-lo, repórteres aglomeravam-se as portas das casas de simpatizantes nas quais ele ficava hospedado. (FERREIRA, 2012, p.128).

Em seguida, traz o relato de Jones, um jornalista, correspondente da agência de notícias *Associated Press* (AP):

> Em cidades como Barinas, os muros estavam pichados "Bolívar está vivo de novo". O ambiente remetia à promessa contida nos versos de uma canção popular dos anos 1980, do cantor e compositor venezuelano Ali Primera (1981), *Sangueo para el regresso*, que diz assim: "*Bolívar también volvió, libertar a su Pueblo.*" Ou o vaticínio da última estrofe da poesia de Neruda (1941), *Um canto para Bolívar: "Despierto cada cién años cuando depierta el Pueblo."*. Esse era o clima relatado por Jones." (Ibdem, p.128, grifos da autora).

Enquanto Chávez e o MBR 200 percorriam o país, conhecendo de perto a realidade do povo e organizando-o, a situação econômica se agravava ainda mais. A crise econômica se intensifica e o governo corre para salvar os bancos, intervindo em 13 deles, disponibilizando cerca de 12% do PIB em seu socorro. A insegurança econômica resulta numa expressiva fuga de capitais. O governo tenta conter a situação com a desvalorização do bolívar, seguido de controle do câmbio e dos preços. No dia 16 de abril, o presidente Rafael Caldeira apresenta o seu plano para superar a crise e "inserir com êxito o país na economia globalizada", chamado *Agenda Venezuela*. O plano era nada mais nada menos que o mesmo "remédio" amargo para o povo imposto pelo FMI em troca de um empréstimo que aumentaria ainda mais a dívida externa. As medidas são conhecidas: "aumento do preço da gasolina, aumento de impostos, fim do controle de câmbio e de preços e rígido aperto nos gastos públicos. De quebra, havia o delineamento de uma série de reformas estruturais no Estado, com a privatização de diversos ativos públicos." (MARINGONI, 2009, p.106). Os resultados também não são novidades: sucateamento dos serviços públicos, queda significativa do já precário nível de vida da população, aumento da sensação geral de insegurança e o descrédito no governo e nas instituições do Estado, que agora aparece como uma negação da política.

Na política petroleira, Caldeira continua seguindo a política neoliberal: incrementa ainda mais a abertura petroleira, iniciada por seu antecessor.

> a *abertura* se traduzia principalmente pelo descumprimento sistemático da política de cotas da Opep, com vistas ao desligamento da Venezuela da organização. O consequente aumento da produção forçava a queda dos preços e atendia plenamente aos interesses dos países grandes consumidores, em especial os Estados Unidos. Empresarialmente, a orientação se materializava na participação do setor privado nos negócios da companhia. Compreendia convênios e concessões, com duração de vinte anos, destinados a aumentar as áreas de exploração e o compartilhamento de riscos e lucros. (MARINGONI, 2009, p.106).

Na gestão Caldeira, a PDVSA assumiu o maior nível de autonomia, aprofundando a noção de ser um Estado dentro do Estado. Ela mesma decidiu diminuir os impostos e os *royalties* pago para o Estado, o primeiro em 65% e o segundo reduziu de 16,6% para 1%, cogitando ainda eliminar completamente o repasse.

Neste contexto, após longas discussões, desde a libertação de Chávez e seu recorrido pelo país, o MBR 200 decide, em 1997, participar como força própria nas eleições do ano seguinte. Para isso foi preciso modificar em muito a estrutura da organização. E a primeira mudança ocorre no nome: de Movimento Bolivariano Revolucionário 200 passou a se chamar Movimento Quinta República (MVR). Esta mudança se deu por uma razão prática e outra simbólica. Segundo a legislação venezuelana, nenhum partido político poderia assumir para si o nome de Bolívar, pois este era um herói nacional e não poderia representar um único setor da sociedade. Desta forma, era preciso, obrigatoriamente mudar o nome da legenda. Mas este nome e, principalmente sua sigla, tinha reconhecimento na sociedade e, mudando o nome para algo desconhecido, poderia dificultar o reconhecimento dos eleitores. Em espanhol, a letra V tem praticamente o mesmo fonema da letra B, sendo V a representação numérica de quinta. Assim, o partido foi criado com outro nome, mas, na prática, com o mesmo!

A segunda razão carrega o sentido político e simbólico do nome escolhido. Como já explicamos em páginas anteriores, parte da historiografia venezuelana periodiza sua história em repúblicas, sendo a primeira república de 1810 a 1812; segunda república de 1813 a 1814; terceira república de 1817 a 1819; período da Grande Colômbia de 1819 a 1830; e quarta república de 1830 até aquele momento. Assim, o que se propunha era a refundação da república, resgatando o projeto de emancipação bolivariano, sequestrado pelas oligarquias que reproduzem a estrutura dependente, anunciado como a Quinta República. Este não foi apenas um arranjo providencial em torno do nome do partido. A proposta de refundação pela Quinta República estava no programa do MBR 200, denominado Agenda Alternativa Bolivariana, lançado em 1996:

> Así, la estrategia bolivariana se plantea no solamente la reestructuración del Estado, sino de todo el sistema político, desde sus fundamentos filosóficos mismos hasta sus componentes y las relaciones que los regulan. Por esa razón, hablamos del proceso necesario de reconstitución o refundación del Poder Nacional en todas sus facetas, basado en la legitimidad y en la soberanía. El poder constituido no tiene, a estas alturas, la más mínima capacidad para hacerlo, por lo que habremos, necesariamente, de recurrir al Poder Constituyente, para ir hacia la instauración de la Quinta República: la República Bolivariana. (CHÀVEZ, 2014, p.23).

Esta passagem do programa do MBR 200 ainda revelava um elemento fundamental do que seria a base da campanha eleitoral de 1998 que era a elaboração e promulgação de uma nova Constituição por meio da instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A segunda mudança pela qual o MBR 200 teve que passar para se constituir como um partido eleitoral, foi seu próprio caráter de horizontalidade, forjado de forma orgânica com a constituição dos Círculos Bolivarianos. O MVR passou a adotar uma estrutura mais vertical e centralizada, focada no objetivo eleitoral, distanciando-se da formação política e de espaços de debate e formulação de programa. (SEABRA, 2014)

Formou-se, em torno do MVR e da candidatura de Chávez uma frente partidária de esquerda denominada de Polo Patriótico, que envolvia os partidos Pátria Para Todos (PPT), uma cisão da Causa R, a grande parte do MAS e o Partido Comunista. A principal bandeira da campanha era a refundação da república, que se daria com uma nova constituição.

Chávez é eleito em 6 de dezembro de 1998 com uma expressiva vitória, com 56,2% dos votos. E no mesmo dia em que é empossado, cumpre sua promessa e decreta a realização do referendo para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em abril de 1999. "Em julho foram eleitos os constituintes que, em pouco mais de três meses, apresentaram ao país o novo texto constitucional que seria decidido e aprovado em referendo em 15 de dezembro de 1999." (SEABRA, 2014, p.96).

Este processo de preparação da Carta Magna gerou uma profunda transformação nos movimentos sociais populares. Se os Círculos Bolivarianos foram um importante ensaio de debate político, este processo intensificou o debate e mudou o caráter destes movimentos. De movimentos e pequenas organizações de caráter reivindicativo e, em muitas vezes, insurgentes contra o Estado, passam a ser sujeitos diretos da elaboração e proposição dos rumos do país. Começam a experimentar o que seria o conteúdo mais revolucionário da nova constituição: o protagonismo popular.

O preâmbulo da nova constituição, que passou a se chamar Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (CRBV), dentre outros elementos referentes ao resgate da utopia bolivariana, apresenta-a "con el fin supremo de refundar la República para establecer una sociedade democrática, participativa y protagónica". E ali, pela primeira vez, estava contido na Carta Magna do país, um conceito que estabelece a base da resistência e da luta popular na Venezuela por, não somente ser o determinador de seu próprio destino enquanto nação, mas pelo direito de ousar fazê-lo para romper as amarras da dominação histórica a qual foi submetida.

O artigo 62 revela a combinação entre a democracia representativa e as formas de participação direta:

> Todos los ciudadanos y ciudadanas tienen el derecho de participar libremente en los asuntos públicos, *directamente o por medio de sus representantes elegidos o elegidas.* La participación del pueblo en la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el *protagonismo que garantice su completo desarrollo*, tanto individual como colectivo. *Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica*. (CRBV, 1999, grifo nosso).

No entanto, como debateremos no capitulo a seguir, mesmo com todo avanço que a CRBV empreendeu na democratização da política na Venezuela, ela ainda está calçada numa estrutura de Estado condizente com a democracia burguesa e, por isso, estabelece certos limites no avanço da revolução rumo ao socialismo, como se propôs a partir de 2005. E neste sentido, Chávez apresenta à população um projeto de Reforma Constitucional, que debateremos no capitulo 2.

Este longo, mas necessário resgate histórico acerca da formação socioeconômica e da conformação das classes sociais e dos sujeitos políticos da Venezuela nos remete a reflexões importantes para a compreensão das comunas e do período histórico em que elas se conformam e atuam como sujeitos coletivos:

1) A consigna criada por Arturo Uslar Pietri em 1936, *siembrar el petróleo* se constitui como a síntese de um projeto de desenvolvimento nacional nos marcos do sistema capitalista da Venezuela petroleira. Este projeto, presente na formação econômica e social da Venezuela, traz consequências importantes no desenvolvimento da luta política da classe trabalhadora ou subalterna sem, contudo, trazer solução para a dependência. Mantém a cisão no ciclo do capital, aprofunda a superexploração do trabalho e intensifica a transferência de valor para as economias centrais, ao mesmo tempo em que internamente busca manter uma certa estabilidade social com políticas de distribuição da renda e o discurso em torno das noções de "progresso" e "soberania nacional". Ela permanece nos governos bolivarianos, reproduzindo estas mesmas características, apesar do incremento das políticas sociais e da conquista do controle da PDVSA, que perde sua "autonomia" e passa a ser gerida dentro dos marcos dos interesses da Revolução Bolivariana.
2) Os processos de transformação da sociedade venezuelana estão repletos do movimento contraditório da ruptura/continuidade, que se desloca do período histórico caracterizado

pelas intensas lutas pré e pós-independência, para a era da Venezuela petroleira. Desta forma, as classes subalternas aparecem como protagonistas de importantes lutas, mas são, quase sempre, capitaneadas para os interesses das elites, que as usa, e as descarta depois, reproduzindo, repetidamente, a interrupção dos processos revolucionários.

3) O desenvolvimento do capitalismo nos países da América Latina está fortemente vinculado ao do capitalismo mundial, cumprindo papel determinado pelas grandes potências econômicas em consonância com as classes dominantes internas. Este desenvolvimento dependente, que carrega em si interesses opostos aos das classes subalternas, é a marca histórica do desenvolvimento do capitalismo da América Latina em geral, e em especial, na Venezuela. Romper com a dependência é romper com o imperialismo, ou seja, com a etapa atual de desenvolvimento do capitalismo mundial. A construção de um processo autônomo requer mais que uma liderança popular e uma nova constituição. Como já colocaram Marini e Florestan, analisando a dependência na América Latina, requer a superação do sistema capitalista e a luta pelo socialismo.
4) A Venezuela chavista emerge na luta política na América Latina, como uma forte contraposição às políticas neoliberais impostas sobre o continente na década de 1990. Ao romper com o neoliberalismo, vai rompendo também, paulatinamente com a burguesia interna, sempre subserviente aos interesses da burguesia imperialista dos países centrais. Este rompimento se expressa nas repetidas tentativas de destituição dos governos bolivarianos, de Chávez e também de Nicolás Maduro, seja por meios institucionais, como participação nas eleições e convocação de referendos revocatórios, seja por meios insurrecionais e golpistas, muitas vezes com apoio político e mesmo financeiro dos EUA.
5) A formação do sujeito revolucionário na Venezuela explica muito de seu processo. Os trabalhadores precarizado, do campo e da cidade, bem como camponeses e uma reduzida, mas combativa, classe operária, conformam o bloco histórico da Revolução Bolivariana. E deste bloco, emergem os sujeitos que constituem as comunas como a célula fundamental da estratégia de construção do socialismo na Venezuela.
6) A ideia de uma democracia, participativa e protagônica, presente como um dos pilares da própria CRBV, atravessa o processo, e ganha contornos próprios na luta política, assumindo o caráter de Poder Popular. Quando Chávez assume o caráter socialista da revolução, em 2005, e apresenta a proposta de construção das comunas e do Estado

Comunal a partir de 2007, a ideia do protagonismo popular, e da constituição da classe subalterna organizada territorialmente como poder, começa a ganhar materialidade.

7) Ao mesmo tempo em que se reforça a democracia participativa e o poder popular como esse protagonismo das massas, há a constante referência ao líder. A herança histórica e simbólica de que os processos são, antes de tudo, ideados e conduzidos por um líder capaz de mobilizar as massas, está presente na cultura política e na força organizativa das classes subalternas na Venezuela. Chávez aparece como o herdeiro da luta heroica do povo pela libertação. Sua morte, em 2013, deixou uma grande lacuna, mas também a busca por superar essa cultura, e fortalecer a democracia participativa no seio do poder popular, com a construção de lideranças coletivas.
8) Os grandes líderes históricos, como Bolívar e Zamora, carregam um forte simbolismo, presente para além do Estado e suas instituições. Eles marcam fortemente as lutas, as organizações populares, as comunas e seu projetos de poder e sociedade. O ressignificar da história, a partir do ponto de vista das classes subalternas, e do reconhecimento dos processos interrompidos de mudança ao longo da história por parte das classes dominantes, marcam de forma positiva a percepção que o povo Venezuela tem de si mesmo e de seus líderes históricos, cada vez mais identificados com suas próprias lutas. Como afirma Tiapa (2012), o povo venezuelano se vê como um povo rebelde, capaz de resistir ao ataque constante do imperialismo e de construir sua própria história.

3 COMUNA E ESTADO COMUNAL: A ESTRATÉGIA TERRITORIAL DE CHÁVEZ DE CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NA VENEZUELA

> Não se pode simplesmente usar como desculpa conveniente a relevância e a ampla validade histórica dos princípios orientadores marxianos, nem a necessidade de sua articulação institucionalmente concreta segundo a margem de ação disponível aos sujeitos emancipatórios nas circunstâncias prevalecentes. O simples reconhecimento de que poderia decorrer um tempo muito longo até ocorrer a plena maturação histórica das condições antecipadas na ampla estrutura orientadora não é suficiente para definir os próprios princípios em termo de imperativos abstratos. Antes é necessário uma indicação precisa pelo menos do *tipo* de ação, explicitado no que se refere tanto às práticas produtivas materiais relevantes como às formas de intercâmbio institucional/organizacional humano, ação pela qual o *modo comunal de reprodução social* possa de fato provar sua viabilidade como alternativa prática para o modo existente. (MÉSZÁROS, 2002, P.876).

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar a estratégia territorial de construção do Socialismo na Venezuela proposta por Chávez a partir da construção, consolidação e territorialização das Comunas e do que foi chamado de Estado Comunal. Os documentos base utilizados foram o texto do Anteproyecto de la Reforma Constitucional apresentado pelo governo venezuelano à Assembleia Nacional em agosto de 2007 e o discurso de Chávez nesta ocasião; a legislação vigente no país que regulamenta as Comunas, chamada de Leyes del Poder Popular, promulgadas entre 2009 e 2010; a transcrição do discurso via transmissão televisiva proferido por Chávez em seu programa Alô Presidente Teórico número 1, no dia 23 de maio de 2009; e o discurso, que ficou conhecido como *Golpe de Timón*, proferido por Chávez no dia 20 de outubro de 2012, na primeira reunião ministerial logo após a vitória eleitoral do dia 7 de outubro. Usaremos três níveis de abstração teórica: a territorial, a da teoria da transição ao socialismo e da teoria marxista do Estado.

Antes de entrarmos na estratégia em si e na análise dos documentos, faremos uma breve contextualização histórica do governo Chávez que culminou com a apresentação da proposta por meio de uma de Reforma Constitucional. Não pretendemos aprofundar os elementos contraditórios deste processo, nem na conformação das classes e nem na condução das políticas econômicas e sociais. Vamos somente pontuar alguns fatos que levaram a possibilidade da proposição da estratégia naquele momento histórico, no ano de 2007.

- Uma das primeiras ações de Chávez como presidente da República com a nova constituição foi promover em Caracas a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governos dos Países Membros da OPEP, entre 27 e 28 de setembro de 1999. Por iniciativa de Chávez, a

Organização renascia com objetivo de se fortalecer e recompor os preços internacionais do petróleo. Com a ampliação do consumo de China e Índia e a quebra da produção iraniana em 2003 motivada pela invasão estadunidense, os preços do petróleo iniciam uma rota crescente. (MARINGONI, 2008).

- Em 13 de novembro de 2001, o governo lança um pacote de medidas econômicas mediante Ley Habilitante. Entre elas estão a Ley de Tierras, a Ley de Pesca e a Ley de los Hidrocarbonetos, que causaram a ira da burguesia venezuelana.

> As 49 Leis Habilitantes foram a lenha que a oposição usou para atiçar a fogueira de um primeiro *paro* empresarial. As diversas entidades afiliadas á Fedecámaras se manifestaram concomitantemente contra o conjunto de leis, engrossando a chamada de um protesto nacional no dia 10 de dezembro de 2001. (MARINGONI, 2008).

- Em 11 de abril de 2002 há uma tentativa de golpe de Estado impetrada pela burguesia venezuelana, numa aliança formada por empresários, latifundiários, meios de comunicação empresarial, pelos principais dirigentes da PDVSA, pertencentes a elite que sempre comandou a empresa, pelo alto comando das Forças Armadas e, claro, respaldado pelos EUA. A ira da burguesia atiçada desde as Leis Habilitantes se eleva ao máximo com a atitude do presidente de demitir 7 altos gerentes da PDVSA ao vivo, durante seu programa dominical Alô Presidente, no dia 7 de abril. Assim, durante toda a semana depois de 7 de abril, as emissoras de rádio e televisão convocaram uma manifestação de protesto contra o governo para o dia 11 de abril. O desenrolar desse dia de manifestações contra e em apoio ao governo terminou com 19 mortos, 200 feridos, o sequestro do presidente e um golpe de Estado.[71] Mas a reação popular foi à altura. Chávez sequestrado fez chegar às massas a informação de que não havia renunciado. Assim, a população dos *barrios* caraquenhos toma as ruas em defesa da Revolução Bolivariana e do presidente. Uma imensa mobilização popular, somada á reação de setores leais a Chávez nas Forças Armadas derrotam o golpe na noite do dia 13 de abril. (MARINGONI, 2008).
- Uma outra ameaça ao processo, talvez mais séria que a tentativa de golpe de abril tem início em 2 dezembro de 2002 por iniciativa dos mesmos setores e personagens do golpe. Desta vez, esses setores "uniram-se na realização de uma paralisação nacional de 63 dias, que incluiu a paralização quase total da produção de petróleo, sabotagens, fuga de capitais, brutal

[71] Um importante registro desse episódio pode ser visto no documentário "A Revolução não será televisionada", dos cineastas irlandeses Kim Bartley e Donnacha O'Briain, lançado em 2003, além de vasta bibliografia, algumas trazidas neste trabalho.

queda da atividade econômica e retração das exportações, entre outras turbulências." (ibdem, p.139). O *lockaut* empresarial de 2002-2003 ficou conhecido na Venezuela como *Paro Petrolero.* O impacto foi imenso para a população, a falta de combustível fez parar o sistema de transporte e, consequentemente o abastecimento, faltando todo tipo de produto nos supermercados, e no comercio em geral, mesmo que muitos empresários já haviam fechado suas portas como parte do *paro*. Os meios de comunicação empresarial potencializaram a situação e colocaram a tragédia na conta do governo. Mas, apesar de sua força, não conseguiu que a população se rebelara contra o governo, que reagiu. No dia 20 de dezembro, forças da Marinha tomaram, numa ação cinematográfica, o gigantesco navio-tanque *Pílin León,* paralisado desde o dia 4 de dezembro, e tornado símbolo do *paro.* Durante todo o mês de janeiro o governo empreendeu diferentes iniciativas para minimizar o impacto para a população, como a importação de gasolina, que respondeu com resiliência frente a situação, não caindo nos planos golpistas. Assim, o *paro* se enfraqueceu e, com o anúncio da retomada da produção petroleira no primeiro dia de fevereiro, foi definitivamente derrotado. Apesar da profunda crise econômica que se instala na Venezuela em consequência do *paro,* Chávez sai fortalecido, e empreende a necessária reforma na gestão da PDVSA, retirando seu controle das mãos da burguesia parasitária, que sempre a controlou. (MARINGONI, 2008).

- Em 2003 inicia o grande programa social do governo Chávez, as chamadas *Misiones Sociales.* Com as Misiones, o governo passa a atuar em duas frentes básicas de seu programa: a) usar a renda petroleira para mitigar os graves e históricos problemas sociais a que se encontrava submetida a imensa maioria da população venezuelana, como falta de assistência médica, de educação, de moradia, de emprego, etc; b) gerar mecanismos de participação e protagonismo popular na resolução de seus próprios problemas. Elas em si não atacaram o tema do poder do Estado, mas fortaleceram processos de organização popular, de vital importância para a construção da estratégia comunal desde a base. Retornaremos a este tema no último capítulo.
- Com os golpes fracassados de 2002 e 2003, a oposição se concentra em realizar um referendo revogatório, previsto na constituição para a metade do mandato, ou seja, para julho de 2003. E assim o fez. Concomitante o processo de recolhimento de assinaturas por parte da oposição para conseguir aprovar o referendo, Chávez articula a entrada da Venezuela no Mercosul e concretiza diversos acordos comerciais internacionais com países como Rússia, China, Iran, Líbia e Espanha. O referendo foi a provado e realizado no dia 25 de agosto de 2004. Chávez sai vitorioso, com cerca de 59% dos eleitores escolhendo pela continuidade do presidente no

cargo. A partir deste momento Chávez estabelece sua liderança e sua posição política como algo permanente e não circunstancial, como mal avaliava setores da burguesia.

- A partir de 2004 há uma alta estrutural do preço internacional do petróleo. E com o controle sobre a PDVSA, o governo muda a política petroleira, renegocia contratos, impondo uma participação majoritária do Estado. "A arrecadação subiu para 30% do total da produção e a taxação foi aumentada em dois terços." (MARINGONI, 2008, p. 159). Com isso, a PDVSA se transforma na grande financiadora dos programas sociais e também das obras de infraestrutura do governo.
- No dia 30 de janeiro de 2005, no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Chávez, recebido com entusiasmo pelos participantes oriundos de movimentos populares, partidos e organizações de esquerda de todos os continentes, anuncia num discurso para mais de 30 mil pessoas que o projeto e o caminho da Revolução Bolivariana era o socialismo.
- Ao final deste ano de 2005 acontece as eleições parlamentares na Venezuela, nas quais a oposição resolveu boicotar. Com isso, o governo Chávez consegue a imensa maioria das cadeiras na Assembleia Nacional, enfraquecendo ainda mais a ação institucional da oposição.
- No dia 3 de dezembro de 2006 acontece as eleições presidenciais. Chávez sai vitorioso com 62,8% dos votos, e a palavra socialismo aparece pela primeira vez em seu programa de governo e recebe destaque em toda a campanha eleitoral com a apresentação das Siete Líneas Estratégicas para el Proyecto Nacional Simón Bolívar y la Venezuela Socialista, que já anunciava alguns elementos que seriam melhor elaborados na reforma constitucional, como as bases para uma ética socialista, as bases para uma economia socialista, uma "Nueva Geopolítica Nacional", que se converteria na *Nueva Geometria del Poder* no projeto de reforma Constitucional, e a "Democracia Protagónica Revolucionaria. El Poder del Pueblo como Máximo Poder". (MARCOS, 2006).

Em todo este período, de 1998 até 2006, Chávez desponta como essa forte liderança popular, com uma força própria capaz de apresentar um projeto de revolução, anunciar, 6 anos depois, seu caráter socialista, e ser legitimado nas urnas e nas ruas. Essa percepção deu à Chávez a confiança para radicalizar seu projeto. E essa radicalização aparece pela primeira vez como projeto concreto no Anteproyecto de la Reforma Constitucional de 2007, com a estratégia territorial de construção do socialismo por meio da territorialização das comunas e da construção do Estado Comunal.

Feita essa breve contextualização, para darmos conta de explicar esta estratégia, trouxemos breves explicações, ao longo do capítulo, acerca dos elementos que compõem as categorias teóricas escolhidas. Desta forma, no primeiro tópico do capítulo fizemos uma breve explanação acerca da categoria território.

Na segunda parte do capítulo, trouxemos a estratégia exposta no documento: o *Anteproyecto de la Reforma Constitucional*[72] que Chávez apresentou à Assembleia Nacional em 15 de agosto de 2007. Tratamos também de alguns elementos referentes à teoria da transição ao socialismo. Consideramos importante este documento, e passível desta escolha, pois nele, justamente por se tratar de uma reforma na Constituição que pretende transformar uma Carta Magna de caráter nacional-democrático em uma que possa apresentar proposições de caráter socialista, é realizado um esforço teórico, conceitual e político no intuito de materializar em texto legal uma proposta que poderia alterar substancialmente a organização do poder, e que necessitava de aprofundamento e base constitucional. Em algumas passagens do Anteproyecto, a alusão ao caráter socialista que se pretende inserir na Carta Magna aparece de forma textual, mesmo que não fique claro seu conteúdo, como na proposta de modificação do Artigo 318, que diz, em um trecho: "El sistema monetario nacional debe propender al logro de los fines esenciales del Estado Socialista y el bienestar del pueblo, por encima de cualquier otra consideración." (VENEZUELA, 2007, p. 243).

O terceiro tópico trará a análise das Leyes del Poder Popular na perspectiva da construção do Estado Comunal. Faremos esta análise em diálogo com a teoria marxista do Estado na perspectiva de compreender o papel do Estado no processo revolucionário e a proposta que existe na Venezuela de assumir o poder político e superar o Estado burguês capitalista instituindo o Estado Comunal, como um Estado de caráter socialista.

O quarto tópico tratará das principais referências históricas que Chávez utilizou para a elaboração da proposta, apresentada no seu programa Alô Presidente Teórico. Aqui traremos de forma sintética a experiência da Comuna de Paris, analisada por Marx no texto *Guerra Civil na França*, a organização e atuação dos *soviets* como a primeira esfera de poder dos primeiros anos pós Revolução na Rússia e a Comuna de Chiliying na China pós-revolucionária. Identificaremos no documento o que Chávez extraiu destas experiências para a estratégia de construção do socialismo na Venezuela.

---

[72] Para simplificar, em alguns momentos nos referiremos ao Anteproyeto de Reforma Constitucional por Anteprojeto.

E por último, na quinta parte do capítulo, traremos a última reflexão feita por Chávez a respeito dos rumos a serem seguidos pela revolução bolivariana no primeiro conselho de ministros após a vitória eleitoral de 7 outubro de 2012. Este discurso ficou conhecido como *Golpe de Timón* e, nele, o presidente reitera não só a necessidade da consolidação das comunas como a estratégia da construção do socialismo, mas, como a única forma de dar continuidade à revolução, com risco de retroceder.

3.1 Comuna como estratégia territorial

A estratégia de gerar participação popular é parte do Governo Chávez desde seu início em 1999 e aparece na Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (CRBV) já em seu Preâmbulo. Parece contraditório o fato de a estratégia de construir um poder popular possa partir do Estado. Ela, em verdade, não tem origem no governo, mas no processo histórico das lutas populares que possibilitaram a eleição de Chávez, como discutimos no primeiro capítulo, e, posteriormente na trajetória teórico-prática de Hugo Chávez na busca por maneiras de construir o que ele chamou de Socialismo do Século XXI em consonância e em diálogo permanente com as lutas e as organizações populares, históricas e contemporâneas. No entanto, foi a partir do governo que se materializaram legislações e políticas públicas no sentido de ampliar e aprofundar os mecanismos de participação popular. Na medida que a estratégia ia se desenhando, estas iam se aprofundando e se complexificando, chegando à proposta da organização das Comunas.

Algumas formas de organização popular de âmbito comunitário antecederam a criação da Comuna e podem ser consideradas a base, o cimento social que, mais tarde, conformaria essa organização político-territorial mais complexa. São elas os Círculos Bolivarianos, as Mesas Técnicas de Agua, os Comités de Tierras Urbanas, os Comités de Salud e os Consejos Comunales. Este último passou a ser a célula fundamental da Comuna (MARINGONI, 2009). Essas organizações sociais territoriais se organizaram em torno da criação e da gestão de políticas públicas de interesse das comunidades. A proposta da organização político-territorial a partir das Comunas surge como um aprofundamento de toda esta experiência anterior, num amadurecimento estratégico que busca um processo de transição da sociedade capitalista em direção a um modo de produção socialista.

Um elemento essencial, e que é crucial no processo de organização popular que sustenta e aprofunda o processo revolucionário, é o fato de estas organizações populares terem como base o território. Ou seja, seu campo de organização, ação e construção política se dá não por meio de sindicatos, partidos ou movimentos sociais de caráter sindical, mas no território material da vida social, política e econômica da população. E, como vimos no primeiro capítulo, este elemento é resultado do próprio processo da formação econômico-social venezuelana, caracterizada como uma economia dependente, de industrialização tardia, e do processo histórico de conformação das classes sociais sob estas determinantes.

Para compreendemos esta estratégia, se faz necessário entendermos o que é o *território*. Muitas e variadas são as definições de território. Partindo da leitura de Rogério Haesbaert (2009), que entende que um conceito é tanto uma ferramenta de conhecimento como uma forma de agir no mundo e para quem

> mais até do que traduzir "o que é" ou o "ser" do território, trata-se de discutir seu *devir,* isto é, em que problemáticas nos envolvemos e o que efetivamente fazemos ao acionarmos e/ou ao produzirmos nossas concepções de território – sempre em aberto, portanto, para sua própria reavaliação/renovação. (HAESBAERT, 2009, p.107).

Neste sentido, nosso desafio é buscar o conceito de território que embase as proposições políticas que atuam na realidade concreta da construção das comunas na Venezuela. Algumas considerações, acerca do que é o território enquanto categoria geográfica, podemos trazer de antemão para ajudar a analisar as Comunas. E para trazermos o território, precisamos trazer também o espaço.

Segundo Claude Raffestin (1993), espaço não é conceito, como o território, mas uma "noção". O autor entende que o espaço é o substrato no qual é criado o território, e este, por conseguinte, é a consequência da ação humana. Para ele

> o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Neste sentido, espaço e território são distintos, mas não podem ser separados. Para Haesbaert (2009),

> o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na "dimensão", ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. (HAESBAERT, 2009, p.105).

O autor trata o território como espaço de poder que, todavia, assume um caráter político, na medida em que abarca as múltiplas esferas do poder enquanto relação social, que atinge as relações político-institucionais, as relações econômicas e o poder simbólico-cultural. No entanto difere de poder político como poder de Estado.[73]

Neste sentido, o território se apresenta como um espaço formado pela ação humana que se traduz em relações de poder, que é materializado nas relações sociais. Bernardo Mançano Fernandes (2009) nos traz algo fundamental para nossa compreensão de território. No seio da sociedade capitalista, este poder está intrinsicamente ligado às classes sociais. O autor compreende que o território é uma totalidade multidimensional e que está em permanente disputa. Esta disputa territorial acontece no âmbito político, mas também no âmbito teórico e ideológico, ou seja, os territórios são parte da luta de classes, seja em sua materialidade espacial, seja na sua formulação conceitual.

Marcos Aurélio Saquet (2009) ainda pode complementar nossa caracterização nos trazendo que "o território é uma construção *coletiva* e multidimensional, com múltiplas territorialidades", ou seja, o caráter multidimensional confere a ele uma diversidade de processos sociais e espaciais que podem ter por base as desigualdades e as diferenças ou as identidades. O autor afirma ainda que "nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar, elas lhe dão identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar". (SAQUET, 2009, p.87-88).

Na proposta de construção das comunas, o território aparece como este espaço complexo, multidimensional, onde se materializa a forma de viver, composta por diversas territorialidades e pela disputa pelo poder. O território passa a ser um instrumento na luta política por outro modelo de sociedade, mas que busca em si mesmo, construir uma outra territorialidade, baseada na busca por igualdade substantiva e por emancipação humana. Para Saquet (2009)

> A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, *do* e *no* espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e

[73] Osório (2019) explica que o Estado é a condensação do poder político da sociedade. Ele é a única instituição que pode fazer parecer que os interesses de uma parcela da sociedade sejam os interesse toda a sociedade.

> nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET, 2009, p.90).

Neste sentido, compreendemos que, nas palavras de Raffestin (1993), a territorialidade "reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral" (p.158), e que a estratégia de transformação social quando perpassa pelas diversas dimensões territoriais incide não somente na vida cotidiana das pessoas, mas, na medida em que essas territorialidades intencionalmente construídas se territorializam, agem sobre o próprio poder do Estado, ou como definiu Fernandes (2009), sobre o território de governança, alterando a balança do poder e incidindo efetivamente sobre a luta de classes, transformando a realidade e os sujeitos.[74]

Numa perspectiva multiescalar, entendemos que os territórios são conformados por outros, em diferentes dimensões e escalas. Neste sentido, a primeira delimitação espaço-territorial que compõe a Comuna são os Conselhos Comunais. Eles são formados pelas comunidades de vizinhança. Nos núcleos urbanos eles devem ser formados por no mínimo 150 famílias e no máximo 400. Já no meio rural, eles são compostos por pelo menos 20 famílias. Mas para além do número de famílias, o conselho comunal deve agregar um grupo de famílias que ocupam um território definido espacialmente, que carregam interesses comuns, compartilham histórias, necessidades, potencialidades culturais, econômicas e sociais. (VENEZUELA, 2009). É muito comum nas grandes cidades os conselhos comunais serem as ruas, ou nas cidades menores serem conformados pelos bairros. No meio rural, algumas comunidades compõem um ou mais conselhos comunais.

Os conselhos comunais surgiram antes de sua configuração mais complexa vinculada à estratégia socialista. Eles passaram por um processo de desenvolvimento, de *parimento*, para chegar ao que são atualmente. Foram criados inicialmente para que a comunidade pudesse incidir sobre o planejamento e a gestão de políticas públicas municipais. Sua criação formal se deu em 2002 com a promulgação da *Ley de Consejos Comunales de Planificación Pública*. No ano de 2005 foi promulgada a *Ley Orgânica del poder Público Municipal*, que, dentre outras atribuições, legitimava a participação popular nas decisões municipais através do *Consejo Local de Planificación Pública*, que deveria contar com a participação de conselhos comunais e conselhos paroquiais. (VENEZUELA, 2006).

---

[74] No entanto, é preciso ter claro, para não corrermos o risco de cair em simplificações, que a transformação da sociedade capitalista para o modo de produção socialista dependerá de inúmeros fatores, nos quais, dentre eles, está a tomada e a transformação do poder político do Estado pela classe trabalhadora organizada e com projeto de poder, tendo em vista o processo de transição ao socialismo.

Esta organização estava focada fundamentalmente na participação de membros da comunidade neste conselho municipal, que variava em função e importância de acordo com os interesses do poder público local, que em muitos casos, não coadunava com a ampliação da participação popular.

Em abril de 2006 é promulgada a nova Ley de los Consejos Comunalesque seria a base para a proposta da Reforma Constitucional de 2007, derrotada em referendo, e também para a Ley Orgánica dos Conselhos Comunais promulgada em dezembro de 2009, já incorporando o socialismo como horizonte do processo revolucionário.

Os conselhos comunais constituem assim a parte originária da estratégia do exercício do poder popular da Revolução Bolivariana, antes mesmo da incorporação do socialismo. Ela faz parte de uma estratégia de organização popular mais complexa, que foi definida em lei juntamente com as Leyes del Poder Popular. São elas: Ley Orgánica dos Consejos Comunales, de 2009, Ley Orgánica del Poder Popular, Ley Orgánica de la Planificación Pública e Popular, Ley Orgánica de la Contraloría Social, Ley Orgánica de las Comunas e Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal, de 2010.

As comunas seriam uma conjunção de diversos conselhos comunais, constituindo um novo território, numa nova escala, com maior alcance geográfico e complexidade social, econômica e política. As comunas passam a ter uma ação para além de seu espaço geográfico delimitado, na medida em que se transformam em atores políticos com incidência regional, estadual e nacional. Marcos Aurélio Saquet (2009) nos ensina que os territórios se colocam em rede “num único movimento que se realiza continuamente em tramas infindáveis que precisam ser maximizadas em favor da justiça social, da preservação da natureza, da distribuição da riqueza, da valorização dos saberes populares, da autonomia” (p.91). E neste sentido as comunas têm se organizado. São redes de territórios, na medida em que são conformadas por vários conselhos comunais, e são territórios em rede, quando se articulam as várias comunas de um município, de um estado, ou as comunas rurais de vários estados em busca da construção desta *nova geometria do poder.*

Em 2021 são 3254 comunas conformadas e registradas em todo o território venezuelano, bem como 48.532 conselhos comunais. (VENEZUELA, 2021). Além desses números, um recorrido pelo país, ou uma busca pela internet, pode nos mostrar que, o que inicialmente era o germe de uma nova proposta de organização popular e em seguida se transformou no núcleo de uma proposta complexa e ousada é, hoje, uma realidade concreta.

3.2 As comunas e a transição ao socialismo

Nos documentos que utilizamos como base para nossa análise, é possível identificar traços que fundamentam a concepção de socialismo apresentado por Chávez e, dentro dela, elementos essenciais na construção de um processo de transição. Essa concepção faz parte de um acúmulo teórico-prático que Chávez foi desenvolvendo ao longo de sua trajetória, principalmente a partir da sua eleição como presidente da república. Sua elaboração, encontrada em diversos discursos, mas também em projetos de lei, como o Anteproyecto e o conjunto de Leyes del Poder Popular, perpassa pelo tema da economia dependente e petroleira, pela profunda desigualdade da sociedade venezuelana, pela independência interrompida e seu imenso referencial em Simon Bolívar e em seu pensamento, incluindo o ideal da Pátria Grande latino-americana, pela união cívico-militar, pelo anti-imperialismo, pelo internacionalismo, pela luta por soberania, dentre outros. E estas elaborações sempre tiveram uma consequência prática, na implementação de políticas concretas, seja na política internacional, como a criação de novos organismos multilaterais no âmbito da América Latina, como a Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA) em 2004 e a Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010, ou o fortalecimento da Organização dos Estados Petroleiros (OPEP), seja nas propostas para a construção do poder popular como única alternativa para realizar a necessária independência. A percepção da necessidade da transição ao socialismo é parte desta construção, que, em sua concepção, deve ser construída desde *abajo,* ou seja, pelo povo trabalhador. Entende que não será possível superar a dependência somente por meio da transferência da renda petroleira para os trabalhadores via programas sociais, e nem que deve ficar a cargo da burguesia ou do Estado a tarefa produtiva. Assim, como coloca Amilcar Figueroa (2014),

> No sólo agita y propone entre los de abajo la necesidad de tomar en sus manos la resolución de los problemas productivos para liberarse de las ataduras al gran capital, sino que toma medidas concretas de apoyo a la economía alternativa. De esta forma aparecen las cooperativas, fundos zamoranos, fábricas recuperadas por los trabajadores y las trabajadoras, empresas de propiedad social y otras experiencias de organización productiva. (FIGUEROA, 2014, p.26).

Este foi um processo dinâmico e complexo. Foram propostas diferentes formas de organização de base, debatendo com os sujeitos e criando políticas públicas e fundos para o financiamento de projetos sociais e produtivos sob controle dos trabalhadores. No entanto, a alocação acelerada de uma enorme quantidade de recursos financeiros, muito maior que a

própria capacidade organizativa das organizações populares em geri-los, acabou por reproduzir, de certa maneira, a lógica e os efeitos do *sembrar el petróleo*. Em diversos casos houve muita incompreensão sobre o que estava sendo proposto, seja dos sujeitos e organizações que acessaram os recursos, seja das instituições do Estado que impunham uma intransponível barreira burocrática sobre os projetos apresentados pelas organizações. Desta forma, alguns projetos foram bem sucedidos, outros fracassaram, mas nenhum deles conseguiu transformar-se em alternativa concreta de superação da dependência ou que estimulasse a criação de um modelo de produção que superasse a lógica do capital.

Há inúmeros processos de tentativa e erro intensificados, principalmente, pela abundância de divisas sob controle do Estado, num ciclo de enorme desperdício e a consequente reverberação de um discurso que afirma que os trabalhadores são incapazes de assumir a tarefa produtiva. Mas Chávez continua com seu *modus operandi* de estudar, tentar, errar, avaliar, estudar e propor novamente. Soma-se a esta dinâmica a busca de Chávez por compreender quais seriam os caminhos organizativos e produtivos necessários à transição ao socialismo.

> Chávez entonces busca resumir en una solo formula organizativa el conjunto de estructuras surgidas en el calor del proceso: nacen los consejos comunales, célula primaria que debería sintetizar en la base social la vida económica, política y cultural de la sociedad. (FIGUEROA, 2014, p.26).

Em entrevista para esta pesquisa, o professor Amilcar Figueroa[75] reforça essa ideia:

> Una vez el Movimiento Bolivariano toma el gobierno y si propone a saldar un poco la deuda social, empieza tropezarse con la realidad, con el choque con la estructura capitalista quién genera la desigualdad. Y Chávez fue como que, experimentando propuestas, estudiando mucho, y él cría (sic) el Socialismo. […] Y eso fue un proceso de ensayo y error en el caso de Chávez. En su primer programa, que fue el Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social, de 2001, típicamente asistencialista, no hay ni un indicio de socialismo ahí. En el Foro Social [Mundial] de Porto Alegre en 2005, por primera vez, públicamente, manifiesta que la humanidad no tiene futuro dentro del capitalismo. Y esa afirmación agrega con [sic] hacia el socialismo. Y intentó varias cosas en la economía, la economía familiar. Y por un tiempo empujó duro el cooperativismo. Y este proceso de pensar en lo social, de chocar en la barrera del capitalismo y de estudiar mucho, lo va ubicando en una formulación mucho más avanzada. Y se va a buscar alguna cosa que se rompa definitivamente con la lógica del capital. El plantea las comunas. Pelo incluso, todavía, en el Aló Presidente Teórico número uno, señalaba que, estamos convencidos que la comuna es la llave para nuestro socialismo. (AMILCAR, 2019).

---

[75] Amílcar Figueroa é historiador, escritor e ex- guerrilheiro. Foi deputado do Parlamento Latino Americano na gestão 2006-2011. É diretor do Editorial La Trinchera. Contribui com o debate e a formação política nas comunas. Nos concedeu entrevista no dia 13 de agosto de 2019, em sua livraria, La Columbéia, localizada no Centro de Caracas.

E, neste processo de buscar, a partir da realidade e da história da formação da Venezuela, processos organizativos e produtivos que levassem a superação do capitalismo e da dependência, várias referências teóricas e históricas serviram de inspiração à proposta das Comunas como o elemento organizativo e produtivo da transição ao socialismo na Venezuela.

Para nossa análise, trataremos, mais adiante, daquelas referências citadas textualmente por Chávez em seus discursos. Precisamos antes trazer algumas referências clássicas da teoria da transição ao socialismo, que são a base do pensamento revolucionário da classe trabalhadora, mas buscando um olhar sobre a transição socialista nos países em condição de dependência na América Latina.

No texto publicado em 1891, mas produzido por Marx em 1875 como um conjunto de observações críticas ao programa do futuro Partido Social-Democrata da Alemanha, conhecido como *Crítica do Programa de Gotha*, Marx traça um esboço do processo em direção à sociedade emancipada entendendo que

> entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, há o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A esse período corresponde também um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que a *ditadura revolucionária do proletariado*. (MARX, 2013, p.119, grifo nosso).

A tomada do poder político, configurado no poder do Estado, por parte dos trabalhadores organizados é um elemento fundamental no processo de transição. Somente por meio desse Estado, organizado e gerido pelos trabalhadores, caracterizado por Marx, e depois por Lênin, como a *ditadura revolucionária do proletariado*, será possível construir um processo que leve à sociedade comunista. Essa perspectiva parte da sua análise acerca do papel que cumpre o proletariado na sociedade capitalista e do caráter inconciliável dos interesses deste e da burguesia.

As principais lideranças da revolução bolivariana não se utilizam do termo *ditadura do proletariado* para se referir ao processo de transição ao socialismo e ele não aparece nos documentos oficiais e nem dos discursos de Chávez. Mas se faz importante trazê-lo para o debate neste trabalho, principalmente por ele ser utilizado e compreendido de maneira equivocada por grande parte das organizações populares na Venezuela, associando-o a métodos autoritários e antidemocráticos no exercício do poder. Florestan Fernandes (2019), debatendo acerca do autoritarismo imposto pela classe dominante nos países da América Latina, em plena ditadura civil-militar no Brasil, em 1978, as diferencia: A ditadura do proletariado é "como uma

democracia ou elemento proletário da democracia", completamente diferente "do autoritarismo e do despotismo burguês" (p.19), e se faz necessária para que se possa avançar na transição ao socialismo na medida em que organiza o proletariado como classe dominante: "1- para desagregar a ordem existente; 2- impedir a contrarrevolução, a partir de dentro e a partir de fora; 3- construir a nova forma de produção socialista, a sociedade correspondente e o Estado democrático proletário." (FERNANDES, 2019, p.119). E completa que a "a médio e longo prazo, porém, a oscilação não é só anticapitalista, ela é antiautoritária." (Ibidem, p.119). Desta forma, a ditatura do proletariado atua como uma democracia da maioria, na defesa de seu projeto de sociedade contra aqueles que buscam a restauração do sistema opressor, mas que tem, por horizonte, acabar com toda forma de opressão e com a divisão da sociedade em classes. Neste momento haverá a existência da democracia de fato, pois se a ditadura do proletariado não será democrática para a burguesia, tampouco a democracia burguesa é plenamente um regime democrático para a maioria da população trabalhadora.

Mas a ditadura do proletariado é apenas um momento inicial do processo de transição. Para Marx, este repousa em dois momentos históricos necessários. O primeiro, que ele denomina de "Primeira fase ou fase inferior do comunismo" caracteriza-se pela tomada do poder político pelos trabalhadores, momento em que suas tarefas fundamentais repousam na desapropriação da propriedade privada dos meios de produção por parte do Estado revolucionário. Assim, os meios de produção passam a fazer parte de toda a sociedade. E a ditadura do proletariado se impõe sobre a burguesia para garantir a continuidade das transformações.

Seria de grande ingenuidade acreditar que a burguesia entregaria o poder e os meios de produção aos trabalhadores sem nenhuma resistência. E a Venezuela conhece muito bem os métodos que a burguesia "democrática" utiliza contra os trabalhadores em revolução: boicotes, sabotagens, assassinatos, destruição de prédios públicos, de universidades, de escolas, ultrapassando o limite de conspirar aberta e publicamente com o governo dos EUA e com países aliados a ele na América Latina, para forçar uma invasão militar estrangeira, chegando a realizar uma tentativa fracassada de invasão com forças paramilitares norte americanas, colombianas e venezuelanas. (PAGOS, 2020). Lenin entende que a resistência a essas ofensivas acontece de forma também violenta, e que a ditadura do proletariado é a legitimação desta resistência. No entanto não se resume a ela. Para ele,

> a ditadura do proletariado não é unicamente a violência exercida contra os exploradores e nem sequer essencialmente violência. O fundamento econômico desta violência revolucionária, o penhor de sua vitalidade e de seu êxito, é que o proletariado representa e realiza um tipo mais elevado de

> organização social do trabalho em comparação com o capitalismo. Isso é o essencial. (LENINE, 2001, p.101).

Desta forma, é preciso conter a reação da burguesia e, ao mesmo tempo, implementar as tarefas necessárias para a construção da transição, entendendo que ela requer uma dedicação e uma clareza de projeto. A transformação substantiva do modo de produção vai mais além da implementação da ditadura do proletariado, ou da "primeira fase ou fase inferior do comunismo" nas palavras de Marx, pois ela tem seus limites. O caráter do trabalho permanece inalterado, pois "o direito dos produtores é proporcional ao trabalho que eles fornecem; a igualdade consiste aqui no emprego do trabalho como unidade de medida comum." (MARX, 2001, p.106), ou seja, o trabalhador continua recebendo um salário de acordo com seu trabalho, sua contribuição à sociedade, nos mesmos moldes e com a mesma disposição legal, jurídica e de direito que no Estado burguês. Marx afirma que "o trabalho, para servir de medida, deve ser determinado segundo a duração ou a intensidade, senão deixa de ser uma unidade de medida. Esse direito *igual* é um direito desigual para trabalho desigual" (Ibidem, p.106). Ao reconhecer que os trabalhadores podem ter talentos diferenciados, privilégios naturais e diferentes capacidades de rendimento, Marx explica que este rendimento desigual, baseado num direito que prega o ser *igual*, leva a diferenciação de rendimentos, criando a possibilidade de um trabalhador ser mais rico que outro. Desta forma, a tomada do poder do Estado como ferramenta para abolir a propriedade privada dos meios de produção e transformá-la em propriedade estatal e social é o primeiro passo para a sociedade comunista, pois infere em um dos pilares fundamentais do sistema capitalista, mas não é o fim último do processo revolucionário, pois não alcança a emancipação humana, ou nas palavras de Mészáros, não alcança a *igualdade substantiva*. (MÉSZAROS, 2002).

Assim, o segundo momento do processo revolucionário diz respeito à

> fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, assim, a oposição entre trabalho intelectual e trabalho manual; quando o trabalho tiver se tornado, não apenas um meio de vida, mas o requisito precípuo da vida; quando, com o desenvolvimento diversificado dos indivíduos, suas forças produtivas tiverem se incrementado também, e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente suplantado, e a sociedade poderá inscrever em sua bandeira: "a cada um, de acordo com suas habilidades; a cada um, de acordo com suas necessidades" (MARX, 2001, p.107-108).

E este será o momento quando não mais haverá classes sociais em disputa, e consequentemente não haverá mais Estado para regular as relações entre as classes em favor de

uma classe dominante, ou mesmo organizar hierarquicamente os trabalhadores para a produção social. E ter em vista a construção dessa sociedade requer ações concretas no tempo presente e no próprio processo de transição. "o Estado burguês não 'morre'; é 'aniquilado' pelo proletariado em revolução. O que morre depois é o Estado proletário" (Lenin, 2010, p.37), ainda considerado um Estado sob uma sociedade de classe, mas com a classe trabalhadora como classe dominante. Engels utiliza o termo "fenecimento" ou "definhamento"[76] do Estado para explicar a morte do Estado proletário que abre a possibilidade de uma sociedade sem Estado.

Assim, há um largo processo que resulta no "fenecimento" do Estado e na construção de uma sociedade comunista, "gerida por indivíduos sociais com base na *igualdade substantiva* que lhes permite desenvolver todo o seu potencial humano produtivo e intelectual, em harmonia com os requisitos metabólicos da natureza." (Mészáros, 2010, p. 47). O processo compreendido como a *ditadura do proletariado*, é parte do projeto estratégico da classe trabalhadora em revolução, mas não é um fim em si mesmo, e por isso deve ser transitório, e pautado no objetivo da revolução, que é o fim da exploração e da divisão social do trabalho e a concretização da emancipação humana em sua igualdade substantiva e numa forma de vida amplamente democrática.

A história demostra a necessidade da clareza deste processo, para não colocar a transição como o objetivo final, ou seja, ao invés de se buscar o "fenecimento" do Estado e a emancipação humana, se fortalece cada vez mais o Estado proletário, correndo o risco de constituir um novo tipo de Estado burocrático que continua a serviço do sistema do capital, mas com características próprias e carregado de discurso socialista, mas que tende, assim como o Estado burguês, ao autoritarismo. Mészáros (2010) associa este desenrolar ao processo revolucionário da URSS. Para o pensador, "Lênin compreendia que a revolução política deveria estar diretamente conectada à revolução social, na qual levaria ao comunismo na sua elaboração original, compreendendo a diferença entre elas" (p.58). No entanto, Stálin, após assumir o poder com a morte de Lênin em janeiro de 1924,

> ignorou essa distinção vital, fingindo que *o primeiro passo* na direção de uma vitória socialista já representava o próprio socialismo, que deveria simplesmente ser seguido pela entrada na "etapa superior do comunismo" em um país sitiado. Evidentemente, com tal mudança apologética de estratégia [...] desapareceu também a diferença real entre estruturas e desenvolvimentos defensivos e ofensivos. E, enquanto Lenin, na ausência da revolução mundial, entendeu sua tarefa geral como uma *operação de manutenção* (a ser substituída no devido tempo pelos desenvolvimentos mundiais favoráveis),

[76] Mészáros utiliza o termo "fenecimento", enquanto Lenin, "definhamento" ao se referirem a esta concepção de Engels. Pode ser uma questão de tradução.

> Stalin fez da miséria virtude. Ele transubstanciou a resposta política prevalecente aos constrangimentos particulares em um *ideal social* geral (e, portanto, compulsório), sobrepondo arbitrariamente a todos os processos sociais e econômicos a prática voluntarista de tentar resolver os problemas por meio de ditames políticos autoritários. (MÉSZÁROS, 2010, p.58-59).

Esta forte crítica ao regime de Stálin se dá, sobretudo, pois a estratégia de buscar uma sociedade plenamente emancipada, liberta da exploração do trabalho em todos seus matizes e capaz de cumprir a bandeira "a cada um, de acordo com suas habilidades, a cada um, de acordo com suas necessidades" foi abandonada como o fim último do processo revolucionário, e, portanto, como parte de sua construção. Mészáros entende que o processo de construção da sociedade comunista e do fenecimento do Estado precisa estar no horizonte de cada ação política, de cada momento da luta social. O autor nos ensina, olhando para o tempo presente que "o 'fenecimento' do Estado não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado ainda em nosso tempo histórico" (Ibdem, p.42).

Estas reflexões desenvolvidas por Mészáros, mas também pelas proposições de Marx, Lénin e da experiência Soviética, é parte substancial da proposta de transição ao socialismo por meio da territorialização das Comunas e da construção do Estado Comunal, mesmo que ainda de forma embrionária e sem profundas elaborações teóricas por parte dos mesmos sujeitos. Esta proposta vem no sentido de instaurar de fato um Estado revolucionário, que supere o Estado burguês que ainda mantém sua forma na Venezuela.

Podemos dizer que a primeira etapa da transição ao socialismo, como sendo a tomada do poder político e a direção do processo produtivo pelos trabalhadores acontece na Venezuela, assim como o próprio projeto de independência, de maneira insuficiente, e incompleta[77]. Podemos colocá-la em dois momentos ou dimensões: a primeira vitória da "revolução bolivariana", em 1999, com a eleição de Chávez a sua posterior guinada em direção ao socialismo e a segunda, ainda não concretizada, de estabelecimento do Estado Comunal. A ascensão ao poder executivo nacional por Chávez e do projeto bolivariano, foi, paulatinamente, retirando a tradicional burguesia venezuelana, representante dos interesses dos EUA e de suas empresas petroleiras, dos principais espaços de poder político[78], nacionalizando e estatizando

---

[77] Esta transição, ainda na primeira fase, que se desenrola de forma inconclusa, tem sofrido também seu desvio: a tática tem se transformado em estratégia, e a burocracia vai se constituindo numa nova burguesia funcional, que passa a atuar de acordo com seus interesses, voltando-se contra os interesses da classe trabalhadora. Assim, a revolução corre o risco de sofrer novamente uma interrupção intencional, que busca impedir as transformações revolucionárias em direção ao socialismo. Retornaremos a este tema no último tópico deste capítulo.

[78] O processo da revolução bolivariana foi excluindo a tradicional burguesia venezuelana, vinculada aos interesses das transnacionais petroleiras e dos EUA, dos principais espaços de poder político, das

meios de produção estratégicos[79], em especial os vinculados à cadeia do petróleo. Ao mesmo tempo, elaborou-se uma legislação para que se pudesse avançar na forma organizativa do Estado e na transformação da propriedade dos meios de produção, assumindo um caráter anti-neoliberal e anti-imperialista.[80]. A elaboração da estratégia das Comunas e do Estado Comunal cimenta o caminho para o segundo momento ou dimensão desta primeira etapa, quando a classe trabalhadora transforma o Estado burguês em Estado Comunal e assume, sob seu controle, os meios para a produção material da vida. E esta dimensão se coloca como elemento essencial na continuidade e mesmo na sobrevivência do processo revolucionário, que caso não avance, tende

---

instituições e dos aparatos do Estado a nível nacional: das esferas do executivo, na medida em que estas não fizeram parte de sua aliança política; do legislativo, na vitória em sucessivas eleições nas quais, ora os setores da burguesia não conseguiam eleger seus representantes, ora boicotavam as eleições, abrindo para o total controle do parlamento por parte dos chavistas (no caso das eleições de 2015, quando a oposição consegue a maioria, o governo aciona a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, substituindo por esta as prerrogativas daquela); no judiciário, que foi sendo ocupado, paulatinamente por pessoas vinculadas ideologicamente ao processo. No entanto, na medida em que estes poderes iam se fortalecendo na perspectiva do processo bolivariano, muitos de seus sujeitos, mesmo de origem popular, passaram a se conformar como uma nova burocracia estatal, dotada de especiais privilégios que, em alguma medida, os afastava dos interesses da classe trabalhadora, criando uma nova burguesia funcional no seio do governo bolivariano. Falaremos mais sobre este tema no tópico 4 deste capítulo.

[79] Se faz necessário afirmar que a natureza incompleta da tomada do poder político resulta, dentre outras coisas, na não realização de uma mudança substancial no regime de propriedade dos meios de produção e no deslocamento da acumulação de capital da renda petroleira para o capital produtivo sob controle do Estado. Apesar da nacionalização e estatização de importantes meios de produção estratégicos da sociedade, a estrutura econômica de dependência petroleira da Venezuela mantém-se, e não se consegue um processo de industrialização capaz de alterar a lógica da acumulação. Como no passado, não se realiza o projeto de sembrar el petróleo e, a burguesia comercial do setor de importações, mesmo não estando diretamente nas instituições do Estado, mantém-se detentora de grande poder econômico. Elas são as principais responsáveis internas pela desestabilização política e econômica no país.

[80] Este primeiro momento da transição atua como uma alternativa ao padrão de acumulação do capitalismo para os países dependentes, o neoliberalismo. Segundo Carcanholo (2015), esta alternativa se mostra anti-neoliberal e anti-imperialista, não sendo ainda a alternativa socialista. “Obviamente, se trata de romper con el neoliberalismo: revertir privatizaciones, revertir la liberalización de los mercados, regulación de los mercados de trabajo y financiero, reducir el grado de apertura comercial y financiera. ¿Con qué objetivo? Para reducir los mecanismos de transferencia de valor. ¿Qué posibilita eso? Que si reducimos la parte del valor producido por las economías dependientes que será apropiado en las economías centrales, mayor será la magnitud de valor-capital que puede sostener la acumulación interna y, por lo tanto, menor es la necesidad de tener que aumentar la cantidad de valor producido. Con eso se reduce –no se elimina– la necesidad de superexplotar la fuerza de trabajo en los niveles que nosotros conocemos. En términos de economía política, lo que esta alternativa promueve es una contraposición extremadamente radical con intereses internos y externos de clases y franjas de clases que se benefician del actual patrón de acumulación del capitalismo dependiente. Esto implicaría una fuerte reacción tanto económica como política, de esos sectores, lo que exigiría de los campos alternativos y críticos, una fuerza política constituida para enfrentar la reacción, una base popular fuerte y consciente, en síntesis, una acumulación de fuerzas y conciencia para enfrentar la lucha de clases que eso provocaría.” (p.275)

a retroceder, e reproduzir a interrupção da revolução, com o desenvolvimento de uma "burguesia funcional", oriunda da burocracia estatal, que tende a assumir novamente a lógica do *sembrar el petróleo*, mas na sua concepção original, ou seja, não sob controle dos trabalhadores, mas novamente sob controle da burguesia.

Fazer essa alusão à etapa de transição como a primeira fase do socialismo correlacionando com o processo na Venezuela pode parecer inconsequente. Mas também nos remete a uma história já conhecida. De certa maneira, um processo inconcluso também se deu na URSS, que, ao abandonar a segunda fase, não somente estacionou na transição, como perdeu de vista o objetivo fundamental da luta revolucionária, o fim da exploração do trabalho e da sociedade de classes, abrindo caminho para a restauração capitalista. Na Venezuela, este caráter inconcluso é mais claro, se dá ainda na primeira fase da transição, e as comunas têm colocado isso.[81] Não será possível construir o socialismo na Venezuela e tomar o poder político, se esta luta não estiver em consonância com a superação da dependência, da lógica petroleira e do Estado burguês como promotor do desenvolvimento, assim como não será possível realizá-lo sem a direção do poder popular organizado nas comunas. Mas não podemos menosprezar o caminho construído e cimentado até este momento, pra que a estratégia das Comunas e do Estado Comunal pudesse nascer, ganhar corpo e centralidade na luta popular e revolucionária dos e das trabalhadoras da Venezuela em direção ao socialismo e à emancipação humana.

3.3 O Anteproyecto de la Reforma Constitucional e as Comunas

Anterior à promulgação das Leyes del Poder Popular, que atualmente regulamentam a implementação e o desenvolvimento dos conselhos comunais e comunas, houve a tentativa do governo de fazer uma reforma na constituição com o intuito de inserir em sua Carta Magna os elementos que se julgava fundamental para forjar a transição ao socialismo, inclusive incluindo textualmente, em vários trechos de artigos propostos, expressões como "Democracia

[81] Mas aqui há uma diferença fundamental, entre URSS e a Venezuela, dentre tantas outras. A URSS já havia cumprido as tarefas da primeira fase, de expropriação capitalista, estatização dos meios de produção, e destruição do Estado burguês, substituindo-o por um Estado proletário. Mas ao não avançar para a segunda fase e, principalmente, por desconsiderar esta necessidade em suas ações no tempo presente, interrompe o processo revolucionário a as transformações necessárias para que este alcance seus objetivos emancipatórios. Já na Venezuela, a opção "reformista" que começa a ser considerada por parte desta nova burguesia que nasce por dentro dos aparelhos do Estado, ainda de caráter burguês, busca interromper não a revolução burguesa em si, mas o projeto revolucionário, de caráter socialista, em construção na Venezuela e ainda em sua primeira fase.

Socialista", "Economia Socialista" e "Estado Socialista". Assim, no dia 02 de dezembro de 2007, o Anteproyecto elaborado por Chávez e revisado pela Assembleia Nacional foi submetido a um referendo popular, e foi derrotado. Não trataremos aqui dos elementos que geraram essa derrota, vários analistas já o fizeram, inclusive o próprio Chávez.[82]

A reforma constitucional trata de mudanças na Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (CRBV) acerca de quatro elementos fundamentais no sentido de regulamentar e de cimentar o processo de transição em direção à sociedade socialista: a construção de uma *Nova Geometria de Poder*, que incide sobre o espaço político-territorial e sobre o território de governança; o estabelecimento de novos aspectos econômicos que possibilitem o desenvolvimento de uma economia socialista, como o papel do Banco Central e a regulamentação da propriedade social; a consolidação do Poder Popular como futuro gestor do Estado Socialista e o caráter e função das Forças Armadas na perspectiva da união cívico-militar.

Neste trabalho, analisaremos aqueles artigos que mais incidem sobre a estratégia da territorialização das Comunas e da construção do Estado Comunal.

3.3.1 A Nova Geometria do Poder

A resolução proposta no Anteproyecto para a *Nova Geometria do Poder* estabelece uma organização político-territorial da República Bolivariana que transcende a organização tradicional. Além da conformação entre estados e municípios, entende-se que a constituição de outra forma de poder, requer também a conformação de uma relação distinta com o território.

O Anteproyecto se apresenta como uma proposta de transformar a sociedade venezuelana em direção ao socialismo a partir de uma mudança territorial. Quando o texto fala em *Nova Geometria do Poder*, ele alude diretamente a uma transformação substantiva na ordenação político-territorial do país inserindo a *comuna* como parte deste ordenamento, ou seja, institui uma nova conformação territorial que passa a constituir novas formas de poder.

O Anteproyecto propõe uma mudança significativa no artigo 16 da CRBV, que trata justamente da divisão político-territorial e da autonomia dos entes federados. Ele inicia assim:

> El territorio nacional se conforma a los fines político-territoriales y de acuerdo con la *nueva geometría del poder*, por un Distrito Federal en el cual tendrá su

[82] Uma análise deste processo pode ser lida num conjunto de artigos de Ramón Losada Aldada. (ALDANA, 2010).

> sede la capital de la República, por los Estados, las Regiones Marítimas, los Territorios Federales, los Municipios Federales y los Distritos Insulares. La vigencia de los Territorios Federales y de los Municipios Federales quedará supeditada a la realización de un referéndum aprobatorio en la entidad respectiva. Los Estados se organizan en Municipios.
> […]
>
> La *unidad política primaria* de la organización territorial nacional será la ciudad, entendida esta como todo asentamiento poblacional dentro del Municipio, e integrada por áreas o extensiones geográficas denominadas Comunas. *Las Comunas* serán las células geo-humanas del territorio y estarán conformadas por las *Comunidades*, cada una de las cuales constituirá el núcleo espacial básico e indivisible del Estado Socialista Venezolano, donde los ciudadanos y las ciudadanas comunes tendrán el poder para construir su propia geografía y su propia historia. (VENEZUELA, 2007, p. 175, grifos do autor).

No primeiro parágrafo do artigo aparece parte da proposição da *nova geometria do poder*. O texto caracteriza os diferentes espaços político-territoriais que já compõem o território nacional, como do Distrito Federal (que na CRBV se chama Distrito Capital) e as Regiões Marítimas. Mas a mudança significativa está no trecho que em que faz menção a Territórios e Municípios Federais. Ali aparecem dois elementos a serem considerados. O primeiro se refere à possibilidade de haver territórios sob jurisdição do governo central, ou federal, e, o segundo, que a criação destes territórios e municípios está submetida a um referendo na localidade, ou seja, depende da organização política dos sujeitos que vivem neste território ou município. Este parágrafo abre a brecha legal para a conformação de territórios-políticos sob controle da comuna.

No parágrafo seguinte, o texto traz a relação município-cidade-comuna[83]. E aí se assenta outra novidade. Na CRBV, a unidade primária político-administrativa é o município, conformado pelo poder executivo (prefeitura) e legislativo (conselho municipal), ambos elegíveis segundo as normas constitucionais. Quando o texto coloca que "La *unidad política primaria* de la organización territorial nacional será la ciudad, entendida esta como todo asentamiento poblacional dentro del Municipio, e integrada por áreas o extensiones geográficas denominadas Comunas" (Ibdem, p.175), cria-se a possibilidade de um reordenamento político sobre outros parâmetros, que, mais a frente, no mesmo artigo, o texto chama de *Ciudad Comunal*. Coloca-se um outro *status* de poder a comunidade, na qual, esta, organizada em forma

[83] Na Venezuela, um município é uma unidade territorial político-administrativa que se divide em parroquias, que, por sua vez, podem conter zonas urbanas ou rurais. As zonas urbanas são as cidades. Há a principal zona urbana, que é a capital do município. De forma geral, o município e sua capital não coincidem no nome. Há ainda cidades formadas por vários municípios, como Valencia, capital do Estado Carabobo, que é formada por 5 municípios.

de comuna, aparece como "el núcleo espacial básico e indivisible del Estado Socialista Venezolano". (Ibdem, 175-176, grifos do autor).

Segundo a tipologia de territórios elaborada por Fernandes (2009), temos três tipos de território que são os territórios de governança[84], as propriedades, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias e o território relacional. Se faz importante salientar que a relação entre estes territórios é dialética, pois há uma interdependência entre eles pela própria "indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais" (p.205). O primeiro território é composto pelo espaço de governança que se apresenta em diversas escalas: nacional, estadual, regional, municipal. O segundo território, as propriedades, está contido no primeiro, mas conforma uma tipologia própria, na medida em que é o palco direto da disputa territorial e pode definir a natureza do território de governança. O terceiro território é o espaço relacional, "considerado a partir das suas conflitualidades" (FERNANDES, 2009, p.49), ou seja, da territorialidade resultante dos permanentes conflitos e transformações no primeiro e segundo território. No caso da Venezuela e da proposta contida no Anteproyecto, o território de governança alcançaria a escala comunal, ou seja, a comuna seria ela também um território de governança.

Trazer essa breve explicação sobre as tipologias nos permite entender que a *nova geometria do poder* pretende ampliar o território de governança e, como veremos mais adiante, incidir sobre os três tipos de território. No entanto, a constituição da comuna como território de governança, não atua somente no sentido de ampliar em escala os espaços de governança, como num novo pacto federativo, mas atua como agente transformador da natureza do Estado, a partir da transformação territorial do onde e do como se vive, incidindo diretamente na atuação do

---

[84] O termo governança para a caracterização de territórios não é uma elaboração de Fernandes (2009) e tem diferentes sentidos, teóricos e políticos. A noção mais usual é aquela elaborada pelas agências internacionais como ONU, Banco Mundial e FMI, como parte de um arcabouço teórico na constituição de suas políticas de desenvolvimento para os mais diferentes países. Para entender o uso desta categoria nas políticas de desenvolvimento capitalista por parte dos organismos internacionais ver o artigo de Elson Luciano PIRES (2016), Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais. Diferentemente da concepção das agências internacionais, Fernandes (2009) busca analisar a tipologia dos territórios no contexto da luta de classes. "As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança." (p.200)

poder local, mas podendo atingir diferentes escalas do espaço da governança, transformando sua própria estrutura.

O Artigo 16 continua:

> A partir de la Comunidad y la Comuna, el Poder Popular desarrollará formas de agregación comunitaria político-territorial, las cuales serán reguladas en la Ley, y que constituyan formas de Autogobierno y cualquier otra expresión de Democracia Directa. (VENEZUELA, 2007, p. 176).

Tal resolução traz à tona o elemento central da transição ao socialismo na Venezuela, mesmo que de forma muito geral: o poder popular expresso no autogoverno, no qual a *Comuna* como célula básica da nova construção territorial é dotada do poder de influir sobre seu próprio território, mas também sobre diferentes escalas do território de governança. E o território comunal, como a célula básica político-territorial, passa a ser o núcleo fundamental do Estado, e um espaço privilegiado do exercício democrático.

No Artigo 136, o Anteproyecto coloca o poder popular como poder público territorial, como o poder nuclear na estrutura político-territorial da nação: "El Poder Público se distribuye territorialmente en la siguiente forma: el poder popular, el poder municipal, el poder estatal y el poder nacional." (VENEZUELA, 2007, p.199). Sendo que a materialização política, concreta deste poder popular é a comuna, conformada pelos conselhos comunais e por diversas outras organizações de base, políticas, sociais e econômicas contidas no território.

Para melhor caracterizar esta célula traremos o que diz a Ley Orgánica de las Comunas, que a define como

> un espacio socialista que, como entidad local, es definida por la integración de comunidades vecinas con una memoria histórica compartida, rasgos culturales, usos y costumbres, que se reconocen en el territorio que ocupan y en las actividades productivas que le sirven de sustento, y sobre el cual ejercen los principios de soberanía y participación protagónica como expresión del Poder Popular, en concordancia con un régimen de producción social y el modelo de desarrollo endógeno y sustentable, contemplando en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación. (VENEZUELA, 2010a, p.11).

O socialismo proposto na Venezuela tem como característica essencial a construção de um Estado Comunal, que expande o poder até as comunidades organizadas de trabalhadores, historicamente silenciadas. E o exercício do poder requer autonomia e soberania sobre o território, seja no processo de tomada de decisão, seja na capacidade de se reproduzir materialmente. E a constituição deste poder como Estado requer uma articulação que o amplie para os demais territórios de governança. Tratamos deste tema mais adiante.

Essa não é exatamente uma formulação original de Hugo Chávez ou da Revolução Bolivariana. Engels assinala, em nota à edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Comunista de 1848, que "'Comuna' é o nome dado na França às cidades nascentes, mesmo antes de terem conquistado de seus senhores feudais e mestres a administração local autônoma e os direitos políticos, como terceiro estado" (MARX; ENGELS, 2001, p.26). Assim, foi denominada a Comuna de Paris de 1871[85], quando os trabalhadores tomaram o poder da cidade e reconstruíram suas leis de forma a exercer sua autonomia frente ao poder capitalista do Estado francês. Há ainda a Comuna Chinesa, que organizou a vida social, cultural e produtiva nas comunidades rurais pós-revolução. Em comum, estas experiências tem o território como centro da disputa e construção de poder. Como veremos mais adiante, estas experiências serviram de referências históricas para a elaboração da proposta de Chávez.

Da mesma forma, Lênin chamava de comuna a organização básica e territorializada dos trabalhadores em revolução. Afirmava, nesse sentido, que

> O Estado Socialista só pode nascer sob a forma de uma *rede de comunas* de produção e consumo que arrolarão rigorosamente a sua produção e consumo, não desperdiçarão o trabalho, aumentarão sem cessar a produtividade e conseguirão assim reduzir o dia de trabalho a sete horas, seis horas, e ainda menos. (LÉNINE, 1981, p.42).

A comuna se constrói como um território, onde coexistem a produção, o consumo, a reprodução da vida comunitária e política, se constituindo na base fundamental da transição ao socialismo na Venezuela. Neste sentido, a proposta da Reforma Constitucional vem a respaldar e a proteger legalmente a comuna como território por meio da ferramenta legal para a construção das bases desse novo Estado ainda por nascer. A denominada *nova geometria do poder* se configura então nesta rede de territórios, tanto na conformação da comuna e sua capacidade de autonomia interna, como em uma configuração de territórios em rede, atuando na transformação do Estado em si.

A comuna aparece como uma rede territorial conformada pelas comunidades ou conselhos comunais, criando territórios onde o poder pode se manifestar de forma autônoma, ou, seja, onde há "a capacidade de um grupo de dar a si próprio a lei" (SOUZA, 2009, p.68), em outras palavras, "de *autogerir-se* e *autogovernar-se*, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e da atribuição da legitimidade do poder a alguma fonte

---

[85] Tanto os documentos de Chávez quanto as lideranças das Comunas pesquisadas, colocam a Comuna de Paris como uma referência histórica, e sua análise por Marx como uma referência teórica acerca da conformação das comunas. Falaremos mais adiante sobre esta referência.

transcendental e externa ao grupo" (Ibdem, p.68) mas que se inter-relacionam em consonância com um mesmo projeto de transformação, de transição ao socialismo.

Desta maneira se constitui o que se entende por poder popular, na medida em que diversas comunas se inter-relacionam política, social e economicamente, constituindo formas de autogoverno. Assim, continua o artigo 16:

> La Ciudad Comunal se constituye cuando en la totalidad de su perímetro, se hayan establecido las Comunidades organizadas, las Comunas y los Auto Gobiernos Comunales, estando sujeta su creación a un referéndum popular que convocará el Presidente de la República en Consejo de Ministros. (VENEZUELA, 2007, p. 176).

Não podemos entender que a comuna se estabelecerá como ilha de democracia dentro de um mar completamente alheio a ela. O caráter constitucional e a proposição de colocá-la como unidade político-territorial vem justamente no sentido de utilizar-se do caráter multiescalar do território e ampliar a estrutura comunal. Desta forma, o texto nos coloca a possibilidade de que as comunas de um território contíguo possam criar uma cidade comunal, e, partir dela, estabelecer um *autogoverno comunal* que se deslocaria do governo municipal.[86] O artigo também traz o referendo como método para consulta da comunidade acerca desta mudança, e coloca para o governo nacional a responsabilidade do reconhecimento. Ou seja, mesmo que os poderes instituídos do município sejam contrários à conformação da cidade comunal, que se traduz, na prática, na autonomia de uma parte do território e de sua população frente à jurisdição municipal, eles não teriam competência para autorizar ou impedir a conformação da cidade comunal, caso esse seja o desejo da comunidade, manifestada em consulta popular.

Desta forma a lei passa a regulamentar a possibilidade de transmissão do poder político dos entes federados, como municípios e estados para as comunas organizadas em esferas cada vez mais abrangentes. Pode-se dizer, que a lei passa a criar uma possibilidade dentro do território imaterial da legislação, mas que tem incidência direta na materialidade concreta.

A não aprovação da reforma constitucional não impediu a constituição das comunas nem sua organização territorial, abarcando inclusive esferas de poder dos entes municipais. O conjunto de leis aprovado em 2010, conhecido como Leyes del Poder Popular, regulamentou a

[86] As Leyes del Poder Popular, publicadas em 2010 desenvolvem esta ideia e propõem a constituição de um sistema de agregação comunal, que amplia esta articulação multiescalar.

formação das comunas e também sua possibilidade de territorialização. A *Ley Orgánica de las Comunas*, promulgada em dezembro de 2010 estabelece em seu Artigo 58 que:

> Las instancias del Poder Popular podrán constituir sistemas comunales de agregación entre sí, con el propósito de articularse en el ejercicio del autogobierno, para fortalecer la capacidad de acción sobre aspectos territoriales, políticos, económicos, sociales, culturales, ecológicos y de seguridad y defensa de la soberanía nacional, de conformidad a la Constitución de la República y la ley. (VENEZUELA, 2010a, p.59).

No entanto, avançar para a constituição de um Estado revolucionário, que mais tarde foi chamado de Estado Comunal, não se tornará uma realidade somente por meio da regulamentação legal. Ela é importante, pois, além de pôr em pauta, possibilitar o debate e impulsionar diversos setores a colocar em prática o que foi elaborado, ela cria condições para que o poder popular se utilize das esferas do Estado atual para se desenvolver, com respaldo legal e orçamento. Mas é preciso muito mais do que isso, como toda revolução. Não existem receitas, mas é necessário e urgente que a classe trabalhadora retire a burguesia do jogo do poder e, compreenda que o Estado burguês e sua "democracia" não servem ao projeto socialista e comunal, na medida e que foram criados e organizados para submeter as classes subalternas a seus interesses. É preciso consciência, coragem, rebeldia, organização e, fundamentalmente, um projeto de poder construído pela classe trabalhadora, no caso da Venezuela, organizada em comunas.

.

3.3.2 A questão da propriedade

Uma das primeiras tarefas no processo de transição ao socialismo se refere à propriedade dos meios de produção.

Isso porque foi justamente a separação do trabalhador dos meios de produção da sua vida material que conformou a sociedade de classes e sua forma mais evoluída, a sociedade capitalista. Na sociedade capitalista, esta separação proporcionou a surgimento de duas classes fundamentais e suas frações de classe: a burguesia, que detém e monopoliza os meios de produção e o proletariado, que vende sua força de trabalho para os primeiros para garantir o acesso aos bens produzidos por ele, mas de propriedade do outro, necessários a sua sobrevivência.

São diversos os estudos acerca das classes sociais, pois, na medida em que se complexifica a sociedade capitalista e se aprofunda em suas determinações, as classes também

se complexificam, e é preciso adentrar em seu papel na sociedade para compreendê-las. Osório (2019) nos explica que Marx tratou deste tema em três de suas obras. No *Manifesto do Partido Comunista* alude às duas classes fundamentais, colocando-as na condição de dominados e dominantes. Em sua obra *O Capital*, além da burguesia e do proletariado, traz ainda o proprietário de terras, ou seja, se coloca como classe aquele que vive de se apropriar da mais-valia, o que vende sua força de trabalho e vive de salário e o que vive da renda da terra. E no livro *18 Brumário de Luiz Bonaparte,* analisando uma sociedade concreta, percebe que as classes se fracionam, agregando o campesinato, a pequena burguesia e as frações da burguesia, como a industrial, a comercial e a financeira. (OSÓRIO, 2019).

Lenin sintetizou o que seriam as classes sociais num texto publicado em 1928 a partir de um discurso proferido em 1919:

> Las clases son grandes grupos de hombres que se diferencian entre si por el lugar que ocupan en un sistema de producción social históricamente determinado, por las relaciones que se encuentran con respecto a los medios de producción (relaciones que las leyes refrendan y formulan en su mayor parte), por el papel que desempeñan en la organización social del trabajo, y, consiguientemente, por el modo y la proporción en que perciben la parte de riqueza social de que disponen. (LENIN, 1974, p. 504).

Não pretendemos analisar a conformação das casses sociais na Venezuela neste momento, mas trouxemos este trecho do Lenin para afirmar a centralidade da propriedade dos meios de produção na conformação das sociedades humanas em geral e no capitalismo em particular, mas também na superação dele enquanto modo de produção.

Neste sentido, o artigo 115 do Anteproyecto se propõe a definir e modificar o direito de propriedade.

> Se reconocen y garantizan las diferentes formas de propiedad. La propiedad pública es aquella que pertenece a los entes del Estado; la propiedad social es aquella que pertenece al pueblo en su conjunto y las futuras generaciones, y podrá ser de dos tipos: la propiedad social indirecta, cuando es ejercida por el Estado a nombre de la comunidad, y la *propiedad social directa*, cuando el Estado la asigna, bajo distintas formas y en ámbitos territoriales demarcados, a una o varias comunidades, a una o varias comunas, constituyéndose así en *propiedad comunal*, o a una o varias ciudades, constituyéndose así en *propiedad ciudadana*; la propiedad colectiva es la perteneciente a grupos sociales o personas, para su aprovechamiento, uso o goce en común, pudiendo ser de origen social o de origen privado; la propiedad mixta es la conformada entre el sector público, el sector social, el sector colectivo y el sector privado, en distintas combinaciones, para el aprovechamiento de recursos o ejecución de actividades, siempre sometida al respeto absoluto de la soberanía económica y social de la nación; y la propiedad privada es aquella que

> pertenece a personas naturales o jurídicas y que se reconoce sobre bienes de uso y consumo, y medios de producción legítimamente adquiridos. (VENEZUELA, 2007, p. 197-198, grifos nosso).

Não entraremos nas ambiguidades e inconsistências[87] da redação do texto, que foi bastante criticada por diferentes analistas[88], mas olharemos para o significado do reconhecimento em texto constitucional da propriedade comunal. O texto coloca que a propriedade social "es aquella que pertenece al pueblo en su conjunto y las futuras generaciones", em consonância com a forma de propriedade na primeira fase da transição socialista colocada por Marx e Lenin. No entanto traz uma debilidade que é a co-existência com a propriedade privada dos meios de produção.[89]

Chávez, no discurso de apresentação do Anteproyecto a Assembleia Nacional tenta minimizar este elemento relacionando com outro artigo que expressa a proibição do latifúndio e do monopólio na produção agrícola e com a experiência cubana. Ele coloca assim:

> En Cuba existen las cooperativas, incluso existe en Cuba una gran propiedad de producción de ganado, es de mucha calidad y la dejaron allí, tiene pequeñas propiedades campesinas, granjas de propiedad privada, pequeños productores. Ah, no hay grandes latifundios, aquí tampoco los habrá. Ah, no hay monopolios, aquí tampoco los habrá. (CHÁVEZ, 2007, p.20).

Este é um tema complexo, na medida em que se busca estabelecer uma propriedade privada não capitalista, definida pela dimensão e por sua função social, mas sem regulamentar

---

[87] Mas não poderemos deixar de apontar os elementos incoerentes mais visíveis do texto: não fica claro a diferença entre propriedade pública e propriedade social indireta, da mesma forma entre esta última e a propriedade mista entre Estado e propriedade social; a propriedade coletiva social não seria o mesmo que propriedade social? Dá-se a entender que a propriedade de todo o povo e as futuras gerações é a propriedade social, mas a pública também não seria? Enfim, são inconsistências no texto que, apesar de facilmente visíveis e de certo modo incoerentes, não alteram o principal: a regulamentação da propriedade social e comunal como uma forma legítima e legal de propriedade.

[88] Dois autores que fizeram uma análise bastante crítica deste ponto na perspectiva marxista: ALDANA (2010) e SUTHERLAND (2007), dentre outros.

[89] Não podemos deixar de considerar aqui dois aspectos deste debate: O primeiro deles é a influência da experiência chinesa no pensamento de Chávez, que considera a coexistência entre a propriedade social e coletiva e a propriedade privada dos meios de produção, desde que o último não seja determinante da formação social. Esta percepção parte de uma das premissas de Marx, no debate sobre os modos de produção e as formações econômico-sociais, de que, na perspectiva histórica, o processo de transformação dos modos de produção comporta características de modos de produção anteriores, inclusive no que diz respeito a propriedade dos meios de produção, mas que deixam de ser determinantes, coexistindo de forma residual. No entanto, tanto no caso da China, como da Venezuela, a propriedade privada dos meios de produção não aparece como algo residual, mas como elemento não superado no processo de transição. O segundo, e talvez o principal, seja a correlação de forças em jogo no momento da proposição da Reforma. Inclusive, o tema da propriedade foi um dos mais utilizados pela oposição na busca de deslegitimar a proposta.

os meios e nem romper com a forma predominante de acumulação de capital[90]. Segue assim o artigo 115:

> Toda propiedad, estará sometida a las contribuciones, cargas, restricciones y obligaciones que establezca la ley con fines de utilidad pública o de interés general. Por causa de utilidad pública o interés social, mediante sentencia firme y pago oportuno de justa indemnización, podrá ser declarada la expropiación de cualquier clase de bienes, sin perjuicio de la facultad de los Órganos del Estado, de ocupar previamente, durante el proceso judicial, los bienes objeto de expropiación, conforme a los requisitos establecidos en la ley. (VENEZUELA, 2007, p. 198).

Desta forma, toda propriedade estaria submetida ao interesse público e social, e caso não estivesse de acordo com esta função, seria passível de desapropriação com direito à indenização. Haveria necessidade ainda de regulamentar o que seria esse interesse público e social e como seria realizada essa análise. Da mesma forma, qual seria o papel do Estado e das comunas neste processo. Mas o que de fato este artigo revela é que a propriedade privada dos meios de produção poderia coexistir no socialismo, desde que não se conformasse em monopólio e que cumprisse sua "função social." No nosso entender, o não detalhamento desta "função social" e o não rompimento com a forma de acumulação pela exploração da força de trabalho, abrem a possibilidade para a permanência da propriedade capitalista como determinante da formação econômico-social, sendo este um dos limites de sua proposição.[91]

Como a reforma não foi aprovada, a lei que continua valendo está na CRBV, que prevê a desapropriação, mas não prevê nem reconhece a propriedade social. No entanto, a Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal, promulgada em dezembro de 2010, juntamente com as outras Leyes del Poder Popular, regulamenta a propriedade social num texto normativo que vai mais além, regulamentando toda atividade econômica comunal.[92]

3.3.3 O Poder Popular

---

[90] A pesar de a propriedade privada dos meios de produção ser uma característica essencial do capitalismo, sua superação não requer somente sua extinção, ou transformação em propriedade social. O tema da acumulação por meio da apropriação da mais valia é essencial para superar o sistema do capital. Tratamos deste tema nos capítulos 4 e 5, olhando para o trabalho nas comunas.

[91] Tal limite tende a ser rompido ou confrontado na construção concreta do projeto, na medida em que a propriedade privada dos meios de produção apresenta fortes contradições na realização do projeto socialista proposto pelas comunas.

[92] Falaremos desta lei quando analisarmos as comunas, nos capítulo 4 e 5.

Complementando a construção da *nova geometria de poder*, a Reforma Constitucional propôs a modificação de mais 4 artigos no sentido de regulamentar, com a força de uma lei constitucional, os diversos mecanismos de participação e desenvolvimento do Poder Popular, bem como sua ação política e econômica nas esferas do poder público constituído. Assim diz o artigo 136 do Anteproyecto de la Reforma Constitucional:

> El pueblo es el depositario de la soberanía y la ejerce directamente a través del *Poder Popular*. Este no nace del sufragio ni de elección alguna, sino que nace de la condición de los grupos humanos organizados como base de la población. (VENEZUELA, 2007, p. 199).

Antes de analisarmos este artigo precisamos tratar de um dos conceitos fundamentais presentes em toda a estratégia socialista da Venezuela, aquele que trata do sujeito construtor da soberania e partícipe protagônico do poder: o povo! Mas quem é o povo? Este é um conceito complexo, repleto de ambiguidades, com farta utilização política carregada de interesses conflitantes e, na maioria das vezes, utilizado de forma demagógica.

Segundo o dicionário Aurélio a palavra povo significa: "1- Conjunto de indivíduos que falam (em regra) a mesma língua, tem costumes e hábitos idênticos, uma história e tradições comuns. 2- Os habitantes duma localidade ou região; povoação. 3- V. povoado. 4- Aglomeração de gente; multidão. 5- Plebe" (FERREIRA, 2001, p.586). Nesta definição bastante genérica, a noção de povo se relaciona com a população de uma certa região ou de um dado país. Em outros casos aparece como a população de uma dada nação, associando-a à nacionalidade, podendo excluir os estrangeiros que vivem no território nacional.

Na democracia burguesa, o *povo* aparece como

> instância de legitimidade dos atos estatais, pois possui legitimidade e soberania para escolher seus representantes que, de forma direta passará a agir em nome deles, bem como para atuar diretamente e participativamente na construção das decisões políticas da sociedade**.** (STIGER; MARTINS, 2017, p.8).

Ou seja, o povo surge como uma categoria jurídica, ligada ao Estado democrático de direito, dotado de direitos e deveres impressos na carta constitucional de cada país. Manifesta-se na palavra povo a ideia fundamental do liberalismo de que todas as pessoas de um determinado país, regidas por leis comuns, são iguais perante esta lei. Este povo, dotado de direitos e deveres, que habita um território delimitado e regido por um Estado democrático é, constantemente, invocado para a implementação de políticas destinadas a satisfazer os

interesses da classe dominante. Assim, a partir da caracterização que Müller (2013)[93] faz do conceito de povo, aparece um povo ícone, invocado constantemente pela classe dominante e pela minoria detentora do poder como os principais interessados em manter sua dominação de classe e seus privilégios e implementar políticas de seu interesse (MÜLLER, 2013, apud STIGER; MARTINS, 2017). E, neste sentido, como nos lembra Stiger e Martins (2017), "historicamente as políticas repugnantes, discriminatórias e violentas são respaldadas por discursos em nome do povo" (p.9).

No entanto, nenhuma destas significações se refere ao povo citado no Anteproyecto e nas Leyes del Poder Popular. A definição de povo, presente em discursos, documentos e em legislações da Venezuela bolivariana se assemelha a da caracterização feita por Fidel Castro em sua autodefesa conhecida como *A história me absolverá*, dirigida a um tribunal em 16 de outubro de 1953:

> Entendemos por pueblo, cuando hablamos de lucha, la gran masa irredenta, a la que todos ofrecen y a la que todos engañan y traicionan, la que anhela una patria mejor y más digna y más justa; la que está movida por ansias digna y más justa; la que está movida por ansias ancestrales de justicia por haber padecido la injusticia y la burla generación tras generación, la que ansía grandes y sabias transformaciones en todos los órdenes y está dispuesta a dar para lograrlo, cuando crea en algo o en alguien, sobre todo cuando crea suficientemente en sí misma, hasta la última gota de sangre. (CASTRO, 2008, p.69).

Neste primeiro trecho que revela a concepção de Fidel, ele alude ao povo como um sujeito que, em alguma medida se alçou, historicamente, em luta contra o poder instituído. Como não relaciona com a propriedade dos meios de produção nem mesmo com a função que exerce na sociedade, não poderíamos dizer que se trata da classe trabalhadora. No entanto, numa parte logo em seguida, ele traz à luz esse sujeito na realidade cubana:

> Nosotros llamamos pueblo si de lucha se trata, a los 700000 cubanos que están sin trabajo deseando ganarse el pan honradamente sin tener que emigrar de su patria en busca de sustento; a los 500000 obreros del campo que habitan en los bohíos miserables, que trabajan cuatro meses al año y pasan hambre el resto compartiendo con sus hijos la miseria, que no tienen una pulgada de tierra para sembrar y cuya existencia debiera mover más a compasión si no hubiera tantos corazones de piedra; a los 400000 obreros industriales y braceros cuyos retiros, todos, están desfalcados, cuyas conquistas les están arrebatando, cuyas viviendas son las infernales habitaciones de las cuarterías,

[93] Müller caracteriza o conceito de povo em 4 significados: como população, como nação, como ícone e como agente civilizatório. No primeiro se trata da noção numérica de uma população num território; no segundo, a partir da concepção inaugurada com a Revolução Francesa relacionado à noção de nacionalismo; o terceiro como sujeito abstrato utilizado segundo interesses da classe dominante; e o quarto como agente do processo civilizatório. (MÜLLER, 2013)

> cuyos salarios pasan de las manos del patrón a las del garrotero, cuyo futuro es la rebaja y el despido, cuya vida es el trabajo perenne y cuyo descanso es la tumba; a los 100000 agricultores pequeños, que viven y mueren trabajando una tierra que no es suya, contemplándola siempre tristemente como Moisés a la tierra prometida, para morirse sin llegar a poseerla, que tienen que pagar por sus parcelas como siervos feudales una parte de sus productos, que no pueden amarla, ni mejorarla, ni embellecerla, planta un cedro o un naranjo porque ignoran el día que vendrá un alguacil con la guardia rural a decirles que tienen que irse; a los 30000 maestros y profesores tan abnegados, sacrificados y necesarios al destino mejor de las futuras generaciones y que tan mal se les trata y se les paga; a los 20000 pequeños comerciantes abrumados de deudas, arruinados por la crisis y rematados por una plaga de funcionarios filibusteros y venales; a los 10000 profesionales jóvenes: médicos, ingenieros, abogados, veterinarios, pedagogos, dentistas, farmacéuticos, periodistas, pintores, escultores, etcétera, que salen de las aulas con sus títulos deseosos de lucha y llenos de esperanza para encontrarse en un callejón sin salida, cerradas todas las puertas, sordas al clamor y a la súplica. ¡Ése es el pueblo, cuyos caminos de angustias están empedrados de engaños y falsas promesas, no le íbamos a decir: "Te vamos a dar", sino: "¡Aquí tienes, lucha ahora con todas tus fuerzas para que sean tuyas la libertad y la felicidad!" (Ibdem, p.69-70).

Desta forma, o povo, segundo Fidel, está composto pelos desempregados, pelos camponeses, operários e, por uma parcela de pequenos comerciantes e trabalhadores especializados que, numa condição de crescimento econômico tendem à pequena burguesia e, num contexto de crise tendem à proletarização.

Para entender e categorizar em torno do trabalho esta definição de Fidel, podemos trazer a leitura que Ricardo Antunes (2006) faz da classe trabalhadora. Segundo o autor, o conceito de classe trabalhadora abarca todo aquele que vive do trabalho, ou seja, todo aquele que, despossuído dos meios de produção, vende sua força de trabalho por um salário para garantir sua sobrevivência. Seja esse trabalhador produtivo industrial ou agrícola, do setor de serviços, do setor público, ou precarizado, que trabalha por diária, por produto ou *part time*, ele faz parte da classe trabalhadora, ou da *"classe que vive do trabalho"*. Thomaz Jr. (2018) vai ainda mais longe. Para ele, a classe trabalhadora, além dos trabalhadores assalariados, engloba aqueles que lutam pela sobrevivência dentro do sistema metabólico do capital, ou seja, estão submetidos à exploração do capital, sem, contudo, configurarem como assalariados formais. Entram aí, por exemplo, trabalhadores informais, vendedores ambulantes, camponeses sem terra e pequenos agricultores, além do enorme contingente que forma o exército industrial de reserva e que transita entre diferentes tipos de trabalho na busca pela sobrevivência. Os estudos de Thomaz Jr. nos trazem essa questão de forma bastante interessante. Ele situa a centralidade do trabalho em uma dinâmica territorial e na conformação de uma classe trabalhadora ampliada. Segundo o autor,

> o movimento do trabalho expressa dinâmicas territoriais diferenciadas, as quais não respondem somente ao atendimento dos interesses do capital como sujeito hegemônico, mas também funcionam como formas de contrarrestação, ou das disputas que qualificam os conflitos de classes. Em qualquer dos sentidos, seja para afirmar-se à subsunção ao capital (real ou formal), seja para negá-la e, para tanto, romper radicalmente a relação e buscar alternativas ou, ainda, deslocar-se forçosamente via mecanismos expropriatórios violentos, tem-se o movimento territorial do trabalho. (THOMÁZ JR., 2018, p.38).

Nesta perspectiva, os trabalhadores estão submetidos a um movimento territorial que se traduz em migrações, êxodos e desenraizamento. Mas não somente devido aos interesses diretos do capital, que deslocam massas de trabalhadores para cumprir funções em variados territórios, ou que migram na busca de melhores salários e condições de trabalho, mas, sobretudo, pela dinâmica da luta de classes, que obriga o trabalhador a mudar de casa, de profissão, de cidade, de estado, devido a processos que levam à expulsão, expropriação, perseguição, desemprego, fome, seca, etc.

Desta forma, quando Fidel anuncia o povo como aquele que sofre com as investidas do capital sobre seu país dependente e que luta cotidianamente pela sobrevivência, ou quando Chávez em seu projeto político se direciona ao povo venezuelano, estamos diante de uma alusão ao povo que conforma a classe trabalhadora, não á um *povo* ícone e abstrato.

Essa caracterização se faz importante pois a palavra povo/p*ueblo* está presente de forma substancial no cotidiano das lutas e revoluções na América Latina, mas não nos serve como categoria de análise para compreender quais classes se confrontam numa disputa de projeto e nem mesmo como se conforma como classe este "povo" no processo revolucionário na Venezuela.

Nos parece interessante a concepção construída por Antônio Gramsci sobre classe ou grupo subalterno, na medida que, além de identificar os sujeitos, ela carrega uma estratégia política. Gramsci entendeu que a classe subalterna é aquela que sofre com a dominação e a opressão do sistema capitalista. Mesmo mantendo a compreensão de que a centralidade da acumulação do capital está na exploração do trabalho industrial, consegue ver, principalmente após a Revolução Russa de 1917 e sua leitura dos textos de Lênin, que uma aliança com o campesinato era fundamental para o processo de transformação da sociedade. Olhando para a Itália meridional e sua relação quase colonial com a Itália industrializada do norte, percebe a complexidade dos sujeitos que compõem o campesinato daquela região e as relações de trabalho e exploração a que estão submetidos. Assim,

> Na qualidade de deputado comunista e de principal dirigente do PCI, Gramsci encontrava-se então tomado pelo empenho de desenhar a estratégia da frente

> única para a Itália, que deveria encontrar na aliança operário-camponesa o núcleo gerador da revolução socialista. A fórmula política da frente única foi a chave para que Gramsci não só traduzisse Lênin para a particularidade da Itália, mas que pudesse encontrar um novo lugar para o campesinato na estratégia revolucionária. Esse sujeito revolucionário, tão importante quanto o peso econômico e demográfico que desempenhava, foi, mais tarde – nos Cadernos do Cárcere –, colocado num conjunto denominado como "classes subalternas". (DEL ROIO, 2007,p.66).

Assim, as classes subalternas se apresentam como aquelas que sofrem as contradições do capital, sendo alijadas das "conquistas" do desenvolvimento do capitalismo e submetidas a processos de opressão e exploração. No processo de desenvolvimento do capitalismo, as classes subalternas aparecem na história, segundo Gramsci, em duas situações. A primeira, tendo sua história desagregada e manipulada sob a "iniciativa da classe dominante" e, mesmo quando se rebelam, se colocam em estado de "defesa alarmada", ou seja, lutam contra a opressão de forma imediata e sem projeto político próprio. Neste viés, a classe subalterna lutou ao lado de frações da burguesia em diferentes revoltas, sendo, na maioria das vezes, traída e excluída, quando vitoriosa, da implementação do projeto político da burguesia, como nas revoluções interrompidas da América Latina. A segunda situação acontece quando há uma unificação da classe subalterna em torno de num projeto próprio por "iniciativa autônoma", na luta pela superação da subalternidade e pela conquista da hegemonia. "As classes subalternas unificadas em torno de uma perspectiva autônoma propõem uma nova hegemonia, uma nova ordem social" (GRAMSCI, 1977, p.299-300, apud. DEL ROIO, p.68).

Assim, a alusão de classe trabalhadora como classe subalterna nos possibilita a visualização da classe trabalhadora ampliada, como propõe Thomáz Jr. (2018), e coloca em perspectiva a tendência de unificação em torno de um projeto histórico comum, com centralidade na luta contra o capital e pela emancipação daqueles que vivem do trabalho.

Neste trabalho optamos por utilizar o termo classe subalterna e também classe trabalhadora, entendendo-as como o mesmo sujeito. Nos discursos de Chávez, nos documentos analisados nesta pesquisa e, como veremos, na voz dos sujeitos que empreendem a luta revolucionária na Venezuela, ela aparece como *povo.* Em alguns documentos específicos e discursos de Chávez, o termo "classe trabalhadora" aparece quando este se refere a trabalhadores formais, industriais ou do setor de serviços. Por isso, para ele e no cotidiano da

luta política e social na Venezuela, o termo povo/*pueblo* tem abrangência maior, pois abarca toda a classe subalterna.[94]

Feita esta elucidação, voltemos para o Anteproyecto e para o artigo 136:

> El pueblo es el depositario de la soberanía y la ejerce directamente a través del *Poder Popular*. Este no nace del sufragio ni de elección alguna, sino que nace de la condición de los grupos humanos organizados como base de la población. (VENEZUELA, 2007, p. 199).

Aqui o poder popular busca se distanciar daquilo que caracteriza a participação nos processos políticos da democracia burguesa, o sufrágio universal. Assim, expressa a participação popular, como algo que supera a participação eleitoral, incluindo a gestão coletiva e organizada da vida social. Itsván Mészáros (2010) define tal participação como "autogestão plenamente autônoma da sociedade pelos produtores livremente associados em todos os domínios, muito além das restritas mediações (obviamente ainda necessárias durante algum tempo) do Estado político moderno" (p.16).

E continua o artigo 136:

> El Poder Popular se expresa constituyendo las comunidades, las comunas y el autogobierno de las ciudades, a través de los consejos comunales, los consejos obreros, los consejos campesinos, los consejos estudiantiles y otros entes que señale la ley. (VENEZUELA, 2007, p. 199).

Em consonância com a *nova geometria do poder*, o artigo vem afirmar as comunas como a célula territorial do autogoverno e a possibilidade destas conformarem as cidades comunais, incluindo diversas organizações de trabalhadores que possam existir no território.

Os artigos 158 e 184 do Anteproyecto tratam da transferência do poder institucionalizado das esferas do Estado para o poder popular. Iniciaremos pelo artigo 158 que diz: "El Estado promoverá como política nacional, la participación protagónica del pueblo, transfiriéndole poder y creando las mejores condiciones para la construcción de una Democracia Socialista" (VENEZUELA, 2007, p. 212).

Novamente aparece o tema da participação como o exercício do poder. E o exercício do poder, na proposta de uma democracia socialista, que não existe ainda na Venezuela, será de

---

[94] Outra interessante consequência da associação da palavra povo com a classe subalterna na Venezuela é o entendimento, por parte deste "povo", de que a burguesia venezuelana e os setores médios não são capazes de apresentar qualquer projeto nacional, identificando-as automaticamente com a submissão a interesses estrangeiros. Há o entendimento que o povo de um país deve ser portador de um projeto que leve em conta os interesses deste país. Aqueles que se submetem a interesses externos, não fazem parte do povo.

atribuição do povo, ou da classe subalterna, e o Estado revolucionário atua como o garantidor da transferência do poder contido nele para o poder popular. Esta é uma proposição controversa e um grande desafio na execução, pois cria uma disputa pelo poder dentro do Estado, na medida em que este tende a concentrar poder em seu próprio eixo e dificultar, por meio da máquina burocrática, a transferência para as comunas. Esta é uma disputa viva neste momento na Venezuela e falaremos mais a respeito. Por enquanto, basta entendermos que o Anteproyecto vem como um texto que busca atribuir um caráter legal e constitucional a essa transferência de poder, compreendendo que somente a partir do poder popular será possível estabelecer a democracia socialista.

O Artigo 185 busca regulamentar os mecanismos pelos quais se dará essa transferência do poder através de uma lei nacional e quais serviços poderiam ser transferidos:

> Una ley nacional creará mecanismos para que el Poder Nacional, los Estados y los Municipios descentralicen y transfieran a las Comunidades organizadas, a los Consejos Comunales, a las Comunas y otros Entes del Poder Popular, los servicios que éstos gestionen, promoviendo:
>
> 1. La transferencia de servicios en materia de vivienda, deportes, cultura, programas sociales, ambiente, mantenimiento de áreas industriales, mantenimiento y conservación de áreas urbanas, prevención y protección vecinal, construcción de obras y prestación de servicios públicos.
> 2. La participación y asunción por parte de las organizaciones comunales de la gestión de las empresas públicas municipales y/o estadales.
> 3. La participación en los procesos económicos estimulando las distintas expresiones de la economía social y el desarrollo endógeno sustentable, mediante cooperativas, cajas de ahorro, empresas de propiedad social, colectiva y mixta, mutuales y otras formas asociativas, que permitan la construcción de la economía socialista.
> 4. La participación de los trabajadores y trabajadoras en la gestión de las empresas públicas.
> 5. La creación de organizaciones, cooperativas y empresas comunales de servicios, como fuentes generadoras de empleo y de bienestar social, propendiendo a su permanencia mediante el diseño de políticas en las cuales aquellas tengan participación.
> 6. La transferencia a las organizaciones Comunales de la administración y control de los servicios públicos estadales y municipales, con fundamento en el principio de corresponsabilidad en la gestión pública.
> 7. La participación de las Comunidades en actividades de recreación, deporte, esparcimiento, privilegiando actividades de la cultura popular y el folclor nacional. (VENEZUELA, 2007, p. 220-221).

O que esses dois artigos nos revelam é o cimento que Chávez propõe para a construção do poder popular como poder de Estado. O Estado aparece aqui como o ente que gere a vida social através de serviços públicos, mas ignora seu caráter de classe. Essa talvez seja uma das grandes contradições do processo venezuelano. Apesar do reconhecimento que Chávez demonstra em diversos momentos de que o Estado ainda está sob a égide do sistema capitalista,

ele acredita que este mesmo Estado seria capaz de se auto-destruir ou pelo menos se auto-debilitar transferindo poder às comunidades organizadas em comunas e conselhos comunais. O que é perceptível na realidade concreta do processo revolucionário da Venezuela é que esta transferência de poder não se dá por iniciativa do Estado, mas por meio da luta organizada das comunas, que "*tomam*" as instituições e as empresas estatais à revelia dos poderes constituídos, e, em muitos casos, a pesar dele.

Outro elemento observado neste artigo é a não referência à transferência de poder para as comunas daquele concentrado na escala federal. Não se debate a transferência de poder e sua constituição a nível de instituições nacionais e federais, seja nas esferas dos poderes estatais constituídos, como executivo, legislativo e judiciário, seja na esfera econômica das empresas públicas, principalmente no que toca às vinculadas à cadeia do petróleo, sua produção, distribuição e ingressos, ou mesmo no que diz respeito às as Forças Armadas. Essa é uma lacuna que nenhuma das elaborações legislativas de Chávez foi capaz de preencher.[95]

O artigo 184 continua trazendo como se daria o processo de tomada de decisão:

> La Comunidad organizada tendrá como máxima autoridad la Asamblea de ciudadanos y ciudadanas del Poder Popular, quien en tal virtud designa y revoca a los órganos del Poder Comunal en las comunidades, Comunas y otros entes político-territoriales que se conformen en la ciudad, como la unidad política primaria del territorio. (Ibdem, p.221).
>
> [...]
>
> El Consejo Comunal constituye el órgano ejecutor de las decisiones de las asambleas de ciudadanos y ciudadanas, articulando e integrando las diversas organizaciones comunales y grupos sociales. Igualmente asumirá la Justicia de paz y la prevención y protección vecinal. Por Ley se creará un Fondo destinado al financiamiento de los proyectos de los Consejos Comunales. Todo lo relativo a la constitución, integración, competencias y funcionamiento de los Consejos Comunales será regulado mediante la ley. (Ibdem, p.222)

Este artigo traz bastantes elementos. O primeiro deles é o rechaço à democracia representativa. Assim, a autoridade máxima não é o prefeito, ou o líder comunitário, mas o povo em assembleia, como, por exemplo, na Comuna de Paris. O segundo é sobre o ente executor.

---

[95] Apesar do incentivo à participação dos trabalhadores nos processos decisórios das empresas públicas, e até a transformação de algumas delas em Empresas de Propriedade Social Direta (EPSD), as empresas de caráter estratégico jamais foram consideradas possíveis de controle operário ou comunitário. O tema da PDVSA é o mais emblemático. Chávez reforça a lógica do *sembrar el petróleo*, mantendo a renda petroleira concentrada nas instituições do ~~s nacionais do~~ Estado e controlada diretamente pelo poder executivo, bem como a direção da empresa e suas filiais. Com relação às Forças Armadas, cria-se as Milícias Bolivarianas, como um exército popular, mas subordinado hierarquicamente ao comando do exército regular e oficial.

As políticas públicas, antes sob responsabilidade das instituições do Estado e em parceria com a sociedade civil, passam a ser também de responsabilidade do conselho comunal, a partir das decisões tomadas em assembleia. No conjunto das Leyes del Poder Popular, este processo sofre uma regulamentação mais clara. Outro elemento extremamente importante e de relevante dificuldade em concretização de forma efetiva é a transferência do Poder Judicial para a comuna. O artigo faz uma breve e inconclusa alusão quando coloca como atribuição do conselho comunal a Justiça de Paz e a proteção comunitária. Na Ley Orgánica do Poder Popular, no artigo 21, este tema aparece de forma um pouco mais trabalhada, mas sem, contudo, estabelecer os mecanismos para sua aplicação.

> La justicia comunal es un ámbito de actuación del Poder Popular, a través de medios alternativos de justicia de paz que promueven el arbitraje, la conciliación, la mediación, y cualquier otra forma de solución de conflictos ante situaciones derivadas directamente del ejercicio del derecho a la participación y a la convivencia comunal, de acuerdo a los principios constitucionales del Estado democrático y social de Derecho y de Justicia, y sin contravenir las competencias legales propias del sistema de justicia ordinario. (VENEZUELA, 2010c, p.22).

Como está elaborada nesta lei, o poder popular tem atuação limitada com relação a sua capacidade de exercer o poder judicial, sendo subordinada e atuando como complementar ao sistema judiciário no âmbito do direito constituído.

Sabemos que a reforma constitucional foi colocada sob referendo popular no dia 2 de dezembro de 2007 e não foi aprovada, tendo uma votação acirrada que resultou na derrota por uma diferença de pouco mais de 3%. Como forma de atribuir às comunas o caráter legal, Chávez e a Assembleia Nacional aprovaram nos anos de 2009 e 2010 o que ficou conhecido como o conjunto de Leyes del Poder Popular, que trouxe para o texto legal as proposições do Anteproyecto, detalhando e regulamentando vários de seus aspectos. No entanto, não tendo caráter constitucional, elas devem dialogar e se submeter aos limites que a CRBV de 1999 impõe.

3.4 As Leyes del Poder Popular e o Estado Comunal

Na análise do Anteproyecto, é possível identificar elementos do projeto de transição ao socialismo da Revolução Bolivariana, como a constituição da *nova geometria do poder* e a transferência de poder dos entes estatais às organizações territoriais populares, além da regulamentação da propriedade social e comunal. No entanto, o termo que pode identificar a

mudança da natureza do Estado burguês para um Estado Socialista a partir da territorialização das comunas, denominado Estado Comunal, não estava presente no Anteproyecto. Ele só aparece no compêndio das Leyes del Poder Popular de 2009-2010[96].

As Leyes del Poder Popular vêm, como dito anteriormente, dar legalidade ao processo de organização do poder popular em comunas, instituindo estas como territórios legais de governança, sem, contudo, alterar o ordenamento político-territorial previsto na constituição, o que pretendia ser feito por meio da Reforma Constitucional, derrotada em 2007. O fato de ser um conjunto de leis complementares, e não constitucionais, limita sua aplicação às normas estabelecidas pela Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, de 1999, elaborada para atuar nos marcos do sistema capitalista e da democracia burguesa. O texto publicado, na medida em que revela a estratégia de construção do socialismo, expressa também inúmeras contradições com o Estado e a Constituição que o rege. As Leyes del Poder Popular atuam como ferramentas legais para criar e desenvolver as comunas como força territorial, mas não as habilita para substituir de fato o poder concentrado no Estado, nem para transformar sua natureza. E esta condição aparece de forma contraditória nas próprias leis e, mais intensamente, na realidade concreta da luta pela conformação e territorialização das comunas, como veremos. Por isso, entendemos estas leis como ferramentas que visam fortalecer o poder popular, e também como um documento que, nesta contradição, expressa a estratégia de construção do socialismo na Venezuela.

No Artigo 2 da Ley Orgánica do Poder Popular aparece a primeira contradição:

> El Poder Popular es el ejercicio pleno de la soberanía por parte del Pueblo en lo político, económico, social, cultural, ambiental, internacional, y en todo ámbito del desenvolvimiento y desarrollo de la sociedad, a través de sus diversas y disímiles formas de organización, que edifican el **estado comunal**. (VENEZUELA, 2010c, p.3-4).

Na reforma constitucional, a proposta era colocar o poder popular como um *poder público* territorial, ao lado dos poderes municipais, estaduais e nacionais. Sem esta mudança constitucional, o poder popular proposto na lei passa a carregar o conteúdo de um poder instituído sem, contudo, poder exercê-lo. Neste artigo, e nos demais que o precedem, o poder popular aparece não como um poder dentre os demais poderes da república, mas como o poder

---

[96] Quando nos referirmos diretamente ao conjunto de leis promulgadas em 2006 e 2010 (Ley Orgánica del Poder Popular, Ley Orgánica del Poder Público Popular, Ley Orgánica de la Controladoria Social, Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal, Ley Orgánica de las Comunas e Ley Orgánica de los Consejos Comunales) utilizaremos Leyes del Poder Popular em espanhol. Mas quando essa for uma referência geral, ela aparecerá em português e em letra minúscula: leis do poder popular.

fundamental da sociedade, que revela "*o exercício pleno da soberania do Povo"* e que deverá edificar um outro Estado, que, no entanto, aparece na lei com letra minúscula, como "estado comunal". Assim, a lei nos revela uma intenção, ou uma proposta de construção do poder em termos antagônicos com o poder constituído sem, contudo, poder confrontá-lo. E, neste sentido, para alcançar tal tarefa, "tornam-se inseparáveis a autogestão por meio da participação e, em oposição ao politicamente confinado formal/legal, a superação permanentemente sustentável do sistema parlamentar por uma forma positiva de tomada de decisão substantiva." (MÉSZÁROS, 2010, p.16). Ou seja, somente o aprofundamento do poder popular e seus mecanismos de autogoverno farão possível a extinção do Estado capitalista, e somente tal extinção será capaz de proporcionar o pleno desenvolvimento do poder popular enquanto forma substantiva de poder político, social e econômico, e a edificação de um Estado socialista, que na Revolução Bolivariana ganhou o nome de Estado Comunal[97].

Neste sentido, as Leyes del Poder Popular atuam como ferramenta na construção e consolidação do poder popular organizado em comunas como um poder real, que se territorializa e infere no processo de condução da sociedade. As experiências reais e concretas das comunas constroem na prática cotidiana, organizativa, social e econômica, em diferentes escalas do território, um acúmulo de forças e de experiências que se engendra como um novo poder, que poderá levar a um aprofundamento da revolução e, talvez, realizar a tarefa histórica a que se propõem os setores populares que apostam na construção do socialismo de, em algum momento, tomar para si o poder político do Estado e realizar a promessa da "plena soberania do povo".

Façamos algumas breves considerações sobre o Estado capitalista para entendermos a estratégia proposta.

Jaime Osório (2019), analisando o Estado capitalista, elenca quatro elementos que o compõem e o fazem atuar no sentido de garantir os interesses da classe dominante sobre a sociedade: "um conjunto de instituições; corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; leis, normas e regulamentos; e uma particular condensação de rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade." (p.19) Os três primeiros conformam o aparato de Estado, ou o Estado "visível". O último, o Estado "invisível"

---

[97] Não se muda o Estado sem se alterar forma de acumulação. Tampouco se fará isso sem o Estado. Por isso a revolução é tão complexa. Nas formações econômico sociais dependentes, mesmo as tarefas da revolução burguesa, só aconteceriam com essa ruptura, como já nos alertou Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.

é o Estado em si mesmo, que regula este aparato e dá sentido a ele, isto é, constitui-se não somente em instituições e normas, mas como relação social e, que exerce, de diferentes maneiras, as funções de dominação para assegurar o poder das classes sociais dominantes sobre as demais.

Este Estado, sob o sistema capitalista de produção, não é rígido em sua constituição, se modifica no curso da história e no processo de desenvolvimento deste sistema. Ao longo da história o Estado tem desenvolvido seu aparato, com instituições, normas e instrumentos de controle, de acordo com o desenvolvimento do sistema do capital e com o movimento da luta de classes. Atua em favor da classe dominante por meio da violência institucionalizada, realizada pelos aparelhos de controle e repressão que agem por intermédio de seus poderes republicanos instituídos, como o legislativo e o judiciário, o primeiro na elaboração de leis e o segundo em sua interpretação e direcionamento da aplicação, no sentido de disciplinar o trabalhador para a produção; ou de seus aparelhos diretos de repressão como as polícias e o exército, comandados pelo poder executivo que, no processo de fazerem cumprir estas leis, perseguem os indisciplinados e não submetidos. O Estado capitalista atua, ainda, por meio de instituições públicas ou estatais, na defesa do projeto econômico em implementação, vinculado às instituições financeiras e aos grandes conglomerados industriais, no intuito de garantir seus interesses, seja quando o Estado aparece como "mínimo", seja quando interfere diretamente na economia para resolver alguma de suas crises; bem como por meio da formação da força de trabalho para o mercado, com suas instituições de educação, na formação técnica e ideológicas; dentre outras. (HARVEY, 2001). Assim, o Estado sob a democracia burguesa, organiza seu aparato como condensador das relações de poder sobre a sociedade, e principalmente sobre as classes subalternas, no intuito de garantir a expansão e a reprodução do capital. No caso dos países de economia dependentes, o Estado atua ainda no sentido de garantir que este esteja conectado aos interesses do capital internacional, proporcionando para a burguesia interna os ganhos financeiros e políticos que lhe cabem.

Olhando para o Brasil e para os países dependentes da América Latina, Florestan Fernandes (2019) entende que este Estado burguês assume características no desenvolvimento do modo de produção capitalista relacionadas a cada período ou estágio. Florestan coloca que o capitalismo na era industrial exerce sua dominação em duas esferas fundamentais – a econômica, com base na produção de mercadorias - e a política, que estabelece os mecanismos de dominação a partir dos aparelhos institucionais do Estado. A primeira, agindo na esfera da produção, condiciona o desenvolvimento humano a partir da propriedade privada dos meios de

produção e da exploração da força de trabalho. Enquanto a segunda age nas contradições que o processo produtivo engendra, na medida em que ele implica necessariamente em desigualdades sociais, econômicas e políticas. Florestan parte da leitura de que o elemento autoritário não se dá exclusivamente nas esferas do Estado, mas também nos mecanismos sociais e econômicos necessários para a produção e a reprodução do capital, como nas técnicas produtivas disciplinadoras inauguradas pelo fordismo, taylorismo e posteriormente pelo toyotismo.[98] Tanto David Harvey (2001), olhando para o desenvolvimento geral do sistema capitalista, como Florestan Fernandes (2019), que volta sua análise para a compreensão do subdesenvolvimento e da dependência nos países da América Latina, entendem que o Estado democrático burguês é a forma mais conveniente de se estruturar e estabelecer este sistema de dominação e exploração, deixando claro, que a democracia é meramente formal, atuando de forma diferente para a burguesia e para as classes subalternas. Assim, segundo Florestan, a burguesia confere legitimidade à democracia quando esta "encontra ou recebe o consenso burguês" (FERNANDES, 2019, p.68) imposto sob as mais diferentes formas de violência institucionalizada. Mas na análise feita por Florestan, ele percebe que, nos países dependentes, este Estado democrático burguês assume características ainda mais autoritárias, constituindo um "Estado autocrático-burguês", (idem, p.82) que por vezes aparece como uma "ditadura de classe aberta" (idem, p.86), e outras como uma "democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa." (FERNANDES, 2020, p.264).

Harvey (2001) argumenta que a democracia social burguesa, nas economias centrais, está bem aparelhada para a manutenção e desenvolvimento do modo de produção capitalista, na medida em que possibilita à classe detentora dos meios de produção manter o Estado sob seu controle, ao mesmo tempo em que atua sobre o convencimento da classe não detentora, do processo natural em que a sociedade se encontra, pois,

> esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. De modo característico, a economia capitalista de troca, com base no mercado, floresce numa liberdade ambígua, que inclui liberdade de consciência, expressão e emprego, ao mesmo tempo que incorpora a liberdade para explorar, para obter lucro privado às custas do Estado e para monopolizar os meios de produção. (HARVEY, 2001, p.86).

[98] Este debate sobre os mecanismos de disciplinamento autoritário da força de trabalho pode ser encontrado em ANTUNES (2006).

Já nas economias dependentes, as liberdades e a percepção de democracia aparecem também de forma restritas, com uma imposição da dominação burguesa, pela violência, mas também pelo "aburguesamento" das classes não burguesas, pelo cooptação direta ou indireta e pela "alienação suscitada pelo ópio da educação, da comunicação de massas e da fragmentação mental dos oponentes no plano político." (FERNANDES, 2019, p.103).

A revolução bolivariana olha para este Estado, agora gerido por um governo popular, e busca mecanismos de destruí-lo, mas mantendo os mesmos mecanismos do seu jogo "democrático", com suas normas instituídas pela classe economicamente dominante. E a estratégia fundamental para romper com a condensação do poder no Estado capitalista e alcançar a democracia para as classes subalternas é a construção concreta do poder popular, ou seja, superar a democracia restrita ou a democracia burguesa e construir uma real democracia substantiva. Assim, a estratégia de transição socialista consiste em gerar uma força própria, autêntica e autônoma, para construção de outro Estado, anunciado nas leis, mas incompleto em sua condição concreta, objetiva e constitucional, tendo como base o poder popular constituído no território da comuna. Assim, na Ley Orgánica de las Comunas, o artigo 6 diz que:

> La Comuna tiene como propósito fundamental la *edificación del estado comunal*, mediante la promoción, impulso y desarrollo de la *participación protagónica y corresponsable* de los ciudadanos y ciudadanas en la gestión de las políticas públicas, en la *conformación y ejercicio del autogobierno por parte de las comunidades organizadas,* a través de la planificación del desarrollo social y económico, la formulación de proyectos, la elaboración y ejecución presupuestaria, la *administración y gestión de las competencias y servicios que conforme al proceso de descentralización, le sean transferidos*, así como la construcción de un sistema de producción, distribución, intercambio y consumo de propiedad social, y la disposición de medios alternativos de justicia para la convivencia y la paz comunal, *como tránsito hacia la sociedad socialista, democrática, de equidad y justicia social*. (VENEZUELA, 2010a, p.11-12).

E continua no artigo 7, que estabelece, dentre outras, que uma das finalidades da comuna é "desarrollar y consolidar el estado comunal como expresión del Poder Popular y soporte para la construcción de la sociedad socialista. Conformar el autogobierno para el ejercicio directo de funciones en la formulación, ejecución y control de la gestión pública." (Ibdem, p.12).

Neste sentido, os artigos 6 e 7 conferem atribuições à comuna que buscam romper com elementos da condensação e centralização do poder presentes no Estado democrático burguês. Buscam projetá-la como um território com significativo grau de autonomia frente às instituições constituídas, em suas esferas nacional, estaduais ou municipais, criando organismos de gestão da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que estabelecem a necessidade da construção de um sistema econômico também autônomo e, fundamentalmente social. Este novo "aparato de

Estado" atua como um instrumento de ampliação de uma democracia não burguesa, em consonância não mais com os interesses das classes dominantes, mas das classes subalternas que passam a comandá-lo. Não se trata de administrar o Estado burguês, mas de criar, ali, naquele território, outra forma de gestão da vida pública, comunitária e social, o autogoverno do território. As instituições das comunas, ou seu "aparato de Estado", podem ser criadas pela transferência de instalações e competências de instituições públicas para a comuna e pela incorporação de empresas estatais ou privadas por meio de transferências e desapropriações, com base nas Leyes del Poder Popular.[99]

Em vários artigos que conformam as Leyes del Poder Popular, o tema da produção e distribuição dos bens necessários à reprodução da vida social e comunitária, aparece relacionado à constituição do poder popular. Não podemos pensar uma revolução social e política sem termos em mente a unidade dialética entre política e economia, entre organização social e produção da vida material.

O desenvolvimento do sistema capitalista estabelece, historicamente, a separação dos trabalhadores de seus meios de produção de subsistência que atinge escala planetária no século XX. No sistema do capital mundializado impera a naturalização desta separação, que reflete em uma percepção de que os fatores políticos pouco ou nada inferem neste processo. O Estado capitalista aparece como um "gestor" da sociedade, alheio à exploração e reprodução das classes, separando o poder político da exploração do trabalho como fator de conformação da sociedade capitalista. Na luta pelo socialismo, é preciso romper com esta naturalização e compreender a relação intrínseca entre Estado capitalista, propriedade privada dos meios de produção e exploração da força de trabalho. David Harvey (2001) explica que as relações de produção capitalistas, com caráter de classe, oriundas desta separação entre a força de trabalho e os meios de produção da vida material da sociedade,

> devem, necessariamente, ser fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado. Deve-se garantir a propriedade privada das mercadorias em troca, de modo que "ninguém se apodere da propriedade do outro pela força" e de modo que "cada um renuncia à sua propriedade de modo voluntário" (Marx, 1973, 243). A força de trabalho é uma mercadoria, o que significa que também é uma forma de propriedade privada, sobre a qual o trabalhador tem direitos exclusivos de venda. [...] Em geral, o Estado e, em particular, o

[99] Assim diz o Artigo 27 da Ley Orgánica del Poder Popular. "La República, los estados y municipios, de acuerdo con la ley que rige el proceso de transferencia y descentralización de competencias y atribuciones, trasferirán a las comunidades organizadas, a las comunas y a los sistemas de agregación que de éstas surjan; funciones de gestión, administración, control de servicios y ejecución de obras atribuidos a aquéllos por la Constitución de la República, para mejorar la eficiencia y los resultados en beneficio del colectivo." (VENEZUELA, 2010c, p.24)

> sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia de estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna "a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e de seus interesses". (Marx e Engels, 1970:80) (HARVEY, 2001, p.84-85).

Esta longa citação do texto de Harvey apresenta um resumo da relação do capitalismo e da burguesia com o Estado. Este surge, assim, como o comitê da burguesia, como foi dito por Marx e Engels de forma simples e direta no Manifesto Comunista em 1848, e se consolida como parte intrínseca do sistema capitalista, compreendido como o sistema do capital. Desta forma, o Estado atua diretamente na contradição capital-trabalho em favor do capital. E esta é sua atribuição fundamental, mesmo que haja um conjunto variado de formas deste Estado exercê-la. Assim, o desenvolvimento do sistema capitalista vem acompanhado da criação e da transformação de instituições e funções que compõem o Estado no intuito de satisfazer as necessidades de manutenção e expansão do capitalismo enquanto modo de produção, mesmo que para isso, algumas concessões em favor da classe trabalhadora precisem ser feitas. E a forma mais desenvolvida deste Estado foi a democracia burguesa.

Assim, não basta criar outra forma, por dentro do aparato do Estado, de gerir os negócios do capital. É preciso romper com o próprio capital, com a propriedade privada dos meios de produção e com a exploração do trabalho, que entende a força de trabalho também como propriedade privada. A comuna constitui-se como autogoverno quando assume também a esfera econômica no território, e a coloca sob controle dos trabalhadores e da comunidade organizada. No entanto, este processo não se dá num território isolado, como se ele estivesse à margem do sistema. Neste sentido que "La Comuna tiene como propósito fundamental la *edificación del estado comunal*." (VENEZUELA, 2010a, p.11).

A concepção e a conformação do que seria o Estado Comunal aparecem nas Leyes del Poder Popular, em diversos artigos e nas diferentes leis orgânicas que conformam o compêndio. Assim, Estado Comunal é definido, no artigo 8 da Ley Orgánica do Poder Popular como:[100]

> Forma de organización político social, fundada en el *Estado democrático y social de derecho y de justicia establecido en la Constitución de la República*, en la cual el poder es ejercido directamente por el pueblo, con un modelo económico de propiedad social y de desarrollo endógeno sustentable, que

[100] Esta definição aparece também no artigo 4 da Ley Orgánica de las Comunas.

> permita alcanzar la suprema felicidad social de los venezolanos y venezolanas en la sociedad socialista. La célula fundamental de conformación del estado comunal es la Comuna. (VENEZUELA, 2010c, p.11).

A contradição entre o Estado Comunal e o "Estado democrático social de direito e justiça estabelecido na Constituição da República" é visível também neste artigo, colocando o estado comunal (em letra minúscula) como uma forma de organização político-social dentro de outro Estado (este com letra maiúscula), estabelecido pela Constituição. A definição tenta conferir um conteúdo à lei que não cabe nas normas constitucionais, nem no Estado capitalista, na medida que sua concepção possibilita uma dubiedade no exercício do poder, quando coloca que "el poder es ejercido directamente por el pueblo, con un modelo económico de propiedad social y de desarrollo endógeno sustentable", tendo a comuna como célula fundamental. Ou seja, a lei traz a possibilidade da construção de uma dualidade de poder[101], na qual a comuna, territorializada e articulada no estado comunal, passa a ser a célula básica do poder de outro Estado, antagônico ao Estado capitalista. Segundo Lenin, esta dualidade de poder não consegue permanecer por muito tempo e entra em choque, acelerando o processo histórico e, assim como na Rússia dos Sovietes, levando à uma ruptura revolucionária. E esta é a contradição fundamental presente na estratégia de transição ao socialismo na Venezuela: a construção do Estado Comunal é a constituição de uma dualidade de poderes, entre o poder popular, materializado no Estado Comunal e entre o poder do capital, materializado no Estado democrático burguês, que, na Venezuela, comporta um governo e que atua como fomentador deste poder popular, mas que precisa ser destruído.

A categoria dualidade de poder, é umas das categorias que conformam o arcabouço teórico da revolução e se relaciona com a especificidade de cada uma delas. Neste sentido, Lênin olhando para a Revolução Russa, no calor de seus acontecimentos, entende que há ali uma dualidade de poderes quando cria-se um governo paralelo ao governo instituído, um Estado dentro do outro, em permanente conflito de interesses. E este outro governo é

> um poder que se apoia diretamente na conquista revolucionária e na iniciativa direta das massas populares a partir de baixo, e *não na lei* promulgada pelo

[101] Lenin traz o termo dualidade de poder como um fenômeno que ocorreu durante a revolução Russa, especificamente entre fevereiro e outubro de 1917, quando havia estabelecido dois governos na Rússia após a derrubada do czar: um era o governo provisório, comandado pela burguesia em aliança com os mencheviques e o outro governo, "ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de facto e em desenvolvimento: os Sovietes de Deputados Operários e Soldados." (LENIN, 2017, p.177). Lenin entende que este fenômeno ocorreu também na Comuna de Paris, quando esta estabelece um governo autônomo frente ao governo Francês, estabelecendo uma forma própria de organizar a sociedade parisiense.

> poder de Estado centralizado. É um tipo de poder completamente diferente do da república parlamentar democrático-burguesa do tipo geral vigente até agora nos países avançados da Europa e América. Frequentemente esta circunstância é esquecida, não se reflete sobre ela, apesar de toda a essência do problema residir nela. *Esse* poder é um poder *do mesmo tipo* que a Comuna de Paris de 1871. (LENIN, 2017, p.177-178, grifos do autor).

Assim, o Estado Comunal conformaria este poder dual, que atuaria, numa disputa de caráter revolucionário pelo poder contra o Estado capitalista, para a constituição de um Estado socialista. E isto se apresenta de forma extremamente contraditória na Venezuela, na medida em que um governo de caráter popular empreende uma revolução democrática e busca, usando o próprio aparato do Estado burguês, criar formas de confrontá-lo e de destruí-lo. Podemos dizer que as comunas organizadas e em processo de territorialização na Venezuela, correspondem ao gérmen deste poder, que em alguns casos conformam claramente uma dualidade de poder local, mas ainda não nacionalizada, na medida em que não há ainda, esta dualidade no âmbito do poder do Estado nacional.

Mas é Leon Trotsky quem desenvolve melhor a categoria em sua obra A História da Revolução Russa. Assim, como Lênin, ele não vê a dualidade de poderes como um fenômeno próprio da Revolução Russa de 1917, mas como algo que pode conformar as crises sociais e os processos revolucionários como um todo. Trotsky (2007) entende que a estabilidade de um regime de dominação de classe requer um poder único como forma de impor sobre toda a sociedade suas formas econômicas e políticas de reprodução. A dualidade de poderes surge justamente quando este poder único é colocado em xeque, quando no interior dos conflitos de classes, surge a possibilidade de um poder que desestabiliza o regime, criando ou amplificando uma situação revolucionária.

> La preparación histórica de la revolución conduce, en el periodo prerrevolucionario, a una situación en la cual la clase llamada a implantar el nuevo sistema social, si bien aún no es dueña del país, reúne de hecho en sus manos una parte considerable del poder del Estado, mientras que el aparato oficial de este último sigue aún en manos de sus antiguos detentadores. De aquí arranca la dualidad de poderes de toda revolución. (TROTSKY, p.183, 2007).

Assim existe, nesta sociedade em conflito aberto entre as classes, esferas de poder que fragmentam o Estado, rompem com a condensação de seu poder sobre a sociedade como um todo, possibilitam o exercício do poder político da classe revolucionária sobre parte do território, alijada do poder estatal dominante.

> La dualidad de poderes surge allí donde las clases adversas se apoyan ya en organizaciones estables sustancialmente incompatibles entre sí y que a cada

> paso se eliminan mutualmente en la dirección del país. La parte del poder correspondiente a cada una de las dos clases combatientes responden a la proporción de fuerza sociales y al curso de la lucha. (TROTSKY, p.184, 2007).

E, pela própria natureza do conflito, ambas as classes procuram universalizar sua estrutura de poder e concentrá-lo novamente num poder único, seja no novo Estado revolucionário, seja com a restauração do já instituído. Assim, esta situação, de dualidade de poder traz uma constante instabilidade e exige uma solução, que pode ser a imediata explosão de uma guerra civil, ou a convivência tensa e prenhada de conflito num processo de acúmulo de forças em busca desta ruptura, que pode durar por um tempo considerável, mas não de forma definitiva. Em algum momento ela precisa ser resolvida e, seja pela revolução ou pela restauração, a tomada definitiva do poder nunca se dá nos parâmetros da democracia burguesa, colocando a violência burguesa ou revolucionária na pauta da solução do impasse.

No entanto, há outra visão da dualidade de poder que pode ocorrer nos marcos da democracia burguesa. Segundo Coutinho (1996), o filósofo italiano Giuseppe Vacca, em sua leitura sobre as obras de Palmiro Togliatti, busca combinar a concepção de uma transição processual revolucionária com um conceito processual da dualidade de poderes. "Um tal movimento de massas permanente e organizado (enquanto condição para o funcionamento da democracia progressiva) pode se configurar como abertura de *um dualismo de poderes de duração histórica*." (VACCA, 1974, apud COUTINHO, p. 63, 1996). E atribui esta dualidade de poderes como elemento da condução de uma democracia progressiva que pode ter espaço, inclusive na esfera institucional, seja pela ação de organizações populares legais, seja por meio da ocupação de espaços pela classe subalterna no aparato do Estado, conferindo-lhe assim, poder sobre o Estado[102]. Esta concepção pode parecer mais adequada para explicar a estratégia de transição socialista do Estado Comunal, na medida em que este se desenvolve como parte de um processo que age de dentro do Estado democrático burguês. Mas os movimentos que identificamos com esta pesquisa demonstram que não. Vamos desenvolver melhor este debate quando analisarmos a situação concreta da territorialização das comunas. Mas adiantamos que a cada movimento desta territorialização e a cada avanço em direção a construção do Estado Comunal, mais intensamente age o Estado oficial e seus aparatos no sentido de paralisar este

[102] Esta análise parte da concepção de Estado ampliado de Gramsci, que não tratou sobre a dualidade de poder e, por mais que parta do princípio que é possível acumular forças no interior deste Estado ampliado, jamais aceitou posições reformistas de que o socialismo poderá ser construído, de forma "democrática", no interior do Estado burguês.

avanço, e mesmo fazê-lo recuar, utilizando, inclusive, da violência institucional. Assim, acreditamos que, haverá a necessidade, em algum momento, de uma ruptura definitiva que, com certeza, não será nem pacífica nem consensual.

Assim, a partir das contribuições de Lenin e Trotsky, entendemos a construção do Estado Comunal como a estratégia que estabelece uma dualidade de poder, na medida que pretende entrincheirar-se e avançar sobre territórios, retirando-o do controle do Estado instituído, no qual pretende destruir. Este processo não se dá atualmente, nem se dará no futuro próximo, de maneira harmônica como se faz entender o próprio texto da lei. Mas esta lhe garante a possibilidade legal, pelo menos inicial, de constitui-se enquanto poder e empreender a ampla territorialização das comunas, de forma sistemática, organizada e articulada, como condição fundamental para a edificação do Estado socialista e do poder popular. Assim, a lei prevê a constituição de um sistema de agregação comunal, que atuaria como mecanismo de territorialização das comunas e suas formas de autogoverno, disputando o poder territorial com o Estado constituído. O artigo 58 da Ley Orgánica de las Comunas estabelece que

> Las instancias del Poder Popular podrán constituir sistemas comunales de agregación entre sí, con el propósito de articularse en el ejercicio del autogobierno, para fortalecer la capacidad de acción sobre aspectos territoriales, políticos, económicos, sociales, culturales, ecológicos y de seguridad y defensa de la soberanía nacional, de conformidad a la Constitución de la República y la ley. (VENEZUELA, 2010a, p.59).

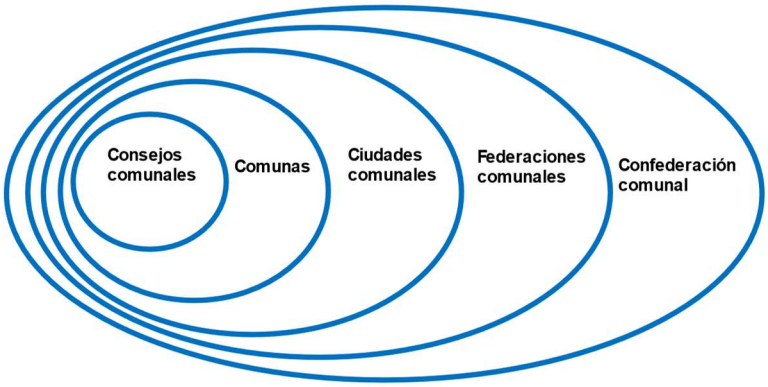
A agregação comunal seria a territorialização não somente das comunas enquanto limite territorial, mas de seu sistema de autogoverno, de suas empresas de propriedade social, de seus mecanismos de defesa territorial, criando novos aparatos estatais, com novas relações de produção, confrontando o poder constituído e fazendo real a dualidade de poderes. A Ley Orgánica de las Comunas, no artigo 60, define as seguintes formas de agregação comunal:

> 1. El Consejo Comunal: como instancia de articulación de los movimientos y organizaciones sociales de una comunidad.
> 2. La Comuna: como instancia de articulación de varias comunidades organizadas en un ámbito territorial determinado.
> 3. La Ciudad Comunal: constituida por iniciativa popular, mediante la agregación de varias comunas en un ámbito territorial determinado.
> 4. Federación Comunal: como instancia de articulación de dos o más ciudades que correspondan en el ámbito de un Distrito Motor de Desarrollo[103].

[103] O artigo 4 da Ley Orgánica de las Comunas define: “Distritos motores del desarrollo: Son unidades territoriales decretadas por el Ejecutivo Nacional que integra las ventajas comparativas de los diferentes espacios geográficos del territorio nacional, y que responde al modelo de desarrollo sustentable, endógeno y socialista para la creación, consolidación y fortalecimiento de la organización del Poder Popular y de las cadenas productivas socialistas en un territorio delimitado, como fundamento de la estructura social y económica de la Nación venezolana.” (p.7). A Ley Orgánica del Consejo Federal de Gobierno estabelece, no Artigo 6 que: “EI Presidente o Presidenta de la República

> 5. Confederación Comunal: instancia de articulación de federaciones comunales en el ámbito de un eje territorial de desarrollo.
> 6. Las demás que se constituyan por iniciativa popular. (VENEZUELA, 2010a, p.61).

Figura 3 – Sistema de agregação comunal



Fonte: Elaboração Própria com base na Ley Orgánica de Comunas, Venezuela (2010a)

Esta agregação comunal representa a territorialização da comuna como forma de organização da sociedade, rearticulando competências, políticas de desenvolvimento econômico, social, cultural, com um aparato governamental completamente distinto daquele conformado pelo Estado capitalista, na medida em que tem como cerne o controle dos territórios pelos "produtores livremente associados". A articulação de várias comunas vizinhas pode conformar uma cidade comunal, que em dimensão e relevância para sua população, pode fazer desaparecer o município como território de governança. Da mesma forma, as cidades comunais podem se articular, em torno de objetivos comuns, com um projeto de desenvolvimento que considera as particularidades e potencialidades daquela região que compartilham, para formar uma Federação Comunal, que, por sua vez, pode se unir em Confederações Comunais, articulando um amplo território, que conformaria a base do Estado Comunal. Claro que este é um desenho que não se concretiza simplesmente porque há uma lei que o define. Este não é um processo nem natural, nem simplesmente jurídico-legal. Ele é parte constitutiva e consequência

---

en Consejo de Ministros y Ministras, sin perjuicio de la organización política territorial de la República, podrá crear Distritos Motores de Desarrollo con la finalidad de impulsar en el área comprendida en cada uno de ellos un conjunto de proyectos económicos, sociales, científicos y tecnológicos, destinados a lograr el desarrollo integral de las regiones y el fortalecimiento del Poder Popular, en aras de facilitar la transición hacia el socialismo." Estas leis e denominações têm o mesmo objetivo das demais, de ir implementando formas distintas de organização territorial que cabem dentro da legislação vigente e, ao mesmo tempo, possibilitar o direcionamento de recursos financeiros do Estado para a criação destes territórios.

da própria luta de classes que se dá no âmbito territorial, e envolve a luta pelo poder político, econômico, cultural e territorial. E dele, resultará o aprofundamento da revolução e da dualidade de poder que, num dado momento, poderá ser o fator decisivo da transição socialista.

A Ley Orgánica de las Comunas, no artigo 59, estabelece que o sistema de agregação comunal se constitui com as seguintes finalidades:

> 1. Ampliar y fortalecer la acción del autogobierno comunal.
> 2. Llevar adelante planes de inversión en su ámbito territorial, atendiendo los lineamientos y requerimientos establecidos en los planes comunales de desarrollo respectivos.
> 3. Asumir las competencias que mediante transferencias se le otorguen para la administración, ejecución de obras y prestación de servicios públicos.
> 4. Impulsar el desarrollo del sistema económico comunal, mediante la articulación en redes, por áreas de producción y servicios, de las organizaciones socio-comunitarias de propiedad social comunal directa o indirecta.
> 5. Ejercer funciones de control social, sobre los diferentes planes y proyectos que en su ámbito territorial ejecuten las instancias del Poder Popular o el Poder Público. Las condiciones para la constitución de los sistemas comunales de agregación y su funcionamiento serán establecido en el Reglamento de la presente Ley y los lineamientos que a tales efectos dicte el Ministerio del Poder Popular con competencia. (p.59-60)

Tal artigo, sem entrarmos nos detalhes de sua definição, vem reforçar a possibilidade de uma forte rede territorial, que efetivada, pode gerar uma alteração substancial na correlação de forças, pois cria um poder estranho ao poder Estatal, ainda regido nos parâmetros da democracia burguesa.

E assim, constituído o Estado Comunal abrir-se-ia caminho para a transição ao socialismo, completando o que seria sua primeira etapa, na qual o povo se alça ao poder político do Estado. E o faz como nos alertou Mészáros, em coerência com a necessidade de construir a sociedade comunista, amplamente democrática, participativa, emancipada e livre da divisão em classes.

O fim último do poder popular é a constituição de uma sociedade comunista, na qual não haja mais classes sociais em luta e se realizará verdadeiramente, como tanto assinala Hugo Chávez, parafraseando Simón Bolívar a “suprema felicidade social”. Mas o caminho é largo. E tal poder popular deve se constituir no seio desta transição.

O processo em gestação na Venezuela corresponde, assim, ao processo de organização e territorialização das comunas enquanto expressão territorial do Poder Popular. Para ele se transformar no Estado Comunal e se constituir como esse “novo Estado revolucionário”, não bastaria apenas a aprovação da reforma constitucional, assim como não bastam as Leyes del Poder Popular. Esta construção está inserida num largo processo de luta de classes, e se

apresenta de forma complexa, na medida em que a classe subalterna ascendeu ao governo federal, também de alguns estados e municípios, e assumiu o controle de dimensões importantes do Estado, burlando, em várias ocasiões, a instrumentalização que a burguesia faz dele, mas sem, contudo, transformá-lo num instrumento para que a retire da condição de subalternidade, de dominação, para ascender como classe dominante. E, fundamentalmente, a Venezuela não irá se livrar do poder exercido pelo capital e das condições da dependência, que impõem uma dinâmica econômica atrelada à renda petroleira e à centralização do poder econômico, sem que seja tomado todo o poder do Estado e colocado sob o controle dos trabalhadores os meios de produção da vida da sociedade venezuelana.

3.5 As referências históricas das Comunas

A estratégia de construção do socialismo por meio da organização popular com base territorial não é original da Revolução Bolivariana, embora carregue, obviamente, características históricas e sociais próprias. Muitas destas referências são perceptíveis nas falas dos sujeitos, seja de Hugo Chávez, quando apresenta, no programa Alô Presidente Teórico, os elementos que compõem a proposta das comunas como estratégia para o socialismo na Venezuela, sejam dos *comuneros*, que trazem em suas falas as experiências que os inspiram.[104]

Vamos trazer aqui brevemente três experiências históricas que não só são referências para a proposição das comunas na Venezuela, mas também base material para a construção teórica acerca da teoria do socialismo: a Comuna de Paris, os *Soviets* e as Comunas Populares da China.

A Comuna de Paris é uma grande referência histórica na construção das experiências socialistas no século XX, e também para a estratégia das comunas na Venezuela, visto que, pela primeira vez na história, se estabelece um Estado proletário de caráter democrático e popular. Neste ano de 2021 a Comuna completa 150 anos, permanecendo uma referência importantíssima para todos aqueles que lutam pela superação do sistema capitalista, baseado na dominação e na exploração da classe trabalhadora. “Com a Comuna, a classe operária conquistava o poder político pela primeira vez na história, o que deixou valiosíssimos

[104] Ana Caona Marín, em entrevista concedida a esta pesquisa, fala das referências e inspirações que orientaram a formação da Comuna El Panal 2021, onde ela vive e atua: “Y a partir de 2006, 2007, con los antecedentes históricos de la Comuna de Paris, de la comuna Chiliyng, los caracoles Zapatistas del Comandante Marcos y EZLN, afirmamos estudiando, preconfigurando junto con Chávez esa instancia máxima de la organización del pueblo que son las Comunas.” (MARÍN, 2019).

ensinamentos aos revolucionários de todo o mundo e cuja vigência e utilidade prática se agigantou com o passar do tempo." (BORON, 2011, p. 241)

É uma importante referência para Lenin, que a debate em seu livro Estado e Revolução e em seus textos iniciais do governo soviético. Retira daquela experiência concreta o exemplo para a construção do poder na Rússia com base nos *soviets*, como a célula organizativa do poder proletário. A Comuna de Paris traz ensinamentos importantes a partir de sua própria experiência criadora – o poder precisa ser tomado pelo proletariado e em aliança com as demais classes subalternas para a constituição de um novo Estado, com base em sua participação protagônica e no poder popular, ao mesmo tempo em que busca romper o ciclo de exploração do trabalho, por meio do controle operário das fábricas. Como reconhece Lenin em sua *Tese sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado*, apresentado ao I Congresso da Internacional Comunista em março de 1919:

> La importancia de la Comuna reside, además, en el hecho de que intento aplastar y destruir hasta sus cimentos el aparato estatal burgués, la maquina burocrática, judicial, militar y policíaca, sustituyéndola por una organización de masas de autogobierno de los obreros, que no conocía la división de poder legislativo y ejecutivo. (LENIN, 1973, p.383).

A Comuna de Paris governou a capital francesa por apenas 72 dias, de 18 de março a 28 de maio de 1871. Em sua breve existência, ensinou-nos que é preciso tomar o poder não para administrar o Estado burguês, mas para destruí-lo e conformar, sob os escombros da sociedade burguesa, um Estado proletário, com base na organização e na participação popular. Engels, na introdução à edição de 1891 do texto do Marx *Guerra Civil na França* sublinha com clareza:

> A Comuna teve mesmo de reconhecer, desde logo, que a classe operária, uma vez chegada à dominação, não podia continuar a administrar com a velha máquina de Estado; que essa classe operária, para não perder de novo a sua própria dominação, acabada de conquistar, tinha, por um lado, de eliminar a velha maquinaria de opressão até aí utilizada contra si própria, mas, por outro lado, de se precaver contra os seus próprios deputados e funcionários, ao declarar estes, sem qualquer exceção, revogáveis a todo momento. (ENGELS, 2008, p. 352).

A Comuna construiu um novo aparato estatal. Ela montou um corpo único, que operava como executivo e legislativo. Este corpo era formado por conselheiros municipais, eleitos nos bairros, sendo eles operários ou representantes reconhecidos da classe operária. Os conselheiros eram responsáveis e revogáveis a qualquer momento. A polícia passou também a ser um instrumento da Comuna, não mais do governo central, e dela foi retirada qualquer atributo político, sendo seus membros também revogáveis a qualquer momento. O mesmo aconteceu

com todos os funcionários de todos os ramos da administração pública. Aboliu o exército permanente, constituindo o povo em armas, por meio da Guarda Nacional, formada majoritariamente por operários, com tempo de serviço reduzido. Os salários dos servidores públicos, em todos os níveis, foram igualados aos salários dos operários, inclusive magistrados e juízes. Todas as instituições e iniciativas até então exercidas pelo Estado passaram às mãos da Comuna. Desapareceram os privilégios e subsídios das representações políticas e públicas. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo, passando a ser gratuitas, sendo retirada toda e qualquer interferência da Igreja e do Estado (MARX, 2008). "Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas também a própria ciência liberta dos grilhões que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto." (Ibdem, p.403).

A Comuna iniciou sua apropriação dos meios de produção, colocando sob controle operário as fábricas abandonadas ou com suas atividades suspensas pelos burgueses como forma de boicote à Comuna. As fábricas passaram a ser geridas por associações cooperativas dos operários que ali antes trabalhavam e organizadas numa grande federação. (ENGELS, 2008). E esta era, na avaliação de Marx, uma das medidas fundamentais na construção da Comuna, pois

> a dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão social. A Comuna havia, pois, de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. (MARX, 2008, p.407).

Tendo clareza de que a Comuna somente iniciou esta tarefa histórica de destruição do Estado burguês e construção do Estado proletário que, em seu desenvolvimento, levaria à extinção das classes e, por conseguinte, ao definhamento do próprio Estado, Marx e Engels conseguiram extrair da Comuna de Paris a referência histórica para a teoria da transição ao socialismo e a construção da sociedade comunista, emancipada.

> A Comuna, exclamam eles, tenciona abolir a propriedade, base de toda civilização! Sim, senhores, a Comuna tencionava abolir toda essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, terra e capital, agora principalmente meios de escravizar e explorar o trabalho, em meros instrumentos de trabalho livre e associado. – mas isso é comunismo, comunismo 'impossível'! [...] Se não cabe à produção cooperativa permanecer uma fraude e uma armadilha; se lhe cabe suplantar o sistema capitalista; se cabe às sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tornando-a assim sob o seu próprio controle e pondo termo à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a

> fatalidade da produção capitalista – que seria isso, senhor, senão comunismo, comunismo 'possível'?" (MARX, 2008, p.407-408).

A Comuna começa a dar forma, a materializar uma nova função do Estado, colocando sob controle dos trabalhadores a produção da vida material e a manutenção da vida cotidiana da sociedade, como educação, abastecimento, moradia, defesa contra agressões externas, etc. E ela compreende que esta deve ser uma revolução nacional, que abarque não somente Paris, mas que se estenda por todo o território nacional.

> Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundários, o velho governo centralizado teria de dar lugar, nas províncias também, ao auto-governo dos produtores. Num esboço tosco de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política mesmo dos menores povoados do campo, e que, nos distritos rurais, o exército permanente havia de ser substituído por uma milícia nacional com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos comuns por uma assembleia de delegados na capital do distrito e essas assembleias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo cada delegado revogável em qualquer momento e vinculado pelo *mandat impératif* [mandato imperativo – francês] (instruções formais) dos seus eleitores. (Ibdem, p.403-404).

A unidade na nação se organizaria por meio da Constituição Comunal, que se tornaria realidade pela destruição do poder do Estado burguês, centralizado, permitindo aos produtores livremente associados, a condução de uma forma de governo com ampla participação. Nas palavras de Marx,

> a Comuna forneceu à república a base de instituições realmente democráticas. [...]. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho. (Ibdem, p.406).

A Comuna de Paris nos mostra que não basta a ascensão ao poder por parte da classe trabalhadora, sem que esta atue na substituição do Estado por uma forma de condução da vida social em consonância com os interesses das classes subalternas. O Estado burguês e suas instituições, seu aparato governamental, suas leis, estão subordinados ao controle do capital sobre o trabalho. Não basta ter o governo, é preciso ter o poder do Estado atuando para inverter esta lógica fundante do sistema capitalista, emancipando as forças do trabalho, e colocando-as no controle da produção da vida social. Engels, ao finalizar sua "introdução" faz-nos olhar para a Comuna nos marcos da teoria de transição ao socialismo, retomando a ideia da primeira fase da transição, como a tomada do poder político, e a implantação da ditadura do proletariado,

com o caráter profundamente democrático que caracterizou a Comuna. E assim ele finaliza: "O filisteu socialdemocrata caiu recentemente, outra vez, em salutar, ao termo: ditadura do proletariado. Bom, senhores. Quereis saber que rosto tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado." (ENGELS, 2008, p.355).

Observando a estratégia de construção do socialismo na Venezuela, a Comuna de Paris se apresenta como uma importante referência. A estratégia do Estado Comunal corresponde a construção deste outro Estado, onde as forças vivas e pulsantes da sociedade comandada pelo trabalho assumem o controle da condução da vida social, tanto na esfera local, comunitária, na comuna, como em esferas mais amplas, pelo sistema de agregação comunal. E assim como os proletários de Paris, deve criar sua própria experiência histórica, com base em suas especificidades, mas partindo de um mesmo pressuposto: o Estado burguês é a representação política do poder de dominação da burguesia sobre a sociedade. Assim, o Estado proletário, comunal, deve também refletir e ser, ao mesmo tempo, instrumento da emancipação do trabalho e da classe trabalhadora. O tema da dualidade de poder aparece novamente aqui como um grande desafio a ser enfrentado, bem como o tema do controle operário dos meios de produção.

A Comuna de Paris também foi uma importante referência para os trabalhadores que se levantam em revolução na Rússia em 1917. Isto se expressa nas formulações de Lenin em *O Estado e a Revolução*, mas, fundamentalmente na prática revolucionária, na articulação do partido bolchevique com os *soviets*.[105] Estes também são colocados por Chávez, no programa Alô Presidente Teórico[106], como uma referência na construção da estratégia das Comunas como a célula fundamental de poder do novo Estado socialista a ser construído. Cita textualmente uma carta de Kropotkin a Lenin, criticando a burocratização e a centralização do poder no Estado e no partido, reforçando a necessidade dos *soviets* serem os dirigentes da revolução, e o poder vir *desde abajo*, retomando "todo el genio creativo de las fuezas locales de cada comunidade." (KROPOTKIN, apud CHÁVEZ, 2009, p.7).

O *Soviet*, que significa Conselho, foi a organização popular que empreendeu a tomada do poder pelos trabalhadores em outubro de 1917 na Rússia, e deveria constituir a base do

---

[105] Num determinado momento, o Partido Comunista da Rússia, mesmo sem dissolver oficialmente os soviets, eliminou seu atributo de célula do poder soviético, tornando-o figurativo e sem poderes reais e estabeleceu uma profunda centralização do poder concentrado no Comitê Central do Partido, e, logo depois, na figura de seu Comissário Geral.

[106] Alô presidente teórico número 1 foi realizado no dia 11 de junho de 2009, transmitido pelo canal de televisão estatal VTV desde o Teatro Tereza Carreño em Caracas, com a presença de diversas organizações do poder popular. O programa teve como tema o debate acerca das comunas e do que Chávez chamou de cinco frentes para a construção do socialismo.

Estado Soviético em Revolução. A consigna revolucionária era *Todo Poder aos Soviets!* Sua origem remonta da Revolução de 1905. Durante as lutas que desembocaram neste processo revolucionário, os trabalhadores de Petrogrado convocaram uma greve geral e os diversos sindicatos existentes na cidade elegeram delegados para um comitê central de greve. Este comitê recebeu o nome de Conselho de Deputados dos Trabalhadores. Ainda em 1905, foi organizada a segunda greve geral, já alcançando outras cidades industriais da Rússia e o Conselho passa a representar, frente ao governo Imperial, a classe trabalhadora em greve de todo o país. A revolução de 1905 foi derrotada, o Conselho destituído e seus membros perseguidos. Mas a lição da organização proletária nos conselhos foi assimilada por todas as organizações e partidos revolucionários em seus planos de levante. Com a revolução de fevereiro de 1917, os conselhos se reorganizam e passam a incluir também delegados de soldados do fronte de batalha[107]. Sua estrutura organizativa se alastra pelo país, conformando diversos conselhos, de operários e de soldados, que se articulam, numa esfera nacional de representação frente à Duma, no Conselho de Deputados de Trabalhadores e Soldados, ou como ficou conhecido, no *Soviet* de Deputados de Trabalhadores e Soldados. Surge mais tarde o *Soviet* dos Camponeses, que se unirá aos demais na construção do Poder Soviético. Os *soviets* passam a assumir um papel protagônico na condução da Revolução, estabelecendo uma dualidade de poderes que posteriormente desemboca na tomada do poder definitivo pelos *soviets* e pelos bolcheviques. (REED, 1918).

A partir de outubro de 1917, até por volta de 1921, os *soviets* constituem a célula fundamental do novo Estado, chamado por Lenin de Poder Soviético. John Reed dá um exemplo a partir do *Soviet* de Deputados de Trabalhadores e Soldados de Petrogrado:

> Ele era formado por 1200 deputados, aproximadamente, e, em circunstâncias normais, se reunia a cada duas semanas. No período entre as sessões, elegia um Comitê Executivo Central de 110 membros, baseado na proporcionalidade dos partidos e esse Comitê Executivo Central podia convidar delegados dos comitês centrais de todos os partidos políticos, dos sindicatos, dos comitês de fábrica e outras organizações democráticas.
> Além do grande Soviet da cidade, havia também os Soviets de Rayon (bairros). Esses eram formados pelos deputados eleitos em cada bairro do Soviet da cidade e administrava sua respectiva parte da cidade. Naturalmente, alguns bairros não tinham fábricas e, assim, não elegiam representantes da região nem para o Soviet da cidade nem para o dos bairros. Mas o sistema dos Soviets é extremamente flexível e se os cozinheiros, garçons, lixeiros, jardineiros ou motoristas de táxi daquele bairro se organizassem e exigissem representação, poderiam eleger delegados. (REED, 2013, p.190-191).

---

[107] A Rússia lutava ao lado dos Aliados na Primeira Guerra Mundial (1914-1818). Milhares de camponeses russos foram enviados para os campos de batalha.

Os delegados dos *soviets* eram eleitos por voto direto dos trabalhadores e trabalhadoras a partir de 18 anos de idade. Estava vedada a participação de todos aqueles que conformaram a elite de outrora, ou seja, daqueles que viviam da exploração do trabalho de outro, do lucro, ou da renda, dos empregadores das comunidades religiosas, dos antigos policiais, dos membros da dinastia destituída, deficientes mentais e auditivos, bem como condenados. (REED, 2013).

John Reed nos dá um panorama de seu funcionamento no primeiro ano da revolução. Duas vezes por ano se reuniam na capital delegados de todo o país para o Congresso dos *Soviets* de toda a Rússia. Este organismo funcionava como um grande *soviet*, e decidia o "essencial da política nacional". Ele elege um Comitê Executivo Central dos *soviets* russos, que deve seguir e executar as linhas políticas definidas pelo Congresso, sendo responsável por elas até o próximo congresso.

> O Comitê Executivo Central elege 11 Comissários, para dirigirem os comitês responsáveis pelas diferentes áreas do governo, como se fossem ministros. Esses Comissários podem ser revogados a qualquer momento. Eles respondem diretamente ao Comitê Executivo Central. Esses Comissários elegem um presidente. (REED, 2013, p.192).

Assim, seguindo em linhas gerais esta fotografia que Reed tirou de sua experiência no primeiro ano do Poder Soviético, os *soviet*s pretendiam reproduzir, com suas especificidades, o tipo de Estado que a Comuna de Paris tinha tentado formar.

> A função central dos Soviets é a defesa e consolidação da revolução. Eles expressam a vontade política das massas, não só a dos Congressos, para todo o país, mas também nas suas localidades, onde a autoridade deles é praticamente suprema. Essa descentralização existe porque os Soviets locais criam o governo central e não o contrário. Apesar da autonomia local, no entanto, os decretos do Comitê Executivo Central e as ordens dos Comissários, são válidos em todo o país porque sob a República Soviética não existem interesses setoriais ou privados a servir e a causa da revolução é a mesma em todos os lugares. (REED, 1918).

Para Lenin, esta forma organizativa de profunda base territorial, precisa ser construtora de uma nova organização produtiva, que articule controle operário e aumento da produtividade. Assim, para ele, é tarefa principal do proletariado e do campesinato pobre

> O trabalho positivo ou construtivo de organização de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de novas relações de organização que abarquem a produção e a distribuição planificada dos produtos necessários à existência de dezenas de milhões de pessoas. Tal revolução só pode ser realizada com êxito com a atividade criadora histórica independente da maioria da população e, em primeiro lugar, da maioria dos trabalhadores. Só no caso de o proletariado e o campesinato pobre encontrarem em si consciência, firmeza ideológica, abnegação e perseverança suficientes, a vitória da revolução socialista estará assegurada. Ao criar um novo tipo de Estado, o Estado Soviético, que abre às massas trabalhadoras e oprimidas a

> possibilidade de tomar uma parte muito ativa na construção independente da nova sociedade, resolvemos apenas uma pequena parte de uma tarefa difícil. A dificuldade principal reside no campo econômico: realizar um registro e um controle rigorosíssimo e geral da produção e distribuição dos produtos, elevar a produtividade do trabalho, *socializar de fato* a produção. (LENIN, 2017, p.310).

E esta talvez seja uma das grandes lições para a construção do Estado Comunal na Venezuela. É preciso aliar a organização política desde a base, desde os trabalhadores organizados em comunas, participes de seu processo decisório, com a necessidade de gerar condições dignas de vida para toda a população, ou seja, com a organização da produção e da distribuição em larga escala, de forma articulada e permanente. Por isso, o Estado Comunal precisa ter como base a organização local e territorial, mas não pode se furtar de uma articulação nacional, na qual as formas de agregação comunal tenham a produção e a reprodução da vida material da sociedade como base dessa articulação.

Estas experiências históricas nos ensinam pelo que construíram, mas também pelos seus erros. Marx, em sua análise sobre a Comuna de Paris, elenca algumas de suas fragilidades que, para ele, contribuíram para a derrota. A primeira delas foi o perdão aos traidores da república, inimaginável até mesmo para eles.

> "Os homens da ordem", os reacionários de Paris, tremeram ante a vitória do 18 de março. Para eles era o sinal da retaliação popular que chegava finalmente. Os espectros das vítimas assassinadas por suas mãos desde as jornadas de junho de 1848 até o 22 de janeiro de 1871 surgiram-lhes diante dos olhos. O seu pânico foi o seu maior castigo. Até os *sergentes-de-ville* [agente de polícia-francês], em vez de serem desarmados e encarcerados como se devia ter feito, tiveram as portas de Paris abertas de par em par, para sua retirada a salvo para Versalhes. (MARX, 2008, p.393-394).

Assim, além de permitir o reagrupamento das forças da ordem em Versalhes, o Comitê Central prefere não avançar sobre Versalhes, aproveitando sua momentânea desorganização militar e política inicial, logo após a fuga de Paris. Ao invés disso, permitem que o "partido da ordem" participe livremente das eleições de 26 de março, que elegeu a representação política da Comuna. Apesar da avassaladora derrota e de palavras de conciliação emitidas por estes, havia suficientes sinais de que uma reação contra Paris era eminente. O reagrupamento do "núcleo duro" da burguesia em Versalhes, sem nenhum impedimento por parte dos revolucionários, possibilita que esta organize sua ação extremamente violenta sobre a Comuna, cerca de dois meses depois de sua instauração.

Com relação à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a fragilidade está justamente na não continuidade do que seria o Estado Soviético, ou seja, com a organização em

soviets como a célula fundamental de sua estrutura política e econômica. O Estado que se desenvolveu na URSS não foi o observado por Reed e o teorizado por Marx e Lenin. A constituição de um poder popular, centrado na organização territorial dos trabalhadores, influenciada primeiro pela Comuna de Paris e depois pelos próprios *soviets* como organização revolucionária de base dos trabalhadores da Rússia pré e pós outubro de 1917, deu lugar a um Estado centralizado, burocratizado, personalista, que fez uso sistemático da violência e da repressão para impor seu controle sobre a sociedade. Os *soviets* não foram oficialmente dissolvidos, mas engolidos intencionalmente pela máquina burocrática, que com os argumentos da guerra civil, da derrota do socialismo no centro do capitalismo, da necessidade da planificação da produção de forma extensiva, da luta contra o imperialismo e inimigos internos, centralizou todas as decisões e conduções dos rumos da nova sociedade. Há, com isso, uma mudança profunda nos imperativos da revolução socialista original.

> Na década de vinte o Estado crescia rapidamente, multiplicavam-se os funcionários públicos ... Assim, ia-se impondo o perigo denunciado desde os anos 1920–1921 por Lenin e por Trotsky sob o nome de burocratismo. A direção política pouco a pouco separava-se das massas, enquanto o Partido, cada vez mais, substituía o Estado e o imitava em suas normas de funcionamento (nomeação dos quadros de cima para baixo). (MAIDANIK, 1998, p.13).

Com a morte de Lenin em 1924, este processo se acelera, numa fusão entre de Partido e Estado, que cada vez mais impossibilitava o debate democrático acerca dos rumos da sociedade socialista, e impunha a vontade desta máquina não somente sobre a massa de trabalhadores, mas também sobre as lideranças e dirigentes que ousavam discordar. Os *soviets* já não mais funcionam e, por conseguinte,

> tampouco a planificação da economia foi realizada democraticamente, de acordo com a opinião e decisão do conjunto das massas trabalhadoras, mas, ao contrário, em virtude da decisão do departamento burocrático designado para tal fim, com o resultado não apenas de reproduzir os piores desperdícios do trabalho social, como de forçar os trabalhadores a todo tipo de sacrifícios sem que estes tivessem a mínima possibilidade de expressar seu acordo ou desacordo com essas decisões. (CASTILLO, 2005, p.50).

Não temos por objetivo trazer aqui as implicações desta virada, nem suas determinações mais específicas e complexas. Mas pretendemos refletir no risco que se corre ao confundir mais Estado com mais socialismo. Este foi o caminho traçado na URSS, que degenerou a transição ao socialismo. Até construiu-se como uma sociedade alternativa ao imperialismo naquele período, mas se distanciou do socialismo como projeto de sociedade, apesar do triunfalismo e das palavras lançadas ao vento cotidianamente. Se os *soviets* são uma referência para a

estratégia comunal, sua substituição pela burocracia estatal como condutor da revolução deve servir também como um alerta, dos caminhos deturpados de um processo revolucionário quando se afasta de seu principal objetivo estratégico, seja ele *Todo Poder aos Soviets* na URSS ou o *Poder Popular* na Venezuela.

A terceira referência que traremos nesta pesquisa são as Comunas Populares da China. Chávez cita diretamente, no primeiro programa Alô Presidente Teórico esta experiência como parte da sua elaboração e da proposta venezuelana, apresentando ao seu público o livro "Como es la Comuna Popular", de Chun Li e Tien Chie-Yun. São três os aspectos da Comuna da China que ele traz para a reflexão: seu caráter de massa, sua articulação num "sistema unificado nacional" e sua organização no território em níveis definidos pelo sistema de propriedade e pela organização do trabalho.

As Comunas Populares na China surgem em 1958, com a primeira experiência na província de Henan, que serviria de exemplo para o restante do país. As Comunas são o resultado no desenvolvimento organizativo da população rural e da produção agrícola no campo sob perspectiva socialista. Elas se desenvolveram a partir do aprofundamento do processo cooperado de organização dos camponeses após a ampla e massiva reforma agrária[108] de 1950. A forma mais elementar de cooperação nos primeiros momentos da revolução chinesa foi a ajuda mútua. Ela se deu como resultado da própria luta de classes, como forma de resistência à ação dos chamados camponeses ricos, que pressionavam os camponeses pobres para que lhes arrendassem sua pequena parcela de terra, e lhes impunham uma competição desigual no mercado.[109] Assim, os camponeses beneficiados com a reforma agrária, buscaram de forma organizada resistir na terra conquistada, com uma forma de cooperação muito parecida com a prática dos mutirões dos camponeses brasileiros, ou da *cayapa* dos *campesinos* venezuelanos. A prática da ajuda mútua se dava com a formação de grupos de trabalho, que atuavam, de forma

---

[108] Pela lei de Reforma Agrária de 1950 foi entregue uma pequena parcela de terra a todos que a requererem, sendo homem ou mulher, maiores de 16 anos. Mais de 300 milhões de camponeses foram beneficiados. (PAGOTTO, 2006)

[109] A prática da ajuda mútua não tem origem no processo revolucionário do século XX, mas decorre de uma tradição camponesa. Na China imperial, no século XIX, o capitalismo se desenvolve focando na produção de alimentos para sua população distribuída em seu vasto território, o que não resulta na separação entre a indústria e a agricultura. Neste sentido, este desenvolvimento vai se dando junto a uma intensificação das ações de controle e repressão aos camponeses, que responderam com inúmeras revoltas que, apesar de isoladas e não chegarem a afetar o poder central, contribuíram na tradição camponesa de formação de sociedades secretas e grupos de ajuda mútua. (ANDRADE, 2017). Assim, estes grupos de ajuda mútua já se apresentavam como uma forma de resistência dos camponeses antes mesmo da revolução.

coletiva e organizada, no preparo do solo, no cultivo, no trato das culturas ou na colheita, nas obras hidráulicas, na defesa contra enchentes ou outras calamidades, bem como no compartilhamento de máquinas e instrumentos agrícolas, animais de trabalho e mão de obra. As famílias continuavam proprietárias de suas terras e dos instrumentos de trabalho. Também se uniam na comercialização da produção, para fazer frente aos camponeses ricos, e conseguirem melhor preço no mercado. (POMAR, 1998) "Os grupos de ajuda mútua permitiam elevar a produtividade do solo, com maior inversão de mão-de obra, e criar um movimento visível de resistência econômica e política à ação dos camponeses ricos." (Ibdem, p. 11). Em 1953, 58% das famílias camponesas estavam organizadas em grupos de ajuda mútua.

Com o crescimento da produtividade do trabalho, os grupos de ajuda mútua foram se complexificando e se transformando em cooperativas. Estas também passaram por um processo de desenvolvimento, transitando de cooperativas de base, ou de tipos inferiores, às cooperativas de tipo superiores, ou socialistas.

Nas primeiras cooperativas criadas, a terra, os animais e os instrumentos de trabalho permaneciam como propriedade da família. Mas uma parcela da terra, contínua entre as parcelas dos outros camponeses do grupo, era disponibilizada para a coletividade, formando uma única área coletiva e sob coordenação da cooperativa. Da mesma forma, os camponeses disponibilizavam também parte dos instrumentos de trabalho. A cooperativa organizava e geria o trabalho nesta parcela coletiva, na qual os camponeses poderiam utilizar de seus instrumentos, como também os disponibilizados pelos outros para a coletividade. Os camponeses recebiam por um sistema de ponto-trabalho, que contabilizava o trabalho realizado, mas também a utilização dos instrumentos cedidos pelo camponês para a cooperativa. (POMAR, 1998). Este mecanismo fez crescer ainda mais a produtividade do trabalho e do solo, o que não só contribuiu para a ampliação da formação de cooperativas, como também trouxe a possibilidade de ousar e aprofundar ainda mais o sistema de cooperação.

Assim, em 1955, Mao Tse Tung amplia a discussão numa série de publicações refletindo sobre a cooperação e chamando os camponeses a radicalizar na organização coletiva do trabalho[110]. Os resultados não demoraram. Já em 1956, 97,2% dos camponeses estavam

[110] As publicações são oriundas do debate no interior do Partido Comunista Chinês: "Sobre el problema de la cooperativización agrícola" (31 de julio de 1955), "Para la cooperativización agrícola debemos apoyarnos en la militancia del partido e de la liga y en los campesinos pobres y campesinos medios inferiores" (7 de septiembre de 1955) e "Un debate en torno de la cooperativización agrícola y la actual lucha de clases (11 de octubre). Estes e outros textos estão em Mao Tsetung, (1977).

organizados em movimentos cooperativistas, e em 1957, já haviam 740 mil cooperativas de tipo superior, ou socialistas. (POMAR, 1998).[111]

> Nas cooperativas de nível superior, as terras e os meios de produção, excetuando uma pequena parcela de propriedade individual, passavam a ser de usufruto ou propriedade efetiva da cooperativa, não das famílias.
> A maior parte dos meios de produção também deixava de ser propriedade privada individual e passava a ser propriedade coletiva. As parcelas, os animais, as máquinas e demais instrumentos e ferramentas de trabalho familiares eram entregues à cooperativa como cota-parte de capital, devidamente contabilizado. (Ibdem, p.14).

Uma pequena parcela permanecia com a família, para seu usufruto doméstico, como produção de hortaliças e de pequenos animais. Era a chamada produção doméstica.

A cooperativa era formada por equipes de trabalho, organizadas segundo as necessidades e o plano de produção da cooperativa, podendo assumir tarefas diretamente produtivas, ou de manutenção e obras. Cada equipe tinha um dirigente eleito por seus membros. A direção da cooperativa era eleita em assembleia geral. A produção realizada coletivamente pertencia à cooperativa. Os camponeses recebiam de acordo com seu trabalho, num sistema de controle de horas e pontuação exercido pela própria equipe. Além de remunerar o trabalho, os recursos gerados com a produção, depois de pagos os devidos impostos, conformavam um fundo de reserva e de bem estar social dos cooperados.

As Comunas surgem assim, a partir das cooperativas socialistas, em resposta ao próprio percurso de desenvolvimento econômico adotado pela China, e como resultado, também, de uma histórica experiência camponesa de coletivização. Na busca de um processo de industrialização acelerado inserido no plano de desenvolvimento socialista, a China buscou se diferenciar da experiência soviética, que optou pela construção de grandes fábricas com centralização das decisões. As reflexões sobre sua própria realidade e tradições de lutas camponesas, somadas a uma crítica permanente ao modelo soviético, levavam a China a

---

[111] Apesar de as Comunas populares surgirem como estrutura organizativa do campo com a revolução, ela era uma reivindicação camponesa de longa data, visto que a forma coletivizada de organização do trabalho, já estava presente em diversos momentos da história do campesinato chinês, principalmente dos camponeses pobres. Andrade (2017) chamou de coletivismo primitivo as experiências camponesas do século XIX, com base na utopia camponesa, que alimentou importantes revoltas: "Todas las tierras bajo el Cielo serán conjuntamente cultivadas por los hombres bajo el Cielo. Si la producción es insuficiente en un sitio, id a otro donde sea más abundante... La tierra será arrendada por todos, el arroz comido por todos, los vestidos llevados por todos, el dinero gastado por todos. No habrá desigualdad y nadie quedará sin comida o sin calefacción... Hombre o mujer, todo individuo mayor de dieciséis años recibirá tierras..." (ANDRADE, 2017, p.9). Esta tradição camponesa de coletivização, tornou a implementação das Comunas não somente viável a curto prazo, como se fez a partir de uma aspiração histórica do campesinato chinês.

construir seu próprio caminho de transição ao socialismo. E naquele momento, o tema da descentralização das decisões produtivas, provocadas em grande parte pelos próprios operários e camponeses, fazia parte das formulações e debates do Partido Comunista Chinês (PCC)[112].

E neste sentido, em 1958 se criam as Comunas Populares, como uma unificação de cooperativas num determinado território, criando outra forma organizativa, coletivizada num grau mais elevado. A construção das comunas na China também se referencia na experiência da Comuna de Paris, mas carrega o termo popular como uma característica de como os chineses percebiam o processo revolucionário que estavam construído. Entendiam que ainda não alcançaram o socialismo pretendido, que sua transição era um processo de construção de base popular, que carregava os anseios populares, mas que, todavia, não poderia ser chamada de socialista. Portanto, pareceu-lhes mais conveniente chamar de Comuna Popular. (Harnecker, 2008)

Chávez observou como esta estrutura, que se constituiu na forma da propriedade coletiva da economia socialista na China, se originou num processo amplo e intenso de transformações das relações sociais de produção, que mobilizou a maior parte das famílias camponesas, num país de proporções continentais, em tamanho e população. E a constituição da Comuna Popular como a forma de organização produtiva se universaliza na China com a inserção e participação das massas de camponeses num sistema unificado nacional de base territorial. A Comuna passa a ser a referência política do território, assumindo o poder político territorial, que anteriormente se concentrava no governo cantonal[113]. O livro que Chávez cita em seu programa "Como es la Comuna Popular", de Chun Li e Tien Chie-Yun, relata a experiência da Comuna popular de Chiliying, no distrito Sinsiang, e explica que

> El comitê revolucionário de la comuna popular de Chiliying equivale al gobierno cantonal anterior y está directamente subordinado al comité revolucionario del distrito Sinsiang. La comuna popular dirige la industria, la agricultura, el comercio, las escuelas y la milicia, dentro de su esfera de administración. Por lo tanto, se dice "combinación de la industria, la

[112] Por exemplo, Mao Tse Tung, em discurso pronunciado no dia 25 de abril de 1956, em uma reunião ampliada do Comitê Central do Partido Comunista Chinês disse: "Aquí conviene hablar un poco del problema de la independência de cada fábrica bajo dirección unificada. Por lo visto, es inadecuado concentrarlo todo en mano de las autoridades centrales o provinciales y municipales, sin dejar a las fábricas ni un mínimo de atribuciones, ni un mínimo espacio de manobra, ni los más pequeños beneficios. La cuestión de qué atribuciones y beneficios deben corresponder al Poder central, a los poderes provinciales o municipales y a las fábricas, es algo que debemos estudiar, pues no tenemos mucha experiencia al respecto. Por principio, unificación e independencia constituyen una unidad de contrarios." (TSETUNG, 1977, p.314-315)

[113] Divisão político-territorial da China como se fosse uma região dentro de um estado, ou província. Ela pode abarcar vários municípios.

> agricultura, el comercio, la cultura y educación, y el ejército". (CHUN LI, CHIE-YUN, 2014, p.18).

A comuna elimina os poderes executivos e legislativos de seu território, assumindo, como forma de autogoverno, todas as esferas de serviços sociais e de produção econômica do território. E esta foi uma das principais referências trazidas desta experiência chinesa para as Comunas na Venezuela, constituindo a base para a transferência de poder do Estado constituído para a comuna.

Mas há ainda o terceiro elemento das Comunas Populares que Chávez faz referência em seu programa. Trata-se dos três níveis de propriedade coletiva que orientam a forma de organização da produção. O primeiro nível se refere às equipes de produção. Todas as famílias da comuna estão organizadas em equipes, podendo, inclusive, os membros de uma mesma família fazerem parte de equipes diferentes. As equipes eram a organização de base. Elas possuíam a terra e boa parte dos instrumentos de produção. Nelas se organizava o trabalho de cada integrante. As brigadas, que conformam o segundo nível, se davam pela articulação de várias equipes, variando de acordo com a realidade de cada território. A Comuna Popular de Chiliyng, por exemplo, era composta por 38 brigadas com 298 equipes de produção. As brigadas possuem os meios de produção de uso mais coletivo, que não haveria necessidade ou condições de ser de propriedade de cada equipe, como tratores, instalações de irrigação, moinhos, oficinas de reparação de ferramentas. Abarcavam também a criação de animais de reprodução para disponibilizar os filhotes para os *comuneros*, principalmente de suínos. A comuna, o terceiro nível, possui as empresas que as brigadas não são capazes de abarcar, bem como a administração de toda rede hidráulica da comuna. A Comuna Chiliying possui, por exemplo

> Una estación de tractores y un taller de reparación, una planta de producción y reparación de máquinas agrícolas (…), una fábrica de fertilizantes fosfatados, una hilandería, grandes instalaciones de irrigación y desagüe, una red de cables de alta tensión e instalaciones suplementarias. El ingreso de las empresas perteneciente a toda la comuna, además de las construcciones de la comuna, para ayudar a las brigadas y equipos en el desarrollo de la producción. (CHUN LI, CHIE-YUN, 2014, p.17).

A comuna gerencia ainda o comércio dentro e fora da comuna, seja na esfera local, seja com o Estado. E desta forma, a comuna se constitui como a entidade básica do poder socialista da China no campo, na medida em que ela é a organização econômica da produção que se conforma também como a gestora da vida social, nas áreas de educação, cultura, comércio,

saneamento básico, energia, segurança pública, etc. Assume, por meio do poder popular, e de forma associada, a economia e a política do território. Este processo teve vários desdobramentos e contradições, que não nos cabe aqui analisar. Mas sim, trazê-lo como uma importante referência para a construção do projeto das Comunas Socialistas na Venezuela.

Estas três experiências históricas, que dialogam entre si e são marcos da experiência socialista, no que há de mais original e de mais próximo daquilo que se projetava enquanto bases de uma transição socialista, conforma, também o alicerce histórico da estratégia das comunas na Venezuela. No entanto, estas experiências desapareceram do debate desta estratégia, tanto nos canais oficiais, estatais, como nos espaços de construção das comunas nos territórios. O recurso á pensamentos prontos e a frases isoladas proferidas por Chávez e repetidas à exaustão, se encarregam da simplificação e da vulgarização destas experiências, tentando forçar uma originalidade no Socialismo do Século XXI que impede uma reflexão crítica dos erros e acertos do passado e, consequentemente, do presente. Trazer estas experiências nesta pesquisa, nos remete, como fez Chávez, não à repetição ou à cópia simplesmente[114], mas ao olhar crítico sobre a história, e sobre o caminhar coletivo, histórico e, sobretudo, revolucionário, contra o mesmo sistema que aqueles trabalhadores de outrora lutaram: o sistema opressor do sociometabolismo do capital, gerido pelas burguesias locais e internacionais, com a utilização do Estado na garantia de seus interesses e na dominação de classe necessária para manterem seu poder e modo de produção.

Há outras importantes experiências históricas que caminham neste mesmo sentido, algumas contemporâneas do processo bolivariano, como os *Caracoles Zapatistas* e as experiências do Estado Plurinacional na Bolívia. No entanto, optamos por nos ater às experiências citadas por Chávez em seu programa Alô Presidente Teórico número 1, o que não quer dizer que tanto ele, como os *comuneros* venezuelanos não levem em conta estas outras experiências.[115]

---

[114] Chávez citava frequentemente uma frase muito popular do pensador e revolucionário peruano José Carlos Mariátegui: "No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica." (MARIÁTEGUI, 1986).

[115] Um exemplo de que houve, em alguma medida, um esforço por trazer estas referências é a coleção La Patria és el Hombre, série Memória de las Comunas, pequenos livretos publicados pela editora do Ministério del Poder Popular para las Comunas y los Movimientos Sociales, La Estrella Roja, no ano de 2014. Esta coleção reúne diversas publicações de experiências revolucionárias do Poder Popular que de alguma maneira inspiram a construção do Estado Comunal. Dentre elas: uma coletânea de documentos do Exército Zapatista de Libertação Nacional intitulada Caracoles y las juntas de buen gobierno; outra coletânea de pequenos artigos de Antônio Gramsci publicados entre os anos de 1919 e 1920 sobre os Conselhos de Fábricas de Tutín; textos de Francisco Tiapa sobre a organização comunitária indígena na Venezuela: Del Caribe al Orinoco: Alianza y redes indígenas como resposta

3.6 O Golpe de Timón e a luta contra o burocratismo do Estado

No dia 20 de outubro de 2012, poucos dias após as eleições de 7 de outubro, na qual Chávez sai vitorioso por uma margem de 56% dos votos, o presidente realiza seu primeiro conselho de ministros, no qual coloca em discussão o que seria um novo ciclo da Revolução Bolivariana. Chávez, acometido de um câncer, diagnosticado em junho de 2011, falece no dia 5 de março de 2013. Esta acaba sendo a única reunião pública como presidente reeleito para seu quarto mandato, que não chegou a exercer. As palavras proferidas sobre o socialismo, o tom de crítica e autocrítica e a vocalização da consigna *Comuna o nada*, fizeram desta reunião, junto a seu último pronunciamento no dia 8 de dezembro deste mesmo ano, seu testamento político.

Não nos propomos a analisar a integra desta reunião, mas trazer dois elementos essenciais que, reforçados pelo chamado chavismo popular, configuram a base deste testamento político, como chave para o projeto de transição ao socialismo calcado nas comunas. Seriam eles a luta contra o burocratismo e, consequentemente, pelo fortalecimento do poder popular, e a reafirmação de que o único caminho para a construção socialista é o caminho do Estado Comunal como transição, sintetizado na consigna *"Comuna o nada!"*.

Chávez traz em seu discurso duas referências importantes para o debate sobre a transição ao socialismo. Ele cita o texto de Itsván Mészáros "O sistema comunal e a lei do valor", presente em sua obra "Para além do Capital". A partir de Mészáros ele se refere ao socialismo como um "modo substancialmente democrático, de control social y autogestión general" (CHÀVEZ, 2012, p.10), diferenciando-o da democracia burguesa formal, que tem como limite o próprio interesse burguês e seu controle político e econômico sobre a sociedade. Reafirma que não há uma separação entre política e economia na constituição da sociedade e de seu modo de produção, e por isso, a democracia também deve estar presente em todas as esferas, na política, na economia e nas relações sociais.

No texto referido por Chávez, Mészáros traz a necessidade, numa sociedade pós-revolucionária de natureza capitalista, de se constituir processos produtivos e organizativos que

---

al capitalismo colonial e Los Kariñas: Poder Popular, indústria y autonomia, Del Estado colonizado al Estado por la descolonización. Além destas três experiências que analisamos: um fragmento do livro Como és la Comuna Popular? De Chun Li e Tien Chie-Yun publicado com o título La Comuna de Chiliyng; dois pequenos fragmentos sobre os soviets, um de Andreu Nin e outro de John Reed, numa publicação intitulada Los Sóviets e um fragmento do texto do Marx, Guerra Civil na França, com o título de La Comuna de Paris.

levem à superação da divisão social do trabalho. Compreende que esta não será abolida por um ato de governo, mas que se faz necessário um conjunto de políticas que atuem em direção "à constituição e à consolidação de um modo de controle social global e de auto-administração *substantivamente* democráticos (isto é, verdadeiramente não-hierárquicos em seu modo de operação em todas as esferas)." (MÈSZÀROS, 2002, p.861). Mészáros atenta para não confundir a divisão social do trabalho com a divisão técnica do trabalho. A hierarquia não está na técnica, mas no poder sobre a tomada de decisão, derivada, por sua vez, no que toca às relações produtivas, da propriedade dos meios de produção. Ou seja, a hierarquização do trabalho e sua desumanização se dão não pela divisão técnica do trabalho em si[116], mas pela separação do sujeito que trabalha da propriedade dos meios necessários para a realização do trabalho, na qual o leva, consequentemente, a se separar do processo de tomada de decisão sobre seu próprio trabalho. E esta alienação, tende a se reproduzir nas esferas política e social, na tomada de decisões para além do universo produtivo. Portanto, a superação da divisão social do trabalho é um elemento central na superação do sociometabolismo do capital, no processo de transição ao socialismo e na construção de uma democracia *substantiva*, que atinja as diferentes esferas da sociedade.

Nesta reunião, Chávez cita outro texto, o livro "La transición venezuelana al socialismo" do então ministro Jorge Giordani[117], e reafirma a ideia da necessidade de uma transformação na lógica produtiva para frear o modelo de acumulação do capital. Giordano, segundo Chávez, cita cinco aspectos desta transformação:

---

[116] No entanto, o autor coloca claramente que não há neutralidade na técnica. A técnica que está na base material do processo produtivo, mas que também se constitui como método de dominação e controle do trabalho, são partes essenciais do modo de produção capitalista. Uma fábrica sob o comando do capital não pode ser transmutada exatamente como está para a sociedade socialista. Ela precisa ser transformada em sua essência, seja na base tecnológica, seja na técnica de organização do trabalho, de acordo com os interesses emancipatórios do socialismo. Ou seja, a técnica está submetida em forma e conteúdo ao modo de produção que a gerou. É preciso considerar o avanço tecnológico conquistado pela sociedade capitalista, mas sob as bases emancipatórias do socialismo.

[117] Jorge Giordani foi um dos intelectuais que atuavam junto à Chávez na condução de seu governo, em especial na área econômica, e também na elaboração das linhas do que seria o socialismo do século XXI, mas focado na planificação e a estatização da economia, e não na estratégia comunal. Foi Ministro de Planificación por 14 anos, de 1999 a 2013 e também Diretor do Banco Central de Venezuela por 4 anos, entre 2010 e 2014. Em 2013, no governo de Nicolás Maduro assume o Ministério de Planificación Y Finanzas e a Vice Presidencia de Planificación Estratégica. Rompe com o governo de Nicolás Maduro em junho de 2014 por divergências na condução da política econômica. Ao sair divulgou uma carta aberta intitulada "Testimonio y responsabilidad ante la historia" explicando com detalhes a razão de seu afastamento do governo. Ela pode ser lida em GIORDANI, Jorge A. Testimonio y responsabilidad ante la historia. Rebelión, [s/l], 18 jun 2014. Disponível em: https://rebelion.org/testimonio-y-responsabilidad-ante-la-historia/. Acesso em 20 jan. 2021

> 1. La modificación de la base productiva del país, buscando una mayor democratización del poder económico.
> 2- El cambio en el rol del Estado, para lograr que el proceso acumulativo se oriente a la satisfacción de las necesidades básicas de la mayoría de la población y a la defensa de la soberanía.
> 3. La incorporación de mecanismos de autogestión productiva a nivel colectivo.
> 4. La utilización de una planificación democrática como mecanismo regulador de las relaciones productivas.
> 5. La ubicación autónoma del país frente a la internacionalización del sistema capitalista. (CHÁVEZ 2012, p.11).

Estes elementos dialogam com a perspectiva de Mészáros, e comporiam a transição ao socialismo, articulando o econômico com o político e social. E são aspectos fundamentais, mas sem uma estratégia concreta, estes fundamentos caem no vazio das palavras e dos discursos políticos, que inflamam e mobilizam a massa, mas que por si só, não são capazes de criar alternativas ao modelo de acumulação capitalista. Chávez apresentou, desde 2007, as comunas como esta estratégia concreta. Nesta reunião, ele faz duras críticas a seus ministros de Estado, que, ao seu ver, e naquele momento, deveriam ser os dirigentes desta estratégia, mas nem sequer se interessam por ela. Faz também uma crítica a si mesmo, pois não consegue ver a estratégia ganhando corpo.

> La autocrítica es para rectificar, no para seguirla haciendo en el vacío, o lanzándola como al vacío. Es para actuar ya, señores ministros, señoras ministras, las comunas, manden a buscar la Ley de las Comunas, léanla, estúdienla. Mucha gente —estoy seguro—, no digo que ustedes, por allá, más allá, ni la han leído, porque creemos que no es con nosotros. La Ley de la Economía Comunal, mucha gente ni la ha leído, porque creemos, que no, lo mío es otra cosa, eso no es conmigo. (CHÁVEZ, 2012, p.19).

Naquele momento, havia poucas comunas registradas. Cerca de um ano depois foi realizado um censo comunal que identificou cerca de 1500 comunas e 40 mil conselhos comunais. (CENSO, 2013). Em 2021 são 3254 comunas e 48522 conselhos comunais. O que não significa que estas comunas atuam no seu sentido proposto para elas, mas revela a popularidade da estratégia. (VENEZUELA, 2021).

Depois cita novamente o "livro vermelho" sobre as comunas populares da China, que tratamos no tópico anterior, clamando a todos que o lessem, pois, inclusive, já havia feito cópias e entregado a todos os ministros. Então, parafraseando o Simón Bolívar na luta pela independência diz: *"Independéncia o nada, Comuna o nada!"*.

E esta pequena consigna se transformou na palavra de ordem de um chavismo popular que entendeu a estratégia e se coloca a frente na sua construção e implementação. E estes sujeitos, os de "Comuna o nada", não estão nas instituições do Estado, mas no próprio território

construindo na prática, no campo das contradições presentes em ações concretas desta natureza, revolucionárias, anticapitalistas e populares, a estratégia proposta por Chávez de construção do socialismo.

O segundo elemento presente fortemente em toda a reunião é a crítica ao burocratismo do Estado. Apesar de Chávez não usar esta palavra, expressa, tanto no tom, quanto na dureza de suas palavras, o descontentamento com a forma como o governo vem conduzindo o processo de transição. A primeira crítica é sobre o próprio uso indiscriminado da palavra socialismo pelo governo e suas instituições. Para isso, como era de sua prática política e discursiva, extremamente pedagógica, usando de parábolas e histórias constitutivas da cultura popular, faz uma comparação extremamente interessante. Segue o conto em suas palavras:

> Eso es como el chiste del chigüire y los indios. Llegó un cura español, eso hace muchos años, en semana santa, recorriendo por allá los campos indios de los llanos y entonces llega a un pueblo indígena y están los indios allí, bailando y tal, ellos tienen sus formas de festejar, sus dioses, sus códigos, su gastronomía; entonces el cura les dice: "Ustedes no pueden estar comiendo cochino en semana santa. El jueves santo tienen que comer pescado o chigüire". Porque había un cochino gordo ahí y él intuyó que lo estaban esperando y entonces [*les pregunta*]: ¿entendieron? "Sí, entendimos". "No pueden comer cochino ni carne de ganado"; entonces, el cura antes de irse los lleva al río a bautizarlos y les pregunta:
> "¿Usted cómo se llama?". El nombre indio, Caribay. "No, no, qué Caribay, usted se llama Juana. Nombres cristianos hay que ponerle a la gente". Y ¿usted cómo se llama? Otro nombre indio, Guaicaipuro. No, qué Guaicaipuro ni qué nada, usted se llama Nicolás. Se fue y regresó el jueves santo y vio que estaban los indios bailando y asando el cochino: "¿Cómo es posible que ustedes se van a comer ese cochino? Yo les dije que no podían comer cochino". Entonces, le dice el cacique: "No, nosotros solucionamos el problema. Bueno, ese cochino lo bautizamos y le pusimos chigüire".
> Le cambiaron el nombre, lo llevaron al río y lo metieron en el agua, "cochino, tú te llamas chigüire", y se comieron el cochino. (CHÁVEZ, 2012, p. 25-26).

E termina dizendo: "Así estamos nosotros con el socialismo: 'Tú te llamas socialismo, chico', pero sigues siendo en el fondo cochino."

A potência destas palavras reverbera ainda hoje, 9 anos depois, nas bases organizadas dos *comuneros* revolucionários. Possibilitou-lhes abrir o caminho tanto para a construção autônoma das comunas como para a crítica ao Estado Bolivariano, também como forma de autocrítica. Esta é uma situação única e especial, pois cria, a sua maneira, e numa dimensão específica, a dualidade de poderes entre as comunas organizadas, que levam adiante, nos territórios e na articulação política e econômica, a construção do Estado Comunal, e as instituições de Estado, em vários casos, sobre controle do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), relutantes em seguir a estratégia de transição ao socialismo em construção.

Mas sua crítica mais profunda e consequente se dá quando afirma que o governo não se empenha na construção do que seria a base da transição socialista, ou seja, das comunas e de seu sistema integrado, que ele chama ali de distritos motores. E traz novamente a reflexão de Mészáros de que é preciso se contrapor ao sistema do capital como um todo, e não se contentar em administrar o Estado burguês, ou em construir um "capitalismo de Estado" ou um "socialismo de mercado"[118]. E ao não se empenharem sobre a estratégia das comunas, fortalecem o seu antagônico direto, a concentração do poder no Estado. Estado este ainda burguês, que se encastela em si mesmo e corre o risco de travar o próprio processo de transição que alardeia ser o condutor. Podemos afirmar, assim, que a crítica de Chávez é a crítica contra a burocratização da transição, que, no final das contas, impede de seguir adiante e concretizar seu objetivo de construir concretamente a sociedade socialista, democrática e emancipadora.

Victor Álvares (2011), discutindo a necessidade de derrotar a burocratização do Estado na revolução bolivariana e construir o Estado Comunal como estratégia de transição ao socialismo, traz as definições de burocracia, burocratização e burocratismo que utilizará em sua análise e que achamos pertinentes:

> Cuando hablamos de burocracia lo haremos refiriéndonos a la complejidad de normas y personas en la que se apoya la administración pública; al referirnos a la burocratización deseamos que se entienda la creciente y excesiva intrusión del Estado en las diferentes dimensiones de la actividad administrativa, económica, política, etc. de la sociedad; y, por burocratismo, queremos destacar la influencia y control excesivo de poderosas élites burocráticas que logran imponer sus métodos y decisiones en el marco de relaciones sociales que les resulta abiertamente favorable. (ÁLVAREZ, 2011, p.51).

E neste tema, trazido por Álvares como elemento central de sua análise, talvez esteja um dos grandes limites enfrentados por todas as revoluções socialistas do século XX e também do século XXI. O burocratismo, como processo dominante na condução das transformações revolucionárias do Estado e da sociedade, no lugar no empoderamento popular, da organização dos produtores livremente associados como os gestores desta nova sociedade, se transforma numa barreira poderosa que impede o avanço da transição.

E isso se relaciona amplamente com o debate a respeito da democratização no processo produtivo. A substituição da propriedade privada pela propriedade estatal dos meios de produção com base nas mesmas estruturas de controle, que logra somente substituir o patrão, mas mantém intacta as relações de poder e dominação do capital sobre o trabalho, são elementos

---

[118] Sobre o "socialismo de mercado" chinês ver tese de doutorado de Elias Marco Khalil Jabbour (2010): "Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje".

que não somente travam a transição, mas criam uma situação onde o discurso socialista se alia com a prática de fortalecimento desta concentração de poder, repetindo, novamente, o erro da URSS: mais Estado é igual a mais socialismo.

Claro que a Venezuela não chegou ao patamar de estatização da economia como alcançou a URSS. No entanto, houve um esforço em fazê-lo, estatizando importantes empresas, sejam elas de capital nacional ou internacional.[119] Em algumas destas empresas, a direção e gestão ficaram sob controle dos trabalhadores. Mas na maioria dos casos elas foram e ainda são geridas pelo Estado. Mesmo com a estatização, o tema do controle operário sempre foi um tema sensível, gerador de fortes conflitos entre o Estado e o movimento operário na Venezuela[120]. O governo bolivariano se mostrou relutante em transferir ao controle operário a gestão das grandes empresas estatais, como as de eletricidade, petróleo, siderurgia e bancárias, mesmo onde havia pressão dos operários organizados para isso. O argumento era que estas empresas eram demasiado *estratégicas ao interesse nacional* para serem colocadas sob controle dos trabalhadores. (SEABRA, 2012)

Com o decorrer dos anos, empresas estatais foram sendo criadas e batizadas como Empresas de Produção Social. Decorrentes de resgates de terras improdutivas, ou de desapropriação de fazendas produtivas e de empresas nos mais diferentes ramos com decretação de falência ou com dívidas trabalhistas impagáveis, foram sendo desapropriadas pelo Estado, sempre pagando indenizações. Foram criados órgãos específicos para gerir estas empresas, como é o exemplo da Corporación Venezolana de Alimentos (CVAL), adstrita no Ministério del Poder Popular para Agricultura y Tierras, que controla diversas empresas de produção agropecuária oriundas destes resgates de terras ou da estatização de fazendas, ou ainda de pequenas e médias agroindústrias. Neste caso, não tendo o mesmo caráter de *estratégicas ao interesse nacional*, apesar da retórica em torno da propriedade social, poucas experiências de

---

[119] Chávez nacionalizou e estatizou importantes empresas ao longo de seus governos: "a) empresas de caráter estratégico, que incluem a empresa nacional de telefonia (CANTV), a recentralização de portos e aeroportos, a estatização de serviços petroleiros, de todas as companhias de eletricidade, das fábricas de cimento, das empresas produtoras e distribuidoras de gás, do complexo siderúrgico e de alguns bancos e seguradoras; b)levadas a cabo através de expropriações , que são justificadas desde a perspectiva da soberania alimentar. Podemos incluir aqui a recuperação de terras ociosas, a estatização de fazendas produtivas, de empresas pecuaristas, frigoríficos, agroindústrias do açúcar, tomates, café, óleos de cozinha, cacau, redes de distribuição de alimentos; e, c) estatização de empresas falidas ou recuperadas pelos próprios trabalhadores [...]" (SEABRA, 2012, p.142)

[120] Um estudo aprofundado sobre este tema está na tese de doutorado de Carla Ferreira (2012) A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010).

autogestão existiram ou foram incentivadas. Isso começa a mudar quando estas mesmas empresas são assumidas pelas comunas, que passam a fazer o movimento contrário, transformando-as em Empresas de Propriedade Social.

Assim, as empresas, estatizadas ou criadas pelo Estado se convertem em espaços de reprodução do burocratismo, que atinge também as diferentes esferas da gestão pública. Casos de corrupção, de má gestão e de intimidação são constantemente denunciados pelos trabalhadores das empresas estatais.[121] A máquina estatal burocratizada cria mecanismos que a separa cada vez mais da sociedade e dos trabalhadores. Reproduz os modelos de gestão das empresas capitalistas e naturaliza a exploração do trabalho. Reprime trabalhadores que questionam os métodos da empresa, dificulta a sindicalização autônoma e cria um corpo de funcionários privilegiados, que, mesmo nas piores condições impostas pelo bloquei econômico, utilizam-se das estruturas do Estado e de sua posição política e social para benefícios pessoais. Assim,

> El burocratismo es una verdadera amenaza para la democratización de la propiedad, un atentado al desarrollo de una auténtica propiedad social. Las desviaciones de la burocratización y la entronización del burocratismo entorpecen la construcción socialista al impedir la participación de los trabajadores en el control de la producción, con lo cual se generan tenciones que reproducen los viejos conflictos obreros-patronales al interior de las empresas expropiadas y nacionalizadas. (ÁLVAREZ 2011, p.60).

Ao mesmo tempo, no ímpeto de exercer um maior controle sobre a vida política e sobre a própria revolução, os burocratas enraizados nas instituições do Estado e no partido, buscam penetrar nas organizações populares e comunitárias, na tentativa de tutelá-las e limitar sua autonomia. (ÁLVAREZ, 2011). Ao mesmo tempo em que são criadas políticas públicas no sentido de fomentar e fortalecer organizações de base popular, o mesmo Estado executor, tende a cooptá-las ou inviabilizá-las. E este processo se deu e continua se dando nesta relação contraditória entre um Estado burguês administrado por um governo popular, que recai repetidamente nas amarradas do burocratismo, e as organizações populares de base. Por isso

---

[121] Exemplos de denúncias podem ser encontradas na mídia comercial, mas também na mídia de esquerda e chavista. Sobre denuncia de intimidação de trabalhadores por agentes do Estado: TRABAJADORES de Hidrocapital denunciaron acoso de funcionarios del Sebin. El Nacional, Caracas, 4 abr. 2018. Disponível em: https://www.elnacional.com/sociedad/trabajadores-hidrocapital-denunciaron-acoso-funcionarios-del-sebin_229576/ Acesso em 10 mai 2019. Sobre denúncia de trabalhadores intimidados pela direção da empresa por reclamarem de irregularidades na gestão:. LINARES Juan. Los trabajadores de Briqueteras del Orinoco denuncian irregularidades. Aporrea, [s/l], 3 mar. 2015. Disponível em: https://www.aporrea.org/trabajadores/a203659.html. Acesso em: 10 mai. 2019.

estas palavras de Chávez se fazem tão importantes na construção do papel político das comunas, que se constituem com a compreensão de seu papel no rompimento deste ciclo vicioso, desestruturador dos processos revolucionários históricos.

Por mais que as Leyes del Poder Popular permitam a formação autônoma das organizações populares, especialmente as comunas, estas não se dão de forma automática. A própria denominação dos ministérios, chamados todos de Ministério del Poder Popular para algo[122], permite a distorção nesta construção, favorecendo o burocratismo e seu afã controlador do processo de organização popular, em especial o comunal.

Chávez, em um discurso proferido em agosto de 2005, num ato no Forte Tiuna, em Caracas, já faz esta importante e dura constatação: "creo que está en marcha la contrarrevolución burocrática, por dentro de la Revolución; o nosotros derrotamos, esa perversa burocratización contrarrevolucionaria, o ella derrotará esta revolución, no tengo la menor duda." Apesar de desde cedo perceber o caráter contrarrevolucionário do burocratismo, naquele momento, não percebe suas causas fundamentais. Coloca o desvio da burocratização como algo do indivíduo, que, portanto, pode ser corrigido ou trocando o indivíduo de lugar, ou mudando-o por meio da formação ou do controle moral por parte dos dirigentes da revolução. Mas quando faz a reunião em outubro de 2013 já percebe o burocratismo como parte da natureza do Estado burguês que, portanto, precisa ser superado pelo Poder Popular organizado nas comunas.

Por todos estes elementos expostos, podemos afirmar que a luta contra o burocratismo em verdade é luta travada pelos setores populares contra a própria contrarrevolução. Desta forma, assume claramente um caráter de luta de classes. Álvarez (2011) nos alerta que

> La inevitable consecuencia de la burocratización y del burocratismo termina siendo ese poderoso sector de la burocracia el cual se constituye en una especie de *burguesía funcional*, una casta explotadora que se apropia de una parte importante del esfuerzo productivo de la sociedad; es decir, del plustrabajo, toda vez que su participación abiertamente favorable en la distribución del ingreso se deriva no de la propiedad privada sobre los medios de producción, sino de los privilegios asociados a los altos cargos que ostentan. Son los nuevos explotadores que se apropian de una parte del plustrabajo a través de los privilegios asociados a sus posiciones de poder. (p.66-67, grifo nosso).

[122] Como que repetindo a parábola do chiguire, todos os ministérios do governo bolivariano se chamam Ministério del Poder Popular para ..., por exemplo: Ministério del Poder Popular para la Economía y Finanzas, Ministério del Poder Popular para la Agricultura y Tierras, Ministério del Poder Popular para la Educação, Ministério del Poder Popular para la Salud e até Ministério del Poder Popular el Ecosocialismo, dentre outros.

Com o encastelamento desta *burguesia funcional* nas instituições do Estado, nasce uma nova burguesia na Venezuela, que, aproveitando sua posição, se capitalizou e passa a ser a nova aliada para a condução do processo. Uma personagem que ganhou notoriedade por suas colocações é o Ministro de Agricultura y Tierras, Wilmar Castro. Ele vem defendendo que a revolução produziu uma *burguesia revolucionária*, que coloca os interesses do povo venezuelano acima dos seus e pode, por isso, fazer parte do governo ou ser beneficiado por suas políticas. Em artigo publicado no portal Alba TV, o militante comunero do estado Lara Geraldo Rojas (2018) faz a denúncia desta posição do ministro:

> Una expresada recientemente por el Ministro de Agricultura y Tierras (MAT), Wilmar Castro Soteldo: "Debemos ir a la construcción de esa nueva burguesía, de una *burguesía revolucionaria*, transformadora que alcance los estadios de liberación económica de nuestro país". Con una fuerte presencia de lo privado, asumiendo la propiedad mixta (desde la entrega de medios de producción en manos del Estado al privado) y la gestión obrera donde exista.
> Con una especie de "tripartita: Estado – Privado – Pueblo", aunque en sus planteamientos lo central es la gestión en manos de la "burguesía revolucionaria" que se debe desarrollar y el Estado debe facilitar ese proceso. Toca decir que es lo que marca sus acciones al frente del Ministerio y en su tránsito por la Vicepresidencia Sectorial de Económica[123], lo que se mantiene como norma. ¿Y cómo participa el pueblo en esa tripartita? No queda claro, pero parece que como parte del ejercicio de toma de "decisiones" y no como motor clave, a decir de las palabras del Ministro: "La clase obrera, campesinos y estudiantes han contribuido en la toma de decisiones para construir un país libre". (ROJAS, 2018).

Ou seja, o que propõe o ministro é justamente o contrário do que foi construído por Chávez e pelos comuneros enquanto estratégia de transição ao socialismo: a simples reprodução de um governo neodesenvolvimentista, que crê ilusoriamente na existência de uma generosa burguesia nacional que poderá gerir os negócios da nação, enquanto o povo toma a decisão, entre as alternativas disponíveis, de quem será este gestor, ou seja, lhe resta apenas o voto em eleições (novamente) como forma de participação política. Amilcar Figueroa, em entrevista para esta pesquisa também nos fala dessa aliança entre os dirigentes da revolução e, consequentemente o governo, com setores da burguesia venezuelana:

> No es solamente una frase al aire esa de la *burguesía revolucionaria*. Eso es venido acompañado de grandes préstamos para los agroindustriales. Y son cosas que son medidas. La cantidad de dinero que se ha dado en los últimos tiempos a la burguesía es exponencialmente alto frente a lo que se ha investido en la producción social.

---

[123] As vice-presidências são esferas do poder executivo que buscam articular os diferentes ministérios em torno de uma área comum. No caso da Vice-presidência Setorial da Área Económica, na qual Rojas (2018) faz referência, tem a atribuição de coordenar os ministérios e as instituições que executam políticas públicas na área econômica.

> […]
> El proceso de acumulación se entrelaza, los grandes capitales con la dirección política, con elementos de la dirección política. Evidentemente todo eso lleva a un (sic) teórico, cuando se justifica, por ejemplo, "porque de las zonas especiales, porque estamos enfrentando el imperialismo, y no podemos resistir al imperialismo sin todo apoyo, y tal tal tal". Es un discurso que va coherentemente hacia a eso, en el cual estaría planteado la unidad nacional frente a la agresión norte-americana, pero en ese mismo tiempo se fortalece al interno el capital. (FIGUEROA, 2019, grifo nosso).

Em nome de resistir ao imperialismo, majoritariamente identificado pelos dirigentes da revolução somente como imperialismo norte-americano, e não como uma fase do capitalismo em si, criam-se as condições para que a burguesia volte a controlar o aparato do Estado. É o apodrecimento da revolução por dentro, que transforma o governo popular novamente num governo burguês. Assim, a burguesia funcional se converte na burguesia produtiva, rentista de outrora, e estabelece as condições para reproduzir novamente a interrupção da revolução desde dentro, como tem sido um continuo repetir histórico da ação das burguesias latino-americanas.[124] E, como efeito, vem se ampliando o debate em torno de planos de recuperação

[124] Há vários exemplos relatados pela imprensa comprometida com a revolução que revelam a dimensão de corrosão que o burocratismo vem impondo sobre o Estado, e destruindo as bases do processo revolucionário. Citamos dois casos relatados pelo portal de notícias Alba TV em matéria intitulada ¿El camino de la privatización?, (EL CAMINO, 2019). No primeiro exemplo, o governador do estado Carabobo, Rafael Lacava, em entrevista concedida a um canal de televisão no dia 25 de novembro de 2019 defende que o serviço de energia e os demais serviços públicos deveriam estar nas mãos do setor privado. O governador, membro do PSUV, acredita, em consonância com a ideologia neoliberal, que o setor privado seria mais eficiente que o público na prestação de serviços para a população. Logo outros correligionários saíram a aplaudi-lo nas redes sociais. O segundo exemplo, que aparece como a mais grave consequência da lógica da aliança com o setor privado defendido pela burocracia, reflete a tentativa de reversão da reforma agrária feita por Chávez ao logo de mais de 10 anos. Três camponeses foram assassinados no dia 8 de agosto de 2019 no município onde nasceu Chávez, Sabaneta, no estado de Barinas, devido a uma disputa de terra. Esta disputa se dava entre camponeses do Conselho Campesino "Lanceros de la Pescalinera de Zamora" e um fazendeiro da região. A terra em questão era uma "finca" chamada La Escondida que fazia parte da Central Açucareira Ezequiel Zamora, de propriedade estatal. Mas, sem conhecimento dos camponeses, e de forma totalmente ilegal, o então presidente do Instituto Nacional de Tierras (INTI), José Ávila, cedeu uma Certificação de Finca Produtiva ao fazendeiro, que mesmo não produzindo sobre ela, sentiu-se como proprietário legítimo, o que de fato não era, pois a terra não deixou de ser do Estado. Os camponeses ocuparam a finca e exigiram que lhes fosse repassada, para produção de alimentos. Cinco dias após centenas de camponeses se reunirem com o Presidente Nicolás Maduro em Caracas, depois de dias em uma histórica marcha de 500 quilômeros, a Marcha Campesina Admirable, realizada para denunciar a violência no campo e clamar por soberania alimentar, paramilitares contratados pelo fazendeiro invadiram o local ocupado pelos camponeses, matando 3 deles e ferindo outros tantos. O fazendeiro estava foragido quando da publicação da matéria.

econômica de caráter neoliberal, repercutidos por ministros, governadores e até mesmo pelo presidente Nicolás Maduro.[125]

Além disso, esta burguesia funcional, somada à burguesia produtiva e rentista "revolucionárias", age por dentro das instituições do Estado para deslegitimar a construção do Estado Comunal. Recriando, com palavras descontextualizadas de Chávez, uma nova função social para as Comunas: como organizações populares que atuam em conjunto com as instituições na execução das políticas sociais em seus territórios, fortalecendo assim, a participação popular. Esta distorção da estratégia proposta por Chávez e encampada pelos trabalhadores organizados em comunas, elimina seu caráter revolucionário e seu propósito fundamental: de serem a célula territorial, política e econômica da transição do socialismo na Venezuela.

Amilcar Figueroa coloca sua percepção:

> Hoy, creo que el Estado venezolano usa de las comunas para no chocar con sectores del movimiento popular, para tratar de mantener la idea de que van hacer las transformaciones en esa área. Pero que esa política no es sincera. A lo sumo, va la orientación del socialismo de mercado Chino. A lo sumo, siendo generoso. Yo creo que hay una reversa hacia el capitalismo, llevado por la política del PSUV. (FIGUEROA, 2019).

Assim, retornamos para o testamento político de Chávez. Quando diz "*Comuna o nada"*, está querendo dizer exatamente o que expressam, de maneira clara e objetiva, estas poucas letras: Ou a revolução segue o rumo da organização da sociedade em comunas, como esta célula fundamental do Estado Comunal, ou a revolução sucumbirá. O povo entendeu o recado.

---

[125] Privatizações em torno da cadeia do petróleo têm sido estudadas pela junta diretiva da PDVSA, empossada em 19 de fevereiro de 2020. Diversos veículos de comunicação, tanto da mídia empresariais como da mídia alternativa, têm noticiado esta tendência privatista, como em LAS "SILENCIOSAS" privatizaciones de Venezuela. BNAméricas, Santiago, 8 jul. 2019. Entrevistas. Disponível em: https://www.bnamericas.com/es/entrevistas/las-silenciosas-privatizaciones-de-venezuela. Acesso em: 8 nov. 2020; GONZÁLEZ, Enrique. Privatización en Venezuela: no todo lo que brilla es oro. Banca y Negócios, 24 mai. 2020. Opinión. Disponível em: https://www.bancaynegocios.com/opinion-privatizacion-en-venezuela-no-todo-lo-que-brilla-es-oro/. Acesso em: 8 nov. 2020; ou SERÍA espantoso que a Venezuela le aplicasen otro paquetazo neoliberal. Tatuytv.org, Mérida, 1 de jul. 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/chavez-radical-paquetazo-neoliberal/. Acesso em: 8 nov. 2020.

4 A COMUNA SOCIALISTA AGROECOLÓGICA EL MAIZAL: REFERÊNCIA E LIDERANÇA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO COMUNAL

> Contudo, a verdade é que, por um lado, o poder fundamental de tomar decisão nunca deveria ter sido divorciado das massas populares, como demonstrou conclusivamente a história de verdadeiro horror do sistema estatal soviético, administrado de forma mais autoritária contra o povo pela burocracia stalinista em nome do socialismo. Por outro lado, em todos os domínios do processo de reprodução social, o cumprimento de funções administrativas e executivas específicas pode ser de fato *delegado* a membros da comunidade, contanto que seja realizado segundo regras definidas de maneira autônoma e controladas apropriadamente em todas as fases da real tomada de decisão pelos produtores associados. (MÉSZÁROS, 2010, p.135).

Entre os estados Lara e Portuguesa, região oriental da Venezuela, está localizada a Comuna Socialista Agroecológica El Maizal, ou simplesmente Comuna El Maizal. Ela se estende por parte dos municípios de Simón Planas no estado Lara e Araure, no Estado Portuguesa.

Em 2006 é publicada a primeira Ley Orgánica de los Consejos Comunales, como o primeiro passo da estratégia das comunas. Neste ano, são criados os conselhos comunais que três anos depois formariam a Comuna el Maizal.

> Eso fue una cosa maravillosa. Se creó toda una dinámica interna en la comunidad. Se empezó a diseñar su ámbito geográfico. La gente empezó a organizar los comités y la estructura de trabajo del consejo comunal. La gente empezó a diseñar proyectos que nunca lo habían hecho. La gente empezó a aperturar cuentas bancarias, donde casi nadie iba a un banco en este país. La gente empezó como que a aprender a administrar, a gestionar, a gerenciar recursos. Fue una dinámica demasiado interesante porque además estaba (sic) incendiario (sic), discurso incendiario. Y esa era la apuesta del presidente, de que la gente tenía que asumir poder. Entonces fue un proceso muy dinámico. (PRADO, A., 2019).

A Comuna é formada por 22 conselhos comunais desde antes de sua fundação formal, que se deu com a aprovação da sua Carta Fundacional[126] em 23 de outubro de 2013. Estes conselhos comunais abarcam 10 comunidades que foram agrupadas em 5 eixos. O último senso

---

[126] A Carta Fundacional é o documento de legaliza a formação da comuna frente ao Estado e pode ser uma importante ferramenta para envolver a comunidade para pensar coletivamente a comuna e seus primeiros passos. Segundo a Ley Orgánica de Comunas, a carta fundacional consiste no "instrumento aprobado en referendo popular, donde las comunidades expresan su voluntad de constituirse en Comuna, en su respectivo ámbito geográfico, contentiva de la declaración de principios, censo poblacional, diagnóstico sobre los principales problemas y necesidades de su población, inventario de las potencialidades económicas, sociales, culturales, ambientales, y opciones de desarrollo." (VENEZUELA, 2010a, p.6).

identificou 2.986 famílias vivendo no âmbito territorial da comuna, somando, ao todo, 8.022 pessoas. (EL MAIZAL, 2019).

Quadro 1 - Conselhos Comunais da Comuna El Maizal

nº	Conselho Comunal	Eixo/Comunidade	Estado
1	Todos Unidos	El Cerrito	Lara
2	La Esperanza		
3	El Esfuerzo		
4	Revolucionários Unidos	Sabana Alta	
5	San Rafael		
6	Todo Poder		
7	Simón Bolívar		
8	La Padrera		
9	Amor por el Pueblo		
10	Mata la Paria	Caballito	
11	El Caballito		
12	Ambrosio Colmenarez		
13	Paujizal	La Montaña	Portuguesa
14	Palma Redonda		
15	El Flaco		
16	Palma Sola		
17	Remolino		
18	Palmarito Arriba		
19	Tanque Centro	Los Tanques	
20	El Calvario		
21	Sabana del Rio Auro		
22	Villa Josefina		

Fonte: Elaboração nossa com base em Comuna El Maizal (2019b)

Este capítulo está dividido em 4 partes. Na primeira, traremos brevemente a história de formação e desenvolvimento da comuna, que dividimos em 3 fases. Na segunda, sua forma organizativa e a constituição do poder popular por meio da democratização das tomadas de decisões. Na terceira parte, trataremos del Sistema Económico Comunal, e, por fim, na quarta parte, traremos os acontecimentos e as lutas travadas em torno da construção da Cidade Comunal, que sinalizam a existência da conformação de uma dualidade de poder local.

Nosso objetivo neste capítulo é entender a contribuição da Comuna El Maizal na constituição do projeto de transição socialista venezuelano, por meio de sua territorialização, de seu processo organizativo, político e econômico e do que eles chamaram de plano de *comunalización del territorio.*

Para isso, trabalhamos com as seguintes fontes documentais: materiais de mídia produzidos acerca da comuna, como matérias jornalísticas, textos de opinião, entrevistas, página da comuna na internet, etc.; documentos internos da comuna entregues a esta pesquisa quando do trabalho de campo; documentos públicos do Movimiento Comunero de Simón Planas disponíveis a internet; Leyes del Poder Popular como a Ley Orgánica de Comunas e a Ley del Sistema Económico Comunal (2010), além da Ley de Tierras e Desrrollo Agrário (2005), Ley Orgánica de Procesos Electorales (2009) e Ley Constitucional de la Fuerza Armada Bolivariana (2020); e, principalmente, as entrevistas realizadas na Comuna entre 19 e 23 agosto de 2019.

A pesar do pouco tempo, vivenciamos nestes dias a vida organizativa e política da comuna, com visitas às suas estruturas produtivas e organizativas, participação em evento político-cultural, em reuniões, além da vivência com as famílias, compartilhando prosas e reflexões, arepas e cachapas, dias de calor intenso e noites de brisa fresca. Nestes dias que passamos no território da comuna, entrevistamos formalmente 3 *comuneros* e 5 *comuneras*. Estes relatos, que trazem experiências, percepções, aprendizados e reflexões dessas pessoas de carne, osso e sonhos, são a base das informações e também das análises que trazemos neste capítulo. São eles:

1- Angel Prado, *comunero*, principal liderança da Comuna El Maizal e um dos impulsionadores do Movimiento Comunero de Simón Planas e da Unión Comunera. Faz parte do Grupo Político da comuna. Foi eleito para representar o município de Simón Planas na Asamblea Nacional Constituyente e, em 2017 eleito prefeito do município Simón Planas, mas impedido de assumir. Vive na comunidade Sabana Alta.

2- Ingrid Martínez, *comunera*, parlamentária pelo Consejo Comunal La Padrera, na comunidade Sabana Alta. Integrante do Comité de Gestión Financiera do consejo comunal. Integrante da *Milicia* Bolivariana.

3- Jennifer Prado, *comunera*, parlamentária, coordenadora do Banco de la Comuna e parte do Grupo Político. Vive em Sabana Alta.

4- Jonathan Bermúdez, *comunero*, trabalhador da Unidad de Producción Comunal Casa de Cultivo. Faz parte da Coordinación Político Pedagógica (CPP) da Escuela de Formación Política, Ideológica y Técnica El Maizal. Nasceu e vive na comunidade Caballito, conselho comunal Mata la Paria.

5- Lisbeth Bullones, *comunera*, coordenadora da Unidad de Producción Comunal Casa de Cultivo e integrante do Grupo Político. Vive em La Miel.
6- Rocío Prado, *comunera*, moradora da comunidade Sabana Alta. Possui com seu esposo um lote de terra na comunidade Paujizal, onde produzem café, milho e feijão.
7- Wildeny Matos, mais conhecido como Messias[127], *comunero*, coordenador da Escuela de Formación, integrante do Grupo Político. Vive em La Miel.
8- Yomaria Peña, comunera, parlamentária, coordenadora da Unidad de Produccion Comunal Porcinos del Maizal e integrante do Grupo Político. Vive na comunidade el Cerrito.

Além dos *comuneros* e *comuneras* relacionados acima, entrevistamos a José Tato, jovem militante da Frente Cultural de Izquierda (FCI), que vive em Caracas, mas faz um acompanhamento permanente na Comuna El Maizal e em outras comunas que compõem a articulação em torno da Unión Comunera.

4.1 Um pouco de história

A Comuna Socialista Agroecológica El Maizal nasce como parte da luta dos camponeses venezuelanos contra o latifúndio, que obtiveram uma importante vitória com a promulgação da Ley de Tierras e Desarrollo Agrario, no ano de 2001. Nos anos subsequentes a promulgação da lei, e principalmente depois de sua reforma em 2005[128], o presidente Chávez

[127] Todos na comuna conhecem Wildeny como Messias. Por isso, no decorrer do texto, ao nos referimos a ele, usamos Messias Matos.

[128] A reforma a que foi submetida a Ley de Tierras y Desarrollo Agrario de 2001, decretada em 2005, alterou diversos artigos no sentido de ampliar o direito de camponeses, indígenas, pescadores e demais populações trabalhadoras do campo, ao acesso à terra, constituindo-se na ferramenta legal dessa guerra contra o latifúndio. Neste sentido, altera, por exemplo, o artigo 7 da lei de 2001, sobre a definição de latifúndio: "A los efectos del presente Decreto Ley, se entiende por latifundio, toda porción de terreno rural, ociosa o inculta, que exceda de cinco mil hectáreas (5.000 ha) en tierras de sexta y séptima clase o sus equivalencias, según lo que al efecto se desarrolle en el Reglamento de este Decreto Ley. (Ley de Tierras y Desarrollo Agrario, 2001, p.3) para: "A los efectos de la presente ley, se entiende por latifundio toda aquella tenencia de tierra ociosa o inculta, en extensiones mayores al promedio de ocupación de la región en la cual se encuentran ubicadas, en el marco del régimen contrario a la solidaridad social. Se determinará la existencia de un latifundio, cuando señalada su vocación de uso, así como su extensión territorial, se evidencie un rendimiento idóneo menor a 80%. El rendimiento idóneo se calculará de acuerdo a los parámetros previstos en el Título III de la presente Ley." (VENEZUELA, 2005, p.7-8). Esta reforma possibilitou a desapropriação da fazenda da Agropecuária El Maizal em 2009. A Ley de Tierras passa por outra reforma em 2010.

empreendeu o que ele chamou de uma "guerra ao latifúndio" desapropriando centenas deles em favor dos camponeses. Desta forma, o Instituto Nacional de Tierras (INTI), órgão do Estado responsável pela regularização fundiária na Venezuela, passa a analisar a produtividade dos empreendimentos agrícolas, na busca de fazer o levantamento dos latifúndios do país. Como parte deste processo, no dia 25 de fevereiro de 2009, o INTI publica um ato administrativo considerando como ociosos os 2.335,8 hectares de terra da Sociedade Mercantil Agropecuária El Maizal S.A. (CORREDOR TERRITORIAL COMUNAL ARGIMIRO GABALDÓN, 2014). Munidos dessa informação, os camponeses do entorno, já organizados em conselhos comunais, ocuparam a sede da fazenda no dia 5 de março de 2009. "La toma del predio del Maizal se dio por la necesidad y la falta de tierra. Casi todos los pueblos cercanos a este predio ya no tenían tierra para sembrar. Se fue de comunidad en comunidad haciendo la propuesta a la gente" (PEÑA, 2019). Não coincidentemente, naquele mesmo dia, o presidente Chávez estava na região para inaugurar um pedágio na mesma rodovia Barquisimeto-Acarígua, que passa em frente à sede da fazenda. Ao passar por esse local com sua comitiva, Chávez avistou centenas de pessoas ali, reunidas chamando por ele. O presidente parou, se reuniu ali mesmo com os camponeses, os escutou e lhes prometeu que aquelas terras seriam deles, orientando que deveriam se organizar em comuna. (PRADO, A., 2009; PEÑA, 2019).

Assim, no dia 21 de maio de 2009, após uma *Asemblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, com a presença dos 22 conselhos comunais, formou-se a *Sala de Batalla Social*, que é a instância formada para pôr em movimento o processo de formação da comuna, unificando os conselhos comunais e dando início a sua formalização, que ocorreria somente em 23 de outubro de 2013 com a aprovação da sua Carta Fundacional (COMUNA EL MAIZAL, 2019). Essa demora em formalizar a comuna não a impediu de se desenvolver e construir sua estrutura organizativa e seu sistema econômico comunal.

No dia 25 de novembro de 2009, o presidente Chávez visitou a recém criada Comuna El Maizal e, dali, de baixo de uma grande árvore, que foi batizada de *Saman Comunero*, e se transformou no espaço das assembleias da comuna, transmitiu ao vivo, em cadeia nacional de rádio e televisão o seu 344º Alô Presidente. Nesta ocasião entrega à comuna a Carta Agrária, que é o documento final que estabelece, após o trâmite jurídico e administrativo realizado pelo INTI, a propriedade comunal das terras reivindicadas. E ali reitera a necessidade da propriedade social dos meios de produção:

> Y el socialismo requiere no sólo la base material, esto, propiedad social de los medios de producción, que no se agarre una persona o un grupito, los ricos, los productos y la tierra, esclavizando al hombre. Esa es una parte importante,

> liberar los medios de producción y ponerla en manos del pueblo. (CHÁVEZ, 2009).

A Comuna El Maizal, se transformou, ao longo destes anos, numa importante referência na construção da estratégia socialista, com centralidade na construção e territorialização das comunas como forma de organização da vida social, em toda sua complexidade. Não trataremos de aprofundar nos diferentes momentos da formação da comuna, em toda sua diversidade e rico processo histórico. Mas, para entendermos melhor, resolvemos dividir este processo em três fases[129], que explicitam as transformações nos processos organizativos, políticos e econômicos da comuna.

A primeira fase, de 2009 a 2013 é o período em que

> se da la gestación y el nacimiento de la comuna: la ocupación de tierras, la visita de Chávez, el establecimiento de la "sala de batalla" y los primeros contactos entre consejos comunales. A su vez, se fueron gestionando y materializando políticas y proyectos sociales comunitarios apoyados por el gobierno. Fue una época de experimentación e invención, en la que también "se tuvo que lidiar contra anti valores como el individualismo, la corrupción, el ventajismo, el clientelismo". (Prado, 2018). (CURTO, FREITEZ, MORENO, 2019, p.85).

Foi um período, como recorda Angel Prado (2019) de muitos debates coletivos

> para tratar de meter el consejo comunal, incluirlo en una comuna, a partir del intercambio cultural, a partir de construir las relaciones sociales, a partir del debate, a partir de construir la confianza, sobre todo el intercambio, el trabajo colectivo, el trabajo en equipo, el debate permanente, las contradicciones. (PRADO, A., 2019).

Neste período foram criadas quatro Empresas de Producción Social Directa Comunal (EPSDC)[130] e implementados diversos projetos produtivos e sociais, com grande aporte do Estado. A comuna foi legalizada frente ao Ministério del Poder Popular para las Comunas e os Movimientos Sociales (MPPCMS) com a elaboração e aprovação da sua Carta Fundacional.

---

[129] A partir de nossa pesquisa, identificamos 3 fases, na qual, cada fase é marcada por contradições que impulsionam transformações nos aspectos organizativo, político e econômico. Estas contradições, que surgem como resultado da luta de classes no interior do projeto bolivariano, servem como motor na transformação da comuna no sentido de implementar planos e ações em direção ao projeto comunal de transição ao socialismo.

[130] As EPSDC Argimiro Galbaldón (produção de gado de leite e de corte) e Ezequiel Zamora em 2010 (mecanização e plantio) e a Camilo Cienfuegos (distribuidora de gás doméstico) em 2011. Foi criada também a Bloquera Simón Bolívar, em 2010, desativada desde 2016 por falta de matéria-prima. (COMUNA, 2019)

A segunda fase se inicia em 2013 com a morte do presidente Chávez em março e a aprovação da Carta Fundacional da Comuna em outubro e vai até 2017. Ela é marcada por mudanças substanciais na atuação do governo frente a estratégia das comunas, surgindo diversos embates entre as instituições do Estado e do governo e a comuna. Mas também por sua reação, que ao contrário de ser negativa, ou somente defensiva, é uma reação positiva e de ofensiva na concretização do projeto comunal. Os embates com o Estado conferem aos *comuneros* maior percepção da necessidade da autonomia, da organização coletiva, da autogestão das empresas e da necessidade de articular os processos organizativos, políticos, socias e econômicos. Assim, a contradição entre Estado e comuna se transforma num motor que impulsiona a comuna em direção ao fortalecimento do poder popular e da estratégia comunal.

Mas este é o período em que se dá a morte do presidente Chávez, no mesmo dia em que a Comuna El Maizal completou 4 anos de vida, em 5 de março de 2013. Um dia sem comemorações. Angel Prado (2019) há tempos já percebia que o projeto da construção do socialismo via o Estado Comunal não era um consenso dentro governo. Sem Chávez, ficaria ainda mais difícil a disputa. "Yo creo que el 2010 es el año donde se empieza a debilitar todo el proyecto comunal del presidente Chávez" (PRADO, A., 2019). Este é o ano em que Chávez anuncia que estava acometido de um câncer, que o levaria à morte 3 anos depois. Não à toa produziu seu testamento político, que ficou conhecido como Golpe de Timón[131].

No final do ano de 2014, a comuna vive seu primeiro forte embate institucional. No dia 3 de novembro de 2014, a Sala de Casación Social del Tribunal Supremo de Justicia da República Bolivariana de Venezuela torna nulo o decreto do INTI que considerava a fazenda da Agropecuária El Maizal ociosa, ou seja, improdutiva. Como efeito direto, prenunciado na própria sentença, é decretada inválida a Carta Agrária da Comuna El Maizal outorgada em 2009, indicando o retorno da propriedade à posse do seu "legítimo" proprietário (WAINJIRAWA, 2015). Imediatamente a Comuna se mobiliza, fazendo ampla divulgação do ocorrido, mobilizando movimentos sociais, outras comunas, militantes chavistas de todas as organizações e instituições. Essa articulação faz chegar ao presidente Nicolás Maduro uma carta, que também é endereçada a todo o povo venezuelano, denunciando a tentativa do

[131] No capítulo "Comuna e Estado Comunal: A estratégia territorial de Chávez de construção do socialismo na Venezuela", analisamos esse "testamento", que é um discurso proferido na sua última reunião ministerial, no dia 7 de outubro de 2012, em que ele profere a consigna que se tornou a potente palavra de ordem do projeto comunal: "Comuna o nada!"

judiciário, como parte de uma ação coordenada da burguesia Venezuelana, de fazer retroceder as políticas implementadas por Chávez, inclusive, evidenciado neste caso, as relacionadas à Reforma Agrária e ao acesso à terra pelas comunas. (COMUNA, 2014).

Ante a repercussão, o presidente Nicolás Maduro se pronuncia em favor da comuna no dia 12 de dezembro. Três dias depois, no dia 15 de dezembro, uma sessão conjunta do Tribunal Supremo de Justicia ordena a revisão da sentença. Mas somente 7 meses depois, no dia 20 de julho de 2015 sai o veredicto[132] que reestabelece a Carta Agrária da Comuna El Maizal, garantido a propriedade das terras à comuna.

Ainda em 2014 se estabelece uma disputa pelo controle da Empresa Casa de Cultivo, uma estrutura produtiva de hortaliças localizada na estrada de acesso à comunidade de Sabana Alta, âmbito territorial da Comuna. Esta disputa se dá entre a comuna e o (FONDAS). (COMUNA EL MAIZA, 2019a). Em agosto de 2015, após intervenção do presidente Nicolás Maduro, que resolve em favor da comuna, esta estrutura, antes do Estado, passa para o controle direto da comuna, abrindo um importante precedente para aquilo que viria a se tornar uma missão e uma política da comuna: resgatar as estruturas produtivas, públicas ou privadas, sejam elas terras ou agroindústrias, que estejam em condição de abandono ou, por algum motivo, improdutivas. A partir deste momento, a comuna passa a ter como política ocupar e resgatar estas empresas, inserindo-as no sistema econômico da comuna. E esta relação conflituosa é resultado da disputa territorial que demarca uma diferença substancial entre a estratégia das comunas e dos setores que controlam o governo pós-Chávez.

> Mira, nosotros creemos que el chavismo se defiende, como uno pueda. Y en lo ámbito que uno le corresponda hacerlo. Nosotros no podemos, una empresa nacionalizada por Chávez, no podemos verla destruida. No podemos ser indolentes y verlas destruidas, no. Eso pasa por la defensa del chavismo. Y en nuestro ámbito, segundo hemos leído, de las teorías marxistas, guevaristas, pues, los medios de producción tienen que estar en manos del pueblo (PRADO, A., 2019).

E a esta estratégia, Angel Prado chama de "*comunalizar el território"*, ou seja, tudo aquilo que está no âmbito territorial da comuna deve estar sob seu comando. E ela é completada

---

[132] "La Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia confirmó la decisión dictada por el Juzgado Superior Tercero Agrario de la Circunscripción Judicial del estado Lara del 22 de febrero 2010, que declaró válidos y con todos sus efectos jurídicos, el acto administrativo dictado por el Directorio del Instituto Nacional de Tierras sobre la Declaratoria de Tierras Ociosas o Incultas e Inicio del Procedimiento de rescate y Acuerdo de la Medida Cautelar de Aseguramiento de la Hacienda El Maizal, acordada en Sesión Nº 225-09, de fecha 25/02/2009, Punto de Cuenta Nº 003, la cual asume carácter definitivamente firme". (VENEZUELA 2020).

por outra ação estratégia, a de territorializar a comuna, ou seja, contribuir para que outras comunidades circunvizinhas se organizem em comunas. E esta é outra característica que marca essa fase. A Comuna el Maizal passa a ser catalizadora e impulsionadora de processos organizativos de outras comunas, contribuindo em sua organização interna e também em seus processos de ocupação de terras e de outras estruturas produtivas. Nasce neste processo o Movimento Comunero de Simón Planas, que começa a desenhar a estratégia em torno da construção da Cidade Comunal.

A terceira fase inicia no final de 2017, com as eleições municipais que elegeram Angel Prado prefeito de Simón Planas, mas que não garantiram sua posse. Como resposta, o Movimento Comunero de Simón Planas inicia uma articulação em torno da estratégia de implementação da Cidade Comunal. Ele se organiza em torno da proposta de construir duas Cidades Comunais no território que compreende o município de Simón Planas e parte de Araure, em Portuguesa que, posteriormente levaria a fundação de uma Federação Comunal. Esta fase é marcada pela percepção coletiva de que a estratégia comunal não avançará se não for dirigida pelas próprias comunas. A Comuna El Maizal assume a liderança neste processo e passa a debater, junto a outras comunas, a necessidade de construírem um movimento nacional de comunas. Assim, ela e outras comunas, movimentos sociais e intelectuais se articulam para a construção de um movimento nacional de comunas, batizado de Unión Comunera, que busca resgatar a proposta da construção do Estado Comunal, não mais a partir das instituições do Estado, mas através do povo organizado em comunas. Trataremos da construção desta articulação no último capítulo.

4.2 A organização política do poder popular na Comuna El Maizal

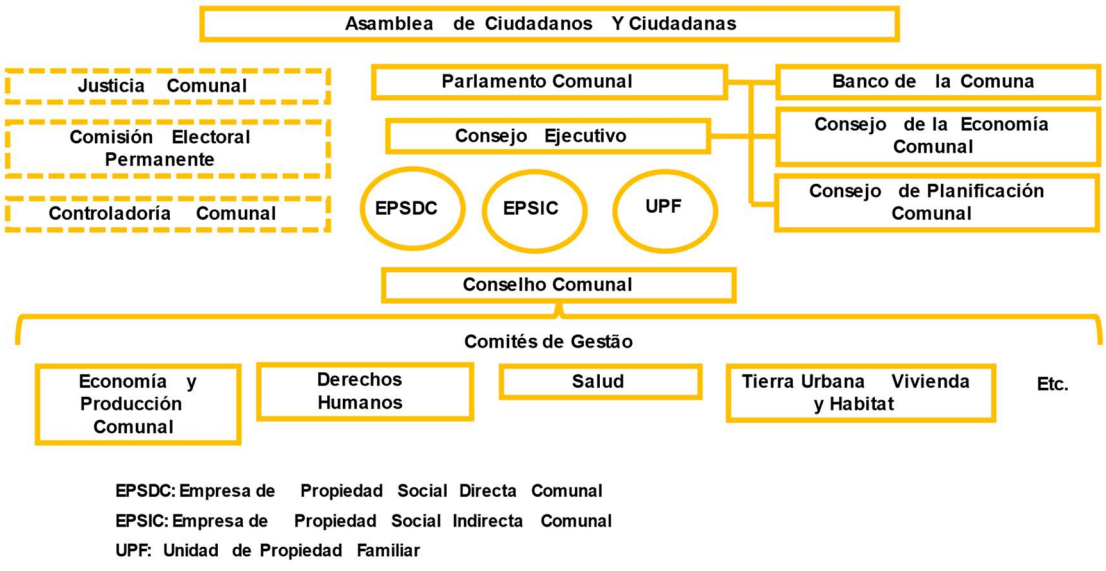
A Comuna Socialista Agroecológica El Maizal se formaliza como comuna a partir da aprovação de sua Carta Fundacional em outubro de 2013, apesar de haver iniciado seu processo organizativo desde março de 2009, quando da ocupação do latifúndio da Agropecuária El Maizal. O documento traz, já em suas primeiras linhas, o objetivo da organização popular daquele território em comuna:

> Que la Comuna tiene como propósito fundamental la construcción del Autogobierno del Pueblo-Estado Comunal mediante la promoción, impulso y desarrollo de la participación protagónica y corresponsable de los ciudadanos y ciudadanas en la gestión de las políticas públicas, en la conformación y ejercicio del autogobierno por parte de las comunidades organizadas. (COMUNA El MAIZAL, 2013).

Neste sentido, o debate em torno do autogoverno e da construção do Estado Comunal está presente no documento que funda a comuna e insere-a na estratégia proposta pelo presidente Chávez, apresentada nos documentos que analisamos.

A princípio, a construção deste autogoverno se dá a partir da implementação da proposta presente na Ley Orgánica de las Comunas, publicada em 2010. Assim, a carta fundacional elenca a seguintes estruturas organizativa: parlamento comunal, conselho executivo, comitês de gestão, conselho de planificação comunal, conselho de economia comunal, banco da comuna e conselho de controladoria comunal. Toda esta estrutura está prevista na lei. No entanto os *comuneros* da Comuna El Maizal, na condução do seu processo organizativo, identificaram que esta estrutura era muito complexa e burocratizada. Assim, partem dela, mas buscam adaptá-la a suas necessidades e, ao mesmo tempo, criar uma cultura organizativa coletiva, que vinha se construindo desde a organização dos conselhos comunais (PRADO, A. 2009). E esta construção se dá de forma processual, buscando ao longo do tempo desenvolver uma forma organizativa que amplie e qualifique a participação, ao mesmo tempo em atue no desenvolvimento econômico, social, cultural e político da comuna.

Figura 4 – Estrutura da Comuna segundo a Ley Orgânica de las Comunas



Fonte: Elaboração Própria com base na Ley Orgánica de las Comunas, Venezuela (2010a)

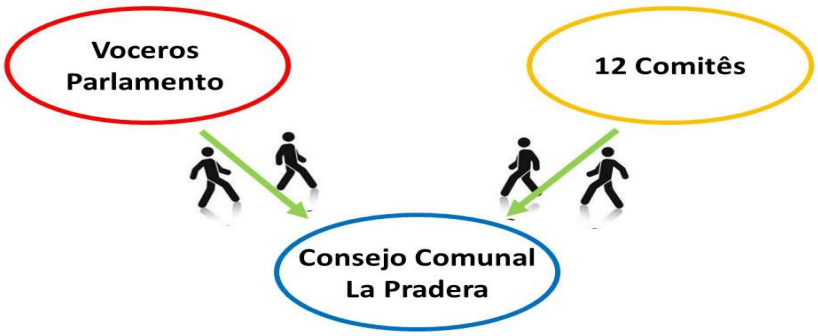
Neste caminhar, observando a proposta contida na lei e a realidade do território, formou-se a estrutura organizativa da comuna. O autogoverno da comuna é formado, assim, pelos 22 conselhos comunais, que formam comitês temáticos de acordo com as necessidades de cada

comunidade, pelo Parlamento Comunal, pelo Grupo Político, pelo Banco da Comuna e pelas Empresas de Propriedade Social Direta Comunal (EPSDC) ou Unidades de Producción Comunal (UPC), além das diversas organizações de base, como grupos de jovens, mulheres, conselhos campesinos, etc. (MATOS, 2019)

Os conselhos comunais, formados nas comunidades, organizam comitês temáticos para discutir elementos que dizem respeito às necessidades de cada conselho comunal. Se constituem em espaços para buscar soluções coletivas para problemas específicos, mas também para debater e operacionalizar políticas públicas ou projetos da Comuna. Cada comitê é formado por duas pessoas eleitas na comunidade e responsáveis para levantar as demandas e levar para debate na reunião do conselho comunal, que reúne os representantes de todos os comitês. O Consejo Comunal La Pradera, por exemplo, é formado por 12 comitês: Comité de Salud; Comité de Alimentación; Comité de Deporte; Comité de Energia, Água y Transporte; Comité de Habitación; Comité de Gestión Financiera; Contraloría; Comité de Tierras; Comité de Tierra Urbana; Comité de Seguridad.[133] Mas os comitês de Gestión Financiera e Contraloría tem 10 integrantes cada. O primeiro é responsável pelo controle de todos os recursos financeiros do conselho comunal, que podem vir de projetos aprovados junto à órgãos públicos ou do parlamento comunal. O segundo tem por função fazer a supervisão do cumprimento dos planos e da execução dos recursos. Cada conselho comunal tem um *vocero* principal, eleito pela comunidade e que faz parte, também, do Comité de Gestión Financiera. Ele funciona como um coordenador do conselho comunal, articulando os comitês e os projetos. Em separado, faz-se a eleição do *vocero* do conselho comunal para o parlamento comunal que, preferencialmente, não é o mesmo *vocero* principal do conselho comunal. (MARTINEZ, 2019).

[133] A vocera do conselho comunal La Pradera, em entrevista a esta pesquisa, afirmou que haviam 12 comitês em seu conselho comunal, mas nominou somente os 10 citados no texto.

Figura 5 – Consejo Comunal La Padrera



Fonte: Elaboração própria com base em Martinez (2019)

Na Comuna El Maizal, o parlamento conta ainda com um representante da Milícia Bolivariana organizada em seu âmbito territorial. Segundo o Artigo 74 da Ley Constitucional de la Fuerza Armada Bolivariana,

> La Milicia Bolivariana es un Componente especial de carácter popular, integrada por hombres y mujeres que manifiestan su deseo patriótico de participar activamente en acciones que contribuyan a la Seguridad de la Nación, en todos los ámbitos de la misma. La estructura de mando de la Milicia Bolivariana está sujeta operacionalmente a los distintos escalones de comando del Sistema Defensivo Territorial. La Milicia Bolivariana se prepara permanentemente para cumplir misiones de defensa militar cuando sea movilizada de acuerdo a lo establecido en la presente ley. La organización, funcionamiento y demás aspectos administrativos y operacionales serán determinados en el reglamento respectivo. (VENEZUELA, 2020).

Como estabelece a lei, a Milicia Bolivariana não se organiza a partir da estrutura territorial da comuna. Ela está sob comando da Fueza Armada Nacional Bolivariana (FANB) e submetida a sua hierarquia. A Comuna El Maizal conta com uma Unidad Popular de Defensa Integral (UPDI) com 48 integrantes, formada majoritariamente por mulheres. Realizam encontros semanais para formação e treinamento. Assumem atribuições designadas pela FANB, como no caso do apagão de 2019[134], quando foram deslocados para fazer a proteção do Fuerte Terepaima[135]. Para qualquer trabalho ou ação que façam sob orientação da comuna, esta precisa solicitar autorização ao Comando da FANB no estado. Na Comuna El Maizal, a

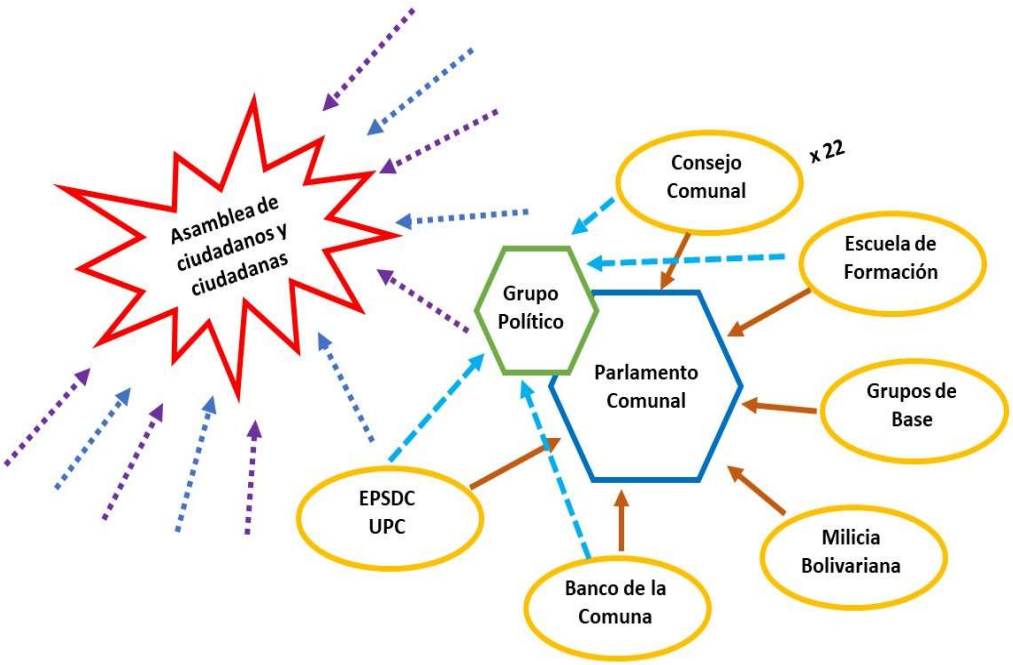
[134] Em março de 2019 a Venezuela sofreu um apagão generalizado causado por ataques eletromagnéticos e sabotagens ao sistema elétrico. As Milicias Bolivarianas foram acionadas para ajudar na segurança de locais sensíveis.

[135] Fuerte Terepaima é uma fortificação militar localizada no município Palavecino, estado Lara, a cerca de 50 km da Comuna.

Milícia é responsável pela segurança de determinadas estruturas como as bombas de água dos sistemas de irrigação, o gerador de energia ou os campos de milhos em períodos próximos à colheita. Atuam como um sistema de defesa da comuna, devidamente autorizada pela FANB (MARTINEZ, 2019).

O parlamento comunal da Comuna El Maizal se reúne a cada 15 dias. Ele é composto pelos *voceros/as* dos conselhos comunais, pelos/as coordenadores/as de cada EPSDC ou UPC, pelo coordenador da Escola de Formação, pela *vocera* do Banco de la Comuna, e por representantes das forças vivas da comuna como grupos de jovens, conselhos campesinos, grupos de mulheres, milícia bolivariana, etc. Cada uma dessas *vocerias* elegem também um suplente (PRADO, J. 2009; MATOS, 2009). Os comuneros chamam de *"vocero"* aquele que representa um determinado grupo numa estrutura organizativa coletiva, de caráter representativo. Em castelhano, segundo o dicionário de língua espanhola Larousse, *vocero* significa "la persona que habla en nombre del otro; portavoz" (LAROUSSE, 2016). E para ser um porta-voz, é preciso antes escutar o outro. Assim, cada conselho comunal e organização sócio-produtiva elege seu *vocero* para o parlamento comunal a cada dois anos, podendo revogar seu mandato a qualquer momento.

Figura 6 - Organicidade da Comuna El Maizal



Fonte: Elaboração própria com base em Prado A. (2019), Prado J. (2019), Matos (2019), Martinez (2019)

O artigo 21 da Ley Orgánica de las Comunas, estabelece que

> El Parlamento Comunal es la máxima instancia del autogobierno en la Comuna; y sus decisiones se expresan mediante la aprobación de normativas para la regulación de la vida social y comunitaria, coadyuvar con el orden público, la convivencia, la primacía del interés colectivo sobre el interés particular y la defensa de los derechos humanos, así como en actos de gobierno sobre los aspectos de planificación, coordinación y ejecución de planes y proyectos en el ámbito de la Comuna. (VENEZUELA, 2010a, p.23).

Todas as ações, atividades, projetos e planos passam pelo parlamento comunal, que debate, decide, avalia, aprova ou reprova. A Ley Orgánica de las Comunas lista, no artigo 22, as atribuições do parlamento comunal no exercício do autogoverno:

> 1. Sancionar materias de sus competencias, de acuerdo lo establecido en esta Ley, su Reglamento y demás normativas aplicables.
>
> 2. Aprobar el Plan de Desarrollo Comunal.
>
> 3. Sancionar las cartas comunales[136], previo debate y aprobación por las asambleas de ciudadanos y ciudadanas de las comunidades integrantes de la Comuna.
>
> 4. Aprobar los proyectos que sean sometidos a su consideración por el Consejo Ejecutivo.
>
> 5. Debatir y aprobar los proyectos de solicitudes, a los entes político-territoriales del Poder Público, de transferencias de competencias y servicios a la Comuna.
>
> 6. Aprobar los informes que le deben presentar el Consejo Ejecutivo, el Consejo de Planificación Comunal, el Consejo de Economía Comunal, el Banco de la Comuna y el Consejo de Contraloría Comunal. Dictar su reglamento interno.
>
> 8. Designar a los y las integrantes de los Comités de Gestión.
>
> 9. Considerar los asuntos de interés general para la Comuna, propuestos por al menos el equivalente al sesenta por ciento (60%) de los consejos comunales de la Comuna.
>
> 10. Ordenar la publicación en gaceta comunal del Plan de Desarrollo Comunal, las cartas comunales y demás decisiones y asuntos que considere de interés general para los habitantes de la Comuna.

[136] Segundo a Ley Orgánica de las Comunas as Cartas Comunales são os documentos que expressam as normas elaboradas e aprovadas pelo Parlamento Comunal com o propósito de garantir a convivência social, primando pelo interesse coletivo em detrimento dos interesses individuais. (VENEZUELA, 2010a).

> 11. Rendir cuenta pública anual de su gestión ante los y las habitantes de la Comuna.
> 12. Las demás que determine la presente Ley y su Reglamento. (VENEZUELA, 2010a, 24-25).

O parlamento comunal, segundo a lei das comunas, que serve de orientadora, mas não impede a adaptação de acordo com a realidade local, é uma instância que assume um caráter organizativo amplo, servindo como um articulador do planejamento de ação de cada território, mas de forma integrada, com um olhar sobre a totalidade, tanto da relação interna, quando da relação institucional com o Estado e com outras organizações.

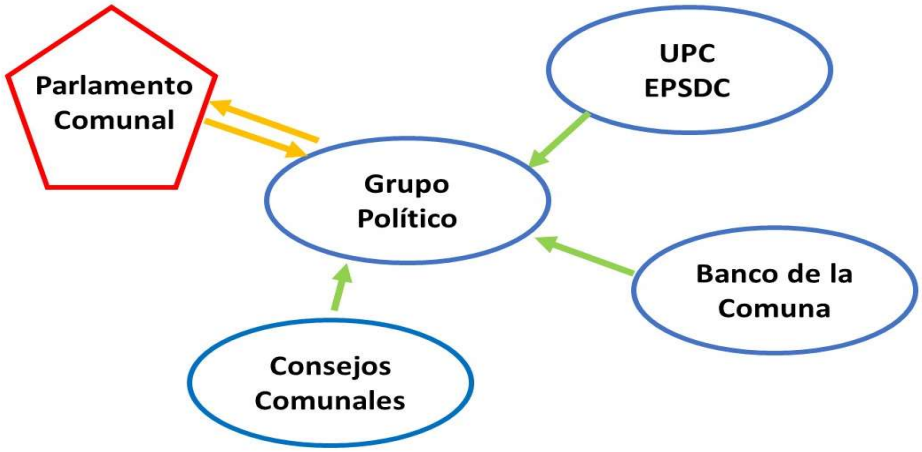
Na Comuna El Maizal, o parlamento comunal atua como o espaço onde se debatem os projetos econômicos e sociais, a condução das EPSDC e UPC, as prioridades de investimentos econômicos e sociais, bem como os processos de transferência de atribuição e poderes da esfera institucional, do poder municipal, para a esfera comunal. Ele atua como uma controladoria de todas as outras estruturas e ações da comuna. O parlamento comunal tem sido também um espaço do debate político acerca da construção da cidade comunal, em articulação com outras comunas no município de Simón Planas (MATOS, 2009; PRADO J., 2019).

Além das instâncias acima citadas, a Comuna El Maizal estabeleceu outras duas. A primeira e a máxima instância, diferente do que estabelece a lei, não é o Parlamento Comunal, mas a Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas, que acontece tanto no âmbito dos conselhos comunais como da comuna como um todo. Ali se tomam as decisões mais sensíveis e mais determinantes para o desenvolvimento da comuna (PRADO, A., 2019).

A outra instância, criada como resultado do amadurecimento político e organizativo da comuna e dos *comuneros*, se trata do que eles denominam *Equipo Político* ou *Grupo Político*, que atua como uma direção política da comuna. Esta instância foi criada, segundo Messias Matos (2019), como parte do entendimento de que a Comuna também atua como um movimento, que carrega um projeto político de poder, que precisa ser a base dos debates e da construção estratégica, articulando-a com as ações cotidianas. Essa direção política é composta pela "vanguarda da comuna", ou seja, por aqueles que alcançaram um certo nível de consciência política e demonstram capacidade para dirigir e executar. São os "quadros políticos" que a comuna em seu processo formou e que atuam na esfera produtiva, na coordenação das empresas, nos processos sociais, no trabalho de base em sua comunidade e nos conselhos

comunais, além dos processos formativos. Este grupo atua na tomada de decisões mais urgentes e imediatas, quando não se consegue reunir o parlamento, leva os mais diversos debates para as instâncias, principalmente àqueles de caráter político, se articula permanentemente com o parlamento e se faz presente nas comunidades, dialogando com os *voceros* dos conselhos comunais. Os sujeitos do grupo político são membros e *voceros* nas diversas estruturas organizativas da comuna: no conselho comunal, nas EPSDC e UPC, na Escuela de Formación, no Banco de la Comuna e no próprio Parlamento Comunal. Compreendem que esta instância não pode se sobrepor às decisões do parlamento, nem da assembleia, mas que deve cumprir a função de qualificar e sistematizar o debate nestas instâncias, sempre acatando suas decisões. O Grupo político se reúne uma vez por semana para fazer o balanço dos trabalhos e tarefas que assumiram e planejar as tarefas da próxima semana, enquanto o Parlamento Comunal se reúne a cada 15 dias (MATOS, 2019). Segundo Messias, o Grupo Político se organizou na comuna de forma natural, para atender as necessidades organizativas, sendo reconhecido pelos/as *comunero*/as como tal.

Figura 7 - Conformação do Grupo Político da Comuna El Maizal



Fonte: Elaboração própria com base em Matos (2019)

O processo organizativo da Comuna El Maizal, como resultado da busca pela implementação do projeto político do Estado Comunal, vem amadurecendo com a compreensão das tarefas históricas que vem desenvolvendo, nas esferas política, social e econômica, com incidência direta no território da comuna, do seu entorno e no território de governança do município. O debate acerca da necessidade da construção de processos de capacitação e da formação política como parte desse amadurecimento, sempre esteve presente

na comuna. Antes do recrudescimento da guerra econômica com o bloqueio imposto sobre a Venezuela, que diminuiu significativamente a capacidade de investimentos público em todas as áreas, a formação política nas comunas era realizada em grande medida pelo Ministerio del Poder Popular para las Comunas y los Movimientos Sociales (MPPCMS), ou por movimentos sociais parceiros. Mas tanto pela dificuldade do Ministério em levar a cabo uma política de formação, quanto, principalmente, pela necessidade da própria comuna em construir sua autonomia frente ao Estado, a dimensão da formação político-ideológica e da capacitação, assume uma nova centralidade nas ações da comuna[137]. Neste sentido, em 2017, cria-se a "Escuela de Formación Política, Ideológica y Técnica de la Comuna Socialista El Maizal", ou simplesmente "Escuela de Formacion El Maizal", com sede na antiga Estación Experimental Manuel Salvador Yépez, ou Estación Torrellero, da Universidade Centroccidental "Lisandro Alvarado" (UCLA), ocupada pela comuna em conjunto com a comunidade de El Torrellero no dia 17 de outubro daquele mesmo ano.

A escola de formação tem realizado atividades de formação e capacitação focadas no processo organizativo coletivo com militantes e parlamentários da Comuna El Maizal, mas também de outras comunas, tanto do município de Simón Planas como de outras partes do país, com temas de caráter organizativo como planejamento, avaliação, organicidade e método de direção (MATOS, 2019). Realizou também cursos e atividades diversas, como cursos de formação política, encontros de mulheres, oficinas e atividades com as crianças, etc. (EL MAIZAL, 2019).

Segundo Messias Matos (2019), um dos coordenadores da escola de formação, a principal função da formação política à qual a escola busca se dedicar e construir é a ampliação do debate em torno da estratégia de construção do Estado Comunal, tanto em profundidade quanto em alcance. A escola de formação assume, assim, a tarefa de fazer o debate estratégico com a massa dos *comuneros* não só da Maizal, mas de todas as comunas articuladas no Movimiento Comunero de Simón Planas e na Unión Comunera, a nível nacional. O projeto

---

[137] O MPPCMS realiza cursos de formação de caráter massivo, de forma geral sem a participação do movimento comunero. Há uma disputa de narrativa, que revela uma disputa de projeto, na qual as instituições do Estado e o movimento comunero tem posições distintas. De certa maneira, a institucionalidade busca neutralizar as comunas esvaziando seu conteúdo concreto, de construção de poder popular com base territorial. Na matéria indicada abaixo, o público alvo do programa de formação implementado pelo MPPCMS em 2019, é formado por organizações que conformam a base social do Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV) e do próprio governo. Não estão presentes aí as comunas que estão construindo, desde os territórios, as diversas experiências de agregação comunal. (GOBIERNO, 2019).

estratégico passa pela consolidação da Comuna El Maizal, mas está para além dela, na construção de um movimento comunero que amplie e articule o debate estratégico do Estado Comunal. Assim, a escola de formação que fica localizada no âmbito territorial da Maizal se constitui como um instrumento na construção do projeto do Estado Comunal, com referência nacional.

A Escuela de Formación El Maizal nasce de uma necessidade objetiva da comuna em articulação com a Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho (BIAC) do MST na Venezuela[138] e com a Escuela de Formación Internacionalista A-Namuna (EFI A-Namuna*)*.[139] A partir da experiência desta articulação, Maizal decide por construir sua própria escola de formação, com a contribuição da brigada do MST. Assumiram o método pedagógico do MST, visto também que vários *comuneros* participaram, ao longo dos anos, de cursos de formação para militantes de organizações populares latino americanas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), escola de formação política do MST, localizada em Guararema, estado de São Paulo. Soma-se a esta construção a Frente Cultural de Izquierda (FCI)[140], organização formadas por jovens, estudantes e egressos, de orientação marxista e que tem por missão apoiar as comunas e o movimento *comunero* nas áreas de cultura, formação e comunicação (MATOS, 2019).

A escola vem acumulando experiência nestes processos formativos e elaborando, a partir delas, seu Projeto Político Pedagógico. Foram realizados, até agosto de 2019, quando fizemos nossa pesquisa de campo, 11 cursos com diferentes temas e formatos: feminismo popular, fortalecimento da juventude revolucionária, método de direção, além de oficinas práticas para produtores, mulheres e crianças (EL MAIZAL, 2019). Estavam preparando um curso de formação para os *voceros* do parlamento comunal, trazendo temas no campo mais

---

[138] Em 2005 o presidente Hugo Chávez esteve no Brasil para participar do Fórum Social Mundial. Nesta ocasião ele visitou o assentamento do MST Lagoa do Junco, no município de Tapes, a pouco mais de 100 km de Porto Alegre, hoje Assentamento Hugo Chávez. Ali, em meio a mística sem-terra, foi assinado um convênio de cooperação entre o Movimento e o presidente. Por meio deste convênio foi construída uma escola de formação em Agroecologia na Venezuela com a participação do MST e de outros movimentos da Via Campesina intitulada Instituto de Agroecologia de América Latina (IALA). No mesmo ano, foram para a Venezuela os primeiros militantes do MST. Desde então, o MST mantém uma brigada permanente de militantes na Venezuela, que foi batizada em homenagem à Apolônio de Carvalho, em referência á sua luta internacionalista. Além do IALA, o MST construiu sua atuação junto a movimentos sociais e comunas nas áreas de formação, agroecologia e produção de sementes.

[139] Esta escola é uma articulação entre organizações populares venezuelanas e de outros países da América Latina, como o MST do Brasil, e Pátria Grande, da Argentina.

[140] A Frente Cultural de Izquieda é um movimento social popular venezuelano que surgiu em meados da década de 2010 criado por estudante das UCV. Atua no movimento estudantil universitário e também junto ao movimento *comunero.*

teórico como o método do materialismo histórico e dialético e a luta de classes na sociedade capitalista, e outros vinculados às suas necessidades organizativas, como a função do parlamento comunal e de cada parlamentário. Estes cursos são propostos e conduzidos pela escola em parceria com o a Unión Comunera. Já participaram comuneros de diversos estados, como Apure, Mérida, Falcón, Portuguesa e Barinas (MATOS, 2019).

A estrutura organizativa da Escuela de Formación segue a mesma orientação dos demais espaços coletivos da comuna, tendo uma coordenação geral composta por 3 pessoas, que indica um *vocero* para o Parlamento Comunal. Outro dos seus coordenadores faz parte do Grupo Político[141]. A escola conta ainda com uma equipe de 12 pessoas que se mobiliza quando há a realização de cursos e atividades de formação, conformando a Coordenação Político-Pedagógica dos cursos. A direção política da comuna debate as ações da escola. O que Messias Matos (2019) nos explica, quando nos apresenta a escola, é que se trata de um processo em construção. A prática cotidiana, dos cursos e dos debates que a comuna vai fazendo em torno da formação política vai conformando a organicidade. Pretendem construir um Projeto Político Pedagógico para ir registrando e refletindo sobre os processos organizativos e formativos da escola.

4.3- O Sistema de Economia Comunal

Assim como na organização política das comunas, as Leyes del Poder Popular, aprovadas em 2010, também instituíram um conjunto de normas que a comuna deveria assumir para sua organização econômica, que constituiria o Sistema Económico Comunal. A comuna El Maizal partiu dessa normatização e a adaptou em função da experiência prática e da sua realidade territorial, levando em conta seus objetivos políticos e econômicos. Criou seu próprio sistema econômico comunal que é a articulação de toda sua estrutura produtiva com a estrutura política e social da comuna, que Yosmaria Peña resume como um ciclo próprio de funcionamento (PEÑA, 2019).

Antes de trazer a especificidade da Comuna El Maizal no que diz respeito a construção do seu sistema econômico comunal, vamos lembrar seu ponto de partida, ou seja, o conjunto de Leyes del Poder Popular, que faz parte da elaboração de Chávez para a construção das comunas

---

[141] Messias Matos é o coordenador político da unidade de produção em Torrelleros, respondendo por toda a unidade, incluindo a escola, no Grupo Político. Mas tanto a escola, quanto unidade produtiva em si, tem outros coordenadores que atuam como voceros no Parlamento Comunal.

e do Estado Comunal. A chamada Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal (VENEZUELA, 2010b), que é parte deste conjunto, vem no sentido de dar legalidade a uma estrutura econômica distinta da estrutura hegemônica, e garantir que a comuna possa construir sua economia com base na propriedade social comunal dos meios de produção. Neste sentido, o artigo segundo da lei estabelece que o Sistema Econômico Comunal

> Es el conjunto de relaciones sociales de producción, distribución, intercambio y consumo de bienes y servicios, así como de saberes y conocimientos, desarrolladas por las instancias del Poder Popular, el Poder Público o por acuerdo entre ambos, a través de organizaciones socio-productivas bajo formas de *propiedad social comunal*. (VENEZUELA, 2010b, p.4, grifo nosso).

Esta definição traz algo muito relevante na construção da comuna como estratégia socialista. A base de sua estrutura econômica é a propriedade social dos meios de produção, e, sob ela, se recriam todas as relações sociais. E abre a possibilidade de esta propriedade social não ser estatal, nem ter como obrigatória a participação do Estado ou do Poder Público.

No artigo sexto da lei está descrito o caráter socialista do sistema de economia comunal. Ele define que o modelo produtivo socialista é um

> Modelo de producción basado en la propiedad social, orientado hacia la eliminación de la división social del trabajo propio del modelo capitalista. El modelo de producción socialista está dirigido a la satisfacción de necesidades crecientes de la población, a través de nuevas formas de generación y apropiación, así como de la reinversión social del excedente (VENEZUELA, 2010b, p.11).

Este artigo da lei reforça e reafirma a propriedade social como o elemento central do projeto de socialismo que se pretende construir na Venezuela. E, em consonância com os demais artigos e Leyes del Poder Popular, e o próprio projeto apresentado ao logo desta pesquisa, consolida que a propriedade social sob controle da comuna é o que possibilita "nuevas formas de generación y apropiación" da riqueza social. Assim, quando o governo ou suas instituições se afastam da estratégia de construção e territorialização das comunas, se afastam também da possibilidade de construção do socialismo na Venezuela.

A compreensão, presente no artigo, de que a construção do socialismo enquanto um modo de produção e reprodução da sociedade humana na qual as necessidades da população comandem o sistema econômico, e não as necessidades do capital, incide diretamente na forma de organização produtiva das comunas. A produção aparece com duas finalidades: satisfazer as necessidades da população e gerar um excedente que possibilite investimento social. A Comuna El Maizal constitui seu sistema econômico nesta perspectiva, além de inseri-lo no exercício do trabalho coletivo e na construção do poder popular.

A Comuna El Maizal se reconhece como uma comuna rural e produtiva. Suas estruturas organizativa e produtiva se entrelaçam e conformam a base do projeto de comuna que estão implementando. Desta forma, compreende pela prática a não separação entre a economia e a política, além da necessidade, já experimentada pelos *comuneros* de Mérida, no século XIX, pela Comuna de Paris e pelas Comunas da China, da coletivização da terra, do trabalho e do poder. Mas, justamente por portar um projeto de poder, avança para a propriedade social, não mais sob o controle do Estado, mas da Comuna, articulada com a ampla gestão do território, nos aspectos políticos, econômicos e sociais, conformando assim o seu próprio sistema econômico comunal, com relações conflituosas com as instituições do Estado, mas, ao mesmo tempo, amparada juridicamente pela Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal (VENEZUELA, 2010b).

Neste sentido, a comuna foi estruturando seu sistema produtivo a partir da criação de EPSDC[142] e de UPC[143]. A gestão das empresas e das unidades de produção é compartilhada entre os trabalhadores de cada uma delas e as instâncias da Comuna, em especial o Parlamento Comunal, o Banco de la Comuna[144], o Sector Administrativo[145] e o Grupo Político.

Cada EPSDC ou UPC elabora um planejamento mensal de operacionalidade com as despesas correntes, os ingressos do mês anterior e as necessidades de investimento. Cada empresa[146] debate internamente essas necessidades de investimento, envolvendo os

---

[142] A Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal define Empresa de Propiedad Social Directa Comunal como uma "unidad socio-productiva constituida por las instancias de Poder Popular en sus respectivos ámbitos geográficos, destinada al beneficio de los productores y productoras que la integran, de la colectividad a las que corresponden y al desarrollo social integral del país, a través de la reinversión social de sus excedentes. La gestión y administración de las empresas de propiedad social comunal directa es ejercida por la instancia del Poder Popular que la constituya" (VENEZUELA, 2010b, p.20). Há ainda a possiblidade de as comunas abrigarem as Empresas de Propriedad Social Indirecta Comunal (EPSIC), que são construídas e geridas por alguma instituição estatal, com o intuito de, no futuro, transferi-las para a comuna. Na comuna El Maizal não há nenhuma empresa neste formato.

[143] As unidades de produção comunal correspondem, na prática produtiva e organizativa da comuna, a mesma coisa que as EPSDC. O que muda é a relação jurídica com o Estado.

[144] A Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal define o Banco de la Comuna como a "Organización económico-financiera de carácter social que gestiona, administra, transfiere, financia, facilita, capta y controla, de acuerdo con los lineamientos establecidos en el Plan de Desarrollo Comunal, los recursos financieros y no financieros de ámbito comunal, retornables y no retornables, impulsando las políticas económicas con la participación democrática y protagónica del pueblo, bajo un enfoque social, político, económico y cultural para la construcción del modelo productivo socialista" (VENEZUELA, 2010b, p.8).

[145] O Setor Administrativo trabalha junto com o Banco de la Comuna.

[146] Como as EPSDC e as UPC na prática produtiva, contábil e jurídica da comuna tem o mesmo funcionamento e estrutura, os comuneros se referiram a elas, de maneira geral, em nossas entrevistas, tanto como unidade de produção como por empresas.

trabalhadores. Em uma reunião semanal, a coordenação de cada empresa avalia e planeja a semana seguinte, e envia ao Banco de la Comuna um informe, onde consta a necessidade ou não de algum gasto não previsto, como a reparação ou substituição imprevista de algum equipamento, um acidente, ou outra emergência. Se for preciso, também encaminha algum tema a ser debatido no Grupo Político, por meio de sua coordenação, que o compõe (BERMUDEZ, 2019; PRADO, J., 2019).

O Banco de la Comuna concentra todo o ingresso das empresas e unidades de produção, repassando para cada uma delas, semanalmente, o recurso para as despesas correntes, os investimentos já planejados ou recursos extras em casos de imprevistos (PRADO, J., 2019).

Os investimentos, produtivos e sociais, podem ser feitos com os excedentes da atividade produtiva das empresas, como estabelece a lei, ou por meio de projetos estatais a fundo perdido ou financiamento público ou privado.[147] Os investimentos produtivos têm por objetivo melhorar a infraestrutura e ampliar a capacidade produtiva de cada empresa. Os investimentos sociais são realizados no sentido de melhorar a condição de vida das comunidades do âmbito territorial da comuna. Com o excedente a comuna fez calçamentos em ruas de difícil aceso, construiu e reformou escolas[148], construiu ambulatórios, implementou uma casa de sementes para armazenagem e trocas, um refeitório para os idosos e outro para os trabalhadores das unidades produtivas, dentre outros. Mas a comuna investe também na assistência social direta. As famílias mais vulneráveis das comunidades têm apoio da comuna na compra de medicamentos, alimentos, assistência médica, funerária, etc. (PRADO, A., 2019).

As decisões sobre os investimentos, sejam nas EPSDC e UPC, sejam os de caráter social, se dão no Parlamento Comunal. O grupo político estuda a necessidade e a viabilidade de cada investimento, elabora um relatório e coloca em discussão no parlamento, que define as prioridades, os prazos e os executores. (PRADO, A., 2019).

No período desta pesquisa, a Comuna El Maizal contava com 10 Unidades de produção, sendo 3 EPSDC, 5 UPC e duas Tiendas Comunales, que são dois pequenos mercados onde a comuna comercializa sua produção. Uma está localizada no âmbito territorial da comuna, no

---

[147] Desde 2014, quando a comuna iniciou o processo de toma das empresas antes geridas pelo Estado, não há mais investimento estatal nelas (BERMUDEZ, 2019).

[148] Jonathan Bermudez, um jovem trabalhador da UPC Casa de Cultivo nos contou que a escola onde cursou o ensino médio, na comunidade onde vive, na parte alta da comuna, foi construída pela comuna com o excedente de suas duas primeiras EPSDC: “Después de sus dos primeras unidades de producción, de siembra e de gas, con el excedente se pudo construir el liceo en Caballito. Gracias a eso, a la comuna, terminamos la secundaria en nuestra zona. Hasta el día de hoy está funcionando el liceo allá” (BERMUDEZ, 2019).

povoado Sabana Alta, e a outra fica em Sarare, capital do município Simón Planas. Há planos para que se instalem outras duas Tiendas Comunales uma no eixo El Cerrito e outra na comunidade La Miel (PEÑA, 2019).

Quadro 2: Unidade de Produção da Comuna El Maizal

Unidade de Produção	**Data de inicio**	**Atividade Produtiva**	**Nº de trabalhadores /produtores**	**Estrutura Produtiva**	**Produção em 2019**
EPSDC Argimiro Galbaldón	Janeiro 2010	Criação de gado de corte, leiteiro e búfalos	23	710 cabeças de gado e 95 búfalos	3600 litros de leite, 400 kg de queijo e 12 toneladas de carne por mês.
EPSDC Ezequeil Zamora	Janeiro 2010	Mecanizaçã o e cultivo	13	Área disponível de 1300ha. Galpões para armazenamento de insumos. Máquinas agrícolas	150ha plantados. 400 há no planejamento.
EPSDC Camilo Cienfuegos	2011	Distribuiçã o de gás doméstico	9	4 caminhões de entrega e 1400 cilindros de gás	Atende a 80 conselhos comunais de Simón Planas e Portuguesa.
UPC Casas de Cultivo	Agosto 2015	Produção de hortaliças	12	12 casas de cultivo protegido, sistema de irrigação por gotejamento, área de germinação, casa de mudas e minhocário.	Produção de diferentes hortaliças – 78 toneladas em 4 anos.
UPC Porcinos El Maizal	Junho 2017	Criação de porcos	29	Vários galpões, gerador de energia, silos de armazenamento de alimento. Capacidade para 6 mil porcos.	Conta com 195 fêmeas matrizes, 37 machos reprodutores, 377 leitões, 944 para engorda. 1553 animais no total.
UPC Simón Bolívar	Outubr o 2017	Criação de gado de corte e leiteiro	5	85 cabeças de gado, entre leiteiros e para corte	4000 litros de leite e 450 kg de queijo mensal.

UPC Camilo Torres	Janeiro 2019	Processamento de alimentos	5	Planta de processamento de farinha com capacidade de 300kg/h; moinho para produção de alimento animal e tostadora e moinho de café.	Processamento de 70 toneladas de milho e 3 toneladas de café produzidos na comuna, entre janeiro e outubro de 2019.
UPC El Cerrito (Antiga UPEL)	Feverei ro 2019	Criação de gado de corte e leiteiro	1	Área de 102ha, com infraestrutura para produção de frango e gado.	Em modelação para ativação.
Tenda El Maizal (Sarare)	Junho 2019	Distribuiçã o de alimentos e insumos agrícolas	4	Espaço comercial localizado em Sarare	Venda de todos os produtos produzidos na Comuna
Tenda El Maizal (Sabana Alta)	Julho 2019	Distribuiçã o de alimentos e insumos agrícolas	2	Espaço comercial localizado em Sabana Alta	Venda de todos os produtos produzidos na Comuna

Fonte: Elaboração própria com base em Comuna El Maizal (2019b)

Cada uma destas empresas[149] carrega uma parte da história da construção da comuna e sua luta por autonomia. A tabela acima é uma adaptação de uma tabela fornecida a esta pesquisa pelo setor administrativo da comuna, e indica as unidades de produção como Empresa de Propriedad Social Directa Comunal (EPSDC) ou Unidad de Produción Comunal (UPC). Essa diferenciação na nomenclatura se dá justamente pela disputa que existe entre a Comuna El Maizal e o Estado no controle dos meios de produção que estavam no âmbito territorial da comuna ou próximo a ele.

Até 2011, as empresas criadas levavam o nome EPSDC por serem construídas em acordo com as instituições do Estado. Isto porque para uma empresa ser considerada uma

[149] É interessante constatar que o nome da maioria das empresas presta homenagem à referentes históricos da luta popular da América Latina. Esse é um elemento muito presente nas organizações populares latino americanas. No caso da Maizal, há a homenagem a um guerrilheiro do estado Lara, muito reconhecido na Venezuela que foi Argimiro Gabaldón. Conhecido como Comandante Carache, era militante do PCV e optou pela luta armada quando o Pacto de Punto Fijo colocou o partido novamente na ilegalidade. Foi assassinado em 1964 em circunstâncias que ainda duvidosas. Argimiro Gabaldón representa a herança guerrilheira que ainda inspira os comuneros de Maizal. (QUIÉN FUÉ, 2020).

EPSDC precisa ser registrada legalmente por instituições competentes, seguindo uma série de procedimentos legais e administrativos (VENEZUELA, 2010b). O rompimento deste processo de registro se deu com a *toma* da Casa de Cultivo, localizada na comunidade Sabana Alta, âmbito territorial da comuna. Ela foi construída pela Corporación Venezolana de Alimentos (CVAL), e administrada por 8 anos pelo Fondo de Desarrollo Agrario Socialista (FONDAS), ambos ligados ao Ministerio del Poder Popular para Agricultura y Tierras. No ano de 2014, ante a situação de abandono na qual se encontrava, os *comuneros* resolvem ocupar a estrutura e colocá-la em funcionamento. FONDAS aceitou que a comuna se envolvesse, mas a direção da empresa permaneceria com a instituição. Nos meses que se seguiram, a comuna investiu em trabalho e recursos financeiros, enquanto que FONDAS só cuidava da gestão.

> Pero llegó un momento que decidimos que no necesitaba de FONDAS, entonces decidimos tomar la unidad de producción por si solo. Nosotros podemos poner a producir eso, tenemos la capacidad de por esto a producir y pues, lo producimos. Pasemos a producir, pero ya sin encaminamiento de nadie. Ya nosotros siendo autosustentable, vimos que teníamos la capacidad, incluso económica y moral para llevar toda la coordinación de la unidad de producción por nosotros mismo. (BERMUDEZ, 2019).

Mas FONDAS não aceitou e deu-se início a uma batalha entre a instituição e a comuna, que somente foi resolvida com a intervenção do presidente Nicolás Maduro que, no dia 15 de agosto de 2015, em uma sessão do Consejo Presidencial del Gobierno Popular con las Comunas[150], assinou a transferência da Casa de Cultivo para a Comuna El Maizal. No entanto, ela não passou pelo processo de registro formal, estabelecido na Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal. Ali se deu uma vitória política, que fez com a que a instituição recuasse. E a Casa de Cultivo da CVAL/FONDAS se transformou na Unidad de Producción Comunal Casa de Cultivo (BERMUDEZ, 2019).

Outras três unidades de produção da Comuna, a partir deste momento, são resultados de ocupações de estruturas produtivas que foram ou abandonadas completamente ou apresentavam

---

[150] Esta é uma instância no âmbito Governo Federal, criada pelo presidente Nicolás Maduro que funcionou entre maio de 2014 e dezembro de 2015, com o intuito de estabelecer um diálogo direto entre ele e as comunas. Segundo Geraldo Rojas, "la gran mayoría de los comuneros y comuneras asumen como el período de mayor impulso de lo comunal por parte de la gestión del presidente Maduro los años 2013 al 2015. Por muchas razones, una de ellas la constitución del Consejo Presidencial de Gobierno Popular con las Comunas, como una política que permitió alentar la constitución de comunas, pero también de todas sus instancias y sus Planes de Desarrollo Comunal, el encuentro en sus territorios, en los estados, así como a nivel nacional, entre las mismas experiencias y con el presidente, lo que significó el intento de constitución de un espacio de cogobierno, de corresponsabilidad, reconociendo el autogobierno comunal como base territorial para su impulso." (ROJAS, SETTEMBRINO, VARGAS, 2019).

sérios e evidentes casos de má administração e corrupção. Quando conversamos como os *comuneros* e as *comuneras*, percebemos que eles não tratam essas ações como "ocupação", e sim como "*toma*" e "*recuperación*". Estes termos nos fazem perceber a importância das palavras nos processos de luta popular. Quando a comuna utiliza o termo "*toma*", nos remete a uma mudança do caráter da propriedade, que é "tomada", apropriada pela organização popular, deixando de ser uma propriedade privada ou estatal, para ser uma propriedade social comunal, sob controle direto dos trabalhadores organizados em comuna. Já o termo "*recuperación*" ou "empresa recuperada", indica, nos marcos da luta popular, que a empresa, a partir do momento que se torna uma propriedade social comunal, recupera sua função na construção do poder popular e do socialismo. Assim, as novas empresas tomadas e recuperadas pela comuna, sem requerer a validação do Estado, são chamadas de Unidades de Produción Comunal (UPC), integradas ao sistema econômico da comuna. As UPC Porcinos del Maizal, Simón Bolívar e El Cerrito são empresas recuperadas pela Comuna El Maizal por meio da *toma* das instalações de empresas estatais ou privadas, além da Universidad Productiva y Comunal. O processo de *tomas* de empresas públicas, associadas com sua gestão coletiva e a conversão de seu excedente em investimento produtivo e social, converte essa política em parte da disputa de poder entre a Comuna e o Estado.

4.3.1 O funcionamento do sistema econômico da comuna da Maizal

Na Comuna El Maizal, o sistema econômico comunal consiste na articulação entre as diferentes estruturas econômicas e produtivas com base na lógica da propriedade social comunal dos meios de produção e a estrutura política, organizativa e social da comuna como um todo.

A Comuna el Maizal é conhecida pela sua capacidade produtiva articulada com sua construção organizativa e política. O principal produto da comuna é o milho e, por muitos anos, foi quase o único. Mas com as *tomas* e a ampliação da capacidade produtiva do "prédio principal"[151] da comuna, esta passa a produzir carnes de gado e suíno, leite, queijo, farinha de

[151] Na Comuna, há uma área central, chamada de "prédio principal", ou Sede Central Administrativa da Comuna, resultado da toma inicial de 5 de março de 2009, onde se encontra o Banco de la Comuna, o escritório administrativo, o Centro de distribuição, e as EPSDC Argimiro Gabaldón (gado), Ezequiel Zamora (Mecanização e cultivo), Camilo Cienfuegos (gás) e a UPC Camilo Torres (Processamento)

milho[152] e hortaliças em volume considerável para atender as necessidades da população da comuna. Ela também insere em seu sistema econômico os camponeses que vivem e produzem do âmbito territorial da comuna. Esses produtores conformam as Unidades Productivas Familiares (UPF)[153], produzem para sua subsistência e para a Tienda Comunal, principalmente café e feijão, mas também mandioca, *quinchoncho*[154] e carne (PRADO, J., 2019).

Toda produção das EPSDC e das UPC é direcionada para o Centro de Distribuição, que separa e embala. As Tiendas Comunales recolhem os produtos já condicionados para a comercialização. Os recursos financeiros oriundos dessa comercialização são direcionados para o Banco de la Comuna. Este, munido do planejamento de cada unidade produtiva, inclusive das *tiendas* e também da Escuela de Formación, reverte os recursos necessários ao funcionamento de cada uma dessas estruturas. Jennifer Prado (2019), que é a coordenadora do Banco de la Comuna, explica que é feita uma análise da produtividade de cada unidade, para que ela seja autossustentável. Mesmo tendo os recursos concentrados no banco, busca-se retirar os valores para o pagamento das despesas correntes, inclusive os salários dos trabalhadores, dos recursos gerados pela atividade produtiva de cada empresa. O excedente, como explicado anteriormente é revertido em investimentos produtivos e sociais, definidos pelo Parlamento Comunal.

As Tiendas Comunales foram criadas em junho de 2019. Até este momento, a principal forma de comercialização dos produtos da comuna para as comunidades era por meio do que eles chamam de *operactivos.* A cada quinze dias, a comuna organizava um *operactivo* em uma das comunidades ou conselhos comunais. Esses *operactivos* funcionavam como feiras, onde as unidades de produção, junto com o Sector Administrativo da comuna, levavam todos seus produtos para serem vendidos para os que ali vivessem. Havia uma grande rotatividade de local, visto que são 22 conselhos comunais distribuídos em 5 eixos territoriais, e muita dificuldade com o transporte, que por vezes, inviabilizava um ou outro *operactivo*. Com as *tiendas* se

---

[152] O milho é a base alimentar do povo venezuelano. O prato que está presente em praticamente todas as refeições, principalmente da classe trabalhadora é a arepa, uma espécie de pão feito em chapa de ferro ou alumínio, à base de milho cozido moído e água. A indústria alimentícia inseriu a farinha de milho na preparação da arepa, em substituição do milho in natura. A Comuna, no ano de 2019, inaugurou sua processadora de milho, para fazer a farinha.

[153] As Unidades Productivas Familiares também estão previstas na Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal. Ela assim as define: "Es una organización cuyos integrantes pertenecen a un núcleo familiar que desarrolla proyectos socio-productivos dirigidos a satisfacer sus necesidades y las de la comunidad; y donde sus integrantes, bajo el principio de justicia social, tienen igualdad de derechos y deberes" (VENEZUELA, 2010b, p.21).

[154] Uma leguminosa arbustiva que produz um grão muito consumido pelos camponeses venezuelanos. No Brasil ela é conhecida como feijão-guandu.

concentrou o deslocamento da produção para o centro de distribuição e sua comercialização em dois pontos fixos, possibilitando que as pessoas tenham acesso aos produtos todos os dias, no mesmo lugar (BERMUDEZ, 2019).

Jennifer Prado (2019) nos explicou como se dá a política de preços dos produtos da Tienda. Com relação àqueles produzidos pelas EPSDC e UPC, soma-se um valor de 30% ao custo de produção, estabelecendo o preço a ser comercializado na Tienda Comunal. Com relação ao produtor familiar, a comuna estabelece o preço de compra de seu produto relacionando com o preço de mercado, mas de forma que possa ser vendido pela *tienda* abaixo desse preço. Paga-se a ele um valor que possa ser acrescido de uma margem para a Comuna, que é variável, podendo chegar a 30%. Esses preços são negociados entre o produtor e a comuna. E normalmente ainda é mais vantajoso para o produtor vender para a Tienda Comunal do que para o atravessador. Como há uma grande especulação com os preços dos alimentos no mercado privado, que paga um preço baixo para o produtor e vende com preço especulado para o consumidor, a Tienda Comunal consegue fazer com que o negócio seja vantajoso para ambos.[155] As *tiendas* ainda adquirem no mercado atacadista privado alguns produtos, como sal e açúcar, que são empacotados na comuna, conseguindo vender por um preço mais baixo que no mercado varejista. As *tiendas* comercializam também diversos insumos agrícolas, como adubos, ferramentas, botas, etc., adquiridos no mercado privado e vendidos a preço de custo. Além disso, elas têm uma política de troca, na qual o camponês leva seu produto e pode trocá-lo por outro da *tienda*. Assim, segundo Jennifer (2019), é comum que o camponês troque uma certa quantidade de feijão por um par de botas ou ferramentas de trabalho.

Na relação com os camponeses, além da comercialização na Tienda Comunal, a comuna criou, por meio do Banco de la Comuna, uma política de investimento da produção, principalmente de feijão e café. Os camponeses acessam o banco para financiarem a compra de sementes e adubo, além de alimentos para o período de plantio e colheita, quando dispõem de maior força de trabalho, e também para algumas necessidades pessoais e familiares. Por causa da hiper-inflação, a comuna estabelece o valor do investimento em sacos de feijão ou café. Assim, com a colheita, os produtores pagam o investimento em produtos, e o restante vendem para a Tienda Comunal. Jennifer explica que não são obrigados a vender para a comuna, mas geralmente o fazem, já que os atravessadores, que antes compravam a produção dos

---

[155] Em relato da comunera e produtora Rocío Prado (2019): “La caraota que sacamos de Paujizal la arrimamos a la comuna. Ahora un quilo de caraota está en 30 mil. La comuna lo compra por 18 y la vende en 20. Esta ganando para mantener la comuna. Ahí no pasaremos hambre.” (PRADO, R., 2019)

camponeses por valores muito abaixo, nunca ofereceram melhores condições do que a comuna (PRADO, J., 2019).

A Venezuela tem sido golpeada política e economicamente por forças do imperialismo sob comando dos EUA desde a ascensão do Chávez, em 1999, mas intensificado com sua morte e a eleição de Nicolás Maduro. Nos últimos anos houve variadas tentativas de golpe de Estado combinadas com ações deliberadas de desestabilização política como as *guarimbas*, o boicote às eleições e não reconhecimento destas, a autoproclamação de um presidente interino, reconhecido pelos governos dos EUA, pela União Europeia e por vários países da América Latina, tentativas de magnicídio, aliciamento permanente das Forças Armadas para que cometam traição e até mesmo invasão de mercenários estadunidenses com intuito de assassinar o presidente. Todas essas ações, no campo político e militar, que foram derrotadas ou impedidas de alcançarem seus objetivos, são combinadas com uma guerra de caráter econômico que sacrifica a população na esperança de que esta se levante contra seu governo eleito. Nenhuma dessas investidas conseguiu derrubar o governo. Mas elas têm efeitos perversos na condição de vida da população, principalmente em um país com uma histórica condição de dependência, asfixiado pelo bloqueio imposto pelos EUA, com hiper-inflação, desabastecimento de produtos básicos, baixa capacidade de investimento público em saúde, educação, produção, infra-estrutura, etc. O bloqueio criminoso tem impedido até mesmo o funcionamento da indústria petroleira e o acesso do governo às divisas oriundas de suas transações comerciais internacionais. (DOMINGUEZ, 2019). Neste cenário, a comuna tem sido uma ferramenta de grande importância para garantir a subsistência da população que habita em seu território. E a Comuna El Maizal tem atuado neste sentido.

Assim, a comuna elabora seu plano produtivo e constrói suas relações econômicas levando em conta essa condição, que se reverte no baixo investimento estatal na produção, principalmente das comunas, e em políticas públicas de forma geral. A situação de guerra econômica também gera um desabastecimento em insumos agrícolas, principalmente sementes, adubos, alimento concentrado e remédios para os animais. Para minimizar esse impacto, a comuna vem desenvolvendo projetos na área da agroecologia. Um exemplo é o projeto do banco de sementes da UPC Casa de Cultivos. A unidade já vinha buscando desenvolver a produção de adubos orgânicos, com a instalação de um minhocário para produção de humos líquido e sólido, para uso no solo e foliar. Em 2019, segundo a coordenadora da unidade Lisbeth Bullones, iniciou-se a construção de um banco de sementes, recolhendo sementes de

variedades[156] com camponeses da região, mas também com outras comunas e implementando um sistema de reprodução na UPC. O projeto prevê tornar a unidade autossuficiente em sementes de hortaliças e também fornecer para os produtores da comuna (BULLONES, 2019).

Para fugir aos efeitos da desvalorização da moeda nacional na economia da comuna, o Banco de la Comuna reverte o dinheiro que resulta da comercialização de sua produção em outros produtos, que podem ser armazenados e vendidos novamente quando necessitam de dinheiro. Ou compram dólar. Jennifer nos explica:

> De manera inmediata así que llega en dinero es investir. ¡Comprando café! Algunos para la unidad Camillo Cienfuegos para moler. Con el tiempo vale más que lo que valía cuando se compró. También caraota, café, los granos. Y compramos maquinarias. Infelizmente tuvimos que entrar en la dinámica del dólar. Compramos dólar que no se devalúa. Compramos repuesto y medicina en dólar. (PRADO, J., 2019).

Um outro tema importante para entendermos a economia da comuna é a remuneração dos trabalhadores. O salário mínimo na Venezuela tem sido alvo de perdas continuas e significativas, não alcançando para a reprodução mínima dos trabalhadores, principais vítimas do bloqueio imposto pelos EUA e da guerra econômica empreendida contra a economia venezuelana desde 2013 pelos próprios EUA com suporte da burguesia venezuelana (DOMINGUEZ, 2019).

Neste sentido, a comuna combina duas formas de aporte para os trabalhadores das unidades de produção: a remuneração em forma de salário, somado a incentivos, e o aporte com os alimentos produzidos na comuna, remédios e auxílio médico e funerário aos familiares. Cada unidade de produção define o valor do salário dos trabalhadores, que é pago de forma quinzenal e não pode ser inferior a 3 salários mínimos. De forma geral, eles não variam muito entre as empresas, que podem assumir uma política de benefícios e incentivos financeiros pessoais, ou seja, àqueles trabalhadores que têm mais dedicação e pertença a empresa, recebem algum benefício extra[157] (MATOS 2019; PRADO, J., 2019). Quando as receitas de uma empresa não conseguem pagar os salários de seus trabalhadores, o que acontece com aquelas que têm produção sazonal, como a EPSDC Ezequiel Zamora, de mecanização e cultivo, ou quando há uma perda produtiva considerável, como já ocorreu com a UPC Casa de Cultivos, a folha de

---

[156] Sementes de variedade são sementes não híbridas, que podem ser reproduzidas.

[157] Segundo Jennifer Prado (2019), “el equipo político evalúa el desempeño de cada productor en cada unidad de producción. (…) No importe se es de día o de noche. Se precisa está en la unidad de producción. Que tengamos sentido de pertenencia con la unidad de producción, aunque todos desenvuelven este sentido de pertenencia, hay aquellos que se dedican más. Así em reunión decidimos que incentivo podemos dar a alguien.” (PRADO, 2019).

pagamentos pode ser assumida pelo Banco de la Comuna ou mesmo por outra empresa. Quando retorna o ingresso daquela empresa, os valores, corrigidos, são devolvidos, sem acréscimo de juros. A jornada de trabalho é de 8 horas diárias e 40 horas semanais. Os que excedem essas horas trabalhadas recebem hora extra. Os próprios trabalhadores organizam seu cronograma de trabalho em cada empresa (PRADO, J.,2019).

Cada empresa organiza sua gestão de forma coletiva, assim como as *tiendas* e a Escuela de Formación. Há um coordenador, ou coordenadora, que responde politicamente pela empresa para as instâncias da comuna, participa do Parlamento Comunal e/ou compõe o Grupo Político. Mas internamente busca-se implementar uma estrutura auto-gestionária, com a participação dos trabalhadores em todos os processos decisórios da empresa (BERNADEZ, 2019; PRADO, J., 2019). O grupo político intervém somente quando há algum problema de gestão, ou político, devidamente informado pela coordenação. Não existe diferença salarial entre os trabalhadores e o coordenador. Quando há, ela está relacionada ao número de horas trabalhadas e dedicadas a empresa, o que, de forma geral, acontece com quem coordena (PRADO, J., 2019).

Há um elemento interessante e muito importante a se considerar com ralação à coordenação das empresas. Das 10 empresas e unidades de produção, contando com as Tiendas Comunales, 5 delas estão sob coordenação de mulheres. O Banco de la Comuna também é coordenado por uma mulher (EL MAIZA, 2019). E isso é muito significativo e resulta da luta das mulheres por participação e protagonismo. A participação das mulheres também se expressa na condução dos conselhos comunais, que em 2018, representavam 18 das 22 *vocerías* presentes no Parlamento Comunal, (UHARTE, COMAS, 2019) e também na composição da Milícia Bolivariana (MARTINEZ, 2019). No entanto as mulheres ainda sofrem com o protagonismo político, historicamente determinado, dos homens, tendo mais dificuldades em assumir a liderança no âmbito político. Isso se revela na própria condução dos processos de maior envergadura, como as articulações para as *tomas*, para as disputas eleitorais e para o debate em torno da cidade comunal. Neste campo, o protagonismo é quase exclusivamente masculino.

Em resumo, na Comuna El Maizal, não há uma superação da forma salarial, mas uma busca por superar a divisão social do trabalho no interior da comuna e de suas empresas, ao mesmo tempo, em que se cria um processo de autogestão único, que combina a gestão coletiva das empresas por seus trabalhadores, com o comando político da comuna. Essa combinação é, talvez, uma das maiores originalidades do processo organizativo da comuna, e sua contribuição para o debate acerca dos caminhos para a construção do socialismo. A comuna supera a lógica

cooperativista, abrindo caminho para uma forma de organização dos trabalhadores combinando autogestão, participação e desenvolvimento social, numa articulação orgânica entre economia, política e território.

Marx, em sua Crítica ao Programa de Gotha, coloca que o fruto do trabalho coletivo, num projeto socialista, resulta no *produto social total*, se opondo à ideia de que este deveria ser distribuído entre os trabalhadores, como é o caso das cooperativas populares existentes no interior das sociedades capitalistas.[158] Este produto social total precisa garantir: a) "os recursos para a substituição dos *meios de produção* consumidos", que, no caso da Comuna, consiste nos gastos correntes com matéria-prima, manutenção, etc; b) "a parte adicional para a expansão da produção", ou seja, o reinvestimento produtivo; c) "um fundo de reserva ou segurança contra acidentes, prejuízos causados por fenômenos naturais, etc.", como já está previsto no banco da comuna; d) "custos gerais da administração, que não entram diretamente na produção" que no caso específico da Comuna El Maizal é tanto o Banco de la Comuna e o Setor Administrativo como o funcionamento das Tiendas Comunales; e) "*o que serve à satisfação das necessidades coletivas*, como escolas, serviços de saúde, etc." que consiste nos investimentos socias aplicados no âmbito territorial da Comuna, e debatido no Parlamento Comunal, incluindo a Escuela da Formación El Maizal e a Universidad Productiva y Comunal ; f) "*fundos para os incapacitados para o trabalho* etc., em suma, para o que hoje forma a assim chamada assistência social pública à população carente" (MARX, 2012, p.28, 29, grifos do autor) que, na Comuna El Maizal, consiste no aporte às famílias mais vulneráveis por meio da assistência social direta, mas também aos próprios trabalhadores da comuna, por meio da entrega de alimentos, ajuda financeira com remédios, assistência médica e funerária. Somente depois de

---

[158] Podemos chamar de cooperativas populares aqueles "empreendimentos econômicos vinculados a movimentos sociais fundamentados na livre adesão, no trabalho associado e na autogestão", cuja a "propriedade dos meios de produção é coletiva e a cooperativa pertence a todos os trabalhadores associados". (CHIARIELLO, EID, 2016, p.77). Um exemplo importante são as cooperativas de caráter coletivo do MST. A partir de 1989, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) começou a implementar as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) como o modelo mais avançado de sua experiência em cooperação, coletivizando a terra, o capital e o trabalho. No entanto, ela não alcança mais do que 5% das famílias assentadas, não se tornando assim, a forma hegemônica de organização da produção e do trabalho nos assentamentos do MST. Apesar de algumas experiências exitosas, que geram desenvolvimento econômico, social e cultural para as famílias, elas não conseguiram se massificar no MST por diversos obstáculos, que vão dos econômicos aos culturais e ideológicos. Tampouco se mostraram uma alternativa ao capitalismo, visto que, ao longo destes 30 anos, se mostraram limitadas não somente no enfrentamento ao capital, mas também "em seus efeitos sobre o conjunto das famílias assentadas e mais ainda ao conjunto da classe trabalhadora" (CHRISTOFFOLI, 2010).

todo esse aporte produtivo e social, os trabalhadores receberiam a parte que corresponde a seu trabalho. Assim,

> O *"fruto do trabalho integral"* se transformou imperceptivelmente em fruto *"parcial",* embora aquilo que se retira do produtor em sua qualidade de indivíduo privado reverta-se direta ou indiretamente em seu proveito na sua qualidade de membro da sociedade." (MARX, 2012, p.29, grifo nosso).

A Comuna El Maizal organiza suas empresas com base na perspectiva de uma *produção social total* como *fruto do trabalho coletivo*, como preconizou Marx. No entanto, em decorrência de sua baixa produtividade relativa[159] e, principalmente, por estar submetida ao sistema capitalista e seu mercado, não consegue realizá-la inteiramente. Os trabalhadores não recebem o *"fruto parcial do trabalho",* mas um salário pré-estabelecido. No entanto, os demais elementos trazidos como essenciais na aplicação do produto social total do trabalho são contemplados no sistema econômico comunal em vigor na Comuna em decorrência de sua capacidade organizativa, sua ampla incidência territorial e sua autonomia política e econômica. E esta é a base para a estruturação do sistema econômico do Estado Comunal.

Importa-nos entender que o fato de a propriedade dos meios de produção não ser uma propriedade individual, mas uma propriedade coletiva, não necessariamente lhe concede o caráter de socialista. Lenin não hesitou em afirmar, quando discutia a construção das cooperativas na nascente Rússia socialista: "não há dúvida que num Estado capitalista a cooperação é uma instituição capitalista coletiva". (LENIN, 1981, p.152). E para que não tenhamos dúvida, que não basta transformar a propriedade privada em coletiva, Marx (2017) nos recorda do sistema de ações, que podem criar propriedades coletivas capitalistas, ou a "apropriação da propriedade social por poucos" (p.498). Assim,

> No sistema de ações já está presente a oposição à antiga forma, na qual os meios sociais de produção aparecem como propriedade individual; porém, ao assumir a forma de ação, eles continuam presos às barreiras capitalistas – portanto, em vez de superar o antagonismo entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, limita-se a desenvolvê-la sob uma nova forma. (MARX, 2017, p.498).

---

[159] A falta de acesso a investimentos, tecnologia, sementes, alimento balanceado para animais, peças para manutenção do maquinário, etc. são elementos que fazem com que a produtividade do trabalho seja inferior aos empreendimentos capitalistas nacionais, ou mesmo às cooperativas populares de outros países. Isso se deve ao bloquei econômico na qual a Venezuela está submetida a mais de 5 anos, que limita o acesso a diversos bens e também ao caráter histórico de dependência, que impossibilitou uma produção tecnológica própria na Venezuela.

Mas Lenin (1981) compreendia, naqueles primeiros anos da Revolução Russa, que a cooperativa consistia na estrutura econômica que sustentaria a economia socialista. Mas ela precisava adquirir um conteúdo socialista, estar interligada ao projeto de poder. Numa sociedade que busca concretizar a transição ao socialismo, uma cooperativa que tem por objetivo somente garantir o bem estar de seus associados, não se inserindo na luta pelo controle dos trabalhadores enquanto classe dos meios de produção, passa a ser um elemento capitalista num ambiente socialista. Ou nas palavras de Henrique Wellen (2012): "se por um lado, a cooperativa pode apresentar elementos socialistas dentro de um sistema capitalista, por outro, pode comportar elementos capitalistas dentro de um sistema socialista." (p.79)

Mas a forma cooperada, por adquirir diversos formatos, não pode ser descartada do projeto socialista. Essas cooperativas coletivas, que no MST são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), e na Venezuela conformaram os Fundos Zamoranos[160], são chamadas por Marx de fábricas-cooperativas, e cumprem importante papel na luta contra o sistema capitalista.

> As fábricas-cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura do modelo anterior, apesar de que, em sua organização real, reproduzam e tenham de reproduzir por toda parte, naturalmente, todos os defeitos do sistema existente. Mas dentro dessas fábricas está suprassumido o antagonismo entre capital e trabalho, ainda que, de início, apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, empreguem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. (MARX, 2017, p.498).

E esta é a dialética contida neste processo. Apesar de seu importante papel na luta contra o capitalismo, não podemos tratar a propriedade coletiva e a autogestão de empreendimentos econômicos como elementos suficientes para caracterizá-los como o fundamento da transição socialista. Não basta que eles façam resistência ao sistema capitalista, demonstrando, inclusive, que é possível a gestão de uma empresa exclusivamente por seus trabalhadores, sem a necessidade do patrão e do capitalista. É preciso que estes empreendimentos façam parte de uma estratégia de poder, que busque destruir o Estado burguês e construir um Estado gerido pela classe trabalhadora e para seus interesses. Por isso, a Comuna, construída sobre as bases de um sistema econômico comunal, com suas empresas, sua autogestão interna, e sua estrutura

---

[160] Os Fundos Zamoranos são uma modalidade de exploração coletiva da terra, criada como parte do programa de Reforma Agrária lançada por Chávez quando da aprovação da Ley de Tierras e Desarrollo Agrario em 2001. Diferente da reforma agraria clássica, que distribui a terra aos camponeses de forma individual, este programa distribuía a terra de forma coletiva, organizando os camponeses em cooperativas de produção, que receberam à época, financiamento do Fundo de Desenvolvimento Agrário Socialista (FONDAS). (LOS FUNDOS, 2019).

decisória submetida a estrutura política comunal, conforma a célula fundamental da construção da transição socialista na Venezuela, expressa no Estado Comunal. E a Comuna El Maizal se constitui numa referência da viabilidade economia, política e social, mas, sobretudo, de que é preciso avançar na consolidação das comunas como este território autônomo e ao mesmo tempo articulado, capaz transformar as relações sociais em seu âmbito territorial e se expandir, se territorializar.

4.4 O plano é *Comunalizar el territorio:* A construção da Cidade Comunal e a dualidade de poder

Neste tópico traremos a formação do Movimento Comunero de Simón Planas e sua proposta de construção da Cidade Comunal, passando pelo processo eleitoral e pelo debate que começa a desenhar o projeto. A articulação entre a territorialização das comunas, presentes no Movimento Comunero e o plano de *comunalizar el território*, expresso na realização das *tomas*, como forma de transferir poder a comuna, indica a constituição de uma dualidade de poder local.

Angel Prado, em entrevista concedida a esta pesquisadora fala em diversos momentos da construção da estratégia como uma proposta de Chávez, que resulta em transferir poder ao povo:

> Chávez acompaña de manera táctica la creación de los consejos comunales, con senda política en el tema social. Chávez habla de dar poder al pueblo, transferirle poder al pueblo. Pero Chávez también habla que el pueblo debe organizarse para recibir el poder.
> Entonces creo que esos elementos son determinantes en la orientación política de comandante Chávez, de romper eses esquemas de la vía propuesta del Estado burgués. El acompañamiento de toda una política social. El momento de condicionar el país, para que la gente misma empiece a ser protagonista de su propia transformación, o sea, política económica. Que el reivindicativo del pueblo para Chávez aprovechar, en su idea de transferir poder al pueblo, bueno, hacerlo muy efectivo no.
> Chávez se ha declarado socialista. Chávez ha invitado el pueblo a ese proceso político. Nos invitó y convocó a la construcción del socialismo. Y bueno, Chávez veía que ya teníamos como que las condiciones para empezar a consolidar un sistema de gobierno popular. (PRADO, A., 2019).

E como propõe Chávez, na Comuna El Maizal, o debate acerca do poder se expande para além da esfera institucional e eleitoral, ganhando força na construção de "*un sistema de gobierno popular"* a partir do território, a partir da comuna.

Compreendendo a estratégia e assumindo para si essa construção, a Comuna El Maizal começa a organizar outras experiências comunais no seu entorno. Contribui para a fundação de comunas e para sua estruturação econômica, a partir da *tomas de tierras* e empresas improdutivas.

> Y hemos acompañado otras comunas a hacer tomas, terrible, donde ha sido a punta de bala, con disparos. La comuna Negro Miguel, de Buría, por ejemplo, a mí me correspondió organizar una toma de tierra ahí. Normalmente, las tomas de tierra nosotros la hacemos en el primer día de año, donde todavía los dueños, los administradores están embragados con el ron, y con la cerveza. Están más descuidados. A mí, particularmente, yo he participado de 12 tomas de tierra, y he partido como 6 candados en las rejas de las cercas. Esto en todos esos años. (PRADO, A., 2019).

E desta articulação nasce o Movimiento Comunero de Simón Planas que, num primeiro momento atua no sentido de consolidar e fortalecer as comunas do município, mas logo se transforma num espaço que articula a luta institucional com a luta comunera e popular. Em 2018 assume a tarefa de ser o impulsionador do projeto da Cidade e da Federação Comunal naquele território.

> El Movimiento Comunero de Simón Planas asume el reto de avanzar en la construcción del Estado Comunal, proyecto estratégico de nuestro Comandante Chávez y que tiene en las Leyes del Poder Popular una ruta trazada por él para su constitución. Para nosotros es la única estrategia que puede permitir encarar esta etapa de recrudecimiento de la agresión imperial, superando los límites del Estado burgués y sus formas de gestión política, como lo son: la corrupción, el burocratismo y el clientelismo; que han sido históricamente formas que favorecen la dependencia y el colonialismo en el marco del capitalismo rentista venezolano. (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.1).

O Movimento Comunero de Simón Planas é formado por 11 comunas, espalhadas pelas 3 *parroquias* do município[161]: Sarare, Gustavo Vegas León e Buría. São elas as Comunas El Maizal, Lanceros de Atures, Sarare, Armando Bonilla, Ezequiel Zamora, Negro Miguel, Minas de Buria, Revolucionarios de Buria, El Cuartel de la Montaña e Rio Turbio de Buria Patria Querida (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018).

4.4.1- As eleições municipais de 2017, uma disputa aberta pelo poder, e pela estratégia

Em 2017, o Movimiento Comunero dá um passo importante no reconhecimento de sua influência política no município. Ele lançou o *comunero* Angel Prado como candidato

[161] Os municípios na Venezuela são divididos territorialmente em parroquias.

territorial[162] de Simón Planas para a Asemblea Nacional Constituyente, que foi eleito, na votação do dia 2 de agosto com cerca de 80% dos votos. (COMUNA, 2017). Essa expressiva votação revela para o Movimiento Comunero que Angel Prado exerce uma forte liderança política no município, levando a construir uma estratégia ousada: disputar as eleições municipais, que ocorreram naquele mesmo ano e, caso eleito, usar a prefeitura para construir a Cidade Comunal. E assim fez.

A prefeitura de Simón Planas é governada pelo PSUV desde 2008 ano e, segundo relato de Messias Matos (2019), sempre teve uma atitude belicosa com a comuna, se colocando contra ela nas *tomas* de terras e empresas e em seus projetos de desenvolvimento econômico e social. Na verdade, ela sempre se sentiu ameaçada pela comuna. A proposta de concorrer e ganhar a prefeitura era de voltá-la para o desenvolvimento da comuna, mesmo sabendo que existe o perigo da cooptação e do desvio dos propósitos originais. “Llegamos a pensar que tomando ese aparato burgués podríamos utilizar hasta el recurso para desmantelar eso y transferir poder a la comuna” (MATOS, 2019).

Assim, a disputa eleitoral no município de Simón Planas em 2017 foi parte da estratégia de *comunalizar el território*, que pretendia reverter o papel desta instituição, transformando-a num instrumento da própria estratégia.

> Y Chávez nos hablaba que para lograr el objetivo, va a tener miles de obstáculos, pero hay que ser fuerte, inteligente para neutralizar todos esos obstáculos. Y la alcaldía es un obstáculo para la comuna. La alcaldía es un espacio de poder que encontramos en esa avanzada de *comunalizar el territorio*. Si la alcaldía es un obstáculo, este obstáculo tiene que ser sacado del camino. La comuna debe tener control del territorio, y si eso es para tener el control, bueno, eso tiene que ser tomado.
> Íbamos a generar todo un tema de contradicción. No pudíamos aliñarnos a la lógica del Estado burgués. Y eso iba a marcar un referente en este país pues. Mucha gente lo iba a hacer. Porque el chavismo ta vivo. Lo que pasa es que el chavismo necesita referente, que los convoquen a la lucha, a la pelea. Porque la gente está afectada por la guerra, el tema de la inflación. Entonces, bueno, la alcaldía, así como una finca privada, un latifundio, se toma.
> Y tomar de una forma legal, con voto. Tampoco era el asalto al cuartel de Mocada. Una vaina con voto, al estilo Chávez! No era estilo Fidel, era estilo Chávez, legal, con voto, con masa del pueblo, con popularidad. Que nadie

[162] As eleições do dia 2 de agosto de 2017 elegeram 545 deputados constituintes. Cada estado elegeu um número de deputados de acordo com a quantidade de municípios e sua população. Esses foram os candidatos a constituintes territoriais e concorreram para 364 vagas. Cada estado elegeu ainda um representante comunal, preenchendo mais 24 vagas. Houve 8 vagas para os povos indígenas, que disputaram pelas 3 grandes regiões do país. Houve ainda as vagas setoriais, que foram submetidas à votação em nível nacional, por exemplo, os setores estudantil, camponês, empresarial, trabalhador, etc. Cada setor tinha uma quantidade pré-estabelecia de vagas, somando ao todo 173 Constituintes Setoriais. O Estado Lara tinha direto a 10 vagas territoriais, sendo uma delas do município Simón Planas. Nesta vaga foi eleito o comunero Angel Prado. (VENEZUELA, 2017).

> pudiera decir que no es legítimo, si estamos inclusive pegados con las leyes del Estado. (PRADO, A., 2019).

Mas, assim como o município, governado por muitos mandatos pelo PSUV, sempre atuou no sentido de isolar a comuna, a nível nacional, o Partido e as próprias instituições agiram para impedir que o Movimiento Comunero pudesse lançar uma candidatura própria que, naquele contexto tinha grandes chances de ser eleita.

Mas antes das eleições municipais, que ocorreram em 10 de dezembro de 2017, houve as eleições regionais, no dia 15 de outubro deste mesmo ano, para governadores e governadoras dos estados. Nestas eleições, segundo Messias Matos (2019) a candidata do PSUV, Carmem Meléndez, procura a Comuna El Maizal e entrega a ela a coordenação de sua campanha no município e, em troca, assegura que o candidato do partido para a prefeitura de Simón Planas seria o indicado pelo Movimiento Comunero.

Meléndez ganha o governo do estado com 57,65% dos votos. Mas, quando iniciou a postulação das candidaturas para as eleições municipais, o PSUV não cumpre o acordado e inscreve Jean Ortiz como seu candidato. (PSUV, 2017). A comuna mantém a proposta e inscreve a Angel Prado como candidato independente, de iniciativa própria. Segundo a legislação eleitoral venezuelana, qualquer pessoa, mesmo sem vínculo partidário, pode se postular a qualquer cargo eletivo[163].

No entanto, o Consejo Nacional Electoral (CNE) rejeita a postulação, exigindo que esta esteja vinculada a uma coligação partidária. Assim, 4 partidos resolvem apoiar a Angel e postulá-lo. São eles: ORO[164], Movimiento Electoral del Pueblo (MEP), Partido Comunista da Venezuela (PCV) e Tupamaro. Mas novamente o CNE não reconhece a candidatura. Fica claro, para o movimento comunero, que se trata de um boicote, já sem base legal, para a postulação de seu candidato. A solução foi dada pelo partido Pátria para Todos (PPT), que, de forma legal e legítima, muda o nome de seu candidato, colocando o nome de Angel Prado. Toda essa articulação partidária demonstra o apoio das forças políticas de esquerda à candidatura de Angel

---

[163] Segundo a Ley Orgánica de Processos Eleitorais (2009) artigo 52: "Cualquier elector o electora puede postularse por iniciativa propia con sus nombres y apellidos, únicamente para los cargos de elección popular electos mediante la vía nominal." e artigo 53: "Para postularse por iniciativa propia, los electores o las electoras deberán presentar conjuntamente con los requisitos exigidos para optar al cargo de elección popular al cual aspiran, un respaldo de firmas de electores y electoras equivalentes al cinco por ciento (5%) del Registro Electoral que corresponda al ámbito territorial del cargo a elección popular". (VENEZUELA, 2009, p.12)

[164] Pequeno partido cristão.

no município. O CNE aprova a mudança e sua candidatura sai pelo partido PPT. Angel ganha esta eleição com 63% dos votos, contra 34% do candidato do PSUV. Mas o CNE não reconhece Angel como ganhador. Os *comuneros* seguem com uma comissão para Caracas. Não permitem que Angel adentre à sede do CNE. Justificam que, por ele ser membro da Asemblea Nacional Constituyente, não poderia assumir o cargo de prefeito do município. Os *comuneros* argumentam que muitos candidatos eleitos para cargos no executivo tanto nas eleições regionais para governadores quanto nestas, para prefeituras, foram eleitos deputados constituintes, incluindo a governadora do estado Lara. Levaram o caso para o Tribunal Supremo de Justicia que alegou legalidade na postulação e na eleição. No entanto, que a decisão era política. Assim, Angel foi impedido de tomar posse do cargo, e o CNE deu por vencedor Jean Ortiz, o candidato do PSUV (MATOS, 2019).

No dia 14 de dezembro a governadora do estado Lara foi ao município para juramentar a posse do novo prefeito do PSUV. Mas a cerimônia teve de ser abreviada. Em menos de meia hora, mais de 5 mil pessoas ocuparam as ruas da cidade de Sarare, onde fica a sede da prefeitura e impediram que o prefeito e sua equipe adentrassem ao prédio. Tropas foram enviadas, militarizando o território. A resistência popular para impedir que o "prefeito" não eleito assumisse a prefeitura durou cerca de um mês, com o povo nas ruas da cidade, impedindo que este a assumira. Mas a repressão, o cansaço e a pouca esperança em reverter o processo acabou por desmobilizar o protesto (MATOS, 2019). Em assembleia, as lideranças do Movimiento Comunero reuniram o povo na praça e assumiram a derrota daquela batalha. Mas ali mesmo lançaram para uma multidão mobilizada a proposta de construir a cidade comunal. O que foi aplaudido pelo povo (PRADO, A., 2019). Assim, a força política da comuna estava evidente, materializada neste processo eleitoral, como voto, luta e resistência. E o sonho da cidade comunal começa a voar com o vento.

> Si tocaba asumir la alcaldía para seguir controlando el territorio, así como asumimos la Aldea, así como asumimos otros espacios, se toma. Y si no se pode tomar, igualito se (sic). En realidad, nosotros no hablamos de ciudad comunal, nosotros hablamos de movimiento comunero, Movimiento Comunero de Simón Planas. Ahora que estamos hablando de ciudad comunal. (PRADO, A., 2019).

Mas, a partir deste momento, a comuna passa a sofrer diferentes tipos de ataques e sabotagens. Messias Matos (2019) relatou alguns deles: transformaram a entrada da comuna num local de depósito de lixo; incêndios foram provocados em quase toda área de pasto, diversas vezes; as plantações começaram a ser atacadas e roubadas; forças de segurança do Estado passam a perseguir lideranças comuneras e a ameaçá-las, mesmo sem apresentar

nenhum delito ou justificativa. Muitas das informações sobre estes ataques eram passados para a comuna pelos trabalhadores da própria prefeitura.

Este é um episódio que carrega um grande simbolismo da disputa pelo poder no território de Simón Planas. Podemos afirmar que ele revela como a estratégia de construção do Estado Comunal por dentro do Estado burguês gerido por um governo popular gera uma disputa política aberta pelo poder. E essa "derrota" eleitoral ficou conhecida em todo o meio alternativo de comunicação[165], entre as diferentes organizações populares[166], tendo visibilidade até mesmo nos meios de comunicação empresarial[167]. Ampliando a percepção de que essa disputa era real e aberta. E isso ganhou uma dimensão organizativa importante para o Movimiento Comunero de Simón Planas.

A partir deste momento, o objetivo do Movimiento Comunero fica mais claro frente à estratégia comunal: se lançar de forma objetiva e organizada na *comunalización* do município de Simón Planas, a partir da construção da Cidade Comunal (PRADO, A., 2009).

4.4.2 Os meios de produção em mãos da comuna: A toma das unidades de produção para *comunalizar el território*

A reconversão da propriedade privada em propriedade social está no DNA da Comuna El Maizal. Ela inicia com a *toma* de um latifúndio, e torna essa prática uma forma direta de luta contra a propriedade privada dos meios de produção. Nos seus primeiros anos, as empresas que a comuna instalou em seu território foram criadas com o auxílio direto do Estado. Foram financiadas por ele, assessoradas por ele e registradas formalmente com base em disposições legais. Mas isso muda a partir de 2014/15 com a disputa entre CVAL/FONDAS e a comuna pela Casa de Cultivo. Mas esta disputa não se dá pelo controle de uma empresa produtiva e

---

[165] Exemplo da notícia nos meios de comunicação populares: CONTRAPUNTO. Ángel Prado acudió al TSJ para interponer recurso contra elección en Simón Planas en Lara. **Aporrea**, [s/l], 20 dez. 2017. Disponível em: https://www.aporrea.org/actualidad/n318748.html. Acesso em: 8 jan. 2021.

[166] Os meios populares também divulgaram a reação de outras organizações: ORGANIZACIONES e individualidades exigen el derecho a la participación política del pueblo del municipio Simón Planas en Lara. **Voces Urgentes**, Barquisimeto, 19 dez. 2017. Disponível em: https://vocesurgentes.wordpress.com/2017/12/19/organizaciones-e-individualidades-exigen-el-derecho-a-la-participacion-politica-del-pueblo-del-municipio-simon-planas-en-lara/. Acesso em: 8 jan. 2021.

[167] Angel prado concedeu entrevista em meios de comunicação empresarial. ÁNGEL PRADO: Fue violada la voluntad popular en el municipio Simón Planas del estado Lara. **Aporrea**, [s/l], 12 dez. 2017, Disponível em: https://www.aporrea.org/ideologia/n318528.html. Acesso em: 8 jan. 2021.

lucrativa. A comuna entende que as empresas sob gerência do Estado não podem estar desativadas, abandonadas, ou subutilizadas, como ilustra essa fala de Angel Prado já citada anteriormente:

> Mira, nosotros creemos que el chavismo se defiende, como uno pueda. Y en lo ámbito que uno le corresponda hacerlo. Nosotros no podemos, una empresa nacionalizada por Chávez, no podemos verla destruida. No podemos ser indolentes y verlas destruidas, no. Eso pasa por la defensa del chavismo. (PRADO, A., 2019).

Esta frase de Angel revela que, para a comuna, resgatar essas empresas e colocá-las para produzir, significa defender o processo revolucionário. E ao fazê-lo não somente o defende, mas incide sobre seu caráter, na medida em que se altera não apenas a sua condição de funcionamento, mas todas as relações sociais que ali se estabelecem, com a autogestão da produção pelos trabalhadores e pela comuna. Se antes a propriedade social dos meios de produção perpassava pelo controle majoritário do Estado, a comuna abre espaço para o debate da propriedade social na sua forma mais radical, sob controle dos trabalhadores organizados em comuna.

Assim, a Casa de Cultivo foi apenas a primeira empresa *tomada* do Estado pela Comuna.

> Después empezamos a ver cómo en nuestro rincón, en nuestros espacios, era un territorio donde se prestaba para el capital público, para lavar dinero, para justificar inversión. Entonces fueron enterradas muchas empresas, granja, infraestructura agrícola que, en algún momento, empezaron a ser abandonadas cuando viene la situación, la debacle económica de Venezuela. Nosotros empezamos a ocupar todos esos espacios. Eran espacios que estaban siendo sometidos a un debilitamiento con la intención de venderlos a un privado. Y, antes de que el privado asumiera esos espacios, nosotros tomamos, las tomamos. (PRADO, A., 2019).

Mas cada processo de *toma* tem suas particularidades.

A criação da unidade de produção Porcinos del Maizal é resultado da *toma* da unidade de Simón Planas da Empresa Estatal Porcinos de Alba, sob direção da CVAL, no dia 28 junho de 2017. Ela foi provocada pelos próprios trabalhadores, que, vendo a péssima condição da unidade, com sérios problemas financeiros e de gestão, ocasionando uma mortandade generalizada dos animais, acionou a comuna para fazerem junto a eles a *toma* daquelas instalações.

Durante a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte, em junho de 2017, Angel Prado e outros militantes da comuna, circulando pelo município, foram interpelados pelos trabalhadores da empresa, que lhes relataram a situação precária em que se encontrava a unidade, resultado da má gestão levada a cabo por um administrador do Estado.

> Y por necesidad y preocupación de los mismos trabajadores propusieron que Maizal asumiera la dirección y la producción de esa unidad de producción. Bueno, em 28 de junio fuimos allá en ese sitio e hicimos la toma. En el primer día que llegamos había una mortalidad increíble. Había alrededor de 400 a 500 animales. Hoy en día llevamos más de 2500 animales de producción. (PEÑA 2019).

E segundo Yosmaria Peña, coordenadora da UPC desde a *toma,* a ação foi realizada com os próprios trabalhadores, e não teve grande resistência por parte do governo, pois,

> no les convenía hacer mucho alborozo, porque era el mismo gobierno que quebró la empresa. Y no le convenía que eso saliera al público. Entonces no hicieron mucha resistencia a eso. Sin embargo, hicieron algunas denuncias y tuvimos que presentarnos. Pero ahí no pasó más nada. (PEÑA, 2019).

Figura 8 - Portão de entrada da UPC Porcinos del Maizal

Fonte: Arquivo da autora (2019)

Já a *toma* da Estación Experimental Manuel Salvador Yépez da UCLA, foi articulada junto à uma comunidade próxima à comuna, que denunciou sua condição de abandono (MATOS, 2019). Ela comporta atualmente duas unidades, a UPC Simón Bolívar e a Escuela de Formación Política, Ideológica y Técnica El Maizal. Nenhuma das duas empresas recuperadas estavam no âmbito territorial da comuna, mas passaram, depois da *toma*, a fazer parte de seu sistema econômico comunal. Por ser uma experiência de grande aprendizado para a comuna, trataremos dela com mais minúcia a seguir.

No dia 5 de agosto de 2018 se realizou a *toma* da Aldea Universitaria Bolivariana de la Universidad Bolivariana de Venezuela (UBV) na cidade de Sarare. Como todas as outras unidades, ela estava sem funcionamento, os professores sem salários e os estudantes sem aulas. Após a *toma*, a comuna buscou uma articulação com o Ministerio de la Educación, com a

Misión Sucre[168] e com outras universidades que quisessem contribuir. Assim, elaborou-se a proposta da Universidad Productiva y Comunal de Simón Planas, seu plano pedagógico e seu currículo, com cursos nas áreas agronômicas, de medicina veterinária, agroindústria, engenharias e enfermagem. A comuna se organizou para reformar as instalações, contratar professores e incentivar os jovens para que se matriculassem. A Universidad funciona com recursos da comuna e sob gestão exclusiva dela (PRADO, A., 2019).

> La idea no es que los y las comuneras vayan a la Universidad, sino al revés: insertar la Universidad dentro de la Comuna. De esta manera, se sigue profundizando la idea de "comunalizar el territorio" para ir comunalizando la vida y las subjetividades en el proyecto comunal. Así, la mayoría de las carreras son de corte productivo y relacionadas con la agricultura campesina que es innata en la zona; están relacionadas con la cadena de producción, elaboración, manufacturación y distribución de alimentos. Las y los jóvenes estarán formándose con visión comunera y productiva para adquirir responsabilidades en el devenir de la comuna, de su pueblo y de la nación. (COMUNA EL MAIZAL, 2019b).

Na madrugada do dia 21 de janeiro de 2019 a comuna tomou as terras de outra unidade experimental, desta vez em seu âmbito territorial, que pertencia à Universidad Pedagógica Experimental Libertador (UPEL), e estava em completo abandono (COMUNA EL MAIZA, 2019a). A *toma* foi planteada pelo Consejo Comunal La Esperanza, do setor El Cerrito. A unidade conta com 102 ha, estrutura para criação de gado, peixe e frango. Foi criada, com a *toma*, a UPC El Cerrito e estava sendo acondicionada, na época em que realizamos nossa pesquisa de campo, para converte-se em um centro de práticas para os estudantes da Universidad Productiva y Comunal de Simón Planas. (VENEZUELA, 2019).

Além das empresas e universidades tomadas, a comuna tinha a intensão de assumir a direção de três unidades de saúde no âmbito da comuna. Segundo Angel Prado, as unidades de saúde respondem diretamente ao Ministerio de la Salud, e estão sucateadas, com os profissionais recebendo baixos salários. Assim pretendem colocar a saúde pública sob controle da comuna. Da mesma forma pretendem fazer com as unidades educacionais, no entanto ainda estavam em fase de elaboração de uma proposta (PRADO, A., 2019).

Cada uma destas *tomas* atua como um passo a mais na luta pela *comunalización* do território. "El plan de comunalizar debe tocar todo lo que está en el territorio, todo el espacio físico, el espacio político" (PRADO, A., 2019). Optamos por não tratar detalhadamente de cada

---

[168] A Misíon Sucre é umas das Misiones Sociales do governo bolivariano. Seu objetivo é ampliar o acesso à educação superior, interiorizando as instituições de ensino, criando cursos vinculados às realidades locais, dentre outras ações.

uma delas, mas de trazermos a que talvez seja a experiência que mais revele o caráter do processo de *comunalizar el território* e de *territorializar la comuna*, que é o caso da *toma* da Estación Experimental Manuel Salvador Yépez, da Universidad Centroccidental "Lisandro Alvarado" (UCLA), localizada no setor El Torrellero, no município de Simón Planas.

4.4.2.1 Toma da Estación Experimental Manuel Salvador Yépez da Universidad Centroccidental "Lisandro Alvarado" (UCLA)

Durante todo o primeiro semestre de 2017, as principais cidades venezuelanas foram assoladas por atos violentos operados por grupos vinculados à extrema-direita política de Venezuela. E o campus principal da UCLA, que é uma universidade pública, do Estado de Lara, localizado na cidade de Barquisimeto, se transformou no centro de operações das guarimbas[169] que trancaram a cidade de abril a julho de 2017 (MATOS, 2019). Na localidade chamada El Torrellero, numa zona rural do município de Simón Planas, funcionava a Estación Experimental Manuel Salvador Yépez da UCLA, que servia de práticas para os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia.

Assim, quando uma das lideranças da comunidade de Torrellero pediu à Comuna El Maizal que convocasse uma assembleia para que debatessem uma possível *toma* da estação experimental da UCLA, os *comuneros* não pensaram duas vezes. "Mientras ellos nos bloquean allá, nosotros decimos, vamos tomar eso aquí. Se ellos están conspirando, vamos a conspirar" (MATOS, 2019). Quando realizaram a *toma* da estação, encontraram as instalações deterioradas, com aparência de abandono. Os *comuneros* publicaram fotos do local em condição de abandono nas redes sociais.

[169] Como explicamos na introdução, as guarimbas são uma espécie de trancasso de vias públicas com ações violentas contra os que tentam rompê-las. Elas aconteceram na Venezuela em 2014 e 2017 e tornaram uma estratégia da extrema-direita venezuelana nas suas tentativas de golpes de Estado. A violência política na Venezuela em 2017, conduzida por parte de grupos vinculados a esta extrema direita, tanto nestes trancassos, como em ações abertas nas ruas das grandes cidades, com uso de artefatos explosivos e armas de fogo, matou 172 pessoas, feriu outras 1934 e destruiu diversos equipamentos públicos. (BREA, 2019).

Figura 9 - Condições de abandono da estrutura produtiva, dos animais e das salas de aula da Estación Experimental quando da toma pela comuna

Fonte: Comuna El Maizal (2017)

Messias Matos (2019) nos relatou de forma detalhada como ocorreu a toma e o processo de organização para transformar a estação experimental em uma escola de formação e em uma unidade produtiva da comuna.

A comunidade vizinha à estação experimental, conhecida como El Torrellero, e que se organiza em um conselho comunal, mas não pertence a nenhuma comuna, identificou o abandono produtivo do espaço. Relataram roubos de gado e abandono dos próprios trabalhadores. As lideranças da Comuna El Maizal e da comunidade El Torrellero marcaram uma assembleia para discutir o caso, a pedido dos vizinhos do campo experimental. Reuniram alguns *comuneros* da Maizal, sobretudo mulheres, e seguiram em uma caminhonete e um caminhão para Torrelleros, que fica a alguns quilômetros do território comuna. A assembleia não hesitou em realizar a ocupação da unidade da UCLA. A *toma* foi feita em seguida, ao final

da assembleia. Não houve resistência dos dois vigilantes que estavam no espaço. As primeiras medidas foram: fazer fotos e filmagens da situação da estação experimental, para provar o abandono; organizar comissões para os primeiros trabalhos, da limpeza, a negociação; fazer um inventário de tudo que havia em condições de uso na unidade. No dia 17 de outubro, participaram da ocupação 50 pessoas da Comuna El Maizal e da comunidade de El Torrellero.

A partir deste momento, o que antes era uma estação experimental da UCLA em estado de abandono se converteu num espaço comum da comunidade. As pessoas passaram a frequentá-la de forma recreativa, aproveitando sua grande área verde, que inclui uma área de proteção ambiental. “La gente iba para allá, hacia la sopa, pasaba el día, los muchachitos jugando. Y bueno, se convirtió en la plaza del caserío pue, donde todo mundo va todos los días para confluir, para jugar, se llevaban sus juegos de mesa, su comida. La gente dejó sus casas y fue para el espacio común” (MATOS, 2019).

A resistência se deu de forma organizada, com apoio da comunidade e de parte dos antigos trabalhadores. Desde os primeiros dias, as instituições começaram a se mover. A governadora do estado e o prefeito de Simón Planas, ambos do PSUV, pediram aos *comuneros* que desocupassem a área. A reitoria da universidade se articulou com estudantes e professores, tanto para denunciar o que eles chamaram de uma “invasão com interesses políticos”, quanto para acionar os meios legais e policiais para desocupar a área. (PEÑALVER, 2017). Mas a instabilidade e a desorganização causada pelas guarimbas impediram que a segunda ganhasse corpo e se efetivasse em despejo. Com isso, organizaram um ônibus com os estudantes e fiscais do ministério público, escoltados por alguns agentes de segurança, e foram eles mesmos tentar tirar os *comuneros*. Mas a comunidade se colocou em peso em defesa da ocupação (MATOS, 2019). E diante de centenas de pessoas defendendo a ocupação popular daquele espaço abandonado, pertencente a uma instituição pública que estava sendo usada pela contrarrevolução, a universidade teve de recuar. As redes sociais passaram a ser o palco de luta que, com o passar do tempo, também foi perdendo força e adesão. Já são quase 4 anos de *toma.*

Nos primeiros dias iniciou-se o processo de organização interna e a definição de atribuições. O primeiro passo foi organizar a produção. Vivenciou-se uma contradição inicial importante: a unidade de produção deveria ser uma unidade de produção coletiva, transformando-se em uma UPC ou deveria se repartir a terra de forma individual para aqueles que quisessem trabalhar e produzir? O grupo se dividiu. Enquanto a comuna defendia a criação da UPC, articulada com as unidades de produção da Maizal, uma parte significativa da comunidade queria fazer uma divisão de lotes, repartindo a terra em pequenas unidades

individuais e privadas. Essa contradição gerou bastante discussão interna e divisões na própria comunidade. Mas ali havia um grupo de pessoas que entendeu a proposta da comuna. Assim, as lideranças da comuna, junto àqueles que na comunidade os apoiavam, passaram a fazer um trabalho de base, visitando as pessoas em suas casas, explicando o projeto e a importância do trabalho coletivo, da comuna, do socialismo. Conseguiram reorganizar o conselho comunal, que passou por nova eleição de *voceros*. Pacificaram a relação com a comunidade. E definiram a criação da UPC, que foi batizada como UPC Simón Bolívar.

Depois de alguns meses de trabalho com a comunidade e de organização interna, a antiga Estación Experimental Manuel Salvador Yépez adquire a forma organizativa que observamos em nossa pesquisa de campo. A antiga estação passa a abrigar duas unidades: A UPC Simón Bolívar e a Escuela de Formación Política, Ideológica y Técnica El Maizal. A extensão de toda a área é de 92 ha sendo 80 ha de pasto e 12 ha de área de preservação ambiental. (MATOS, 2019).

A UPC Simón Bolívar é coordenada por um jovem da comunidade. Ali contam com 6 trabalhadores, todos da comunidade El Torrellero. Cada trabalhador recebe um salário da comuna, como nas outras unidades de produção. Além disso, foi cedida uma área de 2 ha para que eles possam produzir alimentos para subsistência. Trabalham coletivamente nesta área. A criação de gado leiteiro, que é o forte da unidade, produz o queijo que é vendido nas Tiendas Comunales. Havia, em 2019, 80 cabeças de gado (EL MAIZAL, 2019). Além do gado, estão buscando diversificar a produção: 10 ha de milho, 1 ha de pimentão e tomate. Plantaram mil mudas de bananeiras e planejam mais 5 mil. A unidade organiza os custos de produção e presta contas ao Banco de la Comuna, como as demais UPC. Além do coordenador, há um responsável político pela unidade, que é da Comuna El Maizal (MATOS, 2019).

Depois de meses de conflito com a comunidade sobre a forma de conduzir a unidade, chegaram nesta forma de organização, na qual são os membros da comunidade a estarem no trabalho e na coordenação da parte produtiva da unidade. Mantém toda a área como um espaço comum, onde todos respeitam as normas internas, pois perceberam que não lhes é mais negado acesso. Reconhecem os espaços da Escuela de Formación. Participam de alguns cursos. São sempre convidados e sempre estão presentes nas noites culturais dos cursos de formação. A escola organiza a ciranda infantil para os filhos dos educandos dos cursos, que recebe também as crianças da comunidade. Ganhou força o debate de organizar uma comuna onde está o conselho comunal de El Torrellero, articulando com outros conselhos comunais e comunidades da região.

O processo de *toma* e organização da UPC Simón Bolívar foi uma experiência que revela a força do trabalho de organização popular, o tamanho do seu desafio, e a força de sua realização. Torrellero foi ao mesmo tempo uma expressão da *comunalización del território*, na medida em que um espaço produtivo abandonado passou a condição de propriedade social da comuna, e de territorialização da comuna, na medida em que inseriu uma nova comunidade na dinâmica comunal.

4.4.3- A Cidade Comunal e a articulação em torno da Federação Comunal

No dia 23 de fevereiro de 2018, o Movimiento Comunero de Simón Planas lança um importante documento intitulado "Documento base para iniciar proceso de debate y generación de aportes en los Comandos Comunales". Este documento, e o encontro realizado em seguida[170] são a resposta do Movimiento à fraude do processo eleitoral.

Após a manobra do CNE e do PSUV para impedir a posse de Angel Prado e os planos de conversão da prefeitura numa ferramenta para *comunalización del território*, o Movimento Comunero de Simón Planas passa a projetar a proposta de construção da Cidade Comunal isolando a prefeitura, e apostando na construção de uma dualidade de poder, que levaria á sua dissolução.

> ¿Qué queremos? Que las comunas se consoliden en lo productivo político, en lo social, que hagan su ejercicio de auto gobierno. Donde ya esa instancia se consolida más y nasce la instancia de autogobierno en territorio más amplio. Donde venga una elección de base, un proceso legitimado por el pueblo. Que el vocero que este en la instancia de la ciudad comunal que pase por la legitimación del pueblo. El parlamento de la ciudad comunal distaría las leyes que regiría el territorio, como existe en las comunas. Esa instancia podría disputar el poder con las instituciones. El tema de los servicios, de la competencia, e de esta forma tomar controle nosotros. La comuna trasciende la institución, entonces quedaría la alcaldía, en ese caso como que sin… Chávez le decía: La comuna va eliminar la alcaldía? Chávez decía: no, ni la gobernación, ni la alcaldía. La va a trascender. Las comunas tienen que transcender es algo que está nasciendo y eso aquí debe morir. La comuna va para arriba, va creciendo, va creciendo. ¿Y cómo crece? A través de ese tipo de organización. Controlar el territorio, controlar la producción, controlar el servicio. Ah, pero eso no va cair del cielo. Eso tiene que echar. (MATOS, 2019).

---

[170] O Encuentro en Solidaridad con el Movimiento Comunero de Simón Planas aconteceu nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2018 na Comuna El Maizal, com a presença de comunas e movimentos sociais de todo o país. Este encontro acendeu uma chama em direção a um debate nacional em torno da estratégia comunal. Tocaremos neste tema no último capítulo.

O documento elaborado pelo Movimiento Comunero é parte deste debate em torno da proposta da Cidade Comunal. Olhando para seu território, sua realidade concreta o Movimiento começa a desenhar o projeto:

> Luego del análisis del territorio y de las comunas constituidas llegamos a la conclusión de que debemos impulsar dos Ciudades Comunales, base de nuestra futura Federación Comunal. Es decir, de las comunas presentes en las actuales parroquias Sarare y Gustavo Vegas León de Simón Planas conformaran una Ciudad Comunal, a saber: El Maizal (tomando en cuenta que ésta conformada también con Consejos Comunales del estado Portuguesa), Lanceros de Atures, Sarare (aquí asumimos el reto de impulsar una real dinámica comunera y rescatarla para que sea lo que siempre ha debido ser), Armando Bonilla (propuesta de comuna de la diversificación del ámbito de la Comuna de Sarare) y Ezequiel Zamora.
> La otra Ciudad Comunal se conformará con las Comunas presentes en la Parroquia Buria (algunas con consejos comunales del estado Yaracuy), tierra del Negro Miguel y su gesta libertaria, entre ellas: Negro Miguel, Minas de Buria, Revolucionarios de Buria con el Cuartel de la Montaña y Rio Turbio de Buria Patria Querida. (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.1-2).

Assim, o projeto se amplia para a construção de duas cidades comunais para criar, em seguida, a instância do sistema de agregação destas cidades comunais, prevista na Ley Orgánica de las Comunas, que é a Federación Comunal[171]. Estas cidades transcendem não somente a prefeitura de Simón Planas, mas a própria divisão territorial dos estados, na medida em que insere conselhos comunais localizados nos estados de Portuguesa e Yaracuy.

Na concretização deste projeto, o movimento entende que é preciso fortalecer as organizações de base, ampliar a participação e fazer com que o debate ganhe corpo nas comunidades e nos grupos organizados dos territórios, em especial nos grupos de mulheres e jovens e nas diversas estruturas produtivas, sejam elas EPSDC, UPC ou UFP.

> Sumar la capacidad organizativa de nuestros Consejos Comunales y Comunas, a nuestras mujeres y jóvenes, a nuestra producción, allí la formula organizativa planteada que se ha desarrollado en estos años y que debe consolidarse en los tiempos más difíciles que ha transitado la Revolución Bolivariana, sin duda tenemos cientos de comuneros y comuneras prestos a las tareas necesarias para seguir andando el camino trazado por el comandante Chávez en el Golpe de Timón con su ¡Comuna o nada! (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.2).

A proposta presente no documento parte da ciência de que há um longo processo de construção do sistema de agregação comunal, como nos explicou Messias Matos:

---

[171] A Ley Orgánica de las Comunas, define como Federación Comunal o sistema de agregação comunal com duas cidades comunais ou mais. (VENEZUELA, 2010a).

> El primero paso se empezó a dar en lo local, cuando nacen los consejos comunales. Y toma más valor y más fuerza cuando nascen las comunas, que es algo más. Ya con la ciudad comunal es otro paso más. Cuando te hablar de las comunas de Buría, estamos tratando que se dé simultáneamente los procesos de que se consolide allí, e se consolide aquí, nosotros lanzamos una Federación de Comunas. Chávez nos ha dejado muchas ideas que nos ha puesto a pensar. Chávez vino hasta aquí y nos habló de un distrito motor de desarrollo. (MATOS, 2019).

O documento do movimento comunero chega a propor a construção de um Distrito Motor de Desarrollo Agroindustrial:

> Con la Federación constituida haremos la solicitud a nuestro Gobierno Nacional Bolivariano, encabezado por el Presidente Nicolás Maduro, de la conformación del Distrito Motor de Desarrollo Agroindustrial, que debe ser el espacio de corresponsabilidad política/económica, expresión de la nuevas relaciones impulsadas por nuestro pueblo, que permita el despegue definitivo de nuestras potencialidades, siendo paso a los llanos, montañas y valles, con tierras de alta calidad y diversos pisos térmicos que nos hacen hoy en día importantes productores de diversos cereales, leguminosas, café, ganadería, con posibilidades reales del procesamiento industrial, que generará nuevas fuentes de trabajo digno y permitirá tener control territorial de las cadenas de producción y distribución, desde las materias primas hasta su transformación y comercialización. (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.6).

E este longo processo requer um trabalho efetivo nos territórios, construindo formas de autogoverno e hegemonia, com um olhar estratégico e um plano a longo prazo. No entanto, em alguns trechos, e, aparentemente, contra a própria experiência concreta das comunas, colocam o Estado como um colaborador e compartícipe deste processo.

> Por ello, construir un Sistema de Gobierno Popular implica para nosotros generar mecanismos efectivos de la "nueva institucionalidad" desde la construcción de hegemonía, del "convencer" para construir un tejido organizativo propio, autónomo, y desde allí establecer mecanismos claros de corresponsabilidad política con el gobierno bolivariano. Vista la autonomía como forma de poder del pueblo para si, que construye desde el territorio sus formas de ejercicio de poder obediencial, al cual deberían progresivamente subordinarse las estructuras de planificación, producción y gobierno del Estado venezolano. (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.3).

Num trecho seguinte do documento, afirma a implementação de um Sistema de Gobierno Popular num processo de coexistência com o Estado tal qual ele se apresenta hoje.

> Así el Sistema de Gobierno Popular es un ejercicio de autonomía, autogestión y de corresponsabilidad política para con la dirección del Estado, asumiendo que existen y existirán diferencias, y que, en este proceso Revolucionario, es necesaria la complementariedad con el gobierno y los sectores sociales organizados en autogobiernos, siempre en el marco de la democracia participativa y protagónica, dando la posibilidad a que nazca lo nuevo. Siendo fundamental la voluntad política para sincronizar agendas y métodos, aún en

> el caso que se tengan posturas encontradas en la caracterización de la tarea. (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.3).

Mas, olhando para o contexto mais amplo da luta do movimento comunero, não entendemos isso como uma inocente ilusão. Neste documento que é público, e que serviu de base para o início de um debate nacional, faz-se um chamado ao governo bolivariano para que assuma a responsabilidade na tarefa que lhe foi outorgada pelo presidente Chávez na construção do poder popular

> Esto exige de parte del gobierno bolivariano en todas sus instancias, y de nosotros como Poder Popular, un desarrollo real de políticas de corresponsabilidad, exige del primero asumir de forma clara el reconocimiento de los principios y mecanismos que han forjado al poder popular. Debemos asumir el hecho de que la relación Poder Popular – Estado/Gobierno, es un espacio de tensión permanente, es esa su naturaleza. Los tiempos y métodos del gobierno deben reconocer el de las organizaciones y viceversa, su síntesis será clave para el momento político que nos toca asumir: Profundizar la revolución en el marco de la más grave crisis y los peores ataques que hemos sufrido por parte del imperio y sus lacayos (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.3).

Em outro trecho completa, chamando também à responsabilidade àqueles organizados em comunas: "De ambos exige el desarrollo de relaciones con tensiones permanentes, con altos y bajos, con conflictos pero sobre todo con un compromiso claro e irreductible de *construir el Socialismo Bolivariano transfiriendo poder al pueblo*, allí Chávez es nuestro futuro" (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.3, grifo nosso). Assim como pretendia interferir na institucionalidade da prefeitura assumindo seu controle, o Movimiento Comunero chama à construção de uma hegemonia nos territórios, mas também no Estado para "*construir el Socialismo Bolivariano transfiriendo poder al Pueblo*", sem abrir mão do conflito e da disputa pelo poder, afirmando que este era o projeto socialista proposto por Chávez.

Entendemos que este processo é imensamente contraditório e revela a construção de uma dualidade de poder, que no município de Simón Planas se expressa no plano de *comunalizacíon del território*, na qual a comuna El Maizal e as demais comunas têm assumido cada vez mais esferas de atuação do município, seja nos serviços prestados à comunidade, nos resgates dos meios de produção presentes no território, incluído universidades, seja na disputa pelo poder político e na legitimidade frente à população no exercício desse poder. As eleições municipais revelam essa dualidade, que ali tentou se resolver aliando a prática das *tomas* com as eleições, como Angel nos explicou num trecho já citado, mas que vale repetir:

> Y tomar de una forma legal, con voto. Tampoco era el asalto al cuartel de Mocada. Una vaina con voto, al estilo Chávez! No era estilo Fidel, era estilo

> Chávez, legal, con voto, con masa del pueblo, con popularidad. Que nadie pudiera decir que no es legítimo, se estamos inclusive pegados con las leyes del Estado (PRADO, A., 2019).

A própria reação das instituições demonstra essa luta pelo poder entre a comuna e o Estado. Mas a cada ação da comuna, que assume para si as funções que são outorgadas legalmente ao município ou a outros entes do Estado, mais ela acumula força e poder, e mais se reforça a dualidade. Assim as *tomas* de estruturas produtivas, mas também de universidades, escolas, unidades de saúde, e a construção de alternativas viáveis fora desta institucionalidade para a reprodução da vida daqueles que vivem no âmbito territorial da comuna, vão assumindo esta dualidade.

O Movimento Comunero não se exime de expressar esta dualidade, esta disputa pelo poder, mesmo que com bastante cautela, indicando a territorialização das comunas e os princípios da autonomia e do autogoverno como norteadores da luta revolucionária:

> Algo debe quedar claro: no hay razón burocrática que se deba imponer, los métodos a acordar son desde el Pueblo y partiendo de la territorialización de las políticas revolucionarias.
> La autonomía es consecuencia lógica de uno de sus postulados convocantes: ser autogobierno. No es para separarse del resto de la política que impulsa la Revolución, ni para apartarse del proyecto chavista y bolivariano, todo lo contrario, es la autonomía necesaria para apropiarse de ella y hacerla efectiva desde nuestros propios esfuerzos, desde sus instancias. (MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS, 2018, p.3-4).

A dualidade aqui carrega uma contradição fundamental. Ela não se lança contra um Estado governado por seus inimigos de classe em aliança com setores da classe trabalhadora, pelo menos não de forma declarada. Mas sob um governo com origem numa luta revolucionária, que levou as classes subalternas ao poder, mas que tem assumido cada vez mais o que os *comuneros* chamam de caráter reformista[172]. Aquela burocracia estatal, que alertou Álvares (2011), pressionada pela situação econômica e pelo permanente assédio imperialista, e conformada numa burguesia funcional, busca transformar o governo no seu reflexo, substituindo o projeto revolucionário por um projeto nacional-desenvolvimentista, mas sem

[172] Em consonância com a proposição reformista de Bernstein, criticada por Rosa Luxemburgo (1999) em seu texto Reforma ou Revolução, os reformistas bolivarianos não só pretendem resolver a crise na Venezuela por meio da aliança com setores da burguesia, mas, sobretudo, subverter o próprio projeto socialista, apagando do horizonte a resolução das contradições produção-distribuição, capital-trabalho e Estado de classe-sociedade, na busca inalcançável de suavizá-las.

abandonar a palavra de ordem "Socialismo do Século XXI", que cada dia mais se parece como o *chiguire* de Chávez. E os *comuneros* têm total clareza disso:

> Lamentablemente hemos visto en los últimos años cómo el gobierno se ha aceptado esa propuesta de la derecha, de la burguesía, de que el capital en mano del sector privado es lo que va hacer (sic) por el país. Cuando en realidad lo que esta es saqueándonos, de manera descarada y abiertamente, saqueando la riqueza nuestra. Chávez nos enseñó a discernir, a opinar, a comprender los procesos. Y esa lógica de alianza con el sector privado, con todo lo que está entregando: las concesiones, las tierras, las empresas, lo sistema financiero, lo sistema de importación, los recursos naturales. Como todo está revirtiendo la política de Chávez de nacionalizar una cantidad de recursos. Pero ahora todo va revirtiendo, todo va cambiando. Una triste realidad. Inclusive el sistema político, con el sectarismo, la actuación del partido principal del gobierno, la manipulación, generar como que una dependencia de la gente, con el partido en el control. (PRADO, A., 2019).

O Movimiento Comunero de Simón Planas, consciente desta situação, abre este debate, buscando incidir diretamente em seu território com a proposta de construção das Cidades Comunais e da Federação Comunal. Mas o faz também com a condição de manter vivo o governo e a Constituição que lhe permite desenvolver seu projeto. Mesmo com todas as contradições, e mesmo traições, o governo bolivariano ainda permanece como uma trincheira latino-americana com sua política anti-imperialista e sua luta por autodeterminação. Assim, esta não é uma contradição simples de se lidar. Trabalhar para manter o apoio popular ao governo é mais que uma opção política, é uma necessidade de sobrevivência.

Quadro 3 – Linha do tempo da Comuna El Maizal

FASE	ANO	DATA	ACONTECIMENTO
1ª FASE	2006	7 de abril	Promulga-se 1ª Ley de los consejos comunales
	2009	25 de fevereiro	INTI declara a Agropecuária El Maizal improdutiva
		5 de março	*Toma* da Agropecuária El Maizal
		21 de maio	Assembleia e criação da Sala de Batalla Social
		25 de novembro	Aló Presidente 344 na Comuna El Maizal – Carta Agrária
	2010	Janeiro	Criação da EPSDC Argimiro Gabaldón
			Criação da EPSDC Ezequiel Zamora
		Dezembro	Promulgação das Leys del Poder Popular
	2011		Criação da EPSDC Camilo Cienfuegos
	2012	7 de outubro	Golpe de Timón
2ª FASE	2013	5 de março	Morre presidente Chávez
		23 de outubro	Aprovada Carta Fundacional da Comuna El Maizal
	2014	3 de novembro	INTI revoga a Carta Agrária da Comuna El Maizal
	2015	20 de julho	Justiça reestabelece a Carta Agrária da Comuna El Maizal
		15 de agosto	Conquista-se a UPC Casa de Cultivo
	2017	28 de junho	*Toma* da Porcinos del Alba
		2 de agosto	Eleições para a Asamblea Nacional Constituyente
		15 de outubro	Eleições Estaduais

		17 de outubro	*Toma* da Estacion Experimental da UCLA em Torrellero
		10 de dezembro	Eleições Municipais
2ª FASE		14 de dezembro	Juramentação do prefeiro "não eleito" de Simón Planas. Manifestação na prefeitura.
		dezembro	Assembleia Popular em Sarare
	2018	23 de fevereiro	Movimento de Simón Planas lança documento para debate a cidade comunal
		23 a 25 de fevereiro	Encuentro de Solidariedad al Movimiento Comunero de Simón Planas na Comuna El Maizal.
		5 de agosto	*Toma* da Aldea Universitária Bolivariana em Simón Planas
	2019	Janeiro	Inauguração da UPC Camilo Torres
		21 de janeiro	*Toma* da unidade da UPEL em El Cerrito
		5 de março	Ato em comemoração aod 10 anos da Comuna El Maizal
		Junho	Abertura da Tienda Comunal em Sarare
		Julho	Abertura da Tienda Comunal em Sabana Alta

Fonte: Elaboração própria

5 UNIÓN COMUNERA: NASCE UM MOVIMENTO NACIONAL *COMUNERO*

> Desde que existem sociedades de classe, e que a luta de classes constitui o conteúdo essencial da história delas, a conquista do poder político foi sempre a finalidade de todas as classes ascendentes, como também o ponto de partida e o coroamento de todas as épocas históricas. (LUXEMBURGO, 1999, p. 95)

Neste capítulo traremos os primeiros passos na construção de um movimento nacional de comunas, a Unión Comunera, seus objetivos, sua estratégia. Ele está dividido em 3 partes. Na primeira traremos à luz a articulação entre algumas comunas e as forças populares na gesta de um movimento nacional que impulsione a estratégia de construção do socialismo por meio da territorialização das comunas e *da comunalización del poder*. Na segunda parte traremos um pouco da experiência da Comuna El Panal 2021, localizada no bairro 23 de Enero de Caracas, para abrir o debate da construção comunal no meio urbano, sendo El Panal uma das comunas impulsionadora deste movimento *comunero*. E por último, traremos o processo de construção da Unión Comunera como organização nacional, proposta desde um conjunto de comunas articuladas em torno da estratégia de construção do socialismo pela via comunal.

Para realizar esta discussão, nos valeremos de entrevistas realizadas na Venezuela entre os dias 13 e 27 de agosto de 2019, também de documentos gerados nos encontros de articulação do movimento *comunero*. Além da contribuição de entrevistados da Comuna El Maizal apresentados no capítulo anterior para a elaboração deste capítulo, como as de Angel Prado e Messias Matos, pautamos nossa reflexão em diálogo com os seguintes sujeitos que se conformaram na base das informações e também das análises que fizemos neste capítulo. São eles:

1- José Tato, psicólogo formado na Universidad Central de Venezuela (UCV), fundador e militante do movimento Frente Cultural de Izquierda (FCI), integrante do grupo de lideranças que impulsionaram desde o início a criação da Unión Comunera. De formação marxista defende que a teoria marxista é fundamental para análise da realidade venezuelana e busca inseri-la nos debates e nos processos de formação impulsionados pelo movimento *comunero*.

2- Amílcar Figueroa, historiador, ex-guerrilheiro, foi deputado do Parlamento Latino Americano na gestão 2006-2011. Foi do PSUV. É editor da editora La Trinchera e da livraria La Columbéia e um dos principais colaboradores intelectuais do movimento *comunero*.

3- Ana Caona Marín, liderança da Comuna El Panal 2021 e militante da Fuerza Patriótica Alexis Vive, coordena o Colectivo de Trabajo Asociado Feria de verduras y legumes de la Comuna El Panal 2021.
4- José Lugo, trabalhador da EPSDC Las Abejitas del Panal na Comuna El Panal 2021, e é *vocero* de formação da empresa. Faz parte do Panalito Territorial do Consejo Comunal Santa Rosa.

5.1 Articulação do poder popular e o papel da Comuna El Maizal

O movimento popular na Venezuela esteve articulado, desde 1999, como base social de sustentação do projeto político chavista, seja na defesa da revolução em grandes mobilizações de massa, seja na atuação em torno das diferentes propostas de luta popular e organização produtiva, social, política, ou na articulação com outros povos do mundo, em especial da América Latina, contra o imperialismo. A partir de 2006 aceita mais uma convocação de Chávez e passa a organizar o território em conselhos comunais e depois em comunas. Incorporam a estratégia do Estado Comunal e fazem dela sua luta pela emancipação e pelo socialismo. Assumem seu lado na luta pelos rumos da revolução: "Nosotros somos los de comuna o nada!".

Vamos trazer essa construção pelo olhar dos *comuneros* que a impulsionaram para uma articulação não mais local, mas nacional, em torno à construção de uma correlação de forças que imponha uma dualidade de poder capaz de fazer avançar a revolução em direção ao socialismo. A própria situação econômica do país e a aliança que o governo bolivariano vem insistindo em fazer com setores da burguesia foram os impulsionadores iniciais deste processo:

> Nosotros aquí, en los primeros años [de la muerte] del presidente Chávez era llorar. La gente fue secando las lágrimas y quedando sorprendido con la situación económica a que llegó, ya cada quién aferró a quedarse en su espacio, y de cómo defenderse de la nueva avanzada, de los ataques que teníamos. De nuevo método de la derecha de como sabotear la economía del país, de ponerlo en una situación difícil. En los primeros años del presidente Nicolás Maduro caímos en la estrategia del enemigo. Nos desmovilizó. Y con toda una cuantidad de antivalores: la desmoralización, la desmovilización, la pérdida de valores. Empezó la migración. Mucha gente que se fue del país. Gente buena, luchadora, que decepcionada sintieron… fueron tocadas por el mensaje de la derecha, entonces se acabó … Y no veíamos la necesidad de articularnos. Creamos que toda la ayuda había que buscarla en la institución. Confiamos en el mensaje del presidente de la república, que íbamos a frenar la guerra económica, la guarimba, la guerra civil que taba impuesta. Y empezamos nosotros a sentir y a creer, como hace rato, que somos nosotros

> que vamos a defender, que vamos a mantener vivo este proceso. No esperamos que van hacer lo que corresponde a nosotros. Y empezamos a sentir la necesidad de, al menos, buscar a los más cercanos, territorialmente hablando y emprender lucha de manera conjunta. Con la alianza estratégica entre el Estado y el privado para devolver un medio de producción, nosotros empezamos también a construir nuestra alianza con los movimientos campesinos, con los comuneros, con la gente, con las comunas organizadas. Y también a pelear contra el latifundio. Pero vino ataques duros, y tocó buscar alianzas nacionales. (PRADO, A., 2010).

As primeiras ações desta articulação em direção a um movimento nacional aconteceram dois meses após a fraude eleitoral em Simón Planas, num evento na comuna El Maizal em solidariedade ao Movimiento Comunero de Simón Planas[173]. Este encontro contou com a presença de mais de 600 pessoas de 50 organizações diferentes de todas as regiões do país. (ENCUENTRO, 2018). Nele se debateu os rumos da Revolução Bolivariana e a necessidade da articulação entre as comunas e os movimentos populares e foi tornado público o documento do Movimiento Comunero de Simón Planas analisado no capítulo anterior. Neste encontro, a troca de experiências entre as comunas evidenciou que a luta da Comuna El Maizal por construir em seu território o projeto comunal, que se convertia numa luta por autonomia e controle do processo e do resultado da produção e da organização social, materializada ali na proposta da Cidade Comunal, não era uma particularidade dela:

> Desde la Comuna José Antonio Anzoátegui, asentada en el oriente del país, indicaron que durante el año 2016 entregaron a los silos de Agropatria casi 500 toneladas de maíz, lo que representaba el 75% de su producción, "pero luego veíamos salir durante la noche esa producción en camiones a destinos inciertos, mientras nuestras comunidades tenían que comprar la harina a precio de bachaqueo[174]", indicó el vocero de la Comuna. Así mismo continuó: "A las instituciones no solo le hemos confiado nuestra producción, sino también nuestras esperanzas, nuestros sueños y funcionarios inescrupulosos han terminado traicionándonos", y en ese sentido esta Comuna exige la transferencia tanto de los silos como de la planta procesadora de maíz de Agropatria. (ENCUENTRO, 2018).

---

[173] Entre os dias 22, 23 e 24 de fevereiro de 2019 aconteceu na Comuna El Maizal o Encuentro en solidaridad con el Movimiento Comunero de Simón Planas.

[174] Bachaqueo é o nome popular que se dá ao processo de venda ilegal de mercadorias de preço regulado por preço especulativo. Em outras palavras, compra-se os produtos a preço subsidiado pelo Estado e vende-se mais caro. Essa é uma prática corrente desde 2013 na Venezuela, e abastece mercados ilegais de grande, médio e pequeno porte e também alimenta o contrabando de mercadorias, principalmente de alimentos e materiais de higiene pessoal, para a Colômbia. Essa prática é realizada tanto por pequenos compradores, que enfrentam as longas filas dos produtos regulados para vender mais caros em comunidades, como por grandes compradores, que fazem o processo em acordo com as empresas distribuidoras e com agentes do Estado. Nas regiões de fronteira e portuárias a gasolina também foi alvo do bachaqueo.

A experiencia da Comuna El Maizal e do Movimiento Comunero de Simón Planas com sua proposta de construção das Cidades Comunais e sua prática de *tomas* das estruturas produtivas, começa a ganhar uma amplitude que supera o local, reconhecendo a existência de outras experiências que acumulam no mesmo sentido estratégico. Assim, o encontro produz um documento que indica a necessidade de uma articulação do movimento popular em direção à estratégia comunal tanto para resistir à ofensiva imperialista sobre a revolução quanto para fazê-la avançar na transição socialista:

> Si tenemos que referirnos exclusivamente a lo que acontece en nuestro país, lo que está en juego es la necesidad de hacernos fuertes y permanecer unidos para mantener la raya y, eventualmente, derrotar, a los poderes políticos y económicos anti-nacionales que propician la quiebra del país, su asfixia económica, el padecimiento de las mayorías populares, la violencia y, más recientemente, llegan al extremo de invocar abiertamente la intervención militar extranjera.
> Pero también está en juego la necesidad de hacernos fuertes para frenar el avance del reformismo, de quienes pretenden desandar el camino que anduvimos con Chávez, sobre todo en el campo económico. El momento histórico nos exige juntarnos, organizarnos, para ser capaces de reafirmar el horizonte radicalmente democrático, comunal y socialista de la revolución bolivariana.
> Por eso estamos hoy aquí, en Simón Planas, manifestando nuestra solidaridad: porque creemos que esa es la apuesta estratégica del pueblo que ha decidido dar el paso a la construcción de la Ciudad Comunal; porque creemos que ese es el camino correcto; porque estamos convencidos de que lo que aquí está aconteciendo es un ejemplo a seguir para todos nosotros y nosotras. Porque aquí Chávez vive, y seguirá viviendo donde quiera que estemos. Porque pueden estar seguros de que seguiremos luchando. (DECLARACIÓN, 2018b).

Este documento ganhou importante espaço nos debates nacionais, sendo difundido pelos principais meios de comunicação dos movimentos populares e da esquerda chavista. Desta forma, podemos afirmar que este Encontro marca o início de um processo de articulação entre as comunas de forma autônoma, sem a condução de instituições do governo, aspirando à construção de um projeto próprio em consonância com a estratégia do Estado Comunal planteado por Chávez e incorporada pelos setores populares como o caminho na construção do socialismo na Venezuela.

Os comuneros da Comuna El Maizal assumem o papel de animador e convocador deste processo. Angel nos relata que a princípio não conseguiam ver na Comuna este papel. Entendiam que antes era preciso consolidar a Comuna, para depois alçar voos mais amplos, e que a articulação existente entre as diversas comunas se dava no sentido de fortalecer seus processos internos, com intercâmbios e ajudas mutuas, como nas trocas de sementes, por exemplo. O encontro de fevereiro amplia esta percepção. Mas é a interferência de algumas

lideranças chavistas que faz a Comuna El Maizal assumir a dianteira na construção de uma articulação mais concreta com sentido político.

> Nosotros recibimos críticas duras de Elías Jaua[175], por ejemplo, que es un dirigente del chavismo. En un momento nos dijo, nos mandó mensaje como que "la gente del Maizal piensa que van a construir el socialismo solamente en la comuna el Maizal, ¿en Simón Planas?". O "la gente de Maizal cree, o la gente de Maizal debería sentir, debería tener consciencia de la necesidad de salir de su territorio a contribuir con otras organizaciones." ¡Eso es una crítica constructiva! Bueno, a nosotros nos pegó, no nos molestó, nos pegó y asumimos pues. Y también la compañera Blanca[176], que ahora es ministra de comuna, nos dijo que si acaso Maizal creía que si consolidar esa comuna se iba escapar de la intervención Norte Americana. O si el hecho de que Maizal produjera mucho alimento, y tomar la tierra y trabajar en consolidarse, simplemente ese pequeño espacio geográfico no puede ser afectado por una avanzada paramilitar de Colombia o una posibilidad de guerra militar. Y que Maizal debía salir con su ejemplo, con su experiencia, intercambiar con otra gente que también anda construyendo la comuna, construyendo el poder popular. Bien, fueron críticas duras de parte de otros compañeros, de otra gente, que nos dijo si la idea de Maizal es trabajar solo. Nosotros evaluamos… que estábamos esperando que alguien nos convocara. Y lo que hicimos fue nosotros convocar. (PRADO, A., 2019).

Assim, no dia 25 de agosto acontece a primeira Asamblea Nacional Comunera, convocada pela Comuna El Maizal e pela Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora[177]. Ela

---

[175] Elías Jaua é um sociólogo que esteve no MVR quando da eleição de Chávez em 1998, sendo também deputado constituinte em 1999. Foi ministro de Economia Popular e de Agricultura y Tierras durante os governos Chávez. Em 2010 foi designado vice-presidente até 2012. Em janeiro de 2013 assume o Ministério de las Relaciones Exteriores. Com a morte de Chávez e a posse de Nicolás Maduro, Elías Jaua manteve-se como ministro das relações exteriores até setembro de 2014. Na gestão de Nicolás Maduro foi Ministro das Comunas e da Educação. (ELIAS, 2012). Desde 2018 está afastado da gestão pública. Tem se mostrado crítico à forma de atuação do PSUV, sem, contudo, romper com o partido ou com o Governo. Tem um bom diálogo com os comuneros.

[176] Blanca Eekhout era ministra de Comunas quando da realização da entrevista. É formada em Artes e Política. Foi ministra de Comunicación e Información (2009-2010), ministra do Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de Género (2016-2018), cofundadora de Catia TV, presidenta dos canais públicos de televisão VTV e Vive TV. Como parlamentar ocupou a segunda vice-presidência da Assembleia Nacional durante o período legislativo 2011-2015. (BLANCA, 2018). Como ministra de Comunas, se aproximou das forças que impulsionaram o movimento comunero. Se afastou do ministério no início de setembro de 2020 para se postular nas eleições parlamentares e substituída pela comunera Noris Herrera Rodríguez. Foi eleita deputada pelo estado Miranda nas eleições parlamentares de 2 de dezembro de 2020.

[177] A Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora (CRBZ), é um movimento social popular venezuelano que aglutina outras organizações: Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora (FNCEZ), Frente Nacional Comunal Simón Bolívar (FNCSB), Centro de Formación y Estudios Sociales Simón Rodríguez (CEFES), Movimiento del Poder Popular Obrero (MPPO), y la Escuela Nacional de Cuadros Mariscal Sucre (ENCMASU). Nasce da luta campesina na região dos llanos venezuelanos, na fronteira com a Colômbia, nos marcos das lutas por Reforma Agrária nos primeiros anos do governo

acontece na Aldea Universitária, recuperada pela comuna 20 dias antes como parte da estratégia de *comunalizacion del território* e da construção da cidade comunal. Ali estiveram presentes 74 comunas provenientes dos estados Apure, Barinas, Táchira, Lara, Mérida, Yaracuy e Carabobo. Participaram do encontro delegações da Marcha Campesina Admirable[178], de la Red Nacional de Comuneros y Comuneras[179] e das brigadas internacionalistas na Venezuela do MST do Brasil e do movimento Patria Grande da Argentina. (VENEZUELA, 2018).

> Nosotros convocamos y fue gran cantidad de organizaciones populares e hicimos una gran asamblea de 15 horas. Muchos debates, duro, intenso, con gente de muchas zonas del país. Y de ahí se construyó un documento, pequeño, pero un documento base, para arrancar, generando un debate. De allí nosotros salimos muy emocionados y salimos soñando, que vamos a la construcción de un movimiento comunero nacional que se plantea el gran objetivo. (PRADO, A., 2019).

O documento a que se refere Angel Prado chama à construção de um movimento *comunero* nacional que se constitua como uma força política capaz de incidir nos rumos da revolução bolivariana. E esta incidência se dá em dois sentidos. O primeiro, de forma mais imediata, na conquista de pautas junto ao governo federal, identificando que este tem priorizado negociar com setores da burguesia. Não se colocando contra o governo, mas trazendo suas reinvindicações, o documento coloca como pauta frente ao governo: "insumos para la producción, adjudicación de tierras comunales, transferencia de competencias, servicios, así como un espacio de diálogo con el gobierno para acercar propuestas, políticas y planes productivos" (DECLARACIÓN, 2018a). Chama assim para a construção de uma agenda comum, para reivindicar junto ao governo as pautas necessárias para seguir aprofundando a

---

Chávez. Ao longo dos anos incorpora movimentos urbanos atingindo atuação em 16 estados. É considerado um dos principais movimentos populares da Venezuela. (CRBZ, 2018)..

[178] Entre os dias 12 julho e 1 de agosto de 2018 um conjunto de movimentos e organizações camponesas venezuelanas realizaram uma marcha com cerca de 200 camponeses que percorreram, a pé, 430 km da cidade de Guanare, capital do estado Portuguesa até Caracas. A marcha que se autodenominou Marcha Campesina Admirable, em referência à Campaña Admirable, que foi uma ação militar durante a luta pela Independência da Venezuela, levou consigo um documento e o entregou ao presidente Nicolás Maduro. Tal documento continha as reinvindicações dos camponeses como parte da proposta para atuar na crise alimentaria que assola o país. Propunham estabelecer, com um conjunto de ações do Estado, um sistema de produção e distribuição de alimentos que colocasse toda a cadeia produtiva de alimentos sob controle do poder popular. (BUITRAGO, 2018).

[179] A Red Nacional de Comuneros y Comuneras foi criada em 2009 com 16 comunas de 7 estados. É uma das primeiras articulações comuneras e já tinham como princípio o debate em torno da construção do Estado Comunal. (RED NACIONAL DE COMUNEROS, 2014)

revolução em direção ao socialismo. Mas o documento também indica elementos para a luta *comunera*, para além da reinvindicação:

> Damos este primer paso desde la aldea universitaria recuperada por el movimiento comunero de Simón Planas porque creemos que ese es el camino: avanzar en *comunalizar* los espacios, recuperar lo que fue mal llevado por quienes rifaron logros de la revolución, defender las conquistas, proyectar nuevos avances como son las ciudades comunales y demás formas de agregación de comunas, de gobierno comunal, democracia participativa. (DECLARACIÓN, 2018a).

A Asamblea Nacional Comunera sai assim com o indicativo comum da *comunalización del territorio* nos aspectos econômicos e sociais, pela recuperação de estruturas produtivas e sociais colocadas sob controle das comunas, e no aspecto político com a projeção das cidades comunais e até de formas mais avançadas de agregação comunal. Desta forma, o que se projeta como objetivo do movimento comunero é a *comunalización del territorio* articulando todos estes aspectos, ampliando o debate da estratégia de transição ao socialismo proposta por Chávez. E assim conclui o documento:

> Desde aquí convocamos a profundizar este camino de articulación, unidad, construcción de una alianza comunera que incorpore a otros actores, como son los campesinos y las campesinas, que, muchas veces, también somos nosotros(as) mismos(as) en nuestros territorios. Existe una agenda de lucha dispersa, debemos unirla, planificar victorias, avances en este contexto de dificultades, amenazas, a la vez que oportunidades que nacen de este pueblo que libra una inmensa batalla contra la guerra y contra quienes buscan terminar con el proceso revolucionario desde dentro. Con la certeza de Chávez: comuna o nada. (DECLARACIÓN,2018a).

Assim se dá mais um passo em direção à uma articulação de comunas que busque ampliar a dualidade de poder vivenciada em Simón Planas como o caminho de construção do socialismo via Revolução Bolivariana. “El movimiento comunero nacional es crear esa correlación de fuerza, generar esa alianza estratégica y haciendo ese tejido que nos una y que haga esa unificación nacional entre las comunas, entre todas” (MATOS, 2019).

> Después de esta asamblea estamos intentando construir una instancia nacional de debate político, para discusión de las 4 líneas estratégicas: el tema de la economía, por ejemplo, el tema de la formación política ideológica, el tema de la comunicación y el tema de la defensa integral del territorio. Son 4 líneas en que la gente participó, propuso y generó un debate. Nosotros vimos como muy acertado. Creo que el debate debe quedar. (PRADO, A., 2019).

E o debate permaneceu e se ampliou, constituindo a Unión Comunera como o movimento nacional de articulação entre as comunas da Venezuela. Os eventos que fundaram

a Unión Comunera ocorreram nos primeiros meses de 2020, após nossa pesquisa de campo e antes da pandemia. Trataremos deste processo mais adiante.

Em 2019, outro evento de grande importância acontece na comuna El Maizal e reforça essa articulação inicial: é o aniversário de 10 anos da comuna. As comemorações tiveram como mote principal um trabalho interno, com debates nos conselhos comunais, fazendo um balanço destes 10 anos, mas também com atividades variadas como

> Una actividad recreativa con 726 niños de los 22 consejos comunales que hacen vida en la comuna. Un encuentro deportivo y recreativo con trabajadoras y trabajadores de las diferentes unidades productivas comunales. Una asamblea con productores y productoras que serán financiados por la comuna para iniciar el próximo ciclo productivo. (COMUNA EL MAIZAL, 2019b, p.3).

Mas também deu continuidade ao processo de articulação que iniciou com o Encuentro de Solidaridad e se ampliou com a Asamblea Nacional Comunera, na medida em que na festa estiveram presentes diversas organizações populares, comunas, movimentos sociais, intelectuais de todo o país, onde também foi reafirmado o caráter estratégico da luta *comunera* na construção do socialismo e a necessidade da unidade em torno dela. Durante o ato político da festa, diversos convidados se colocaram neste sentido, como o professor Amílcar Figueroa que

> destacó que la comuna constituye el punto de mayor radicalidad de Chávez en su empeño por la construcción del socialismo. Como retos señaló: "La comuna no puede ser una experiencia aislada. No hemos sido capaces de entretejer un inventario de los comunes y algunas veces actuamos de forma aislada. (Así que) De El Maizal debería surgir una síntesis teórica sobre cómo debe ser el esfuerzo comunal, hay que sacar muchas lecciones que alimenten ese horizonte común que para nosotros es un horizonte socialista". (COMUNA EL MAIZAL, 2019b, p.2).

A intervenção do *comunero* Angel Prado, que finalizou o momento do ato político, reafirma a necessidade dessa articulação:

> No queremos quedarnos enclaustrados, encapsulados en el país. Tampoco permitiremos que nuestras comunas sean destino de turismo político. Por eso acompañamos a otras experiencias en distintas zonas del país, acompañamos recuperaciones de tierras y de empresas, porque apostamos a la expansión de la experiencia comunera. Aquí no estamos a la defensiva, todos los días inventamos cosas nuevas: ¿dónde hay una nueva comuna? ¿cómo ampliamos nuestros intercambios? (PRADO, A., 2019, apud. COMUNA EL MAIZAL, 2019b, p.2).

Neste sentido, os anos de 2018 e 2019 foram os anos de gestação de um movimento nacional *comunero*, que nasce conformando alianças e linhas estratégicas.

> Aquí hay una unidad muy interesante entre la militancia de la ciudad con la militancia del campo. Es decir, como, que condiciones reales para nosotros irnos a la construcción del movimiento comunero nacional. Por ejemplo, nosotros ya hemos llevado relaciones concretas con varias comunas de diferentes estados del país, estamos haciendo alianzas productivas; estamos haciendo intercambios productivos. La gente se anda entusiasmando, la gente se anda animando. Una relación que tiene una comuna la pone a servicio de otra comuna que no la tiene. Del intercambio de saberes. Es decir, estamos haciendo todo un diagnóstico de lo que hay, entre todos, como para construir un grande poder. Construye un gran poder que nos permita en corto, mediano plazo, como movimiento comunero, como sector comunal como sector político de este país, alterar la correlación de fuerza. (PRADO, A., 2019).

As relações políticas constituídas em torno do projeto comunal também estão formadas por relações produtivas. A base material de desenvolvimento econômico de cada comuna, com base na propriedade social dos meios de produção, na autogestão compartilhada entre trabalhadores e comuna das suas empresas e unidades de produção e na busca pela satisfação das necessidades de sua população, é parte constitutiva dessa articulação, pois conforma o projeto de poder a ser construído, extrapolando a esfera das experiências locais.

O movimento *comunero* em formação reafirma, portanto, que são os portadores do projeto revolucionário e socialista proposto por Chávez, fazendo antagonismo com setores majoritários do governo que optaram pela política de alianças com a burguesia:

> Entonces si nosotros somos leales a Chávez, si nosotros somos coherentes con el comandante Chávez, con el proyecto, nosotros no vamos a permitir que ni desde la derecha, ni desde el imperialismo, ni desde el gobierno, ni desde el reformismo, se debilite al sector comunal[180]. Porque fue el sector bandera de Chávez. Y eso es lo que persigue este movimiento comunero. Reivindicar a la Chávez, convocar nuevamente al sector comunal, convocar a las organizaciones populares, convocar a los movimientos sociales y que nosotros con madurez política, con claridad política y con claridad ideológica, con principios, con valores, podamos reanimar, enamorar, convocar nuevamente al pueblo y sobre todo mantener viva la esperanza, para que no haya, como dice el compañero de Jamaica, de la Brigada Che Guevara[181], para que no haya

[180] Em diversos momentos de nossas entrevistas, os e as comuneras se referiam a eles como setor comunal, ou setor comunero, numa clara alusão aos diferentes setores sociais que conformam a base bolivariana. Mas um entrevistado explicitou, numa referência a isso, uma expressão que revela o papel das comunas do processo revolucionário na Venezuela : "Queremos que el sector comunal no sea un sector, que sea una orientación estratégica" (TATO, 2019).

[181] No período em que estávamos fazendo o trabalho de campo, estava de visita na Comuna um grupo da Brigada Internacionalista Che Guevara formado por jovens de diversos países da América Latina. A Brigada Internacionalista estava pela segunda vez na Venezuela naquele ano. Em fevereiro, estiveram na Venezuela, por 10 dias, cerca de 200 jovens de diversos países de todo o continente Americano, da África, Europa e Ásia, culminando com a participação na Asamblea Internacional de los Pueblos en solidaridad con la Revolución Bolivariana que ocorreu entre 24 e 27 de fevereiro de 2019. "Se plantea entre sus objetivos generar una plataforma en solidaridad permanente con la Revolución Bolivariana a nivel mundial, que sostenga una articulación política y comunicacional

> el aniquilamiento del proyecto originario del comandante Chávez. (PRADO, A., 2019).

Cabe destacar a forma como este movimento tem sido construído. Ela parte da ideia de que é preciso construir a partir de um processo de articulação que envolva diálogo e construção coletiva, seguindo os métodos dos movimentos sociais populares, com direção coletiva, democracia interna, organização própria, autonomia frente ao Estado e aos governos, processos de formação permanente, vínculo com sua base social.

> El movimiento hay que construir, dar organicidad, para que sea una fuerza política y que se plantea objetivos muy claros, por ejemplo, la construcción del socialismo, la construcción de la comuna en Venezuela. Son objetivos claros de ese movimiento, la participación activa en la vida económica del país, son objetivos claros. Creo que hay que empezar por las pequeñas cosas, tampoco podemos abortar el parto, abortar el embrión. (PRADO, A., 2019).

Enquanto o governo buscava atingir metas de formalização de comunas, o poder popular, como impulsionador deste processo, atua no sentido de fortalecer os processos existentes, potencializar os nascentes e gestar os embrionários, inspirado sempre em Chávez e em sua capacidade de dialogar com as bases populares. Se o Ministerio del Poder Popular para las Comunas y los Movimientos Sociales é o órgão responsável por territorializar as comunas a nível nacional, com a articulação em torno do movimento *comunero*, as comunas constituídas e organizadas, convencidas da estratégia comunal de construção do socialismo, tomam para si esta tarefa:

> La propuesta del movimiento comunero no salió de la cabeza, es parte de un proceso de venir. Primero, Chávez, antes de partir, lanza la línea Comuna o nada. Y él encomendó a Nicolás la comuna como a su vida misma. Y que era la línea de construcción del socialismo. La vía hacia el socialismo. Nosotros acatamos y compartimos esa línea. No es porque lo dijo Chávez solamente. Pero en efecto esa es la línea, la línea que Chávez dejó al pueblo, y el pueblo lo acompaña eso. Y es la lectura más comunista que puede a ver, para nosotros. Entonces esa propuesta viene cuajándose, porque seguir la línea de la comuna tiene que armar un movimiento que garantice la construcción de comunas, como instancia de relaciones políticas, sociales y económicas, que (sic) parir el socialismo, socialismo en lo territorial decía Chávez siempre. Eso sería como el socialismo concreto, no ese socialismo (sic), un socialismo de verdad (…). No solo en el abstracto, en lo intelectual, en la idea solamente. No, socialismo concretamente, en lo territorial. Que es como lo vamos a hacer. Para eso, estamos (sic) un conjunto de movimiento sociales, que ya estamos

---

generando herramientas para el manejo eficaz de la información, así como la planificación y ejecución de acciones específicas en defensa del derecho a la autodeterminación de los pueblos y en contraofensiva al avance de la hegemonía imperialista.” (BRIGADA, 2019). Assim, em agosto de 2019 outro grupo da Brigada, dividido em 3 grupos menores, percorreu 8 estados da Venezuela, neste momento com jovens de movimentos sociais de 13 países da América Latina e Caribe, focando as visitas na realização de trabalho voluntário nas comunas, e na vivência das experiências de organização popular. (MARTÍNEZ, 2019). Em fevereiro de 2020 houve a terceira edição da Brigada Internacionalista Che Guevara. Devido à pandemia não houve mais edições desde então.

> trabajando en esa dirección, en la *comunalización del poder*, la estructuración de consejos, consejos comunales, consejos políticos, colectivos. (TATO, 2019).

Assim, o movimento *comunero* que nasce assume a tarefa de conformar conselhos comunais e comunas, *tomar* terras e empresas improdutivas, incentivar a que as comunas assumam o controle de serviços vitais negligenciados pelo poder público. E o faz não somente com a clareza do projeto estratégico proposto por Chávez, mas com base na experiência concreta, que qualifica a proposta, a retira do campo das ideias e a coloca no campo material das lutas sociais da construção de poder real. E esta experiência concreta incide sobre a percepção da própria estrutura criada por Chávez na elaboração da proposta expressa no Anteproyecto de la Reforma Constitucional e nas Leyes del Poder Popular, no sentido de aproximá-la da construção nos territórios comunais.

> Aquí salió la necesidad de hacer un plan de siembra, la necesidad de *armar un sistema económico comunal con muchas más orientaciones,* salió la necesidad de la ampliación de la democracia de base, la reconquista de la democracia participativa y protagónica, la democracia radical, radical en el sentido que va a la raíz, (sic) al pueblo, que los voceros no se despeguen de la (sic) del pueblo. (TATO, 2019).

O primeiro passo após a Asamblea Nacional Comunera foi estabelecer um grupo para pensar e construir as próximas ações e definir algumas linhas. Assim começaram a se articular e a conversar com representantes de comunas de várias regiões do país[182]. José Tato explicou que essa articulação a partir das principais lideranças deve impulsionar o debate em torno do movimento *comunero*, mas não simplesmente fundá-lo.

> Tenemos que construir entre nosotros instancias orgánicas que nos permitan avanzar sobre el proyecto estratégico histórico legado por Chávez. Y asumido por nosotros. Entonces, esta etapa de la Asamblea Comunera, que sentamos en la mesa, todavía no existe tal como un movimiento comunero nacional. No hay un logo, no hay unas letras con un título, no hay una pizarra en la pared. Y no queremos hacerlo así. Queremos que de venir cuaje una instancia orgánica que convoque a los principales referentes de la constitución comunal ya referentes que está en la (sic) de innovar, desde la juventud, desde la base, desde la innovación de las propuestas económicas. (TATO, 2019).

---

[182] Em entrevista, José Tato da FCI, fez referência a algumas das comunas e organizações que fazem parte desta articulação: Fuerza Patriótica Alexis Vive, Comuna El Maizal, Comuna Altos de Lídice, Comuna 5 de Marzo, estudantes de Universidade Central de Venezuela (UCV), da Universidad Bolivariana de Venezuela, das residências estudantis, intelectuais, Comuna Palmares do estado Zulia, Comuna Che Guevara do estado Mérida, Red Nacional de Comuneros, Comuna Palito Blanco, várias comunas de Elorza, além do próprio FCI. Também fala em "várias comunas pequeñas" e "comunas de diferentes regiones" (TATO, 2019).

Estabeleceram 4 linhas iniciais para esse processo organizativo: produção e economia comunal, comunicação, formação política e defesa integral do território (PRADO, A. 2019; TATO, 2019). E entre essas lideranças, que os *comuneros* comumente chamam de vanguarda, dividem a tarefa de formulação em torno de cada linha. Por exemplo, José Tato nos colocou que ele é um dos responsáveis pela linha de formação, enquanto Andy, da Comuna 5 de Marzo e Angel Prado da Comuna el Maizal, fazem parte da equipe que formula proposições em torno do tema da produção e da economia comunal. Essas formulações buscam construir um debate em torno de ações concretas seguindo a estratégia comunal, que está diretamente ligada à instauração de uma dualidade de poder. José Tato explica que as ações concretas em cada uma destas linhas e a própria formação do movimiento *comunero* têm como horizonte "la potenciación de ese poder popular que en definitivo tiene que dirigir el proceso revolucionario y el proceso de construcción comunal como un nuevo poder que dispute con el poder del Estado y que le gana al poder del Estado." E sentencia: "la comuna es la antítesis del Estado burgués". (TATO, 2019)

Apesar dos *comuneros* envolvidos no processo de articulação do movimento *comunero* demonstrarem bastante entusiasmo, Amílcar Figueroa, intelectual que tem participado do debate acerca da estratégia comunal, busca uma reflexão considerando o avanço do capital na Venezuela e sua incidência no governo bolivariano.

> En ese momento, hay un fuerte contrataque de la propiedad privada de salvar el índice histórico de la productividad, por la fórmula capitalista. Y eso entra en contradicción, por supuesto con la Comuna. Tiene que acumular fuerza. Acumular fuerza y ganar más coherencia en su proyecto. (FIGUEROA, 2019).

O governo bolivariano tem assumido a aliança com o capital privado como prioridade na resolução da crise econômica instalada na Venezuela e na defesa contra ataques externos. Para Amílcar, essa opção e o aceite pela massa das classes subalternas desta aliança se dão pelo fato de que, na Venezuela, se hegemonizou a ideia de que o imperialismo não é a fase atual do capitalismo, como preconizou Lênin e vem sendo debatido pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora desde então, mas sim o poder exercido pelos Estado Unidos da América sobre as demais nações do mundo, em especial sobre a América Latina. E essa ideia faz parte do trabalho ideológico, comunicacional e político do governo, na medida em que "la mayoría de la dirección política identifica el imperialismo solo como el imperialismo norte americano" (FIGUEROA, 2019). E esta visão traz consequências na luta do projeto comunal. Elas unificam as lutas populares em torno da defesa contra as agressões diárias dos EUA sobre o governo

venezuelano e sobre o próprio povo venezuelano, mas fragiliza a disputa em torno do projeto, na medida em que a luta contra o grande e poderoso inimigo assume, na narrativa oficial, como a grande a luta a ser travada, requerendo o empenho prioritário de todos os setores chavistas, o que inclui as comunas, e de todos aqueles que defendem os "interesses nacionais" e são portanto "antimperialistas", o que incluiria a "burguesia revolucionária". Neste sentido, continua Amílcar Figueroa (2019): "La comuna tiene que plantearse simultáneamente la defensa de la patria contra la agresión imperialista y el fortalecimiento de esos núcleos donde el socialismo empieza a poner materialización. Como hacer sin entrar en choque es muy difícil." Mas também coloca que não há uma correlação de forças favorável a comuna e que o poder conquistado ainda é muito embrionário, apesar dos avanços encontrados em várias regiões do país (FIGUEROA, 2019).

E assim segue a construção do movimento *comunero*, com cuidado e com firmeza, acumulando forças internas e assumindo seu papel nas duas trincheiras de defesa da revolução: defendendo o que ainda resta do governo revolucionário bolivariano, nas lutas de massas e na luta anti-imperialista e construindo o projeto comunal desde os territórios, desde a articulação nacional.

5.2- Comuna El Panal 2021: A primeira comuna da Venezuela da era Chávez

Muitas são as comunas envolvidas no processo de construção do movimento *comunero*. Algumas desde as primeiras reuniões, outras se envolvendo no processo e muitas se inserindo com a criação da Unión Comunera como um movimento nacional de comunas. Mas a Comuna El Panal tem um papel especial neste processo. Não pretendemos fazer uma análise comparativa a Comuna El Panal e a Comuna El Maizal. Tampouco nos aprofundaremos em sua história e especificidades, que são extremamente ricas e conta uma parte da história da luta popular na Venezuela. Traremos alguns elementos da experiência desta comuna do bairro 23 de Enero, que mais do que um exemplo prático da viabilidade da estratégia *comunera*, ela faz parte de um conjunto de comunas que se conformam como a ponta de lança de uma articulação popular, com projeto político de poder e com capilaridade em todo o país, no campo e na cidade, e com forte protagonismo das comunidades periféricas das grandes cidades.

Caracas é caracterizada como uma cidade de visíveis contrastes sociais e foi o principal destino dos milhares de camponeses "deserdados da terra"[183] pelo processo de desenvolvimento e expansão da indústria petroleira ao longo do século XX. Ali Primera[184], músico-poeta-revolucionário venezuelano morto em um suspeito acidente de carro em fevereiro de 1985, chamado carinhosamente de "el Padre Cantor del Pueblo Venezolano" (MILLET, 2008), cantou as mazelas e a luta do povo venezuelano, sua imensa desigualdade e sua luta cotidiana, no campo e na cidade. E cantou, em 1974, a Cacaras fruto destes *desterrados* em *Las casas de Cartón*[185], retrato ainda vivo desta grande cidade da periferia do capitalismo:

> Qué triste se oye la lluvia
> en los techos de cartón
> qué triste vive mi gente
> en las casas de cartón
>
> Viene bajando el obrero
> casi arrastrando sus pasos por el peso del sufrir
> mira que es mucho el sufrir
> mira que pesa el sufrir
>
> Arriba deja la mujer preñada
> abajo está la ciudad y se pierde en su maraña
> hoy es lo mismo que ayer
> es su vida sin mañana
>
> Qué triste se oye la lluvia
> En los techos de cartón
> Qué triste vive mi gente

---

[183] Pegamos emprestado a expressão de Margarida Maria Moura (1988) que em sua belíssima obra, Os deserdados da terra, analisa os processos de expulsão dos camponeses de suas terras na região do vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

[184] Principal cantor de protesto da música Venezuela, fez parte do movimento da canção latino americano denominado Nueva Trova. Foi militante do Partido Comunista da Venezuela e do MAS. Sempre colocou sua arte em função da luta social e política latino-americana. Tinha profundos vínculos com o povo e a cultura popular venezuelana. Nasceu e cresceu em Paraguaná, região semi-árida do estado Falcón. Assim se descreve: " ... yo soy campesino en mi formación, en la vivencia principal del hombre, su música de pájaros, del vientos del norte y del sur, del este, en los árboles de la Paraguaná xerófila, de la Paraguaná seca, pero al mismo tiempo de la Paraguaná entrañable, musical, solidaria, cantos de los campesinos en la siembra, cantos de la luz de mayo, salves, merengues, valses, con viejos clarinetes y violines, cuatro con cuerdas de tripa de chivo, de allí surge el canto, de allí nace el canto que me llenó el espirito y el alma…" (MILLET, 2008). Este vínculo profundo com a cultura popular o fez militante das lutas populares, e ainda inspira os militantes dos tempos atuais. No prefácio de uma coletânea musical de Ali publicada pela Fundación Editorial El Perro y la Rana, como parte da coleção Biblioteca Popular para los Consejos Comunales, Inti Clark Boscán diz que na noite de 13 de abril de 2002, quando as forças populares derrotam a tentativa de golpe de Estado, na região leste de Caracas, "solo se escuchó durante toda la noche y cada vez era más eterna, más férrea y más justa, la voz de Ali Primera cantándole a la Revolución, cantándole a la vida, a la soberania y organización popular, en fin, al Pueblo" (BOSCÁN, 2007).

[185] Cartón é o mesmo que papelão, em português.

En las casas de cartón

Ay! Cae la lluvia
viene, viene el sufrimiento
pero si la lluvia pasa
cuándo pasa el sufrimiento
cuándo viene la esperanza

Niños color de mi tierra
con sus mismas cicatrices
millonarios de lombrices
y por eso
qué tristes viven los niños
en las casas de cartón
que alegres viven los perros
casa del explotador

Usted no lo va a creer
pero hay escuelas de perros y les dan educación
pa' que no muerdan los diarios
pero el patrón
hace años, muchos años
que está mordiendo al obrero

Qué triste se oye la lluvia
en las casas de cartón
Qué lejos pasa una esperanza
En los techos de cartón (PRIMERA, 2007).

Os camponeses deserdados de suas terras se estabeleceram em Caracas nos inúmeros *cerros* que a circundam. Os que conseguiram trabalho foram incorporados como força de trabalho superexplorada na construção da infraestrutura da cidade e das vias de escoação do petróleo para exportação. São os *obreros*, trabalhadores da construção civil, que vinham baixando dos *cerros* para as zonas urbanizadas da cidade, de suas casas feitas de *cartón*, que se desmancham a cada chuva, para trabalharem nas obras que transformavam aquela bela paisagem, aos pés do Monte Ávila[186]. A desigualdade cantada por Ali de forma escancarada, que revela a dura condição de vida dos trabalhadores, mais degradante que as dos *perros [em la] casa del explotador*, é a base sob a qual se assenta a formação história desta capital, e conforma sua identidade social, cultural e política.

Se os trabalhadores e trabalhadoras da cidade de Caracas da década de 2020 não vivem mais em *casas de cartón*, continuam relegados aos *cerros* e a condições de vida e trabalho

[186] Caracas é rodeada por uma cadeia de montanhas que compõe a Serranía del Litoral. Os picos mais altos são El Naiguatá com 2.765 metros e o Monte Ávila, que se ergue a uma altura de 2159 metros, abraçando a cidade de Caracas (SERVIZO ALTÓNOMO DE GEOGRAFIA Y CARTOGRAFIA NACIONAL, 1998).

degradadas pelo sistema do capital. Como debatido no capítulo "A luta popular e a condição de dependência da Venezuela" , estes *cerros* se constituíram, ao longo dos anos, em territórios de luta e resistência, mais ou menos organizados, conformando uma cultura política própria, capaz de incidir nos rumos da luta de classes presentes na formação econômico-social venezuelana. Desde as décadas de 1980, do Caracazo ou Sacudón, passando pelos coletivos culturais, pelos Círculos Bolivarianos, pelos Comités de Tierra Urbana, pelas Mesas Técnicas de Água, pelas Misiones Sociales e chegando aos Conselho Comunais e às Comunas, os *barrios* caraquenhos são geradores de importantes processos de organização das classes subalternas e seus processos de luta.

Assim, vamos trazer a comuna El Panal 2021, da Parróquia 23 de Enero, como a uma expressão desta jornada de conformação das lutas populares na cidade de Caracas, que reflete, de forma simbólica, a luta das classes subalternas ao logo do desenvolvimento do subdesenvolvimento venezuelano. A Comuna El Panal, como veremos, é uma importante articuladora do movimento *comunero* nacional, recebendo em seu território, o primeiro encontro de comunas da região central do país, coo parte da construção nacional da Unión Comunera.

5.2.1- Comuna El Panal 2021

A Comuna El Panal 2021 nasceu oficialmente no ano de 2010. Ela é a primeira comuna registrada na Venezuela, como nos contou Ana Marín. Mas sua construção remonta a um processo bem anterior, que inicia, inclusive, antes da proposição feita por Chávez.

A Comuna El Panal 2021 está localizada no bairro 23 de Enero,[187] localizado no município Libertador, na interseção entre o centro e a zona oeste da região metropolitana de Caracas. É considerado o bastião das lutas populares na Venezuela, tendo grande relevância nas lutas e rebeliões das décadas de 1980 e 1990. É um dos territórios caraquenhos que dão sustentação à Revolução Bolivariana, tendo protagonizado momentos importantes, como a atuação dos Círculos Bolivarianos durante o processo constituinte de 1999, a resistência al golpe de 2002 e ao *paro petrolero* de 2003, dentre outros, sendo parte constitutiva do que Carla Ferreira (2012) chamou de *movimento bolivariano radical de massas*.

O bairro 23 de Enero surge na década de 1950 como parte do projeto de "progresso" e "soberania" da ditadura de Marcos Pérez Gimenes, que investiu a renda petroleira em grandes

[187] O bairro se estende por 2,31 km², com uma população estimada entre 200 a 500 mil pessoas.

obras de construção civil e infraestrutura. Ele nasceu como projeto de urbanização "2 de Diciembre"[188], tendo demolido bairros inteiros com milhares de pessoas para ser implementado. Entre os anos de 1955 e 1957 foram construídos 38 *superbloques* de 15 andares e 104 blocos de 4 andares somando 9.176 apartamentos. (VISO, VEGAS, PEÑA, 2014). O projeto tinha por objetivo fornecer moradia para os operários que viviam nos bairros demolidos para sua construção. Muitos deles foram destinados a estes trabalhadores, que recebiam crédito para compra, mas também para outros trabalhadores do setor privado e público. Muitos dos operários que passaram a viver nestes apartamentos eram líderes sindicais da indústria petroleira, ou eram militantes ou simpatizantes do PCV. Assim, o bairro protagoniza muitas das manifestações e articulações para a derrubada da ditadura, que por fim acontece em 1958, quando da concretização de um levante popular. A urbanização, construída pelo ditador, se auto-rebatiza ironicamente adotando como nome o dia de sua derrocada, 23 de Enero. (COODINADORA, 2008).

Figura 10 – Urbanización "2 de Diciembre" em 1957

Fonte: Foto de Hamilton Wright (1957)

[188] Segundo o periódico Aporrea, em matéria sobre a história do bairro 23 de Enero, a urbanização foi batizada de "2 de diciembre" em referência a data das eleições, reconhecidamente fraudadas, que conduziram Marcos Pérez Gimenes a presidência da república em 1952 para iniciar o período mais violento da ditadura militar. (COODINADORA SIMÓN BOLÍVAR, 2008).

Ao longo dos anos, as áreas verdes, encostas e áreas recreativas foram sendo ocupadas por mais trabalhadores que chegavam a Caracas, empurrados para sua periferia pela dinâmica social da formação econômica dependente e petroleira que concentrava cada vez mais a população no meio urbano. Assim, em meio aos prédios foram brotando casebres similares aos que haviam antes da urbanização, de lata e *cartón,* depois de madeira, tijolos e o que mais for possível usar para construir, conformando a paisagem do famoso *barrio* de Caracas.

Figura 11 - Foto da Parróquia 23 de Enero em 2018

Fonte: Foto de Johnny Gomes (2018)

A herança das lutas dos trabalhadores do bairro perdurou e conformou a cultura política do território. Com a ascensão de Chávez e a inauguração da Revolução Bolivariana, com políticas públicas voltadas para a população dos *barrios,* potencializou-se e ampliou-se a participação política.

> Neste ano de 2002, o decreto 1.666 previa a formação dos *Comités de Tierras Urbanas/CTUs* que tinha por objetivo organizar os moradores dos *barrios* para obterem o título da propriedade da terra de graça – demanda histórica daquela população. (BRUCE, 2019, p.63, grifos da autora).

Esses comitês mobilizaram amplamente a população do bairro, especialmente aquela que estava fora dos *bloques*, e ocupava áreas que não fazia parte do plano original da

urbanização, estando em situação irregular a décadas. O método de condução de políticas públicas de forma participativa, contando com a autogestão de sua execução junto à população beneficiária organizada, foi uma prática que marcou os primeiros anos do governo Chávez, e incidiu fortemente na organização popular nos territórios. Assim, com o mesmo princípio e método, criou-se a *Mesa Técnica de Agua,* "outro Comitê formado por vizinhos que junto a Hidrocapital, empresa responsável pelo serviço, solucionou a problemática dentro do *barrio*. Trocaram todo o encanamento por um novo, além de garantirem serviço de água potável" (BRUCE, 2019, p.65, grifo da autora).

Com o mesmo propósito de resolver os problemas imediatos sofridos pela população e ao mesmo tempo fomentar a participação, o governo implementa as chamadas *Misiones Sociales*, mas com um alcance ainda mais significativo em termos territoriais e organizativos, pois se propôs a atuar em todos os níveis do Estado, nacional, estadual, municipal e *parroquial*. Nas palavras do presidente Chávez,

> las misiones son componentes fundamentales del nuevo Estado social, el nuevo Estado social de derecho y de justicia, los que estaban excluidos ahora están incluidos juntos a todos: estudiando, capacitándose, organizándose, trabajando con una nueva cultura, con una nueva conciencia, porque las misiones están generando una nueva realidad, incluso en el orden cultural, incluso en el orden psicológico, en el orden ideológico y en el orden filosófico, además de la realidad concreta y práctica que están generando: en lo social, en lo económico, en lo educativo. (CHÁVEZ, 2004).

No bairro 23 de Enero, as *misiones* potencializaram os processos organizativos ali existentes. Mariana Bruce (2019), em sua pesquisa sobre as lutas sociais no bairro, destaca que duas *misiones* em especial atuaram de forma significativa neste território: a *Mision Bario Adentro*, que em parceria com o governo de Cuba, levou atendimento médico para as periferias e comunidades de todo país e criou milhares de comitês de saúde; e a Misión Robinson, de alfabetização, com a qual, "a *Parroquia 23 de Enero* foi o primeiro território livre do analfabetismo do país, fruto de todo o trabalho de militância assumido por aquela população". (BRUCE, 2019, p.65, grifos da autora).

Assim, a Comuna el Panal, como as demais comunas do 23 de Enero são parte deste processo organizativo que, mesmo sob incidência de políticas públicas, tem uma tradição histórica de auto-organização e rebeldia. E neste contexto se conforma a Comuna El Panal. Ela não é resultado direto dos esforços das instituições do Estado em organizar as comunidades em conselhos comunais, a partir de 2006, e depois em comunas, a partir de 2010, como orientou o presidente Chávez. Ela é o resultado da fusão da estratégia proposta por Chávez com a iniciativa

do coletivo Fuerza Patriótica Alexis Vive[189], da *parróquia* 23 de Enero. Essa experiência comunal inicia em 2006, adaptando a proposta dos conselhos comunais com o que já estavam construindo. Assim, a estratégia comunal já fazia parte da ação política e territorial do coletivo Alexis Vive antes mesmo de Chávez apresentar sua proposta no Anteproyecto de la Reforma Constitucional em 2007. (MARÍN, 2019).

Alexis Vive, como afirmou Ana Marín (2019), "es el motor fundamental para la construcción de la comuna". Ela foi a organização que impulsionou essa construção, quando, na maior parte dos territórios, foi o Estado seu impulsionador, pelo menos nos primeiros anos após a promulgação das Leyes del Poder Popular. E ao criar a comuna, a Fuerza Patriótica Alexis Vive não se dissolveu em suas instâncias, pelo contrário, ela se conformou na "coluna vertebral" do projeto comunal (LUGO, 2019).

Quando surge como uma força política própria, ao se desligar da Coordinadora Simón Bolívar[190], o coletivo Alexis Vive, com forte pertença em seu território, busca construir sua própria estratégia em direção ao socialismo.

> A partir de 2006, 2007, con los antecedentes históricos de la Comuna de Paris, de la Comuna Chiliying, los Caracoles Zapatistas del comandante Marcos y del Ejercito Zapatista de Liberación Nacional, afirmamos estudiando, preconfigurando junto con Chávez esa instancia máxima de la organización del pueblo que son las comunas. Nosotros comprendemos que el poder reside en el pueblo y que el tema de los autogobiernos son la mejor forma y la mejor manera hoy en día de poder existir, poder vivir, poder interrelacionarnos, poder producir bien. (MARÍN, 2019).

---

[189] Com uma referência teórica marxista-leninista, um grupo de jovens militantes da parróquia 23 de Enero, que faziam parte da tendência "Travesia", rompe com a organização popular "Coordinadora Simón Bolívar" (CSB) e fundam o Colectivo Alexis Gonzáles Vive Carajo em 2004. Alexis Gonzáles era um militante da CSB assassinado no dia 11 de abril de 2002, em decorrência da violência do golpe de estado de 2002. Mais tarde, o coletivo passa a se chamar Fuerza Patriótica Alexis Vive, e cria a Fundación Alexis Vive, como seu braço formal, institucional. (COLECTIVO ALEXIS VIVE, [2020]).

[190] A Coordinadora Simón Bolívar nasceu em 17 de dezembro de 1993 no bairro 23 de Enero como Coordinadora Cultural Simón Bolívar (CCSB). Ela foi resultado de um intenso processo organizativo da classe subalterna após o Sacudón, como a Asamblea de Barrios de Caracas, e sua versão local, no 23 de Enero, a Asamblea por la Vida. Logo se organizou a "Brigada de Solidaridad con los Pueblos Antonio José de Sucre", embrião da Coordinadora. A CCSB se conforma então como um movimento de resistência dos trabalhadores do barro 23 de Enero, tal como aconteceu em outros barrios de Caracas. Com a chegada de Chávez ao governo da Venezuela e junto a vários outros movimentos populares venezuelanos, integram a base chavista popular, atuando intensamente na defesa da Revolução Bolivariana. (COORDINADORA SIMÓN BOLÍVAR, 2017). A Coordinadora "desenvolve inúmeras atividades culturais, de formação política e de organização popular. Se destacou pela ativa participação de sua militância no Plano de Alfabetização Nacional-Missão Robinson. Muitos de seus militantes e quadros ingressaram no PSUV" (BUZETTO, 2008).

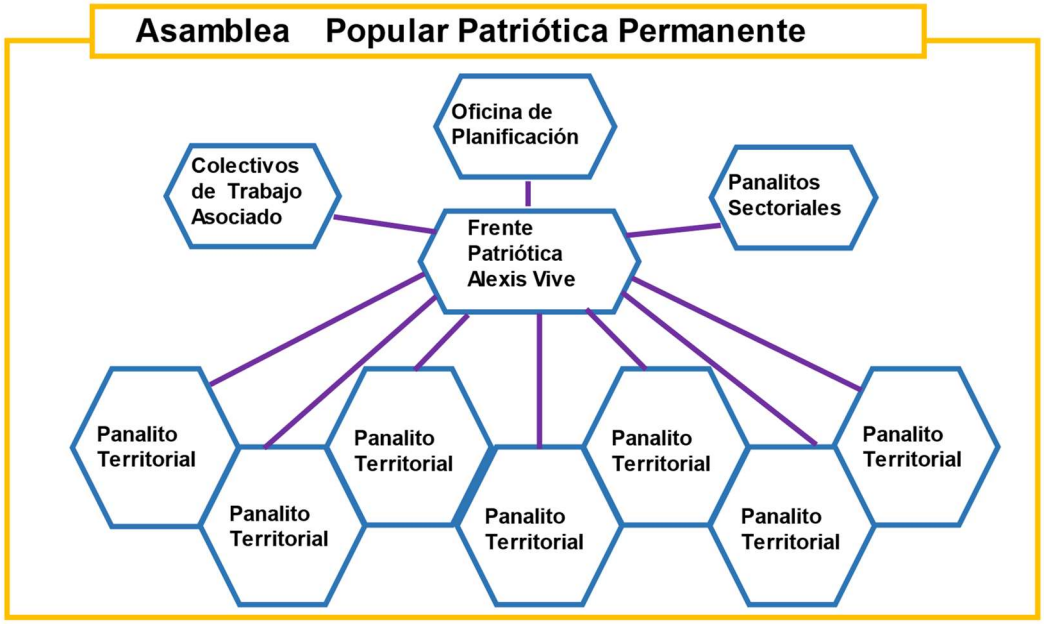
Assim, quando Chávez traz, em 2007, a estratégia comunal para o centro do debate do socialismo na Venezuela, o coletivo Alexis Vive já havia começado a organizar o território onde vivia nos mesmos fundamentos que o presidente apresentava naquele momento.

> Desde 2006 iniciamos nosotros la comuna. Ahora, nosotros nos registramos en 2010. Registrados. Y ya teníamos 4, 5 años de experiencia como comuna. Nosotros somos la comuna 00001 de país. La primera comuna registrada. (…). El papel no era lo que legitima la propuesta, sino que eso fue como un requisito para resolver el tema del proyecto. (MARÍN, 2019).

E ao longo destes anos vários foram os processos organizativos, políticos e produtivos vividos pela comuna. Sempre com base na estratégia de construção do socialismo pela via comunal, se pautaram fundamentalmente pela constituição de processos geradores de autossustentação econômica, autonomia política, autogestão e autogoverno (MARÍN, 2019; LUGO, 2019).

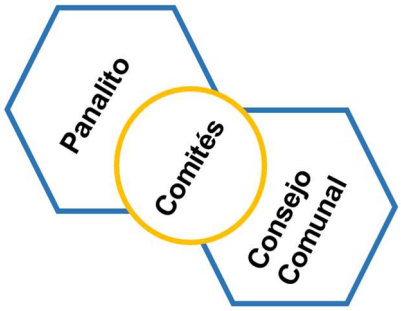
Atualmente o processo organizativo da comuna, articulado com o processo produtivo, se dá da seguinte forma:

Figura 12 – Estrutura Organizativa da Comuna El Panal 2021



Fonte: Elaboração própria com base em Lugo (2019) e Marín (2019)

Figura 13 – Panalitos, Conselhos Comunais e Comitês



Fonte: Elaboração própria com base em Lugo (2019) e Marín (2019)

Há então os conselhos comunais, que são 7 ao todo, formado nas comunidades e *bloques* que conformam o âmbito territorial da comuna com cerca de 16.500 pessoas. A organicidade da comuna também é formada pelos comitês temáticos. Realizam-se eleições a cada 2 anos, com base na Ley Orgánica de los Consejos Comunales. Cada conselho comunal tem uma outra instância, que é o *Panalito Territorial*. Esta é uma instância original da Comuna El Panal, criada no decorrer de sua práxis organizativa. Ana explica que os Panalitos Territoriales "son como acompañamiento a los consejos comunales, son instancias, células orgánicas de la organización, involucradas en los consejos comunales, que motorizan esa instancia política administrativa" (MARIN, 2019). Ela não é uma instancia eletiva. "Un sistema de elección, no necesariamente es sinónimo de democracia", afirmou Ana. A constituição dos Panalitos foi a maneira que o coletivo Alexis Vive encontrou de impedir que pessoas cooptadas por organizações da direita venezuelana se elegessem nos conselhos comunais e os implodissem desde de dentro, e, na pior das hipóteses, assumissem o controle do território (LUGO, 2019). Mas busca-se manter o princípio participativo que norteia o projeto comunal, assim, qualquer membro da comunidade que tenha interesse em contribuir com a construção da comuna pode participar, desde que assuma as responsabilidades acordadas coletivamente e passe pelos processos de formação política propostos pelo coletivo Alexis Vive (LUGO, 2019; MARÍN, 2019). Para José Lugo os Panalitos são formados pelas

> personas más claras con relación a lo proceso revolucionario. Son chavistas, están claros, leemos a Marx, leemos a Lenin, leemos [sobre] la comuna de Chiliying, leemos [sobre] los Caracoles de México, leemos [sobre] la Comuna de Paris. Nos preparamos pues. En los Panalitos nos preparamos con ese tipo de formación política e ideológica. (LUGO, 2019).

Cada Panalito é coordenado por um ou mais membros do coletivo Alexis Vive que fazem vida naquela comunidade. Os comitês temáticos dos conselhos comunais formam, a nível de comuna, os *Panalitos Sectoriales*[191]. E a instância máxima de cada conselho comunal é a *Asamblea de comuneros y comuneras*. A nível de comuna, a direção política está a cargo do coletivo Alexis Vive e seus militantes, que integram os Panalitos Territoriales e os Sectoriales, tendo como instância máxima de decisão a Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas, batizada em El Panal de Asamblea Popular Patriótica Permanente.

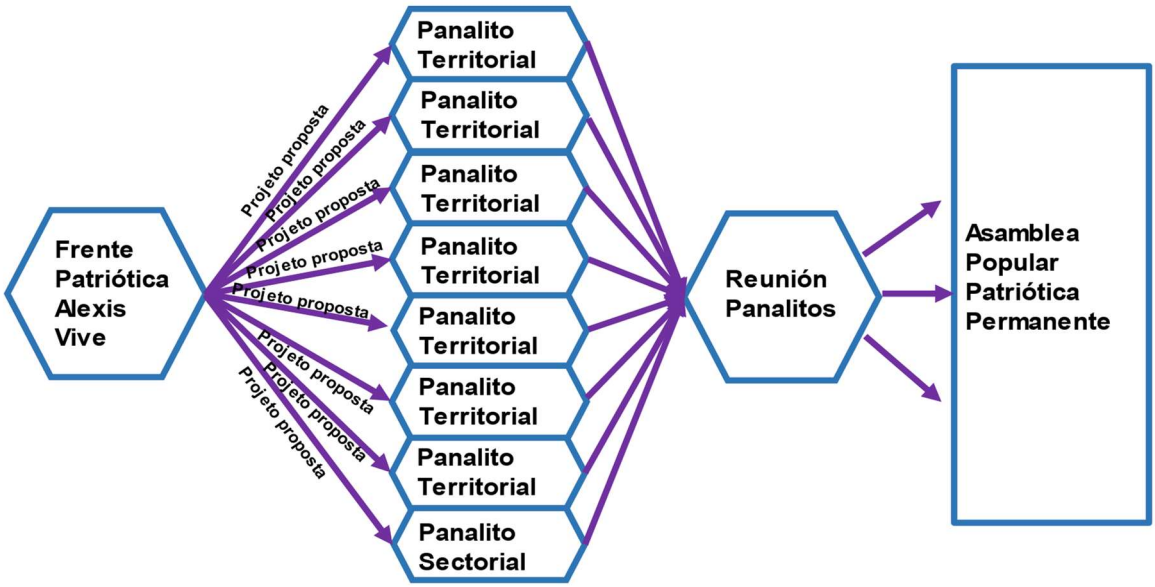
Ana nos explica que, no processo de tomada de decisão, há uma busca de primeiro consensuar as propostas nos Panalitos, sejam propostas de projetos produtivos, de resolução de conflitos, de ações estratégias, de investimentos ou outras que precisem ser debatidas. Quem organiza as discussões é o coletivo Alexis Vive, que as leva a cada Panalito e tenta ali construir os consensos. Caso não seja possível, ou, entre os Panalito, se apresentem propostas diferentes, convoca-se uma reunião entre todos os Panalitos, com todos os componentes, não apenas sua representação, e busca-se ali estes consensos. Com frequência se reúnem "70, 80 personas más los integrantes de Alexis" (MARÌN, 2019). Depois dividem-se as tarefas para organizar a viabilidade das propostas antes de serem apresentadas em assembleia. Se o consenso não foi alcançado nos Panalitos, leva-se o debate para a Asamblea Popular Patriótica Permanente, que, como instancia máxima, toma a decisão final (LUGO; 2019 MARIN, 2019).

Assim, na organicidade da comuna El Panal não há um Parlamento Comunal. Seu método organizativo tem por base a existência de uma direção, que eles chamam de vanguarda, que é o Coletivo Alexis Vive, articulado com o método assembleário de tomada de decisão. Enraizado nos conselhos comunais pelos Panalitos, o coletivo Alexis Vive busca garantir a linha política do projeto comunal, para que este não se perca nos percalços cotidianos, com as falsas soluções, as cooptações e o desânimo. Segundo Ana, as assembleias são frequentes, acontecem mensalmente de forma ordinária, mas podem ser convocadas sempre que necessário, contando com uma participação média de 1000 pessoas (MARÍN, 2019).

---

[191] Os entrevistados não relatam a totalidade dos Panalitos Sectoriales, que em alguns momentos chamam também de conselhos. "Hay consejos de salud, consejos de planificación, el consejo de economía, el consejo de cultura, el consejo de deporte, el consejo de ambiente" (MARÍN, 2019). José Lugo (2019) falou ainda no Comité se Seguridad integral.

Figura 14 – Processo de Tomada de Decisão na Comuna El Panal 2021



Fonte: Elaboração própria com base em Lugo (2019) e Marín (2019)

A Comuna El Panal tem como um de seus objetivos, se constituir como uma comuna produtiva. Parte do mesmo princípio que mobiliza os *comuneros* da Comuna El Maizal, de que o processo de produção e distribuição da riqueza deve estar sob controle dos trabalhadores organizados no território. Lutar e se organizar neste sentido no meio rural já é algo bem desafiador para os trabalhadores organizados em comuna, mas numa cidade como Caracas o desafio torna-se algo quase inimaginável, ainda mais no atual contexto de crise que passa a Venezuela.

Assim, com base neste princípio, articulado com sua forma de organização comunal, e com as necessidades dos que vivem naquele território, a Comuna El Panal criou o seu próprio sistema econômico comunal. Ele é formado pelos Colectivos de Trabajo Asociado[192], pelo

[192] Segundo Ana Marín, esses coletivos são inspirados na experiência Iugoslava. A República Socialista Federativa da Iugoslávia, criada após uma luta de libertação nacional ante a ocupação nazista, e que levou à unificação dos "eslavos do sul" reunindo Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia, estabelece um modelo de desenvolvimento econômico, após o rompimento com a URSS em 1948, que se baseia em empresas autogestionadas pelos próprios trabalhadores. Partindo da concepção marxista da "associação dos trabalhadores" como matriz da economia socialista, "a Assembleia Nacional aprovou em 27 de junho de 1950 o que ficou conhecido como a lei sobre a autogestão dos trabalhadores, pela qual os meios de produção deixavam de ser formalmente propriedade do Estado, passando a ser propriedade social. Por meio de órgãos coletivos (conselhos operários e comitês de gestão) criados em cada empresa, os trabalhadores tornam-se, em tese, administradores de uma parcela da propriedade social global" (MIGUEL, 2020, p. 3). Muitas são os avanços e as contradições deste processo, que não nos cabe aqui discutir.

banco da comuna, o BanPanal, pela Oficina de Planificación e pela EPSDC "Las Abejitas del Panal". Todas estas estruturas estão integradas às instâncias decisórias da Comuna.

Segundo Ana Marín, a comuna conta com 11 Colectivos de Trabajo Asociado e todos atuam no setor de serviços. São eles: "la cauchera; un cafetín que tenemos; una tasca-restaurant[193]; un sistema de televisora por cable, que alquila la señal; una panadería; la venta de verduras y hortalizas; una tienda de que vende variedades; un autolavado; una venta de cochino, de carne; una pizzería" (MARÍN, 2019). Cada Colectivo de Trabajo Asociado é coordenado por um membro do coletivo Alexis Vive e exerce dupla função: oferecer bens e serviços a um preço mais baixo que o mercado privado[194] e gerar um excedente financeiro que possa ser investido na comuna, seja de caráter social[195], seja de caráter produtivo, além de garantir uma remuneração para os militantes do coletivo Alexis Vive. Todos os coletivos de trabalho precisam prestar contas mensais para a Oficina de Planificación. De posse do excedente, convoca-se a Asamblea para decidir sobre os investimentos.

O BanPanal, no período em que estivemos fazendo nossa pesquisa de campo, estava com suas portas fechadas, e suas funções delegadas à Oficina de Planificación. Mas a pouco tempo, teve uma ação de grande relevância e que foi bastante difundida na época: a emissão de uma moeda própria da comuna, chamada "panal". Panal foi registrada como moeda comunal e começou a ser impressa em dezembro de 2017. Exerceu uma função especifica conjuntural, quando em 2017 e 2018, o papel moeda venezuelano, o bolívar, estava desaparecendo da Venezuela, sendo contrabandeado para Colômbia[196] , Paraguai[197], e até para o Brasil[198]. Assim, a criação de uma moeda comunal

---

[193] Na Venezuela os bares são chamados de tasca.

[194] Com preços elevados pela especulação e pelo "bachaqueo".

[195] A Comuna realiza diferentes projetos sociais autofinanciados. Ela mantém um refeitório que oferece janta para 120 crianças em situação de vulnerabilidade, todos os dias; uma quadra de esportes; uma rádio e um canal de televisão comunitários; uma Frente de Pedagogos com 7 educadores que oferecem diversas aulas e cursos como dança, informática, música, agroecologia, matemática, etc. Há também as ações sociais de ajuda direta às famílias mais vulneráveis.

[196] NAVARRO, Karen. Contrabando de extracción de papel moneda cuenta con apoyo del Gobierno colombiano. YVKE Rádio Mundial, [s/l], 20 mar. 2018. Disponível em: http://www.radiomundial.com.ve/article/contrabando-de-extracci%C3%B3n-de-papel-moneda-cuenta-con-apoyo-del-gobierno-colombiano. Acesso em: 15 jan. 2021.

[197] EL MISTERIO de las 25 toneladas de billetes venezolanos que fueron incautados en Paraguay. BBC News. 15 fev. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-38977855. Acesso em: 15 jan. 2021.

[198] VENEZUELA cierra frontera con Brasil por contrabando de billetes. El Comercio, Quito, 14 dez. 2016. Disponível em: https://www.elcomercio.com/actualidad/venezuela-cierra-frontera-brasil-contrabando.html. Acesso em: 15 jan. 2021.

> se hizo necesaria, para que nosotros pudiéramos ayudar a esos pequeños comerciantes, el panadero, que no tiene punto de venta, la señora de las empanadas, el que vendía cafecito, el abasto que no estaba bancalizado. Entonces se crea la moneda panal. La moneda panal vino como una solución muy importante para eso tipo de organización. ¿Por qué? Muy sencillo. Porque las personas que no tenían efectivo venían al banco, al BanPanal, compraban la moneda panal, cuando se quería 10 mil bolívares se vendía 10 mil bolívares en panal. E iban a comprar, con ese papel moneda, con esa moneda, que fue creada por nosotros, en esos pequeños comercios. Esas personas, que vendían sus productos, venían con la moneda al BanPanal e se le cambiaba, el banco se lo transfería a él. Lo que nosotros hicimos, fue que, el papel moneda, que estaba desaparecido, innovamos e hicimos un papel moneda con nuestra característica. (LUGO, 2019).

Figura 15 – Nota de 10 panales

Fonte: Monedas Comunales (2019)

Esta ação durou até a normalização das emissões de papel moeda no país e o controle do contrabando. Mas a experiência ficou. E o BanPanal já tem sua moeda registrada para que possa ser usada quando a Comuna entender necessário. O que esse episódio também revela é o nível de confiança que a comunidade tem na Comuna e em suas políticas. “Simplemente ese papel moneda estaba respaldado por nosotros, por nuestra organización, por la siembra, por nuestro producto, y la gente confiaba en nuestra moneda” (LUGO, 2019).

Como parte del Sistema Económico Comunal está a EPSDC Las Abejitas del Panal. Ela, diferente dos Colectivos de Trabajo Asociado, está registrada no Ministerio de las Comunas y Movimientos Sociales, segue a legislação e pode adquirir financiamento estatal, apesar de que, segundo Lugo, não os acessa desde 2011, quando foi criada. La Empresa Têxtil Las Abejitas del Panal, nome escrito na fachada, é uma pequena indústria têxtil que produz roupas, bolsas, mochilas, uniformes escolares, esportivos e de trabalho. Emprega 10 trabalhadores, que recebem em média 5 salários mínimos. O modelo de gestão interna tem por

base a autogestão, ou seja, há ali um coletivo, que divide tarefas e toma decisões de forma coletiva.

> Dentro de esa empresa lo que se maneja son vocerías. Aquí no hay un esquema vertical, más un sistema completamente horizontal. Aquí no hay un jefe, no hay un dueño, no hay nada. Todos tenemos responsabilidades de dentro de la empresa. Tenemos la vocería de producción, de formación, de contraloría, vocero de administración. (LUGO, 2019).

Com relação à organização da produção, ela busca romper com a lógica da divisão técnica e produtiva do trabalho. Todos aprendem a manejar todas as etapas da produção, a conhecer o funcionamento de cada máquina, e também a operar a parte administrativa.

> O sea, en nuestra organización, nos integramos para hacer todo dentro del proceso. Entre todos hacemos la planificación. Todas las decisiones se toman en asamblea de productores y productoras. Aquí no hay mano de obra, aquí se maneja el concepto de productores y productoras como tal. (LUGO, 2019).

O conceito trazido por José Lugo, de produtores e produtoras é parte da percepção que estes trabalhadores tem de seu processo produtivo e organizativo. Ela exprime, junto com a autogestão da produção e a conexão com a comuna, a busca por superar um dos principais fundamentos da exploração capitalista que é a alienação do trabalho.

> Queremos que la gente entienda que nosotros estamos llevando a delante una revolución. Y dentro de esa revolución tu tiene que tumbar el antiguo esquema y avanzar en el esquema que tu diga, mira está naciendo aquí en 23 de enero. La gente cuando entra por esa puerta se queda sorprendido: ¿Y todo los hacen ustedes? Si, todo lo hacemos nosotros. Nosotros solo vendemos los productos hechos por nosotros, marca El Panal. Para que la gente entienda que eso nace aquí, en 23 de Enero, que nace en una comuna y que las comunas tienen que ser comunas productivas, para que podamos cambiar el modelo económico y construir el Estado Comunal. (LUGO, 2019).

O debate em torno da alienação do trabalho é, segundo Mészáros, um dos temas centrais da teoria marxiana. "O conceito de alienação em Marx compreende as manifestações de 'estranhamento do homem em relação à *natureza* e *a si mesmo',* de um lado, e as expressões desse processo na relação *homem-humanidade* e *homem e homem*, de outro" (MÉSZÁROS, 2006, p.21, grifos do autor). Trata-se de uma categoria marxiana que caracteriza a condição humana sob relações de exploração, e que lança luz sobre estas relações de forma especial no sistema capitalista. Pode ser expressa em quatro características principais: "a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu "ser genérico" (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens)" (MÉSZÁROS, 2006, p.20).

A primeira característica expressa a relação do homem com o produto do seu trabalho, com os objetos da natureza por ele transformado, mas que lhe é estranho, na medida em que não lhe pertence, e não se reconhece nele, apesar de ser transformado por ele pelo trabalho. A segunda característica da alienação, do sujeito alienado de si mesmo está na relação do trabalhador com a atividade produtiva que realiza, que se coloca como algo alheio, que também não lhe pertence e que não lhe oferece satisfação enquanto ser social, mas que é sumamente necessário para garantir, e de forma limitada, sua sobrevivência. Marx (2015) denomina esta relação como *autoalienação*, enquanto que na relação com o objeto produzido é a alienação da *coisa*. O terceiro aspecto, a alienação do homem como ser genérico, incide sob sua própria humanidade. "Na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a natureza, 2) ele próprio, sua função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena do homem o gênero; torna-lhe a vida genérica meio de vida individual" (MARX, 2015, p.311). Ou seja, na medida em que o trabalho aparece para o homem apenas como meio de garantir sua sobrevivência, e não como atividade consciente e livre constitutiva da própria vida genérica, "a própria vida aparece apenas como *meio de vida.*" (ibdem, p.312, grifos do autor). O sistema capitalista intensifica e naturaliza essa alienação da "condição humana". No quarto aspecto, a alienação aparece como "*alienação do homem* do [próprio] *homem"*, pois percebe que tudo aquilo que lhe é subtraído, a outro homem pertence. "Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, é um poder alienado frente a ele, então isso só é possível porque ele pertence a *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade é para ele um tormento, então deve ser fricção para um outro e a alegria de viver de um outro" (MARX, 2015, p.315, grifos do autor).

E olhando para a experiência produtiva da EPSDC Abejitas del Panal e também das EPSDC e UPC de outras comunas, como da Comuna El Maizal, analisada no capítulo anterior, percebe-se a busca pela "transcendência da autoalienação do trabalho"[199]. Ela se dá na relação com resultado da produção, que produz um objeto com simbologia de pertencimento, com uma marca que entendem como deles, e não somente deles como trabalhadores, mas deles como *comuneros*, como parte de um projeto político de sociedade e de poder:

> las personas reconocen nuestro producto, reconocen nuestra marca, les gustan lo que estamos haciendo, y hemos ido avanzando en consolidar nuestra marca.

[199] Esta expressão usada por Mészáros vem no sentido e que é preciso, devido "ao caráter da crise global do sistema socioeconômico dos tempos atuais" (MÉSZÁROS, 2006, P.26), superar a alienação em todas as suas facetas. Não basta apenas um dos aspectos, é preciso transcender todos os mecanismos de alienação da sociedade do capital, colocando em cheque a relação predatória com a natureza e com a vida em geral.

> No somos Puma, no somos Nike, nosotros somos El Panal del 23 de Enero de la Comuna Socialista El Panal 2021 (LUGO, 2019).

Com todas as etapas do processo produtivo sendo coletiva, e os processos decisórios internos da empresa horizontais, os trabalhadores passam a se ver como produtores, pois aquela empresa não é de propriedade de outro. Tampouco é uma propriedade privada coletiva daqueles trabalhadores. Ela é da Comuna, mas sob o controle deles. Não há mais o pesar da realização do trabalho. Aquele é um espaço de construção de relações sociais fraternas, que não se resume ao lugar da busca pela sobrevivência, mas como espaço que faz parte da construção da vida, do encontro, do conhecimento (LUGO, 2019).

E esta busca pela *transcendência da autoalienação do trabalho* se torna cada vez mais consciente na medida em que avançaram no processo de autogestão da estrutura produtiva, associada com a organização comunal dos processos decisórios. Aquela empresa faz parte de um todo, que é a Comuna El Panal 2021, que por sua vez faz parte de um projeto de poder, ela ajuda a construir.

Com relação ao excedente de produção, Las Abejitas construiu três fundos, a partir do que orienta o artigo 62 da Ley Orgânica del Sistema Economico Comunal:

> Las organizaciones socioproductivas, para facilitar el desarrollo armónico y eficiente de sus actividades y funciones, deberán constituir tres fondos internos: Fondo de mantenimiento productivo, fondo de atención a los productores, productoras, prosumidores y prosumidoras, y fondo comunitario para la reinversión social. (VENEZUELA, 2010b, p.62-63).

Com o *fondo de mantenimiento productivo*, a empresa adquire matéria prima, faz manutenção do maquinário e reinveste na produção. O *fondo de atención a los productores*, que na comuna se chama Fondo de ahorro a los productores y productoras, serve para resolver alguma emergência que possa ocorrer com os trabalhadores, seja na compra de remédios ou mesmo garantindo que possam se afastar alguns dias do trabalho por motivos diversos, mas justificados, sem perder sua remuneração. O *fondo de inversión* social atua em dois sentidos: um como doação de parte da produção de uniformes escolares para crianças da comuna que estejam em situação de maior vulnerabilidade, e o outro, integrando o excedente geral da comuna, que decide sua forma de investimento social na Asamblea Popular Patriótica Permanente. Além destes três fundos, a empresa criou o "fondo de mantenimiento de vehículo", como uma reserva especifica (LUGO, 2019).

O coletivo Alexis Vive criou núcleos de sua militância em outros estados com o objetivo de territorializar sua experiência comunal, porque "la línea, el objetivo principal de Alexis Vive

es construir comunas" (MARÍN, 2019). Estes núcleos estão presentes nas periferias e bairros populares de diversas capitais de estado: Valencia, capital do estado Carabobo, Puerto la Cruz do estado Bolívar, Barquisimeto, de Lara e Maracaibo, capital de Zulia, além de outras cidades como Puerto Cabello, cidade portuária de Carabobo, Manuare, também em Carabobo e Carora, no estado Lara (COLECTIVO ALEXIS VIVE, [2020]). Os núcleos da Fuerza patriótica Alexis Vive conformaram outras duas comunas, uma em Valência, que se chama Comuna Insurgente El Panal 2021 del Sur de Valencia, e outra em Carora, a Comuna El Mechado. Esta territorialização de comunas dirigidas pelo coletivo Alexis Vive tem por objetivos construir o Eje Nacional Comunal El Panal 2021 (MARÍN, 2019).

Além desta estratégia de territorialização, a Comuna El Panal e o coletivo Alexis Vive construíram ao longo dos anos importantes relações com outras comunas e organizações populares. Cabe destacar a relação produtiva com a comuna El Maizal e com o Plan Pueblo a Pueblo.

José Lugo salienta a importância que há no intercâmbio solidário construído com a Comuna El Maizal. Além da constituição de uma intensa relação política em torno da construção do projeto comunal como projeto de poder, para além de seus territórios, estas duas comunas criaram formas de intercambiar sua produção, que Lugo coloca como intercâmbio de trabalho. O *comunero* entende que a relação de troca se dá entre "el trabajo y el esfuerzo de ellos por el trabajo y el esfuerzo de nosotros.[200] Ellos traen cochino, la siembra, los productos de ellos, y les damos los productos de nosotros. Intercambio solidário" (LUGO, 2019). Mas também realizam transações comerciais entre si. Por vezes El Panal compra carne da Maizal e El Maizal compra os uniformes das equipes de futebol da EPSDC Abejitas del Panal.

A carne trazida da Maizal é vendida na feira da comuna, todos os sábados, seguindo uma política de preços que a comuna estabeleceu para os alimentos: custo de produção, que contempla o salário dos produtores e trabalhadores, frete, etc. e um acréscimo mínimo, que

[200] Faz-se evidente o processo de formação da consciência política do sujeito quando ela acontece numa relação dialética entre luta política, organização popular e trabalho autogestionado. A percepção de que o produto é fruto do trabalho, e que o trabalho, no caso da propriedade social comunal dos meios de produção, não sendo alienado, está diretamente expresso em seu produto. Esta frase de José Lugo não sai de um texto teórico sobre uma sociedade a ser construída, mas de um trabalhador que vive uma relação de produção que não apaga o seu trabalho do objeto e que reconhece que aquele produto é o seu trabalho. Esta frase é a manifestação real e sincera de um trabalhador que vive uma relação de trabalho não alienada, que, mesmo em uma esfera ainda reduzida, abre-se um campo de possibilidades para o sonho da sociedade emancipada do julgo do capital. Realizam ali um intercâmbio solidário entre trabalhadores detentores dos meios de produção e do resultado de seu trabalho.

varia de produto a produto, para que o preço fique o mais acessível possível e contribua minimamente para o fundo da empresa e da comuna (LUGO 2019; MARÍN, 2019).

José ainda explica que o intercambio também se concretiza na troca de conhecimentos. Estão com um projeto de agricultura urbana em diferentes espaços da comuna, além de oficinas de produção de sementes visando a construção de um banco de sementes. “Estamos aprendiendo con ellos también” salienta José Lugo (2019).

Nos sábados há também a feira de verduras e legumes da comuna El Panal. Os produtos que a abastecem são oriundos de uma articulação conhecida como Plan Pueblo a Pueblo (MARÍN, 2019). O Plan Socialista de Producción, Distribuición y Consumo de Alimentos Pueblo a Pueblo é uma iniciativa que iniciou em 2015 e coloca em contato direto camponeses organizados em cooperativas, Fundos Zamoranos, conselhos comunais e comunas com a população urbana organizada em conselhos comunais e comunas. Esta experiência não somente tem garantido o abastecimento, com preços não especulativos, de diversas comunas e conselhos comunais em várias cidades do país, como também vem desenvolvendo a organização dos camponeses e de sua produção. Primam pela diversificação da produção e pela agroecologia. Buscam estabelecer um preço justo para o produtor e para os consumidores (PLAN, 2015). A Comuna El Panal 2021 constrói esta articulação desde o princípio, contribuindo, principalmente, na organização dos territórios urbanos como consumidores, além de ser, ela mesma, uma das comunas que recebe a produção (MARÍN, 2019). O Plan Pueblo a Pueblo organiza cerca de 240 camponeses em 6 estados da Venezuela: Falcón, Lara, Trijillo, Barinas, Portuguesa, Yaracuy. As comunas e conselhos comunais que recebem a produção estão concentrados, principalmente em Caracas, mas há também relação com comunas urbanas de outros estados, como Vargas, Miranda e Lara. (LA VENEZUELA, 2019).

Trouxemos neste tópico alguns dos elementos que conformam esta importante experiência comunal no coração da *Parróquia* 23 de Enero em Caracas. Ela é muito mais rica, ampla e complexa do que aparece no relato que trouxemos. Mas essa breve caracterização se faz necessária para que possamos situá-la na estratégia da construção do socialismo pela via comunal, e entendermos que a experiência da Maizal não é única, nem tampouco restrita ao meio rural. E, assim como a Comuna El Maizal, El Panal percebeu a necessidade de expandir suas ações para outros territórios, articulando-se em torno de ações produtivas e de solidariedade, e se somando, junto com diversas comunas de Caracas e de outras regiões à construção da Unión Comunera.

5.3 Unión Comunera: uma organização nascente e em construção

O movimento *comunero* foi amadurecendo, ganhando corpo e se articulando nos anos de 2018 e 2019. As lideranças de diversas comunas que participaram da Asamblea Nacional Comunera de agosto de 2018 assumiram a tarefa de formular uma metodologia para a articulação das forças *comuneras* do país em torno da criação de uma organização unificada. Realizaram visitas em comunas de todas as regiões do país, conhecendo as experiências, criando parcerias produtivas, formativas e de trocas de produtos e saberes. Aprofundaram no estudo das 4 linhas estratégicas, sistematizando os principais elementos para subsidiar o debate coletivo (PRADO, A., 2019). Depois de mais de um ano de articulação definiram o nome do movimento, *Unión Comunera* e um método de massificação: fariam encontros regionais preparatórios para um encontro nacional que simbolizaria a fundação do movimento. Os encontros regionais aconteceram entre janeiro e março de 2020. Mas devido à pandemia do coronavírus, não foi possível realizar o encontro nacional. Para entendermos a formação deste movimento, suas linhas políticas e suas caraterísticas iniciais, vamos analisar o documento base elaborado para os encontros complementado por materiais produzidos pela cobertura jornalística da televisão comunitária Tatuy Tv[201].

Realizaram-se entre janeiro e março de 2020 encontros nas 5 grandes regiões do país. O primeiro deles foi o Encuentro Regional Región Centro-Occidente de la Unión Comunera, nos dias 24, 25 e 26 de janeiro, contando com a participação de cerca de 300 pessoas, representando mais de 60 comunas dos estados Lara, Portuguesa, Yaracuy, Cojedes e Apure[202].

---

[201] A Tatuy Tv Comunitaria foi criada em dezembro de 2006 por um grupo de jovens comunicadores de Mérida, e formalizada como Fundación Tatuy Televisión Comunitaria em agosto de 2007. O nome Tatuy é em homenagem à resistência anticolonial dos povos indígenas que habitavam aquela região dos Andes venezuelanos. Atua como um coletivo com orientação política e ideológica definida. Faz parte da articulação comunera, e se faz presente de forma atuante nos principais momentos dos processos populares. Tem importante atuação na luta revolucionária na Venezuela. (TATUY, 2020)

[202] Este encontro aconteceu no estado Lara, município Morán, na Comuna Sectores Unidos de Villanueva, mais especificamente na Finca Las Lomas, recuperada pela articulação das comunas da região em janeiro de 2019. Esta fazenda, de 186ha, era propriedade da empresa estatal Corporación Venezolana de Café. Em completo abandono, sua venda para o setor privado vinha sendo negociada pela empresa. "Desde que tomaron las tierras en enero de 2019, los integrantes de cuatro comunas locales han limpiado el terreno y avanzado en la producción de varios rubros: café, maíz, caraotas, quinchonchos, etc. Hoy día se agrupan en el Colectivo Argelia Laya, que coordina las actividades en la finca recuperada". Os comuneros vinham sofrendo, desde então, de forma ilegal e violenta, forte pressão do fazendeiro que iria comprar as terras, com aval da justiça e participação dos corpos de segurança do Estado, para que entregassem a área. Por este motivo, este foi o local escolhido para realizar o encontro (EL CHAVISMO, 2020). Não obstante, poucos dias depois do encontro, "en la madrugada del 30 de enero de 2020 un grupo de hombres armados entraron con la intención de hacer

Nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro aconteceu o Encuentro Regional Región Oriente de la Unión Comunera, que contou com a presença de cerca de 50 pessoas representando 15 comunas. Ele ocorreu nas instalações de uma antiga escola do município Manuel Enrique Bruzual, Estado Anzoátegui, construída durante a ditadura de Marcos Pérez Jiménez.

> La infraestructura, contando con instalaciones eléctricas, tanques de agua, y una larga extensión de tierra cultivable, fue más tarde recuperada por un programa social de Cantv[203]. Se encuentra en este momento muy deteriorada, y los comuneros y comuneras locales plantearon transformarla en una escuela de formación de la Unión Comunera. (LOS VIENTOS, 2020).

O Encuentro Regional Región Llanos de la Unión Comunera foi organizado pelas comunas Pancha Vázquez y José Andrés Elorza e aconteceu nos días 21, 22 e 23 de fevereiro na cidade de Elorza, no Estado Apure. Contou com a presença de 170 pessoas representando 35 comunas dos estados Apure, Barinas, Guárico e Portuguesa (LOS QUE QUIERAN, 2020).

O Encuentro Regional Región Andes de la Unión Comunera se deu na Comuna Che Guevara, en Tucaní, Municipio Caracciolo-Parra, Estado Mérida entre os dias 28 de fevereiro e 1 de março. Contou com a presença de mais de 70 *comuneros* e *comuneras* dos estados Mérida, Táchira, Trujillo y Zulia (CONSTRUIR, 2020).

O último encontro dessa jornada foi o Encuentro Regional Región Centro que aconteceu no dia 29 de fevereiro na Comuna El Panal 2021 em Caracas, com a participação de 15 comunas de diversas organizações políticas dos estados Arágua, Miranda e Carabobo, além do Distrito Capital (SOMOS COLECTIVO, 2020).

Quadro 4- Quantidade de pessoas e comunas nos encontros regionais da Unión Comunera

Grande Região	**Data**	**Quantidade de pessoas**	**Quantidade de comunas**
Centro-Occidente	24, 25 e 26 de janeiro	300	60

lo que los cuerpos de seguridad del Estado no lograron, desalojar a lxs comunerxs." Em comunicado à imprensa, o movimento comunero da região repudia o ataque e denuncia que este foi coordenado entre o fazendeiro, o diretor da Corporacion Venezolana de Café e um produtor local dirigente do PSUV. "Estamos ante una nueva variante de la práctica ya vista en otros ataques al movimiento campesino, se orquestan entre las instituciones y cuerpos de seguridad los ataques, criminalización y despojo del chavismo que lucha contra los terratenientes, las tierras ociosas y la desidia institucional." (UNIÓN, 2020).

[203] A Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela (CANTV) é uma empresa estatal de telecomunicações venezoelana, renacionalizada por Chávez em maio de 2007. A partir deste momento passa a disponibilizar parte de seus dividendos para realização de obras de infraestrutura. (CANTV, 2020).

Oriente	14, 15 e 16 de fevereiro	50	15
Llano	21, 22 e 23 de fevereiro	170	35
Andes		70	?[204]
Centro	29 de fevereiro	?	15
Total presentes:		**590**	**125**

Fonte: Elaboração própria

Cada encontro construiu sua metodologia a partir de uma proposta geral orientada pela *comisión promotora* que consistia num momento para debate sobre a conjuntura nacional e na distribuição dos participantes em mesas de trabalho para debaterem as linhas estratégicas propostas e os elementos mais pertinentes à organização interna do movimento, como objetivos, princípios, valores, simbologia, identidade e organicidade da Unión Comunera[205]. Também orientou-se que os encontros incluíssem expressões artísticas e culturais da região, trazendo-as para os momentos de descontração (CONSTRUIR, 2020; EL CHAVISMO, 2020; LOS QUE QUIERAN, 2020, LOS VIENTOS 2020; UNIÓN, 2020).

Após a realização de todos os encontros regionais, estava prevista a realização de um congresso nacional que definiria "sus documentos fundacionales, estructura política y plan de acción." O congresso não chegou a acontecer (CONSTRUIR, 2020).

Os debates realizados nos encontros regionais foram subsidiados por um documento elaborado pelo grupo que se formou no processo inicial de articulação das comunas nos anos de 2018 e 2019. O denominado "Documento orientador sobre los Encuentros Regionales de la Unión Comunera" traz os objetivos do movimento Unión Comunera bem como alguns pontos referentes às 4 linhas definidas anteriormente para debate coletivo.

Em suas primeiras linhas, o documento já anuncia a formação de um movimento *comunero* nacional como objetivo dos encontros regionais e sua estratégia da construção da *vía comunal al socialismo* como o elemento original da experiência venezuelana.

> La Unión Comunera, pretende constituirse como un gran movimiento político nacional, un espacio que articule las luchas del pueblo chavista por la construcción definitiva del Socialismo Bolivariano y Feminista. La vía que

[204] Não encontramos registro do número de comunas presentes no encontro da região Andes, assim como não há registro disponível do número de participantes no encontro da região Centro.

[205] Somente o encontro da região centro, que aconteceu na Comuna El Panal, em Caracas, usou uma metodologia diferente, por concentrar o encontro em um único dia. Os participantes se distribuíram em grupos de discussão com duas questões mobilizadoras do debate: "¿Cómo debería ser una organización revolucionaria hoy?", y "¿cuál es el papel de la comuna en el escenario actual?" (SOMOS COLECTIVO, 2020).

> asumimos para tal fin, es la ruta marcada por el Comandante Chávez: *La vía Comunal al Socialismo*; la Comuna como ejercicio concreto de poder popular, de transformación de las relaciones sociales, la liberación de la palabra, del territorio y de cualquier forma de opresión económica, cultural o de género. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p.1, grifo nosso).

Estas poucas palavras trazem vários elementos: a) o movimento *comunero* como um movimento político que articula diferentes lutas em torno do projeto do socialismo pela via comunal; b) a ideia de que o projeto comunal ou *la vía Comunal al Socialismo* é a rota definida por Chávez para a construção do socialismo e assumida pelo movimento que está por nascer; c) a comuna incide sobre as transformações sociais; e, algo que não apareceu nos documentos anteriores, d) a ideia de que o socialismo venezuelano, além de bolivariano é também feminista. Estas ideias, incluindo a inserção do feminismo como parte da estratégia comunal, se desenvolvem em propostas concretas vinculadas as linhas estabelecidas anteriormente.

Ainda no primeiro parágrafo do documento, outro elemento, que não recebeu muita atenção posteriormente, mas tem essa relevante referência, é o da necessidade de um acúmulo de forças continental na luta antimperialista, marcando a importância da luta nacional de cada país, por soberania popular, independência e autodeterminação, mas articulando-as em lutas Latino Americanas (UNIÓN COMUNERA, 2010). Apesar de não haver mais referências no documento, o tema da luta pela Pátria Grande de Bolívar é bem presente nos debates das organizações populares na Venezuela.

O documento apresenta as 4 linhas definidas desde os primeiros momentos da articulação, logo após a Asamblea Comunera de agosto de 2019: comunicação, formação, produção e defesa integral do território. Em cada uma destas linhas, o documento apresenta sua concepção e em seguida propõe algumas tarefas para o debate. Não pretendemos tratar todos os elementos trazidos no documento, mas aqueles que mais caracterizam a estratégia comunal.

Com relação à linha da comunicação, o movimento *comunero* entende que os meios de comunicação são produtores e reprodutores de relações sociais, atuando, portanto, na disputa de poder na sociedade. Como um meio de produção de relações, ele deve se submeter à gestão comunal e se pautar pela produção de conteúdo de caráter emancipatório e revolucionários (UNIÓN COMUNERA, 2020).

> Destacamos en tal sentido, el ejercicio de territorialización que, a través de los medios comunales, libres y alternativos, se propone como alcance primario: unidad de las y los que luchan en el territorio, control territorial y palanca del desarrollo comunal. En segundo lugar, la difusión de las experiencias, visibilizar la vida comunal, proyectar el trabajo que día a día se hace en nuestras comunas y en tercer lugar, seguir dando la batalla ideológica contra la cultura alienante del capitalismo. (ibdem, p.2).

No que tange ao tema da formação, propõe-se um fortalecimento das duas escolas de formação que atuaram nestes dois anos de gestação do movimento *comunero*, a Escuela de Formación Internacional A Nanuma e a Escuela de Formación de la Comuna el Maizal. Estas duas escolas conformam uma referência para a construção de um "Sistema Nacional de Formación para la militancia comunal y popular, que tenga como centro una Escuela Nacional, que desarrolle la línea de la formación política y técnica" (UNIÓN COMUNERA, 2020, p.4). Além desta referência prática, o documento traz o educador brasileiro Paulo Freire como referência de uma

> Educación Popular Liberadora, asumiendo el diálogo de saberes, el encuentro entre diversos, el reconocimiento de los conocimientos populares, ancestrales y científicos y el debate abierto y transparente. Se trata de interpelarnos constantemente sobre nuestra praxis, problematizar sobre las formas, los métodos y las concepciones de cómo hacemos las cosas, sus causas y sus consecuencias, la unidad entre la teoría y la práctica social. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p. 3).

A linha que trata da produção no documento é anunciada como "Impulsar la producción Comunal y Autogestionaria" e talvez seja a que revele com mais clareza a estratégia da Unión Comunera. O documento reforça a ideia presente desde a gestação do movimento da necessidade de superar a propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social comunal. Na prática, isso leva à proposta de generalizar a política de *tomas* e recuperações de empresas estatais e privadas por parte das comunas. O documento avança ainda para a necessidade de transformações nas relações sociais de produção e de superação das divisões sociais e sexuais do trabalho.

> Luchamos por nuevas relaciones de producción, emancipando el trabajo de cualquier forma de dominio y jerarquía que se apropia y aliena el esfuerzo material e intelectual del productor o productora. Incluso en el proceso de construcción de las nuevas relaciones debemos debatir la valoración del trabajo del hogar que como reconoce la Constitución, crea valor agregado, produce riqueza y bienestar social.[206] En la Comuna Antipatriarcal las tareas que reproducen la fuerza de trabajo debemos asumirlas colectivamente sobre todo para las mujeres dirigentes que cumplen muchas veces las tres jornadas laborales: trabajo formal, trabajo militante y trabajo en el hogar. Nos empeñamos en superar la división social del trabajo, rompiendo la contradicción trabajo intelectual-trabajo manual, planificador-ejecutor. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p. 4).

---

[206] A pensadora marxista-feminista Silvia Federici traz em seu livro El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo importantes elementos acerca do debate em torno do valor do trabalho reprodutivo.

Nos chama muito a atenção um termo que não havia aparecido nos documentos anteriores, e nem mesmo nas entrevistas durante nossa pesquisa de campo: a Comuna Antipatriarcal [207]. A presença desta pauta revela a incidência do pensamento feminista na construção da Unión Comunera, que não aparece, muitas vezes, a partir de movimentos autorganizados de mulheres, mas pelas próprias mulheres que atuam diretamente nas estruturas orgânicas as comunas[208]. O documento não apresenta o que a Unión Comunera entende por Comuna Antipatriarcal, mas aparece aqui o entendimento do trabalho reprodutivo, desempenhado majoritária e historicamente pelas mulheres como parte do trabalho social e, portanto, sujeito à organização coletiva.

No trecho citado aparece também o debate acerca da superação da divisão social do trabalho. Aqui entende-se divisão social do trabalho como a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre o planejar e o executar. Para Marx, é possível ver a divisão do trabalho em dois ângulos, o da divisão social do trabalho e o da divisão do trabalho na sociedade, ou entre os trabalhadores por força do capital. O primeiro se refere à divisão social do trabalho como "a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade" (BOTTOMORE, 1988, p.112) e que é pré-condição das relações de troca, na medida em que é preciso trabalhos diferentes para gerar produtos diferentes. Apesar de ela existir em outros modos de produção, é na sociedade capitalista, onde a divisão social do trabalho mais se desenvolveu. No sistema caracterizado pela contradição fundamental entre capital e trabalho, a divisão social do trabalho se dá entre os capitalistas individuais (ou coletivos) independentes e, apesar de serem de natureza diferente, se relaciona umbilicalmente com a divisão do trabalho na sociedade, que seria a segunda forma explicada por Marx. Esta é a divisão à qual se referem os *comuneros*, pois ela é aquela que aparece no processo de produção. Nela, cada um dos trabalhadores "executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do

---

[207] A expressão Comuna Antipatriarcal teve visibilidade nacional no Congreso Venezolano de Mujeres, que aconteceu em Caracas nos dias 6 e 7 de março de 2015. (CONGRESO, 2015). A Escuela de Feminismo Popular, organização que surge em 2009 como uma articulação de mulheres que fazem parte de diferentes movimentos populares mistos ou de mulheres, coloca que o termo faz parte da construção do Feminismo Popular na Venezuela, na medida em que ele se articula com a estratégia de construção do socialismo pela via comunal. "Como la Comuna trasforma todos los ámbitos de la vida: la economía, la cultura, la política, ahí estamos desmontando el patriarcado con nuevas formas de relacionarnos, en relación a la seguridad y la defensa del territorio." (ESCULA, 2016).

[208] Vale recordar que a Escuela de Formacion de la Comuna El Maizal realizou um curso sobre Feminismo Popular (MATOS, 2019).

trabalhador coletivo" (Ibdem, p.112). A divisão do trabalho na sociedade capitalista "pressupõe a concentração dos meios de produção como propriedade privada exclusiva do capitalista" (Ibdem, p.112). Ela é uma das formas de subordinar o trabalho ao capital, que planeja, regula e supervisiona sua realização, com foco na extração crescente de mais-valor. Desta forma, ela se expressa claramente numa divisão entre aquele que pensa e planeja o trabalho e aquele que o executa, mesmo que ambos sejam trabalhadores explorados pelo capitalista, mas que vivenciam esta exploração de forma diferente. Assim como os *comuneros* da Unión Comunera, "Marx e Engels tratam a abolição da divisão de trabalho como sinônimo da abolição das relações da propriedade privada: as pessoas só serão livres quando conquistarem o controle sobre a produção e a troca, planejando-as de maneira consciente" (Ibdem, p. 113). Neste sentido, a ideia de *"superar la división social del trabajo, rompiendo la contradicción trabajo intelectual-trabajo manual, planificador-ejecutor"* como mecanismo também de transformar as relações sociais, eliminando a hierarquização do trabalho no processo produtivo, pressupõe a superação da propriedade privada dos meios de produção, como aparece no projeto comunal, e instituição da propriedade social comunal.[209]

Logo em seguida o documento traz também a gestão compartilhada entre empresas de propriedade social e comuna, como a articulação entre autogestão e autogoverno.

> las comunas deben dar el salto cualitativo hacia la autogestión y el autogobierno a partir de lo productivo, del impulso de unidades de producción y de la articulación de las mismas, gestionada desde lo comunal, bajo el control productivo de las y los trabajadores y comunas. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p. 5).

Assim, a Unión Comunera traz em suas proposições um dos elementos centrais da estratégia comunal experimentada inclusive pelas comunas El Maizal e El Panal, como analisamos neste trabalho, que é o estabelecimento do processo produtivo gerido pelos próprios

---

[209] A experiência história do chamado "socialismo real", expresso fundamentalmente na URSS, ou "socialismo estatal-policialesco" nas palavras de Aldo Casas (2020), que também o chama de "socialismo que não houve", nos revela como a divisão social do trabalho não é extinguida automaticamente com a abolição da propriedade privada dos meios de produção. A propriedade estatal, se serve a produção e reprodução do capital, mantendo presente na sociedade seu "sociometabilismo" como nos alerta Mézsáros, se conforma como uma reprodutora da exploração do trabalho, mantendo intacta, portanto, a divisão do trabalho e seu processo de alienação. Mas essa é uma lição que nos ensina também o movimento comunero e suas experiências de toma. Para ele é evidente que a propriedade social como sendo propriedade estatal não aboliu a exploração e não serve ao processo revolucionário proposto desde as comunas. Para abolir a divisão social do trabalho, nas duas óticas apresentadas por Marx, é preciso que os trabalhadores e as trabalhadoras como classe assumam o controle do processo produtivo, e não através do Estado, mas através do seu controle direto, pelos "produtores livremente associados", pelos trabalhadores organizados em comuna.

trabalhadores, eliminando internamente a divisão do trabalho, mas subordinado aos interesses da sociedade organizada em comuna.

A quarta linha estratégica apresentada no documento se refere a "La defensa del territorio y de las conquistas del pueblo". Este tópico inicia apresentando as agressões imperialistas permanentes como método de guerra contra os povos, em especial na Venezuela. Mas se contrapõe à ideia hegemonizada pelos "reformistas" no governo de que o sucesso na defesa contra essas ações pressupõe uma aliança com a burguesia "nacional" que, ao fazer isso, se converte em "burguesia revolucionária". Assim, entendem as ameaças imperialistas, como parte da

> agudización de la lucha de clases [que] implica niveles de confrontación que coloca a los y las revolucionarios/as en la necesidad de organizarse para el ejercicio de la defensa por la fuerza y por otros niveles: inteligencia, técnica, entre otros. Y finalmente, lo que vamos construyendo, conquistando y logrando como pueblo organizado y luchador implica ser defendido como patrimonio revolucionario. Por ahí, nos aparece la tarea de desarrollar una línea de defensa de las conquistas del pueblo, de los espacios conquistados y de la vida misma (alimentación, seguridad, movilidad). Implicando primeramente territorios y sujetos de la defensa: corredores territoriales, producción y abastecimiento de alimentos, unidad cívico-militar, comunicadores e inteligencia social. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p. 5-6).

Este é uma proposição muito rica e importante. Primeiro porque situa essa defesa no terreno da luta de classes, entendo que ela deve ser feita nos marcos do projeto revolucionário, não abrindo mão dele. Neste sentido, a defesa se estende para as conquistas alcançadas até então e para o projeto em si, que não pode jamais ser negociado, o que significaria em si uma derrota. E segundo, porque vê o território comunal e sua estrutura organizativa, política, social e produtiva como armas nessa defesa, na medida em que nele se conformam os elementos de resistência às violências econômicas e militares empreendidas pelo capital sobre o povo venezuelano. Pela originalidade da proposição, vale a pena citarmos textualmente as propostas apresentadas para esta linha:

> - Mapear el territorio de cada Comuna donde se pueda identificar los elementos favorables y desfavorables que garanticen la defensa de ese territorio;
> - Construir un plan de defensa del territorio desde cada Comuna, a partir de sus propias realidades;

> - Caracterizar los grupos de trabajo en vigilancia, inteligencia social, grupos de reacción inmediata, articulados con las UPDI[210], Milicias y otras fuerzas revolucionarias del Estado;
> - Construir un plan de seguridad y defensa de nuestros cuadros políticos;
> - Crear un sistema de comunicación alternativo, de corto y largo alcance, que se pueda activar en caso de contingencias locales, regionales y nacionales;
> - Promover un encuentro para el intercambio de saberes en materia de seguridad y defensa para construir un plan de lucha de la Unión Comunera;
> - Implementar, desde la escuela de formación de la UC[211], planes y programas de formación básica. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p.6-7).

Além das 4 linhas estratégicas e suas propostas, o documento traz o que ali está intitulado "Desarrollo de los Frentes de Masas vinculados a los territorios comunales". E o apresenta da seguinte forma:

> La Unión Comunera en su construcción orgánica, debe desarrollar políticas para los diversos sectores sociales que se expresan en los territorios comunales pero que tienen características, particularidades, y hasta aspiraciones propias. Creemos que dentro de la estrategia general de acumulación [de fuerza] de la Unión Comunera, debe visibilizar estos sectores para desarrollar líneas de masas con plena organicidad de la política comunal. No se trata que cada sector se desarrolle de manera aislada, sino como parte de la suma del proceso de acumulación. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p.7).

Desta forma, o documento faz entender que o Frente de Masas são os setores sociais específicos dos territórios comunais que, por apresentarem características e aspirações próprias, podem apresentar organicidades e linhas de desenvolvimento específicos. O documento cita as mulheres, os jovens e os produtores como estes setores, apresentando propostas especificas para cada um deles. Neste sentido, propõe que estes setores construam uma "Plataforma Nacional de Mujeres de la Unión Comunera", uma "Plataforma Nacional de Jóvenes de la Unión Comunera" e uma "Plataforma Nacional de Productores y Productoras de la Unión Comunera" como espaços de discussão próprios em nível nacional, para aprofundar o debate de suas pautas específicas e gerar processos organizativos, que devem estar vinculados à organicidade da comuna e da Unión Comunera. Das demais propostas apresentadas, cabem destacar:

---

[210]As Unidades Populares de Defensa Integral (UPDI) são as unidades territoriais das Milícias Bolivarianas. Elas são compostas entre 30 e 60 milicianos. A Comuna El Maizal, por exemplo, conta com uma UPDI com cerca de 40 combatentes. Em 2020, a Venezuela contava com 50.459 UPDI distribuídas por todo território nacional. Somando com as Bases Populares de Defensa Integral (BPDI) e os Agrupamientos Populares de Defensa Integral (APDI), que conformam a estrutura organizativa de base da Milicia Bolivariana, soma-se um total de 4.156.567 de integrantes. (MILICIA 2021).

[211] Unión Comunera.

- Construir documento orientador para la construcción de las Comunas Antipatriarcales;
- Impulsar los Comité de Mujeres e Igualdad de Género en los Consejos Comunales y Comunas que articulan en la Unión Comunera;
- Generar programas de Formación, junto al Sistema Nacional de Formación de la Unión Comunera, en base a temas relacionados a la prevención de la violencia de género;
- Impulsar las defensorías comunales para brindar atención a las mujeres en situación de violencia;
- Generar campañas comunicacionales para la prevención de la violencia de género;
- Generar programas de Formación, junto al Sistema Nacional de Formación de la Unión Comunera, en base a temas relacionados con la juventud;
- Impulso de Unidades de Producción para las y los jóvenes de la Unión Comunera;
- Creación de Redes de Productores y Productoras libres y asociados (REPLAS) por rublos de producción. (UNIÓN COMUNERA, 2020, p.7-8).

Este documento orientou e deu o tom dos debates nos encontros regionais. Esta pesquisa não teve acesso ao documento final de todas as regiões. Mas a regional Andes publicou um manifesto elaborado no encontro que vale a pena trazer aqui como o exemplo de uma síntese, pelo menos inicial, deste processo em construção (CONSTRUIR, 2020):

> Declaración Unión Comunera Andes:
> Es una organización, una red, un espacio, una herramienta, un instrumento, una nueva forma de poder político. La Unión Comunera es la senda labrada. Es pan, palabra y utopía. Es la unión de las comunas para seguir adelante con la Revolución. El pueblo confederado, convencido a hacer frente al capitalismo y a luchar desde el proyecto chavista por la construcción del socialismo.
> La Unión Comunera significa intercambio, articulación y empoderamiento de las experiencias locales, para construir el Estado Comunal que desmonte el Estado liberal burgués. Es un espacio de construcción de legitimidad, de una nueva identidad política, de un nuevo tejido social, solventando los problemas reales de la gente.
> La Unión Comunera debe acabar con la corrupción y desplazar a la pequeña burguesía de la dirección de la Revolución. Debe ser un espacio que oxigene el poder popular desde abajo, que amplíe y consolide el poder comunal.
> La Unión Comunera es la organización del pueblo que no se doblega ante el imperio y el reformismo.
> ¿Qué estamos dispuestos a aportar? Nuestro corazón, nuestro esfuerzo, nuestra producción, nuestro amor. Nuestra fuerza de querer luchar, en unidad y solidaridad. Sumaremos gente, sumaremos visiones y voces, porque la fuerza es la unión. Arriesgaremos la vida si es necesario. Pero lucharemos contra la traición, por la patria y por el socialismo.
> ¡Comuna o Nada

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desta pesquisa, percebemos que não podemos considerá-la de fato como finalizada, pois seu objeto está vivo e incidindo sobre os rumos da revolução bolivariana. Com isso, sentimos a necessidade de olhar para as questões que nos motivaram realizá-la:

> Como um país, nessas condições de dependência petroleiro-rentista pode tentar construir uma alternativa ao capitalismo? Essa alternativa, chamada oficialmente de socialismo, carrega características que poderiam alocar esse processo neste novo modo de produção? Há de fato uma transição ao socialismo? Qual o papel das comunas nessa transição? Quais são as raízes históricas na conformação das comunas? São fruto apenas da Revolução Bolivariana ou carregam marcas de experiências anteriores? Qual a relação das comunas com o território? Como ela interfere na transformação desse território? Quais as principais transformações no território causadas pelas comunas? Como as comunas rurais estão interferindo na questão da produção e distribuição de alimentos na Venezuela? O Estado Comunal seria de fato uma alternativa ao Estado burguês na transição ao socialismo? Como se dá o conflito entre as instituições do Estado e as Comunas? O governo que assume a liderança do processo ainda tem como estratégia de superação do capitalismo a construção do Estado Comunal? Como incide sobre essa estratégia?

Não creio que fomos capazes de responder a todas essas questões, mas elas nos instigaram a levantar discussões que talvez apontem alguns caminhos de compreensão deste processo tão rico e instigante. E também a realizarmos novos questionamentos, a fim de pensarmos a revolução socialista como um processo e como o caminho imprescindível para superarmos o sistema do sociometabolismo do capital, que já nos deu provas mais que suficientes da sua incapacidade de resolver os problemas da humanidade, mas ao contrário, de se transformar num limitante de nossa própria existência enquanto espécie.

Uma das formas as quais buscamos responder a algumas das questões foi procurando compreender a articulação presente nos diferentes acontecimentos históricos que possibilitou a construção do projeto do Estado Comunal como a via venezuelana de construção do socialismo.

Este rico processo histórico remete à uma luta permanente por independência, autodeterminação e emancipação dos povos subjugados pelo poder dominante definido pelo desenvolvimento do sistema mundial do capital. A luta dos *Comuneros de Mérida*, que articularam formas de luta camponesa e indígena, redefinindo formas de poder e propriedade ao longo dos territórios que iam libertando, mas derrotados como se seu projeto não se encontrasse no tempo nem no lugar, deixou uma marca histórica que ainda vive 240 anos depois na memória dos *comuneros* de hoje. O longo processo de luta pela Independência, marcada por insurreições das classes mais exploradas e subjugadas, como escravos, ex-escravos,

camponeses, trabalhadores livres, e a conformação de um projeto revolucionário de caráter burguês e que ameaçou os interesses da própria burguesia, metropolitana e interna, precisando ser interrompida e abortada, se constitui numa referência histórica, política e simbólica de um horizonte a ser conquistado, o da independência e da soberania. Em diversos momentos, essas referências históricas permearam o discurso da classe dominante, mas no final do século XX passam a ecoar como voz de rebeldia, sendo resgatada como parte da formação ideológica e simbólica da Revolução Bolivariana.

No período pós independência, as disputas pelo poder no interior das classes dominantes foram sempre convulsionadas pela participação das classes subalternas, que insistiam em ser protagonistas. Seus projetos e anseios aparecem nos vários processos históricos ao longo dos séculos XIX e XX: a Guerra Federal sob a liderança de Ezequiel Zamora, com seu lema: *Tierra y hombres libres*, que ainda hoje mobiliza os camponeses venezuelanos em luta permanente; nas lutas contra as ditaduras da primeira metade do século XX; na conformação dos grupos guerrilheiros no meio rural e das mobilizações e organizações de base nos *barrios* das grandes cidades contra o *puntofijismo*, que se transformaram em heranças vivas do projeto comunal, seja no campo, seja nos *barrios;* na insurreição popular de 27 de fevereiro de 1989, conhecida como Sacudón, que marca a própria gesta da Revolução Bolivariana; nas insurreições militar e civil-militar de 1992 que apresenta Hugo Chávez como uma liderança portadora de um projeto de poder elaborado desde as bases militares com o MBR 200 e que ganha amplitude com a inserção dos referentes civis, proletários e populares. A rebeldia, a resistência e a luta popular marcam assim a cultura política do povo venezuelano e ganham centralidade nas narrativas históricas e políticas no período da Revolução Bolivariana.

Outro elemento que marca profundamente a história e a formação econômico social da Venezuela a partir do início do século XX, adentrando para o século XXI e incidindo na Revolução bolivariana é a sua condição de economia capitalista dependente, petroleira e rentista. A inserção do petróleo venezuelano na economia mundial incide sobre a conformação das classes socias e suas formas de luta, e amplia o caráter dependente da Venezuela, na medida em que esta migra de uma economia agroexportadora, sem muita importância no mercado mundial, para uma economia rentista minero-exportadora num outro patamar de inter-relação com o desenvolvimento capitalista mundial. Ao ampliar essa inserção no mercado mundial com suas determinantes imperialistas, as classes dominantes se reconfiguram sem, contudo, se alterarem, para constituir instâncias de poder político que sirvam as novas formas de acumulação de capital engendradas pela economia petroleira. Ao mesmo tempo as classes

subalternas também se reconfiguram. A intensa territorialização da indústria do petróleo e seu domínio sobre o desenvolvimento nacional, fez com que as formas de acumulação migrassem das atividades agropecuárias para formas de acumulação majoritariamente estabelecidas no meio urbano. A Venezuela presencia uma gigantesca massa migratória expulsa do campo que, em poucas décadas, forma uma pequena classe operária ligada diretamente a indústria petroleira e um enorme contingente de trabalhadores precarizados vivendo em condições de vulnerabilidade social nos *barrios* das grandes cidades, em especial de Caracas.

No decorrer deste século XX, os diferentes governos e projetos implementados, ora de caráter abertamente autoritário, ora com seu autoritarismo travestido de uma democracia restrita, reproduzem permanentemente um discurso de "progresso" e "soberania nacional" com base na administração da renda petroleira com maior ou menor participação do Estado, mas sempre vinculados aos interesses das corporações petroleiras estrangeiras e suas economias de origem. A consigna *"Sembrar el petróleo"*, cunhada em 1936 por Úslar Pietri, alimenta permanentemente a ilusão (que na maioria dos casos é simples manipulação) de que a rica Venezuela petroleira tende a um destino de progresso com a boa e responsável administração de sua renda petroleiro. Essa ilusão permanece viva em parte considerável dos setores populares na Venezuela e, principalmente, naqueles que assumiram diretamente a condução do aparato estatal após as eleições de Chávez em 1998. Esta pesquisa nos possibilitou compreender que não se superará a dependência, nem o capitalismo, sem a superação da lógica rentista e petroleira. E este é um debate que, apesar de embrionário, está presente no movimento comunero.

No capítulo "Comuna e Estado Comunal: A estratégia territorial de Chávez de construção do socialismo na Venezuela", utilizamos a análise de diferentes documentos elaborados por Chávez ou a partir de seus discursos para compreender a estratégia que ele propunha. E ela carrega importantes elementos contraditórios, mas que refletem a construção da revolução bolivariana como processo, calcado na formação histórica concreta da Venezuela enquanto uma economia dependente, petroleira e rentista, mas também em enquanto palco de diversos processos históricos de luta por projetos emancipatórios ou por melhores condições de vida das classes subalternas. Chávez foi um verdadeiro intelectual orgânico dessas classes, atuando desde o posto mais alto da gestão do Estado, reconhecidamente burguês, construindo ações concretas, incorporando referenciais teóricos e históricos e chegando à proposta das comunas e do Estado Comunal como a estratégia da transição socialista na Venezuela. Desde seu processo inicial que já expressava a necessidade de uma radicalização democrática e com a

incorporação do socialismo como o caráter da revolução, essa radicalização precisou tomar contornos estratégicos de exercício direto de poder. As experiências históricas da Comuna de Paris, dos *soviets* e das comunas da China, somadas às referências venezuelanas e a própria experiência de participação popular que a revolução bolivariana implementou ao longo dos anos, formaram a base para a elaboração da proposta das comunas e do Estado Comunal. Resgatar esses processos coloca o quanto que o Socialismo do Século XXI se renova na medida em que traz novamente à luz os preceitos originais do socialismo sonhado desde o século XIX, com base na igualdade e na democracia substantiva, no controle operário e no poder popular. Contudo, Chávez reconhece que o Estado que governa não é socialista, nem sequer popular, como falsamente aparece nos nomes de seus ministérios, mas comandado pela lógica do sistema do capital, portanto servindo aos interesses da burguesia, mesmo que de forma contraditória e conflitiva. É preciso mudar a natureza deste Estado, aprofundar a revolução, combater a burocracia e o reformismo e implementar de forma radical o projeto comunal. Deixa seu testamento: *Comuna o nada!*

Quando olhamos para as experiências concretas, das comunas em seus territórios, buscando desenvolver seu sistema econômico e de tomada de decisões, que se relacionam de forma consistente, com a autogestão dos trabalhadores dos meios de produção, mas submetida ao comando da comuna como um todo, percebemos o projeto comunal avançando além do proposto por Chávez. A partir dessa vivência concreta, os *comuneros* e as *comuneras* experimentaram construir relações de produção não alienadas, superar a divisão social do trabalho no interior de suas empresas, exercitar o poder de comando em consonância com os interesses e as necessidades de suas comunidades, formada majoritariamente por trabalhadores, e visualizar de maneira mais clara a contradição fundamental da sociedade capitalista, entre capital e trabalho.

Claro que isso não se dá sem contradições. A hierarquia e o autoritarismo ainda existem nas relações políticas e de trabalho. O individualismo e o personalismo aparecem nas reuniões do parlamento comunal e nas Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas. Sempre tem alguém querendo obter vantagens em decorrência da posição que ocupa na organicidade da comuna. Ao mesmo tempo todo o processo produtivo é permeado por relações capitalistas de mercado, seja no acesso aos meios de produção, na forma de distribuição, ou na própria forma salário na relação com os trabalhadores. Mas o importante é que essas contradições não são mais ocultadas pela ideologia. Apesar de serem contradições e limitarem o desenvolvimento autônomo das comunas, elas agora estão a descoberto, desnudas do véu que as encobria e as

naturalizava. Por mais que não se tenha alcançado as relações ideais, elas estão no horizonte dos sujeitos que estão construindo na prática o processo comunal, não somente nos anseios dos intelectuais e de alguns dirigentes políticos.

A estratégia de construção do socialismo pela via comunal criou materialidade por meio da *territorialização das comunas* e da *comunalização dos territórios* como projeto concreto e em andamento. Explicitou a necessária consolidação da dualidade de poder como parte da luta pelo socialismo. A ideia de que o Estado transferiria poder para as comunas, como preconiza o Anteproyecto de la Reforma Constitucional e as Leyes del Poder Popular se mostrou ilusória. As comunas, ao *tomaren* aquilo que teoricamente lhes deveria ser cedido, entram em contradição com o poder instituído concentrado no Estado, e demarcam uma posição de confronto que é inevitável para ambos. Cada território comunal está prenhado assim desta dualidade de poder, que mesmo ainda sendo embrionária, revela o largo caminho de luta a ser travado, ou seja, revela que a estratégia comunal pode levar à superação do Estado burguês e à construção de um interessante processo de transição ao socialismo.

É preciso resistir à restruturação neoliberal, seja por uma ação violenta e golpista do imperialismo, seja por uma adaptação interna, uma capitulação do próprio governo. Está no horizonte uma nova modalidade de interrupção da revolução, na qual os que antes eram quadros dirigentes da revolução como parte da classe trabalhadora se convertam numa burguesia funcional e atuam de acordo com seus mais novos interesses de classe, em consonância com os não tão novos interesses de seus novos aliados. Os comuneros identificam os burocratas e os reformistas como os atuais dirigentes do aparato estatal, e portanto, como os condutores das linhas políticas do governo e, por isso, reforçam cada vez mais a necessidade da territorialização das comunas e da comunização do território como elementos vitais na condução da estratégia socialista.

E a estratégia de transição ao socialismo pela via comunal nos traz importantes reflexões. O que estamos vendo remete à revolução como processo, que não se inicia com a luta para "tomar o céu de assalto", mas na construção de condições para implementar um projeto de luta política que traz em si o germe da sociedade a ser construída. Assim como nos ensinaram os comuneiros [*communards*] de Paris, não basta assumir o poder do Estado burguês, é preciso destruí-lo e implementar no lugar outra forma de poder, radicalmente democrático, que incida sobre o modo como as mulheres e os homens organizam a sua produção e reprodução social, de forma também radicalmente democrática e não alienada. Na Venezuela, foi o próprio governo popular gerindo um Estado ainda burguês que começou a criar condições para sua

própria destruição. O fato de que a nova burguesia funcional, nascida do seio do próprio governo popular, comande hoje este Estado e o alinhe cada vez mais aos interesses da burguesia e do capital, não impede de reconhecer seu papel no processo revolucionário na Venezuela. Além de ser uma importante trincheira contra o imperialismo, foi a partir do governo bolivariano que nasceu e se ampliou a estratégia de construção do socialismo pela via comunal na Venezuela. Apesar da estratégia comunal nunca ter sido assumida como a centralidade das ações do Estado, em parte ele ainda pode oferecer ferramentas de acúmulo de forças nesta mesma dualidade de poder. Os comuneiros sabem disso e não se iludem com o papel que o Estado pode cumprir. E essa é a contradição fundamental do processo bolivariano sob direção da estratégia comunal: ele precisa matar o que lhe criou. O Estado Comunal precisa substituir o Estado Bolivariano. E isso não acontecerá de forma automática. A dualidade de poder um dia precisará ser resolvida. Mas, antes, as comunas têm um largo caminho de acúmulo de forças, que passa por uma luta que vai além das fronteiras da Venezuela, rememorando a Pátria Grande de Bolívar. A União Comunera é um importante passo neste sentido. Um passo firme e consciente.

REFERÊNCIAS

ALDANA, Losada Ramón. **Socialismo Revolucionário contra a barbárie capitalista**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2010.
ÁLVARES, Victor. **Del Estado burocrático al Estado Comunal:** La transición al socialismo de la Revolución Bolivariana. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2011.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira Andrade. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Disciplinas USP. 2017. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?oi=gsb90&q=%20a%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20chinesa%20%20everaldo%20de%20oliveira%20andrade&lookup=0&hl=pt-BR. Acesso em: 27 ago. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 2006.
APAGÃO na Venezuela: veja perguntas e respostas sobre o corte de energia que afeta o país. **G1**, [s/l], 11 mar. 2019. Mundo. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/11/apagao-na-venezuela-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-corte-de-energia-que-afeta-o-pais.ghtml. Acesso em: 15 set. 2019.

ARKONADA, Katu. Dez mentiras sobre a Venezuela que, de tanto repetirem, se tornaram base para opinião. **Brasil de Fato,** São Paulo, 4 fev. 2019. Internacional. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/02/04/10-mentiras-sobre-a-venezuela-que-de-tanto-repetirem-se-tornaram-base-para-opiniao/. Acesso em: 19 set. 2019.

BANBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

BANDERA ROJA. História Bandera Roja. **Bandera Roja**. [s/l]. [2020]. Disponível em: https://banderaroja.com.ve/historia/. Acesso em: 06 jun 2020.

BARUTO, Grasiela Cristina da Cunha. **A Venezuela contemporânea:** do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica. Orientador: Emir Simão Sader. 2011. 300f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://ppfh.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Tese_Grasiela-Baruco.pdf. Acesso em: 30 out.2019.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Consenso de Whashington: A visão Neoliberal dos problemas Latino-americanos. *In*: BATISTA JR., Paulo Nogueira (org). **Paulo Nogueira Batista:** Pensando o Brasil: Ensaios e Palestras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/331Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BERMUDEZ, Jonathan. **Sistema econômico comunal e as Unidades de Produção da comuna El Maizal.** [28 ago.2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (67,29min).

BLANCA Eekhout, nueva Ministra para las Comunas. **Ministerio del Poder Popular para las Comunas y Movimientos Sociales**, Caracas, 5 set. 2018. Noticias. Disponível em: https://www.mpcomunas.gob.ve/2018/09/05/blanca-eekhout-nueva-ministra-para-las-comunas-y-los-movimientos-sociales/. Acesso em: 10 jan. 2021.

BONAFÉ, Luigi. Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. *In*: DE ABREU, Alzira Alves (org). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 - 1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015, Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/COROL%C3%81RIO%20ROOSEVELT.pdf. Acesso em: 1 nov. 2019.

BORON, Atílio. Os duradouros ensinamentos da Comuna de Paris. **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24-25, p. 241-247, 2011. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18596/13796. Acesso em: 4 dez. 2018.

BOSCÁN, Inti Clark. Alí, Tu canto no se ha perdido. In: PRIMERA, Ali. **No cantar es perdernos**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007. p. 13-16.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BREA, Lenin. **Venezuela**: Crímenes de odio y violencia incendiaria 2017. Caracas: Editora El Perro y la Rana, 2019.

BRIGADA Internacionalista “Che Guevara” arriba a Venezuela. **TeleSur**, Caracas, 17 fev. 2019, Notícia Latinoamérica y el Caribe. Disponível em: https://www.telesurtv.net/news/venezuela-brigada-internacionalista-che-guevara-solidaridad-20190217-0020.htm, Acesso em: 23 jan. 2021.

BRITO FIGUEROA, Federico. Ezequiel Zamora de la ofensiva militar revolucionaria a la traición política. *In*: NEGRÍN, Damarys Cordero (org). **Ezequiel Zamora, General del pueblo soberano**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la Republica, 2004.

BRITO FIGUEROA, Federico. La emancipación nacional y la guerra de clases y castas**. Acta Histórica [de] Acta Universitatis Szegediensis de Attila József Nominatae, Szeged, Ungria, Tomo LXXIX,** p. 49-68, 1985. Disponível em http://acta.bibl.u-szeged.hu/37111/1/historica_079.pdf. Acesso em 31 mar. 2020.

BRITO FIGUEROA, Federico. **Tiempo de Ezequiel Zamora**. Caracas: Biblioteca Nacional, 1994.

BRUCE, Mariana. Organização Popular e Lutas Sociais na Venezuela: um estudo de caso da Parroquia 23 de Enero. **Cadernos do Tempo Presente**. São Cristóvão [SE], v.10. n.02, p. 58-71, jul./dez. 2019. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/tempo/issue/view/1001. Acesso em: 12 jan. 2021.

BUITRAGO, Liliana. Marcha Campesina Admirable: 21 días caminando. **Observatório de ecologia política de Venezuela,** Caracas, 31 jul. 2018. Disponível em: https://www.ecopoliticavenezuela.org/2018/07/31/marcha-campesina-admirable-21-dias-caminando/. Acesso em: 06 jan. 2021. Pg 255

BULLONES, Lisbeth. **Produção da UPC Casa de Cultivos da Comuna El Maizal**. [20 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (5,49min).
BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.19/20, p. 176-192, 2008, Dossiê. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18761. Acesso em: 02 jun. 2019.

BUZETTO, Marcelo. **"Guerra de todo o povo"**: a influência das lutas políticas e sociais na nova Doutrina de Defesa Nacional venezuelana. Orientador: Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. 211. 334f. Tesa (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3317/1/Marcelo%20Buzetto.pdf. Acesso em: 6 de jun. 2020.

CANTV. Somos CANTV. **Cantv.com**, Caracas, 2020. Disponível em: https://www.cantv.com.ve/la-empresa/. Acesso em: 23 jan. 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: la actual lucha de clases por la transformación social. *In*: VILLAGRA, Luis Rojas (org). **Neoliberalismo en américa latina:** crisis, tendencias y alternativas. Asunció: CLACSO, 2015. p. 263-282. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20151203044203/Neoliberalismo.pdf. Acesso em 03 jun. 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital:** Essência e aparência.. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v.2.

CASTELLANOS, Rocio. Uma Sociedad excluyente. **Memórias de Venezuela**. Caracas, Centro Nacional de História, n. 20, julio 2011. Disponível em: http://www.cnh.gob.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/MV20II.pdf. Acesso em 27 mar. 2020.

CASTILLO, Christian. Comunismo sem transição? **Revista do programa de estudos pós-graduados de História**, São Paulo, v. 30, p.29-56, Jan./jun. 2005. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2253/1346. Acesso em 02 agost. 2020.

CASTRO, Fidel. La Historia me Absolverá. *In:* DEUTSCHMANN, David; SHNOOKAL, Deborah (coord.) **Fidel Castro:** Antología Mínima. México DF: Ocean Sur, 2008. p.49-110.

CENSO Comunal 2013 superó expectativas del Gobierno. **Ministerio del poder Popular para la Comunicación**, Caracas, 19 set. 2013. Disponível em: http://www.minci.gob.ve/censo-comunal-2013-supero-expectativas-del-gobierno/. Acesso em: 8 nov. 2019.

CHÁVEZ, Hugo. Discurso del Comandante Presidente Hugo Chávez en acto del Desfile de las Misiones Bolivarianas. Caracas, 28 ago. 2004. *In*: Instituto de Altos Estudios del pensamiento del Comandante Supremo Hugo Rafael Chávez Frías**. Todochávez en la Web**: Discursos y Alocuciones. Caracas, 2011.

CHÁVEZ Hugo. Discurso de Presentación del Proyecto Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional. Caracas, 15 ago. 2007. *In*: VENEZUELA. **Ahora la batalla es por el Sí**: Presentación del proyecto de Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional, por parte del Comandante Hugo Chávez, presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación, 2007. Disponível em: https://www.rebelion.org/docs/55390.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

CHÁVEZ Hugo. Intervención del Comandante Presidente Hugo Chávez Frías, en la Asamblea Nacional Constituyente. Caracas, 05 ago. 1999. *In*: Instituto de Altos Estudios del pensamiento del Comandante Supremo Hugo Rafael Chávez Frías. **Todochávez en la Web**: Discursos y Alocuciones. Caracas, 2011. Disponível em: http://todochavez.gob.ve/todochavez/3482-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-frias-en-la-asamblea-nacional-constituyente. Acesso em 20/04/2020.

CHÁVEZ Hugo. Las comunas y los cinco frentes para la construcción del socialismo: Aló Presidente Teórico: Caracas, 11, jun. 2009, **Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información**, 23 may.2019. Disponível. em: http://www.formacion.psuv.org.ve/biblioteca/alo-presidente-teorico-n-1-las-comunas-y-los-cinco. Acesso em 21/06/2018

CHÁVEZ Hugo. **Propuesta del candidato de la Patria**. Para la Gestión Bolivariana Socialista 2013-2019. Caracas, 12 jun 2012.

CHÁVEZ Hugo. **Agenda Alternativa Bolivariana**. Caracas, Ediciones Correo del Orinoco, 2014.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. *In:* Dal Ri, Neusa Maria (org). **Trabalho Associado, Economia Solidária e Mudança Social na América Latina**. Marília: Cultura Acadêmica Editorial, 2010. p.23-42.

CHUN LI, CHIEN-YUN, Tien. **La Comuna de Chiliyng**. 3. ed. Caracas: Editorial Estrella Roja, 2014.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. **O Rentismo Petroleiro e os impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)**. Orientadora: Andréia Galvão. 2015. 271f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CNN REVELA informações exclusivas sobre atentado contra Maduro em agosto de 2018. **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 mar. 2019. Internacional. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/03/15/cnn-revela-informacoes-exclusivas-sobre-atentado-contra-maduro-em-agosto-de-2018/. Acesso em: 19 set. 2019.

COLECTIVO ALEXIS VIVE. Construyendo el poder popular desde las bases. **Fundación Alexis Vive**. Caracas. [2020]. Disponível em: https://colectivoalexisvive.es.tl/COMUNA-EL-PANAL-2021.htm, Acesso em: 10 dez. 2020.

COLECTIVO ALEXIS VIVE. **Fundación Alexis Vive**. Caracas. [2020]. Disponível em: https://colectivoalexisvive.es.tl/. Acesso em: 18 dez. 2020.

COLECTIVO ALEXIS VIVE, Quién Somos. **Fundación Alexis Vive.** Caracas. [2020]. Disponível em: https://colectivoalexisvive.es.tl/QUIENES-SOMOS.htm. Acesso em: 18 dez. 2020.
CÓMO HAN SIDO los últimos ataques eléctricos en Venezuela este 2019. **TeleSur**, Caracas, 23 jul. 2019. Notícias. Disponível em: https://www.telesurtv.net/news/venezuela-ataques-sistema-electrico-nacional-20190723-0017.html. Acesso em: 15 set. 2019.

COMUNA El Maizal: en el camino de construcción del socialismo territorial que el Comandante Chávez nos encomendó. **Alba TV**, Caracas, 3 mar. 2019. Disponível em: www.albatv.org/Comuna-El-Maizal-en-el-camino-de.html. Acesso em: 18 dez 2020.

COMUNA EL MAIZAL. **Comunaelmaizal.wordpress**. Simón Planas, 2019a. Disponível em: https://comunaelmaizal.wordpress.com/. Acesso: 5 dez. 2020.

COMUNA EL MAIZAL. Documento Interno: Resenha histórica e informações administrativas. Simón Planas, ago. 2019b.

COMUNA EL MAIZAL. En los primeros 10 Años de El Maizal: Nuestro camino es la Comuna. **Voces Urgentes Comunicación Comunal**, Barquisimeto, 7 mar. 2019b. Disponível em: https://vocesurgentes.wordpress.com/2019/03/07/en-los-primeros-10-anos-de-el-maizal-%EF%BB%BFnuestro-camino-es-la-comuna/. Acesso em 06/01/2021

COMUNA EL MAIZAL. Oligarquia terrateniente demuele el legado de Chávez: TSJ anula Carta Agraria entregada por presidente Chávez a Comuna El Maizal. Simón Planas, 10 dez. 2014. Disponível em: http://otravossconstituyente.blogspot.com/2014/12/fwd-comunicado-sobre-anulacion-carta.html. Acesso em: 12 dez. 2020.

COMUNA EL MAIZAL. Pueblo al rescate de los espacios de la UCLA que la derecha abandona para culpar a la revolución. Simón Planas, 24 out. 2017. Twiter: @ComunaElMaizal. Disponível em: https://twitter.com/ComunaElMaizal/status/922857657777704962. Acesso em: 04 fev. 2021.

CONGRESO Venezolano de Mujeres: "¡Comuna antipatriarcal o nada**!". Notas Periodismo Popular**, [s/l], 9 mar. 2015, América Latina. Disponível em: https://notasperiodismopopular.com.ar/2015/03/09/congreso-venezolano-mujeres-comuna-antipatriarcal/. Acesso em: 12 jan. 2021.

CONSTRUIR para disputar la hegemonía Chavista. **Tatuy Televisión Comunitaria**, Mérida, 03 mar. 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/union-comunera-construir-para-disputar-la-hegemonia-chavista/ . Acesso em: 11 jan.2020.

COORDINADORA SIMÓN BOLÍVAR. **Coordinadorasimonbolivar.wordpress**, Caracas, 2017. Disponível em: https://coordinadorasimonbolivar.wordpress.com/historia-de-la-coordinadora-simon-bolivar/. Acesso em: 9 jan. 2021.

COORDINADORA SIMÓN BOLÍVAR. La Parroquia 23 de Enero: Una historia de participación y luchas populares. **Aporrea**, [s/l] 1 fev. 2008. Disponível em: https://www.aporrea.org/poderpopular/a50325.html. Acesso em: 15 jan. 2021.

CORREDOR TERRITORIAL COMUNAL ARGIMIRO GABALDÓN. TSJ suspende cautelarmente la decisión de revocar la carta agraria de la Comuna El Maizal. **Aporrea**, [s/l] 17 dez. 2014. Disponível em: https://www.aporrea.org/desalambrar/n262436.html. Acesso em: 12 jan. 2021.
COUTINHO. Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: A dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez editora, 1996.

CRBZ. **Corriente Revolucionária Bolívar y Zamora**. [s/l] 2018 Disponível em: http://www.crbz.org/sobre-crbz/. Acesso em: 06 jan. 2021.

CURTO, Saúl; FREITEZ, María Eugenia; MORENO, Mikel. Comuna El Maizal. Diez años de construcción comunal. In: UHARTE, Luis Miguel; COMAS, Júlia Martí. **Repensar la Economía desde el popular: aprendizajes colectivos desde América Latina.** Barcelona: Icaria Editorial, 2019. (84-112)

DECLARACIÓN de El Maizal. **CLOC - Vía Campesina**. [S/L], 26 ago.2018a. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/venezuela-declaracion-de-el-maizal/. Acesso em: 18 mar. 2019.

DECLARACIÓN de Simón Planas. Encuentro en solidaridad con el Movimiento Comunero de Simón Planas. **Voces Urgentes Comunicación Comunal**. Barquisimeto, 25 fev. 2018b. Disponível em: https://vocesurgentes.wordpress.com/2018/02/25/declaracion-del-encuentro-en-solidaridad-con-el-movimiento-comunero-de-simon-planas/. Acesso em: 18 dez. 2020

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], n. 29, nov. 2007. ISSN 1678-9873. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13702. Acesso em: 20 out. 2019.

DOMINGUEZ, Francisco. Lucha de clases, democracia e intervencionismo de los Estados Unidos en Venezuela. *In:* JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9. 2019, **Civilização ou Barbárie, o futuro na Humanidade,** São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1087_10875cc9fa46b4834.pdf. Acesso: 09 dez. 2020.

EL CAMINO de la Privatización? **Alba TV:** Canal en Movimiento. Caracas, 10 mai. 2019, Noticias. 1-7. Disponível em: http://www.albatv.org/El-camino-de-la-privatizacion.html. Acesso em: 26 ago. 2019.

EL CHAVISMO que no se arrodilla ante la oligarquía y el reformismo. **Tatuy Televisión Comunitaria**, Mérida, 28 jan. 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/mas-de-60-comunas-se-reunen-en-lara-para-construir-confederacion-nacional/. Acesso em: 11 jan.2020.

ELIAS Jaua. **Fundación Poderomedia**, [s/l] 2012. Disponível em: https://poderopediave.org/persona/elias-jaua/. Acesso em 10 jan. 2021.

ENCUENTRO de solidariedade com el movimento Comunero de Simón Planas. **Contrahegemonia Web:** Apuntes sobre socialismo desde abajo y poder popular. [s/l], 2 mar. 2018. Venezuela. Disponível em: https://contrahegemoniaweb.com.ar/2018/03/02/encuentro-

de-solidaridad-con-simon-planas-ratifico-la-comuna-y-el-socialismo-como-horizonte-estrategico/. Acesso em: 06 jan. 2021.

ENGELS, Friederich. Introdução de Friederich Engels à edição de 1895. *In*: MARX, Karl. **A Revolução Antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ESCUELA de feminismo popular en la Venezuela Bolivariana**. Otras voces en Educacion**, [s/l] 1 abr. 2016. América do Sul Entrevistas. Disponível em: http://otrasvoceseneducacion.org/archivos/7862. Acesso em: 12, jan. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos**.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre as "Revoluções Interrompidas" (uma rotação de perspectivas). *In:* FERNANDES, Florestan. **Poder e Contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015. p. 91-148.

FERNANDEZ, Mercedez Fuentes. María Teresa León, Rafael Alberti y otros compañeros del exilio en Caracas. *In:* GARAY, María Tereza Gonzáles; DÍAS-CUESTA, José (org**). El exilio literário de 1939, 70 años después**. España: Universidad de la Rioja, 2013. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=547233 . Acesso em 26 set. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

FERREIRA, Carla Cecília Campos. **Ideologia Bolivariana**: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863). Orientadora: Cláudia Wasserman. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8695/000586822.pdf?sequence=1&isAllowed=y .Acesso em: 30. out. 2019.

FERREIRA, Carla Cecília Campos. **A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela**. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010). Orientadora: Profª. Dra. Claudia Wasserman. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149549/001004673.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jul. 2019.

FERREIRA, O fardo histórico do capitalismo dependente petroleiro rentista e as contradições do processo bolivariano da Venezuela. **Revista de la Asociación Uruguaya de Historia**

Económica, Montevideo, Año III, No. 3, p. 63-83, jun 2013. Disponível em: http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/Revista/Revista_3/revista_audeh_2013%20final%2003072013.pdf. Acesso em 19 set. 2019.

FIGUEROA, Amilcar. **As Comunas na Revolução Bolivariana**. [13 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Caracas, 2019. Áudio digital (57,50 min).
FIGUEROA, Amilcar. **La Permanente Búsqueda Creadora**. 2. ed. Caracas: Editorial Trinchera, 2014.

FIM do apagão: Venezuela anuncia restabelecimento do fornecimento de energia. **Sputnik Brasil** [s/l], 13 mar. 2019. Américas**.** Disponível em: https://br.sputniknews.com/americas/2019031313489306-fim-apagao-venezuela/. Acesso em: 15 set. 2019.

FRÉITEZ, Lorena. Producir el Odio: la derecha venezolana del 2017. **Celag.org**. Caracas, 27 mai. 2017. Disponível em: http://www.celag.org/producir-el-odio-la-derecha-venezolana-del-2017. Acesso em: 9 mar. 2018.

GILL, Lesley. Escuela de las Américas: Entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

GOBIERNO Bolivariano promueve programa de formación para los activadores del poder popular. **Ministerio del Poder Popular para las Comunas y Movimientos Sociales**, Caracas, 12 de jun. 2019. Notícias. Disponível em: https://www.mpcomunas.gob.ve/2019/06/12/gobierno-bolivariano-promueve-programa-de-formacion-para-los-activadores-del-poder-popular/. Acesso em: 12 out. 2020.

GOMES, Johnny. Parroquia 23 de Enero. 28 dez. 2014. 1 fotografia. Disponível em: https://www.flickriver.com/photos/jsg2/31963842552/. Acesso em: 23 jan. 2021.

GONZÁLEZ, M. El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frías. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, v. IX, n.2, p. 59-87, 2003. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/364/36490205.pdf. Acesso, 30 out. 2019.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, n.50. p.295-302, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a25v1850.pdf. Acesso em 23 set. 2019.

HARNECKER, Marta. **Um homem do povo**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HARNECKER, Marta. **América Latina y el socialismo del siglo XXI**. Concepció: Al Aire Libro Ediciones, 2010. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Chile/inedh/20161214062259/socialismosxxiMH.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 29, p. 11-24, jan. 2013. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249. Acesso em: 27 jan.2021.

HAESBAERT. Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos**.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. Orientador: Armen Mamigonian, 2010. 389f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18012011-103155/publico/2010_EliasMarcoKhalilJabbour.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

KARYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
LA VENEZUELA profunda: El Plan «Pueblo a Pueblo» acerca la independencia. **Pressenza Internacional Press Agency**. Milão, 21 dez. 2019. Disponível em: https://www.pressenza.com/es/2019/12/la-venezuela-profunda-el-plan-pueblo-a-pueblo-acerca-la-independencia/. Acesso em: 12 jan. 2021.

LAS 5 Repúblicas de Venezuela. **Venezuelatuya.com**, [s/l], 1999. Disponível em: https://www.venezuelatuya.com/historia/cinco_republicas.htm. Acesso em: 22 set. 2019.

LENIN. I Congreso de la Internacional Comunista: Tesis e informes sobre la democracia burguesa y la dictadura el proletariado. *In*: LENIN. **Obras Escogidas.** 2. ed. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973, t. 5. p. 377-398.

LENIN, Vladimir. As Tarefas Imediatas do Poder Soviético. *In:* NETTO, José Paulo (org). **Lenin e a Revolução de outubro**: Textos no calor da hora (1917-1923). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017. p. 307-356.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LENINE, Vladimir. **Problemas de Organização Socialista da Economia Nacional**. 5.ed. Moscovo: Edições Progresso, 1981.

LENIN, Vladimir. Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (fragmentos). *In:* PINHEIRO, Milton, MARTORANO, Luciano C. (org). **Teoria e prática dos conselhos operários.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 77-84.

LENIN, Vladimir. Sobre a dualidade de poderes. LENIN, V.I. **Lenin e a Revolução de outubro: Textos no calor da hora (1917-1923)**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

LENIN. Una Gran Iniciativa. In: LENIN. **Obras Escogidas**. Moscú: Editorial Progresso, 1974. p. 496-516.

LÓPEZ MAYA, Margarida. Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez. Traduzido por Flávio Benedito do original castelhano Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio. 2ª ed. Caracas: Alfadil, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/9738573/MARGARITA_L%C3%93PEZ_MAYA_LUTA_HEGE

M%C3%94NICA_NA_VENEZUELA?auto=download&email_work_card=download-paper. Acesso: 21 de maio de 2020.

LO QUE SABEMOS (y no sabemos) del atentado contra Maduro. **El País**, Madri, 6 ago. 2018. Internacional. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2018/08/05/actualidad/1533490150_020621.html. Acesso em: 19 set. 2019

LOS FUNDOS Zamoranos. **Portal del Observatório Iberoamericano del empleo y la economía social y cooperativa**, [s/l], 16 mar. 2019. Disponível em: http://www.oibescoop.org/politicas_publicas/los-fundos-zamoranos/. Acesso em 11/12/2020.
LOS QUE QUIERAN socialismo, vengan con nosotros!. **Tatuy Televisión Comunitaria**, Mérida, 25 fev. 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/union-comunera-los-que-quieren-socialismo-vengan-con-nosotros/. Acesso em: 11 jan.2020.

LOS VIENTOS son favorables. **Tatuy Televisión Comunitaria**, Mérida, 18 fev. 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/union-comunera-los-vientos-son-favorables/. Acesso em: 11 jan.2020.

LÖWI, Michael (org). **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

LUGO, José. **A EPSDC Las Abejitas del Panal e los consejos comunales de la Comuna El Panal 2021**. [27 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Caracas, 2019. Áudio digital (51,54 min).

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999.

MAIDANIK, Kiva. Depois de Outubro, e agora? Ou as três mortes da Revolução Russa. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 9-43, 1998. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg5-1.pdf. Acesso em: 5 mai. 2019.

MANTOVANI, Emiliano Terán. **El Fantasma de la Gran Venezuela**: Un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-Estado en la Revolución Bolivariana. Caracas: Fundación CELARG, 2014.

MARCOS, Subcomandante. Siete Líneas Estratégicas para el Proyecto Nacional Simón Bolívar y la Venezuela Socialista, anunció Chávez. **Rebelión**, [s/l] 3 dez. 2006. Disponível em: rebelion.org/siete-lineas-estrategicas-para-el-proyecto-nacional-simon-bolivar-y-la-venezuela-socialista-anuncio-chavez/. Acesso em: 20 jan. 2021.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversario y balance. Editorial de la revista Amauta, Nº 17, Año II, Lima, set. 1928. *In*: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Obras Completas**. Lima: Centro de Estudios Miguel Enríquez / Archivo Chile, 1986. t.3, p. 246-250. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/mariategui_jc/s/Tomo13.pdf. Acesso em: 16 abri. 2021.

MARÍN, Ana Caona. A Comuna El Panal 2021. [27 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Caracas, 2019. Áudio digital (56,45 min).

MARÍN, Carlos Alfredo. Criollos y Mantuanos. **Memórias de Venezuela**, Caracas, Centro Nacional de História, n. 20, julio 2011. Disponível em: http://www.cnh.gob.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/MV20II.pdf. Acesso em 27 mar. 2020.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina en la encrucijada**, 1990. Disponível: http://www.marini-escritos.unam.mx/069_america_latina_encrucijada.html. Acesso em: 03 jun. 2020

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. *In:* TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. O Ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (org). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. Trump e a Venezuela. **Jornal GGN**, 20 fev. 2019. Análise Geopolítica. Disponível em: https://jornalggn.com.br/analise/trump-e-a-venezuela-por-carlos-eduardo-martins/. Acesso em: 19 set. 2019.

MARTÍNEZ, Jean Paul Ruiz. Sobre Conspiración de Negros Esclavos Franceses: Cartagena 1799. **Revista Goliardos**, [s/l], Universidad Nacional de Colombia. V. 14, p. 9-17, jan 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331101611_Sobre_Conspiracion_de_Negros_Esclavos_Franceses_Cartagena_1799_Revista_Goliardos_Universidad_Nacional_de_Colombia. Acesso em: 30 out. 2019.

MARTÍNEZ, Ingrid. **Funcionamento do Conselho Comunal e da Milicia Bolivariana na Comuna El Maizal.** [19 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (47,44 min).

MARTÍNEZ, Patricia. Brigada Internacionalista "Che Guevara" se desplegará en ocho estados de Venezuela, **Ministério del Poder Popuar para las Relaciones Exteriores**, Caracas, Notícias, 7 ago. 2019. Disponível em: http://www.mppre.gob.ve/2019/08/07/brigada-internacionalista-che-guevara-desplegada-en-venezuela/. Acesso em: 23 jan. 2021

MARX, Karl. A Guerra Civil na França. *In*: MARX, Karl. **A Revolução Antes da Revolução.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Cadernos de Paris & Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. *In*: ANTUNES, Ricardo (org). **A Dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. v. 1. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.
MARX, Karl, ENGELS Frederic. **Manifesto do Partido Comunista - 1848**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2001.

MATOS, Wildeny. **A organização e a luta da Comuna el Maizal**. [20 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (119,02 min).
MAZA ZAVALA. História de meio século na Venezuela. *In*: CASANOVA, Marcos Gonzáles. **América Latina**: história de meio século. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. p. 233-337.

MEMÓRIAS DE VENEZUELA. Caracas, Centro Nacional de História, n. 20, jul. 2011. Disponível em: http://www.cnh.gob.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/MV20II.pdf. Acesso em 27 mar. 2020.
MENDOZA, Diana Pérez. La Mancha de la esclavitud. **Memórias de Venezuela,** Caracas, Centro Nacional de História, n. 13, p.12-14, abril 2010.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista**: uma Alternativa Radical ao Sistema Parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MILICIA Nacional Bolivariana cuenta com 4.156.567 integrantes a 11 anos de fundada. **Ministerio del Poder Popular para las Comunas y Movimientos Sociales**, Caracas, 14 abr. 2020. Noticias. Disponível em: https://www.mpcomunas.gob.ve/2020/04/14/milicia-nacional-bolivariana-cuenta-con-4-156-567-integrantes-a-11-anos-de-fundada/. Acesso em: 22 jan. 2021.

MONEDA Comunal: El Panal (2017) Caracas. **Monedas de Venezuela**, Caracas, 22 jun. 2019. Disponível em: http://www.monedasdevenezuela.com/articulos/moneda-comunal-el-panal/. Acesso em: 18 dez 2020.

MOVIMIENTO COMUNERO DE SIMÓN PLANAS. “Documento base para iniciar proceso de debate y generación de aportes en los Comandos Comunales”. Simón Planas, 2018. Disponível em: https://vocesurgentes.wordpress.com/2018/02/25/declaracion-del-encuentro-en-solidaridad-con-el-movimiento-comunero-de-simon-planas/. Acesso em 20 nov 2010.

MIGUEL. Sinuê Neckel. A autogestão iugoslava: caminhos e dilemas (1950-1991). **Revista História** (São Paulo), São Paulo, v. 39, 2020, Artigos Livres. Disponível em: http://historiasp.franca.unesp.br/a-autogestao-iugoslava-caminhos-e-dilemas-1950-1991/. Acesso em: 20 jan. 2021.

PAGOS com petróleo, mercenários ocupariam a Venezuela por 500 dias. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 15 mai, 2020. Disponivel em: https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2020/05/pagos-com-petroleo-mercenarios-ocupariam-a-venezuela-por-500-dias/ Acesso em: 24 jan. 2020.

PAGOTTO, Claudete. Apontamentos acerca das principais formas de cooperação na China entre 1950 e 1966. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, n. 46, 2006. p. 68-80. Disponível em: http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2099/1731. Acesso em: 12 ago. 2020.

PDVSA. [s/d]. Disponível em http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8917&Itemid=569&lang=es. Acesso em: 25 nov. 2019

PEÑA, Yomaria. **Toma e funcionamento da Unidade de Produção Porcinos del Maizal**. [20 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (33,33 min).

PEÑALVER, María Fernanda. UCLA continúa siendo acechada por invasores**. El Impulso.com**, Barquisimeto, 21 out. 2017. Disponível em: https://www.elimpulso.com/2017/10/21/ucla-continua-siendo-acechada-invasores/. Acesso em: 17 dez. 2020.

PLAN Pueblo a Pueblo. **Plan Socialista de Producción, Distribución y Consumo "Pueblo a Pueblo"**. 2015. Disponível em: http://puebloapueblo2.blogspot.com/. Acesso em: 10 dez. 2020.

POMAR, Wladimir (org). **O Cooperativismo na China**. São Paulo: CONCRAB, 1988.

PRADO Angel, **A luta pelo Estado Comunal e a Comuna El Maizal.** [23 ago.2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (122,52 min).

PRADO, Jennifer. **O sistema de Economia Comunal na Comuna El Maizal**. [21 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (102,47 min).

PRADO, Rocío. **Viver na Comuna El Maizal**. [22 ago. 2019)]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Simón Planas, 2019. Áudio digital (54,27 min).

PRIMERA, Ali. **No cantar es perdernos**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007.

PSUV presentó sus nueve candidatos a alcalde em Lara. **Diário de Lara La Prensa**. Barquisimeto, 18 nov. 2017. Disponível em: https://www.laprensalara.com.ve/nota/-14500/2017/11/psuv-presento-sus-nueve-candidatos-a-alcaldes-en-lara. Acesso em: 16 dez. 2020.

QUIÉN FUE Argimiro Gabaldón, conocido como comandante Carache? **TeleSUR**, Notícias Latinoamérica y Caribe, Caracas, 15 jul. 2020. Disponível em: https://www.telesurtv.net/news/argimiro-gabaldon-venezuela-guerrillero-carache--20181213-0016.html. Acesso em 02 dez. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS. Juan Ignacio. **Los años decisivos**: Teoría y práctica del Partido Comunista de España. Madrid: Fundación Federico Engels, 2012.

REED, John. A estrutura do sistema soviético (fragmentos). PINHEIRO, Milton, MARTORANO, Luciano C. (org). **Teoria e prática dos conselhos operários.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 189-192.

REED, John. **A estrutura do sistema soviético**. [s/l], 1918. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/reed/1918/10/estrutura.htm. Acesso em 01 ago.2020.

RED NACIONAL DE COMUNEROS. **Toparquía Comunera**. Barquisimeto: [*s.n*], 2014.

RODRIGUES, Fânia. Exclusivo: Mercenários presos na Venezuela eram guarda-costas de Trump. **Revista Fórum**, São Paulo, e mai. 2020. Disponível em: https://revistaforum.com.br/global/exclusivo-mercenarios-presos-na-venezuela-eram-guarda-costas-de-trump/. Acesso em: 24 jan. 2021.
ROJAS. Geraldo. ¿Burguesía revolucionaria o socialismo de mercado? ¿Dónde queda Chávez? **Alba TV**: comunicación de los pueblos. Caracas, 28 de set. 2018. Disponível em: http://www.albatv.org/Burguesia-revolucionaria-o.html#. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROJAS, Geraldo, SETTEMBRINO, Yanina, VARGAS Hernán. El Consejo Presidencial de Gobierno Popular con las Comunas: ensayo de cogobierno en el marco de la crisis de las democracias, **Blog Comuna o Nada!**. Barquisimeto, 15 dez. 2019. Disponível em: https://gerojasp.wordpress.com/2019/12/15/el-consejo-presidencial-de-gobierno-popular-con-las-comunas-ensayo-de-cogobierno-en-el-marco-de-la-crisis-de-las-democracias/. Acesso em: 20 nov. 2020.

ROMERO, Ignacio Ramirez. Decreto Obama. Aporrea, [s/l], 10 mar. 2017. Disponível em: https://www.aporrea.org/tiburon/a242504.html. Acesso em: 24 jan. 2021.

ROMO, María Paula. ¿Cómo es el socialismo del siglo XXI? La Tendencia. **Revista de Análisis Político**, Quito, FES-ILDIS nº 8, out-nov 2010, p. 119-121. Disponível em: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/4697; Acesso em: 13 jan. 2021.

ROLAND, Denis. **Los Fabricantes de la Rebelión**: Movimiento Popular, Chavismo y Sociedad en los años noventa. Caracas: Editorial Nuevo Sur, 2001.

SÁNCHEZ, Roberto López. **El Protagonismo Popular en la Historia de Venezuela**: Raíces históricas de los procesos de cambio. Caracas: Editorial Trinchera, 2015.

SANOJA OBEDIENTE, Mario. **Historia Sociocultural de la Economía Venezolana**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2011.

SANTANDER, Pedro. Notas sobre el bloqueo a Venezuela. **Celag.org**, Caracas: 31 out. 2018. Disponível em: https://www.celag.org/notas-sobre-bloqueo-a-venezuela/. Acesso em: 24 jan. 2021.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y Dependéncia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SERVIZO ALTÓNOMO DE GEOGRAFIA Y CARTOGRAFIA NACIONAL (Caracas). **Distrito Capital:** Características físicas. Caracas: Editorial Minerva, 1998. 1 atlas. Escala variable.

SE HAN aprobado 4 em la en la Revolución Bolivariana: Todo lo que necesitas saber sobre la Ley Habilitante. **Correo del Orinoco**, Caracas, 17 ago. 2013. Disponível em: www.correodelorinoco.gob.ve/todo-que-necesitas-saber-sobre-leyhabilitante. Acesso em: 09 abr. 2018.

SOCIEDAD VENEZOLANA DE INGENIEROS DE PETRÓLEO. **Campo residencial Terminal Maracaibo 1930**. Fotografia. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/svip/3272573751. Acesso em: 25 no. 2019.

SOMOS COLECTIVO, pensamos colectivo, actuamos colectivo. **Tatuy Televisión Comunitaria**, Mérida, 05 mar. 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/union-comunera-somos-colectivo-pensamos-colectivo-actuamos-colectivo/. Acesso em: 11 jan.2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão) em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

STIGERT, Ludmila, MARTINS, Marlene. A Identificação do conceito de povo no regime democrático brasileiro. **Revista Eletrônica do Centro Universitário Newton Paiva**. Belo Horizonte, n 24, 18 dez. 2014. Disponível em: http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2014/12/D24-01.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

SUTHERLAND, Manuel. Breve análisis marxista de la propuesta de Reforma Constitucional del presidente Chávez. **La Rebelión.** [s.l.]. 15 out. 2007. Venezuela. Disponível em: http://rebelion.org/noticia.php?id=57641. Acesso em: 02 nov. 2019.

TATO, José. **Os desafíos do poder popular na Venezuela**. [22 ago. 2019]. Entrevistadora: Vanessa Aguiar Borges. Caracas, 2019. Áudio digital (98,06 min).

TATUY TV. Quién Somos. **Tatuytv.org**, Mérida, 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/quienes-somos/. Acesso em: 12 jan. 2021.

TIAPA. Francisco. **Los Comuneros de Mérida**. Caracas: Editorial La Estrella Roja, 2012.

THOMAZ JR. Antônio. Geografia do trabalho por inteiro. **Pegada:** A revista da Geografia do Trabalho. São Paulo, http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000. Acesso em 30/05/2018.

TRATADO Intramericano de Assistência Recíproca. Rio de Janeiro: 1947. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pfdc/temas/legislacao/segurancapublica/docs/tratado_interamericano_assistencia_reciproca_riodejaneiro.pdf/view. Acesso em: 31 out. 2019.

TROTSKY, Leon. **Historia de la Revolución Russa**. Madrid: Fundación Federico Engels, 2007. v.1.

TSETUNG, Mao. **Obras Escolhidas**. Pekin: Ediciones em Lengua Extrangera, 1977. t.5.

UNIÓN COMUNERA. **Documento orientador sobre los Encuentros Regionales de la Unión Comunera**. [*s/l*], 2020.

UNIÓN Comunera en el centroccidente. **Tatuy Televisión Comunitaria**, Mérida, 05 mar. 2020. Disponível em: https://www.tatuytv.org/comunicado-union-comunera-en-el-centroccidente/. Acesso em: 11 jan.2020.
ÚSLAR PIETRI, Arturo. **La Siembra del petróleo**. 1936. Disponível em: http://ance.msinfo.info/bases/biblo/texto/libros/BC.1991.T.III.b.2.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

VENEZUELA. Ley Orgánica del Poder Público Municipal. **Gaceta Oficial** Nº 5.806 (Extraordinaria) de fecha 10 de Abril del 2006.

VENEZUELA. Anteproyecto de Reforma Constitucional. **Ahora la batalla es por el Sí:** Presentación del proyecto de Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional, por parte del Comandante Hugo Chávez, presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación, 2007. Disponível em: https://www.rebelion.org/docs/55390.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

VENEZUELA: Asamblea nacional comunera: uniendo fuerzas para la lucha común. **Resumen Latinoamericano**, [s/l] 30 ago. 2018. Disponível em: https://www.resumenlatinoamericano.org/2018/08/30/venezuela-asamblea-nacional-comunera-uniendo-fuerzas-para-la-lucha-comun/. Acesso em 06 jan. 2021.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. Normativa Elecciones Constituyente, 2017. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/elecciones/2017/constituyente/documentos/PRESENTACIONFINALVICE.pdf. Acesso em 16. Dez. 2020.

VENEZUELA: El Maizal sigue rescatando espacio. **Resumen Latinoamericano**. [s/l] 21 jan. 2019. Disponível em: https://www.resumenlatinoamericano.org/2019/01/21/venezuela-el-maizal-sigue-rescatando-espacios/ Acesso em: 01 dez. 2020.

VENEZUELA. Ley Orgánica de las Comunas. **Gaceta Oficial** No 6.011, el 21 de diciembre de 2010a.

VENEZUELA. Ley Orgánica de los Consejos Comunales. **Gaceta Oficial** nº 39.335 del 28 de diciembre de 2009a.

VENEZUELA. Ley Orgánica de los Procesos Electorales. **Gaceta Oficial** Nº 5.928 Extraordinario del 12 de agosto de 2009b. Disponível em: https://microjurisve.files.wordpress.com/2013/04/lope.pdf. Acesso em:

VENEZUELA. Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal. **Gaceta Oficial** Nº 6.011, Extraordinario, el 21 de diciembre de 2010b.

VENEZULA. Ley Orgánica del Poder Popular. **Gaceta Oficial** No 6.011, de 21 de diciembre de 2010c.

VENEZUELA. Ministério del Poder Popular para las Comunas y Los Movimientos Sociales. Dirección General de Registro y Promoción del Poder Popular. **Reporte Comunas, Consejos Comunales y Organizaciones Socioproductivas.** Caracas, 8 jan. 2021.

VENEZUELA. Tribunal Superior de Justicia. TSJ confirma declaratoria de tierras ociosas de la hacienda El Maizal. Caracas, 20 jul. 2015. Disponível em: http://www.tsj.gob.ve/-/tsj-confirma-declaratoria-de-tierras-ociosas-de-la-hacienda-el-maizal. Acesso em: 12 dez. 2020.
VILABOY, Sergio Guerra. La Revolución Haitiana desde la perspectiva de la historia comparada de la independencia de América Latina. **Revista de la Casa de las Américas**, La Habana, n.233, p. 75-81, 2003.

VISO, Iván González, VEGAS Federico, PEÑA María Isabel (Coord.). Comunidad 23 de Enero, 1955-1957**. Caracas del valle al mar. Guía de arquitectura y paisaje**. Caracas, 2017. Disponível em: http://guiaccs.com/obras/comunidad-23-de-enero/. Acesso em 08 jan. 2021.

WAINJIRAWA, Aana. El Caso de la Comuna El Maizal, una decisión triste**. La Guarura.Info**, [s/l], 12 jan. 2015. Disponível em: http://laguarura.org/2015/01/el-caso-de-la-comuna-el-maizal-una-decision-triste/. Acesso em: 20 dez. 2020.

WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da Economia Solidária**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

WRIGHT, Hamilton. **Urbanización "2 de Diciembre".** 1957. Fotografia. Disponível em: https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/789996/48-anos-de-asentamientos-informales-en-caracas/576d96b8e58ece0d540001d7-48-anos-de-asentamientos-informales-en-caracas-foto. Acesso em: 23 jan. 2021.

2019: AÑO de consolidación del estado comunal. **Ministerio del Poder Popular para las Comunas y los Movimientos Sociales.** Caracas, 20 ene. 2019. Notícias. Disponível em: https://www.mpcomunas.gob.ve/2019/01/20/2019-ano-de-consolidacion-del-estado-comunal/. Acesso 23 out. 2019.